

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ROSANE APARECIDA BARTHOLAZZI DE CARVALHO

OS ITALIANOS NO NOROESTE FLUMINENSE: ESTRATÉGIAS FAMILIARES E
MOBILIDADE SOCIAL
1897-1950

NITERÓI

2009

ROSANE APARECIDA BARTHOLAZZI DE CARVALHO

OS ITALIANOS NO NOROESTE FLUMINENSE: ESTRATÉGIAS FAMILIARES E
MOBILIDADE SOCIAL
1897-1950

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração História Social.

Orientadora: Prof. Dra. ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

NITERÓI

2009

B286 Bartholazzi, Rosane A.

Os italianos no noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidade social (1897-1950) / Rosane A. Bartholazzi. – 2009.
284 f.

Orientador: Ismênia de Lima Martins.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Bibliografia: f. 264-279.

1. Imigração Italiana - Brasil. 2. Noroeste Fluminense. 3. Mobilidade Social. I. Martins, Ismênia de Lima. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 325.345098153

ROSANE APARECIDA BARTHOLAZZI DE CARVALHO

OS ITALIANOS NO NOROESTE FLUMINENSE: ESTRATÉGIAS FAMILIARES E
MOBILIDADE SOCIAL
1897-1950

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração História Social.

Aprovada em outubro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. ISMENIA DE LIMA MARTINS – Orientador - UFF

Prof. Dr. FREDERICO ALEXANDRE DE MORAES HECKER

Prof. Dra. FILIPPINA CHINELLI

Prof. Dra. LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Prof. Dra. MARCIA MARIA MENENDES MOTTA

Niterói

2009

Aos
descendentes das famílias imigrantes italianas
do noroeste fluminense.

Para Gabriel e Matheus

AGRADECIMENTOS

Esta tese não poderia ter sido concluída sem a participação de muitas pessoas. Meus sinceros agradecimentos:

À Professora Dra Maria Yedda Leite Linhares que, com seu exemplo de historiadora, esteve presente na minha trajetória acadêmica como Orientadora do Mestrado. Com ela aprendi a trabalhar com as fontes cartorárias e descobri-me pesquisadora.

À Professora Dra Márcia Maria Menendes Motta pela receptividade na Universidade Federal Fluminense e pelas importantes orientações no projeto de pesquisa de doutorado.

À Professora Dra Gladys Sabina Ribeiro pelas sugestões e indicações bibliográficas no período em que me preparava para a seleção de doutorado.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense pela transmissão dos melhores e mais úteis ensinamentos.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação da UFF pela atenção.

Aos descendentes das famílias imigrantes e ao proprietário da fazenda Bela Vista Francelino Bastos França pelas entrevistas concedidas e pelos arquivos privados disponibilizados, ampliando a originalidade documental deste estudo.

À Prof. Dra Paola Capellin por ter participado do exame de qualificação, contribuindo, significativamente, com as questões apontadas e indicações bibliográficas italianas.

À Prof. Dra Mariléia Franco Marinho Inoue pela sua generosidade e sugestões na banca de qualificação.

À amiga Professora Dra Andrea Tello Corte pelo apoio e pela importante contribuição na leitura e revisão de parte deste trabalho.

À doutoranda Cacilda pela sua amizade, atenção e carinho dedicados. Incluo, também, neste agradecimento a Professora Dra Erica Sarmiento pelos incentivos dados.

À Maria Antonia de Abreu Bartolazzi pelo acolhimento e apoio de sempre.

Ao Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste Prof. Dr. Anderson J. Franzen e ao Diretor de Ensino Superior da FAETEC Prof. Fernando Mota pelo estímulo à realização desta tese.

À Autunno Pasquale, arquivista do Arquivo de Estado de Viterbo/Itália, que gentilmente me auxiliou na pesquisa.

Ao engenheiro agrônomo de Viterbo, Fabio Pomarè pelas referências bibliográficas e explicações dadas.

À Adriano Montresor pelo auxílio na formatação desta tese e pelos textos encaminhados.

À Rosângela Scudino, Vitória Ollivo e Enrico por ter me acolhido em suas residências quando estive na Itália.

À Cesare Cesarini por ter viabilizado as pesquisas no Arquivo Comunal de Proceno.

Aos funcionários do Cartório de Varre-Sai pela documentação disponibilizada, fundamental para este estudo.

À Casa de Cultura de Varre-Sai pelo acesso as pastas de algumas famílias de imigrantes.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por ter me concedido uma bolsa de estudo para a realização da pesquisa na Itália.

Ao professor Dr. Gianpaolo Romanato pelas orientações na realização das pesquisas na Itália. Pela receptividade na Universidade de Padova/ Itália.

Ao professor Dr. Angelo Trento pelas importantes indicações bibliográficas italianas.

Ao professor Dr. Emílio Franzina que gentilmente me recebeu na Universidade de Verona/Itália.

À minha querida mãe pelo incentivo para que eu prosseguisse nesta caminhada.

À Tarcísio Lugão de Carvalho pelo apoio e incentivo para que eu investisse na vida acadêmica e profissional.

Aos meus filhos Gabriel e Matheus por compreenderem minha ausência e pelo carinho. Amo vocês.

Finalmente, à minha Orientadora Prof. Dra. Ismênia de Lima Martins pela compreensão dos momentos difíceis pelos quais passei. Pela sua amizade, generosidade, carinho e acolhimento. Pela elaboração de um Plano de Estudos que me propiciou pesquisar nos arquivos italianos. Pela revisão do texto com seu refinamento intelectual, melhorando-o sobremaneira. Divido com ela esta tese. Qualquer palavra de agradecimento não expressa completamente minha gratidão.

“Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, (os artefatos ou máquinas), por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas d que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”. (BLOCH, 2001, p. 54.)

RESUMO

A tese privilegia o estudo da imigração italiana no quadro da expansão cafeeicultora, no noroeste fluminense, particularmente, no município de Itaperuna, onde inúmeras famílias italianas, originárias de diferentes regiões, fixaram-se como colonas em grandes propriedades rurais, sobretudo na fazenda Bela Vista, nos anos de 1897 e 1898. Através dos registros privados e cartorários, verificou-se que muitas destas famílias, eram oriundas da região do Lazio, Província de Roma, o que imprime ao presente trabalho expressiva particularidade no que diz respeito à origem dos imigrantes italianos que afluíram para a região sudeste do Brasil, no último quartel do século XIX. Neste sentido, optou-se por acompanhar a trajetória dos imigrantes, que deixaram aquela região da Itália, sobretudo os municípios de Proceno e Graffignano, buscando compreender, através da análise da documentação dos arquivos italianos, o contexto econômico, social e político vivido no país de origem e colocando em discussão a questão da miserabilidade do imigrante frente às remessas originadas dos municípios. Na região de acolhida, este estudo buscou analisar a mobilidade social dos imigrantes, que utilizaram diversas estratégias para conquistarem a posse da terra, transformando-se de colonos e parceiros em proprietários rurais e ou comerciantes. Para o estudo da inserção e ocupação do espaço pelas famílias imigradas, o universo de pesquisa ampliou-se. Além dos grupos oriundos do Lazio, foram incluídos, também, as famílias emigradas de outras partes da Itália, considerando que chegaram no mesmo período, trabalharam juntas na mesma fazenda e participaram da rede de solidariedade estabelecida entre eles para demarcarem seu espaço e ascenderem socialmente. Por último, estudou-se a herança da terra, bem como as formas adotadas na transmissão dos negócios, fundamentais para que a maior parte das propriedades continuasse, ainda hoje, nas mãos dos descendentes.

Palavras-chave: Imigração Italiana. Noroeste Fluminense. Mobilidade social.

ABSTRACT

This thesis emphasises the study of the Italian immigration during the coffee farming expansion in the Northeast counties of the Rio de Janeiro Estate – particularly in the municipal district of Itaperuna, where several Italian families from different regions have established as settlers in large rural areas – and especially at Fazenda Bela Vista (Bela Vista Farm) in 1897 and 1898. Based on private and notary records it was verified that many of these families were originated from Lazio, a Roman province, giving the present thesis expressive peculiarity concerning the origin of the Italian immigrants who came to the Southeast of Brazil during the last quarter of the 19th century. This way, we have chosen to follow the trajectory of the immigrants who left that Italian region – especially the municipal districts of Procono and Graffignano – trying to understand, through the analysis of the documentation of the Italian files, the economical, social and political context in their country of origin and discuss the poverty of the immigrants compared to the remittances originated from those municipal districts. This study analyses the social mobility of the immigrants in the region they were welcomed, who used several strategies to conquer ownership of the land, becoming, from planter and partners, farm owners or tradesmen. The research scope was amplified to examine the insertion and occupation of the space by the immigrating families. Besides the groups that arrived from Lazio, the families who immigrated from other regions of Italy have also been included, taking into account the fact that they arrived at the same time, worked together at the same farm and took part in the solidarity network established among them to determine their space and ascend socially. Lastly, the inheritance of the land, as well as the forms adopted to give the right of inheritance of the business - fundamental so that the majority of the properties remained, until today, in their descendants' hands - have been analyzed.

Keywords: Italian Immigration. Northeast counties of the Rio de Janeiro Estate. Social Mobility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 16

1 DA ITÁLIA AO BRASIL , p. 24

1.1 A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO LAZIO: A UNIFICAÇÃO AO REINO DA ITÁLIA E SEUS DESDOBRAMENTOS, P. 30

1.2 AS CIDADES DE PARTENZA, P.33

1.3 OS CONTADINI E O MUNDO RURAL DO LAZIO NO FINAL DO SÉCULO XIX, P. 43

1.3.1 A classificação das propriedades: os *contadini* e seus status ocupacional, p.45

1.4 A CRISE GERADA PELA INSERÇÃO DO LAZIO NO MERCADO CAPITALISTA, p. 51

1.5 AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS: SISTEMA DE CRÉDITO PARA OS PEQUENOS E MÉDIOS PROPRIETÁRIOS, p. 58

2 AS FAMÍLIAS EMIGRADAS, p. 64

2.1 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NA PENÍNSULA ITÁLICA, p. 64

2.2 AS FAMÍLIAS EMIGRADAS NA DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA ITALIANA, p. 69

2.2.1 Os lotes de terra e os imóveis, p. 71

2.2.2 A casa como espaço de unidade de produção, p. 82

2.2.3 A produção agrícola e a produção pecuária, p.86

2.2.4 A participação na política procenesa e graffignanesa, p. 90

2.3 A “MISERABILIDADE” DO EMIGRANTE EM QUESTÃO, p. 104

3 O NOROESTE FLUMINENSE – A ÁREA DE ACOLHIDA, p.113

3.1 A FAZENDA BELA VISTA, p. 124

4 A MOBILIDADE SOCIAL, p. 143

4.1 A OCUPAÇÃO NA SEDE DO DISTRITO, p. 146

4.2 Os ITALIANOS SITIANTES NO INTERIOR FLUMINENSE, p. 158

4.2.1 A solidariedade na aquisição dos bens, p. 164

4.2.2 A proximidade espacial e as redes de sociabilidades, p. 170

4.2.3 A organização familiar: entre o sítio, a casa e a igreja, p. 174

5 UMA ITALIANA NA FAZENDA DO CÉU, p. 184

6 A APREENSÃO SOCIAL DE UM REGISTRO CONTÁBIL, p. 200

6.1 A LIDERANÇA NA COLÔNIA, p. 207

7 A MANUTENÇÃO DOS LAÇOS ECONÔMICOS ENTRE A ITÁLIA E O BRASIL: AS
REMESSAS E A HERANÇA DA TERRA, p. 213

7.1 AS REMESSAS, p.214

7.2 A HERANÇA DA TERRA NO BRASIL, p. 242

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 261

9 BIBLIOGRAFIA, p. 264

10 FONTES, p. 280

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Valor da produção segundo as cifras fornecidas pelo Ministério Agrário em lira, f. 52

TABELA 02 - Débito hipotecário sobre terrenos na região do Lazio em lira, f. 57

TABELA 03 - Superfície total dos terrenos e as respectivas famílias proprietárias, f. 73

TABELA 04 - Descrição dos imóveis adquiridos pela família Pellegrini, 1875 a 1888, e sua localização, f. 77

TABELA 05 - Distribuição dos imóveis entre as famílias emigradas de Proceno. 1875 -1898, f.82

TABELA 06 - Distribuição dos imóveis entre as famílias emigradas de Graffignano 1875 a 1898, f.83

TABELA 07 - Total da produção agrícola dos emigrantes. Proceno e Graffignano , f. 87

TABELA 08 - A criação de animais no Lazio – 1876-1881, f.89

TABELA 09 - Analfabetismo por região nos anos de 1871 e 1911, f. 98

TABELA 10 - Municípios onde houve maior produção de café na safra-1920, f. 122

TABELA 11 - População estrangeira no município de Itaperuna e Petrópolis. RJ-1920, f.124

TABELA 12 - Transação Imobiliária envolvendo italianos -1899-1950, f. 145

TABELA 13 - Distribuição da população por profissão f. 147

TABELA 14 - Distribuição dos investimentos por famílias proprietárias na condição de adquirente na zona denominada “urbana” de Varre-Sai, f.148-149

TABELA 15 - Distribuição da aquisição de terra feita pelas famílias italianas, oriundas de outras regiões da Itália, com as respectivas superfícies, característica, ano da compra e localização, f. 159

TABELA 16 - Distribuição da aquisição de terra feita pelas famílias italianas, oriundas de Graffignano, com as respectivas superfícies, característica, ano da compra e localização, f.160

TABELA 17 - Distribuição da aquisição de terra feita pelas famílias italianas, oriundas de Proceno, com as respectivas superfícies, característica, ano da compra e localização, f. 160-161

TABELA 18 - Distribuição das propriedades por categoria e quantidade de proprietários italianos, f. 161-162

TABELA 19 - Propriedade dos imigrantes italianos por categoria e quantidade, f. 163

TABELA 20 - Distribuição da movimentação de compra e venda feita entre os italianos e de italianos para outra nacionalidade, f. 165

TABELA 21 - Produção de café, em arrobas, distribuída anualmente entre 1925 e 1942, f. 202

TABELA 22 - Produtos vendidos no sítio de Demétrio Pellegrini – 1926-194, f. 204

TABELA 23 - Distribuição dos bens com sua avaliação, f. 247

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig. 01 - Mapa da Itália com a região do Lazio, f. 30
- Fig. 02 - Mapa da Região do Lazio. Antiga Província de Roma, f. 30
- Fig. 03 - Fotografia entrada de Graffignano, f. 33
- Fig. 04 - Fotografia do Castelo de Graffignano, f.33
- Fig. 05 - Mapa de Graffignano, f 34
- Fig. 06 - Fotografia- Vista panorâmica de Proceno- Província de Viterbo, f. 37
- Fig. 07 - Mapa de Proceno, f. 38
- Fig. 08 - Mapa da região com destaque para Proceno, f. 38
- Fig. 09 - Fotografia do Palácio Sforza, f. 40
- Fig. 10 - Fotografia do Castelo (la Rocca) e o prédio da antiga prefeitura, f. 40
- Fig. 11 - Gráfico- Estrutura percentual da população ativa do Lazio, f. 43
- Fig. 12 - Recorte do Ato que extinguiu o uso comunal das terras, em Proceno, f. 55
- Fig. 13 - Certificado de Ação da Banca Cooperativa Popular de Viterbo, f. 58
- Fig. 14 - Livro Matriz-Cadastro de terras. Arquivo de Viterbo/Itália, f. 70
- Fig. 15 - Planta de Proceno no final dos 1800, f. 72
- Fig. 16 - Via Corso Regina Margherita. Proceno e residência da família Pellegrini. f. 76
- Fig. 17 - Residência de Demétrio Pellegrini e Anna Bianconi, f. 79
- Fig. 18 - Porta Fiorentina. Casa com depósito de feno. f. 80
- Fig. 19 - Taxa de atividades por sexo no Lazio e na Itália, f. 85
- Fig. 20 - Diploma de Sindaco de Giuseppe Pellegrini, f. 90
- Fig. 21 - Gráfico sobre o Analfabetismo no Lazio e na Itália, f. 97
- Fig. 22 - Atas de Deliberações comunal de Graffignano, f. 102
- Fig. 23 - Fotografia do Navio Colombo -1901, f. 112
- Fig. 24 - Mapa atual do Estado do Rio de Janeiro, f. 113

- Fig. 25 - Mapa do norte/ noroeste fluminense, f. 114
- Fig. 26 - Fotografia da Fazenda Bela Vista, f. 124
- Fig. 27 - Fotografia do Armazém da Fazenda Bela Vista, f. 127
- Fig. 28 - Fotografia da Estrada de Ferro Leopoldina em Natividade, f. 130
- Fig. 29 - Fotografia das casas dos colonos na fazenda Bela Vista, f. 133
- Fig. 30 - Fotografia da Lira Santa Cecília, f. 153
- Fig. 31 - Fotografia da família Ridolfi, f. 173
- Fig. 32 - Fotografia da família Ridolfi, f. 174
- Fig. 33 - Genealogia da família Ridolfi, f. 174
- Fig. 34 - Fotografia do sitio da família Ridolfi, f. 175
- Fig. 35 - Fotografia da capela da Fazenda Bella Vista, f. 181
- Fig. 36 - Fotografia dos oratórios das famílias Ridolfi e Paolante, f.182
- Fig. 37 - Fotografia da residência de Verônica Castoni, Proceno/Itália, f. 185
- Fig. 38 - Fotografia de Verônica Castoni e filhos, f. 189
- Fig. 39 - Fotografia da Fazenda do Céu, f. 192
- Fig. 40 - Fotografia do carro adquirido por Verônica Castoni, f 195
- Fig. 41 - Fotografia da antiga escola da Fazenda do Céu, f 196
- Fig. 42 - Correspondência feita ao Cônsul no Rio de Janeiro-1938, f. 210
- Fig. 43 - Registro de Estrangeiro de Demétrio Pellegrini-1942, f . 210
- Fig. 44 - Fotografia de Demétrio Pellegrini e família. Itália, f. 212
- Fig. 45 - Fotografia da casa da família Marchetini. Itália, f. 219
- Fig. 46 - Recibo da família Pellegrini, Itália, f. 220
- Fig. 47 - Fotografia do envelope de um testamento, f. 258

INTRODUÇÃO

O fluxo (e)migratório no território europeu se intensificou no último quartel do século XIX, quando na esteira da ampliação do mercado capitalista de produção as populações camponesas foram atingidas de maneira catastrófica.

Entre os países afetados por este quadro, destaca-se a Itália, especialmente, no período pós-unificação, quando milhares de indivíduos, isolados ou em família, muitas vezes formando as denominadas redes emigratórias, se dispersaram pela própria Europa ou para o continente americano. Essa emigração caracterizou uma verdadeira “diáspora”, expressão que vai além de razões puramente econômicas para explicar o fenômeno migratório.¹

A presente pesquisa dedica-se ao exame dos grupos familiares italianos, sobretudo originários da região do Lazio, Província de Roma, e mais especificamente das cidades de Proceno e Graffignano, que se estabeleceram nas imediações do distrito de Varre-Sai, região pertencente ao município de Itaperuna, no interior do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1897 e 1898.

Diante da complexidade que a temática da (e/i)migração envolve julga-se necessário a ampliação dos estudos locais, marcados pela presença das famílias imigrantes, no sentido de evidenciar as especificidades que possibilitarão uma revisão historiográfica dos modelos explicativos generalizantes.

¹ CORTI, Paola. Storia delle migrazione internazionali. Roma-Bari: Editori Laterza, 2007, p. VI.

As últimas décadas do século XX caracterizaram-se pela ampliação dos debates historiográficos sobre o tema da imigração, estimulados pela interdisciplinaridade no campo das ciências sociais, envolvendo a História, Sociologia, Antropologia e a Economia em um profícuo debate. Tal processo provocou o aprofundamento das análises sobre os grupos imigrantes: a estrutura familiar e as suas relações, inclusive de gênero; as estratégias de sobrevivência, cotidiano, as redes de solidariedade, as cadeias migratórias e as remessas de dinheiro entre os países envolvidos no fluxo migratório.

Deste modo, vários estudos brasileiros e italianos vêm contribuindo para a desconstrução do mito do imigrante miserável e analfabeto. O historiador italiano Emilio Franzina² afirma que, ultimamente, o pensamento mais refinado, no círculo restrito dos especialismos, parece ter optado por modelos de maior elasticidade em relação ao passado, atenuando o peso do clássico dispositivo binário atração-expulsão e convidando a uma árdua análise comparativa, abandonando as visões monocausais e miserabilísticas dos êxodos.

No presente estudo, por exemplo, evidenciou-se que na área de partida nem todos os que se dispersaram saíram das regiões mais pobres da Itália marcados pela miséria e pelo analfabetismo. Por outro lado, a região analisada apresenta especificidades dentro da diversidade das regiões brasileiras onde aportaram os imigrantes italianos, sobretudo nas áreas cafeeicultoras

Tanto na Itália como no Brasil, o tema da imigração italiana vem merecendo cada vez mais atenção. Pesquisadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, regiões onde a presença italiana foi maior em relação a outros grupos imigrados, os especialistas, em sua grande maioria, concentraram suas análises nos imigrantes oriundos das regiões do norte da Itália: os vênéticos, os friulanos e os lombardos, em maior porcentagem; e, do sul italiano, os campânios, os calabreses, os abruzenhos e os sicilianos.³

Embora este grupo tivesse maciçamente penetrado nestes dois estados, não faz parte de um exclusivismo espacial. Importantes contingentes de italianos, além dos referidos acima, os originários da região área central italiana, se fixaram em outros recantos do Brasil, sendo relevante o número de imigrados em outros estados, como por exemplo, no Rio de Janeiro.

² FRANZINA, Emilio. A Grande Emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 14

³ TRENTO, Ângelo. Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988, p. 39.

O censo de 1920⁴ registrou 40 (quarenta) municípios com imigrantes italianos neste estado. Destes, Itaperuna, no noroeste fluminense, recorte espacial do presente estudo, teve o segundo maior número de imigrados.

Assim, existem muitas lacunas a serem preenchidas no que tange as análises das vicissitudes do fenômeno migratório. No Rio de Janeiro, a contribuição dada pelos italianos é pouco conhecida e, por vezes, ignorada.

No caso em estudo, estamos diante de duas regiões quase sempre excluídas em relação ao processo (e)imigratório: o Lazio, a região de origem, e o Rio de Janeiro, a região de chegada.

Deste modo, novos conhecimentos devem ser produzidos para que a imigração não seja vista de maneira uniforme em todas as regiões, destacando suas particularidades que são inerentes a realidade que a produziu.

O noroeste fluminense, região para onde os grupos de italianos focalizados nesta pesquisa se fixaram, e vieram servir como mão-de-obra na lavoura cafeeira, caracterizou-se por ser, uma área em expansão, com fronteiras agrícolas e demográficas abertas. Vivendo o apogeu do café, nas primeiras décadas da República no Brasil, nunca foi terra de barões.

Sua estrutura fundiária foi constituída, em sua maioria, por pequenos e médios proprietários, cabendo a menor proporção às grandes fazendas.

Portanto, o modelo de relações com os sujeitos sociais que ali se estabeleceram desenvolveu-se de forma diferenciada da adotada pelos grandes proprietários das fazendas dos vales do Paraíba Fluminense e Paulista.

É importante ressaltar que esse foi um período, na região, de ascensão e crise da economia agrária culminando com transformações políticas e econômico-sociais nos anos de 1930 ocorridas no país.

O interesse pelo tema surgiu, primeiramente, pela necessidade de se produzir novos conhecimentos a cerca de questões pouco exploradas no âmbito dos estudos de imigração, tendo em conta a referida lacuna historiográfica sobre esta temática no Rio de Janeiro, acrescentando-se o fato de ser oriunda desta região e, também, de ascendência italiana, o assunto nos motivou, particularmente.

Assim, a partir das investigações preliminares referentes às relações de trabalho estabelecidas entre imigrantes e proprietários de terra da região, acabamos por constatar que:

⁴IBGE. Diretoria Geral de Estatística. 1920. População do Brasil por Estados, Municípios e Distritos, segundo o grau de instrução por idade, sexo e nacionalidade. Rio de Janeiro, 1929. V. 4, 4ª parte.

os italianos deixaram gradativamente de fazer parte dos livros de registros da grande fazenda para iniciar uma dinâmica movimentação de compra e venda de propriedades, conforme assinalado no registro cartorário. Desse processo verificou-se uma significativa mobilidade social: os italianos passando de colonos a proprietários.

Do quadro relatado duas problemáticas se impuseram à pesquisa: a primeira consistiu em compreender a manutenção dos laços econômicos estabelecidos entre os grupos familiares, que se originaram da mesma região de emigração, com os parentes que ficaram no país de origem. Estes imigrantes recebiam da Itália o dinheiro proveniente da realização da venda dos bens que deixaram naquele país ou que receberam, posteriormente, por força de herança; a segunda consistia em analisar as estratégias de acesso à propriedade, na região de acolhimento, para compreendermos a mobilidade social conquistada pelo imigrante, bem como, a permanência e ou ampliação das terras e ou negócios comerciais por intermédio das regras de herança adotadas, na localidade de Varre-Sai e seu entorno.

O recorte temporal deste estudo, privilegiou como marco inicial a chegada do grupo estudado à região – 1897-1898 - período em que os cafeicultores exigiam mão-de-obra para a lavoura cafeeira, sendo a demanda fundamental considerando-se que o desenvolvimento da lavoura do café na região ocorreu no período imediatamente após a abolição da escravidão.

O limite final, 1950, justifica-se pelos últimos registros encontrados de imigrantes de primeira geração, assim como os livros contábeis de suas propriedades. E, também, por ser período em que se assinalou o maior número de transmissão dos bens aos filhos nascidos na Itália e no Brasil.

Com respeito a documentação brasileira, iniciamos a pesquisa nos arquivos privados da grande fazenda Bela Vista e da Casa de Cultura do município de Varre-Sai. Posteriormente, nos registros privados dos arquivos dos descendentes (livros de registros contábeis de terra, correspondências, fotografias, carta formal de partilha, cópia de inventário, testamento e outros) e no arquivo cartorário de Varre-Sai (Livro de Notas: compra e venda de terra, escritura de doação dos bens e procurações).

Através do balanço da grande fazenda extraímos os nomes de alguns imigrados, seus rendimentos e ocupações; com o registro cartorário mapeamos a movimentação de compra e venda de terras, as formas de pagamento, a profissão, assim como a localização e as características dos bens, além das procurações em nome dos italianos; Nos arquivos privados analisamos a capacidade produtiva da família na condição de proprietária, as relações de trabalho estabelecidas entre o imigrante e seus trabalhadores; os produtos cultivados, a

classificação da propriedade, o status ocupacional da família, a visibilidade na localidade, a religiosidade, o papel exercido pela mulher na unidade familiar de produção, a transmissão do patrimônio e a manutenção das relações econômicas e afetivas com os parentes na Itália.

Outras fontes relevantes para o desenvolvimento deste trabalho foram os recenseamentos de 1872, 1890, 1920. Os dados extraídos destes censos permitiram-nos realizar um quadro comparativo da população imigrada, bem como, da população residente no município.

Destacamos especialmente, o recenseamento agropecuário sobre a produção cafeeira do município que permitiu compreender a participação do imigrante sitiante naquela totalidade.

No Arquivo Nacional consultamos a lista dos vapores “Attività” e “Colombo” referente aos anos de 1897 e 1898 respectivamente, para levantarmos a relação das famílias imigradas. Apesar de obtermos o passaporte do imigrante confirmando o navio em que a família viajou, em alguns casos, não os localizamos na listagem dos passageiros, o que pode sugerir várias hipóteses, inclusive a da clandestinidade.

Na Biblioteca Nacional compulsamos as publicações oficiais do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio referentes à agricultura no município, nos anos de 1910-1912.

De extrema relevância foi o documento encontrado na Biblioteca Pública de Niterói/RJ, a saber, um cadastro de propriedades agrícolas feito pela Diretoria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro referente aos anos de 1925 e 1926. Neste registro localizamos os nomes dos proprietários imigrantes, a extensão da terra em alqueires, a localização e o valor do imóvel.

Para compreendermos o contexto social, econômico e político vivido no país de origem, bem como a manutenção dos laços econômicos, dos dois lados do Atlântico, estabelecida pelas famílias: Ridolfi, Murucci, Gorini, Tardani, Aniceti, Pellegrini, Pirozzi, Castoni, Lira, Bianconi, Tramontana, Bianchi, Grillo, Ponziani, Capaccia, oriundas da região do Lazio, fez-se necessário um levantamento de dados nos arquivos italianos, da Província de Viterbo, na época Província de Roma e, posteriormente, cruzar com os registros encontrados no Brasil. Tal tarefa somente foi possível alcançar graças a uma bolsa para estágio de doutorado no exterior, concedida pela CAPES.

Desta forma, foi possível localizar na Itália dois Arquivos fundamentais para o desenvolvimento deste estudos. O *Arquivo de Estado de Viterbo*, onde consultamos os

cadastros de terra e fabricados, constando de toda a movimentação de compra e venda de imóveis no período anterior a emigração, e o *Arquivo Cartorário* de Viterbo de onde extraímos os dados relativos à transmissão da herança dos emigrantes quando estes já estavam no Brasil.

Outros arquivos de grande valia, foram os municipais italianos. As Atas de Deliberações Comuns possibilitou-nos apreender os mecanismos políticos, econômicos e sociais daquelas comunidades, bem como as formas de participação dos futuros emigrantes na vida política do município.

As pesquisas realizadas nas bibliotecas de história moderna e contemporânea e do Centro de Estudos de Documentação dos Padres Escalabrinianos, em Roma; em diversas bibliotecas municipais e na Universidade Agrária da Província de Viterbo, nos permitiram compreender o contexto sócio-econômico e a estrutura fundiária da região referente à época estudada e, sobretudo, problematizar o conceito de remessas e suas diferentes modalidades.

As fotografias, feitas por nós, dos imóveis que pertenceram às famílias emigradas nos municípios de origem, assim como, aquelas localizadas no acervo particular dos descendentes, no Brasil, possibilitou-nos analisar as características destes imóveis e sua localização, dando-nos o dimensionamento do lugar ocupado por este imigrante na comunidade de origem.

Flamarion e Mauad⁵ apontam que as fotografias são reveladoras dos aspectos da vida material de um determinado tempo do passado, de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Muitas das fotografias de famílias revelaram aspectos de uma imagem/monumento: aquilo que, no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro.

A metodologia da história oral também foi por nós utilizada a fim de entrevistarmos os descendentes dos imigrantes, assim como o herdeiro e proprietário atual da grande fazenda, receptora da maior parte dos imigrantes.

Vale lembrar que os testemunhos orais permitem ao historiador recuperar e recriar por intermédio da memória dos informantes o objeto de estudo⁶. É a voz do presente que nos reporta ao passado. Por intermédio destes testemunhos podemos esclarecer trajetórias individuais que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma. Como

⁵ FLAMARION, Ciro Cardoso; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema in FLAMARION, Ciro Cardoso ; VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 407.

⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado Janaina. usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. xv

assinala Pollack “a memória resiste à alteridade e à mudança e é essencial na percepção de si e dos outros”⁷.

Deste modo, buscamos cruzar os relatos dos entrevistados com a farta documentação encontrada, estabelecendo assim, um diálogo entre as diferentes fontes.

O caminho que percorremos pretendeu lançar luzes sobre a complexidade do fenômeno imigratório, percebendo os imigrantes como um grupo de pessoas que utilizaram de estratégias múltiplas para conquistarem o seu lugar em terras desconhecidas.

Deste modo, nossas reflexões não pretenderam abranger todos os aspectos que envolvem os grupos familiares de imigrantes, visto que uma temática não se esgota diante das muitas questões que poderão ser lançadas sobre ela.

Este estudo foi ordenado em sete capítulos por intermédio dos quais pretendemos esclarecer as proposições formuladas.

No Capítulo 1 abordamos a situação político-administrativa e sócio-econômica do mundo rural do Lazio, desde a sua unificação ao Reino da Itália, em 1870, até o final do século XIX, período em que as famílias italianas emigraram para o noroeste fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

Tal abordagem permitiu ampliar a discussão a respeito da classificação sócio-profissional da maioria dos imigrados italianos, os denominados *contadini*.

O Capítulo 2 enfatiza a formas de organização familiar na península itálica identificando as principais mudanças ocorridas nas relações familiares, bem como as regras de herança estabelecidas entre as famílias na Itália central.

Procuramos mapear os imóveis pertencentes às famílias italianas no período anterior a emigração, bem como a criação de animais, produção agrícola, a dimensão das propriedades e o seu uso, a renda e a posição ocupada pelo proprietário na política e na hierarquia social, colocando em questão *a miserabilidade do emigrante*.

No Capítulo 3, analisamos os aspectos sócio-econômicos e político-administrativos da região noroeste fluminense, especificamente, no distrito de Varre-Sai e seu entorno, no município de Itaperuna, área de destino dos imigrantes. Apresentamos, também, a análise dos registros contábeis da Fazenda Bela Vista, receptora da maior parte das famílias imigradas, bem como dos relatos orais concedidos pelo atual proprietário, herdeiro da fazenda.

⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v2, n. 3, p. 3-15 apud ALBERTI, Vereni, Ouvir e Contar. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.27.

O Capítulo 4 teve como objeto a mobilidade social dos imigrantes italianos e as estratégias utilizadas para conquistar a condição de proprietário.

Trata-se da análise das redes de solidariedade, estabelecidas entre estes imigrantes, que foram gradativamente construindo seu espaço e adquirindo relevo na documentação cartorária, especificamente, no Livro de Notas de compra e venda de propriedades do distrito de Varre-Sai/RJ.

No Capítulo 5 traçamos a trajetória de uma família procenesa que ao chegar ao noroeste fluminense obteve ascensão social, num curto período de tempo, tendo a frente dos negócios uma mulher com seus filhos menores.

Para este estudo de caso, analisamos os registros do arquivo privado da fazenda para compreensão da condição de fazendeira adquirida pela mulher italiana na região imigrada. Utilizamos, também, do depoimento oral concedido pelo atual proprietário, herdeiro da fazenda, que conviveu diretamente com a imigrante.

No Capítulo 6, apresenta-se a análise de um registro contábil de um italiano sitiante. Neste registro, referente ao período de 1925 a 1942, da família Pellegrini, proprietária de terra em Varre-Sai, localizamos cinquenta e seis trabalhadores nas terras do sitiante, dentre eles: italianos, turcos, portugueses e brasileiros. Assim, fizemos a apreensão da reprodução social e do capital simbólico da experiência vivida pela família italiana em Proceno, e enquanto colona no Brasil, caracterizada na fonte estudada.

Finalmente, no Capítulo 7, objetiva a análise da manutenção dos laços econômicos entre a Itália e o Brasil, bem como o estudo das remessas oriundas daquele país por intermédio da movimentação financeira concedida a um outorgado italiano pelas famílias no Brasil, seja para a venda dos bens que lá deixaram quando emigraram, seja para acompanhar a partilha dos bens recebidos por força de herança. Assim, buscamos explicar a transmissão do patrimônio feita aos emigrados no país de origem, e destes aos seus filhos, no Brasil.

1 DA ITÁLIA AO BRASIL

Entre 1897 e 1898 na região do Lazio⁸, Província de Roma, inúmeras famílias fizeram parte do fluxo migratório para diversas partes da Europa e América como EUA, Argentina e Brasil, sobretudo dos municípios de Proceno e Graffignano.

Deste modo, buscamos, nos arquivos italianos, dados que pudessem revelar a condição sócio-econômico e política sobre as famílias que emigraram dos municípios de Proceno e Graffignano, (o do seu entorno)⁹, e tiveram como destino, a região de Varre-Sai, no noroeste fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

Existem diversos estudos sobre o processo migratório italiano. No entanto, até bem pouco tempo, a maior parte destes estudos, baseados na construção de um modelo generalizante de um migrante miserável, era voltado para a emigração do norte e do sul da Itália, sem apontar para a região central daquele país.

O historiador da Universidade de “Padova”, Gianpaolo Romanato, em um artigo intitulado “A emigração italiana no Rio Grande do Sul: observações e notas bibliográficas”¹⁰, assinala que a emigração, até bem pouco tempo, não era um tema de grande importância para os historiadores italianos. O autor afirma que tal desinteresse, talvez estivesse ligado à lembrança de uma Itália pobre e marginal, ou, mais provavelmente, pela dificuldade em encontrar fontes e informações adequadas sobre um país distante e culturalmente complexo.¹¹ Neste caso, referiu-se a países que receberam o maior número de imigrantes italianos: EUA, Argentina e Brasil.

⁸ O Lazio, região central da Itália, limita-se ao norte com as regiões da Toscana e da Úmbria, a leste com Marche, Abruzzo e Molise, ao sul com a Campânia e a oeste com o Mar Tirreno.

⁹ Localizamos uma família em um município circunvizinho denominado Grotte di Castro.

¹⁰ ROMANATO, Gianpaolo. L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul. Osservazioni e Note Bibliografiche in Studi Latino Americani. Emigrazioni/Immigrazioni. A Cura di Mario Sartor e Silvana Serafin. Dipartimento di Storia e Tutela dei Beni Culturali. Università degli Studi di Udine. Fórum, 2007, p. 223.

¹¹ ROMANATO, 2007, Op. cit., 223.

Nas últimas décadas o volume de publicações, tanto na Itália como no Brasil, sobre os italianos, provenientes de diversas regiões, aumentou consideravelmente. Romanato¹² atribui este aumento a diversos fatores, dentre eles destaca-se: o número de estudiosos que, cada vez mais, opta pela migração como objeto de estudo; o interesse, político e cultural das regiões em virtude do surgimento das associações migratórias tanto na Itália como no exterior; enfim o interesse das instituições privadas como a dos missionários Escalabrinianos; a Fundação Agnelli que, dentre outras publicações, possui a revista “*Altreitalia*”¹³, com mais de 30 fascículos disponíveis on-line.

No Brasil, a historiadora Ismênia Martins¹⁴ aponta que uma das questões que contribuiu para a ampliação das pesquisas sobre imigração foi à expansão dos programas de pós-graduação, e mesmo de cursos de História por todo o país, colocando o tema em evidência, especialmente nas regiões onde a formação social é expressivamente marcada pela presença de imigrantes.

Nossa experiência com esta pesquisa constatou que embora os estudos sobre emigração/imigração, em uma perspectiva histórica, alcançassem relevo, há sempre espaço para uma análise das vicissitudes do fenômeno migratório. São perceptíveis as lacunas existentes tanto no que tange a região de partida, o Lazio, como a de chegada, o Rio de Janeiro.

Deste modo, ao percorrer as bibliotecas e livrarias de Roma, na tentativa de encontrar bibliografias que referissem a emigração do Lazio, tornou-se visível as poucas pesquisas existentes com abordagem sobre a emigração transoceânica desta região. Como já apontado, a grande maioria dos estudos referem-se aos emigrantes do norte e do sul da Itália. Destas regiões transferiram-se para a América do Norte e do Sul grande parte da população agrícola italiana.

Angelo Trento¹⁵ assinala que o período da grande emigração, é constituído pelo estudo da proveniência regional. No censo dos italianos no estrangeiro, de 1881, de um total de 82.196 pessoas registradas na ex-colônia portuguesa, a região setentrional da Itália apresentava percentuais significativos: vênnetos e lombardos aparecem com 49.9%.¹⁶

¹² *Ibidem*, p. 223.

¹³ Para ler as revistas acessar o site www.altreitalia.it.

¹⁴ MARTINS, Ismênia de Lima (org). História: Estratégias de pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 16.

¹⁵ TRENTO, 1989, *Do outro lado do Atlântico: um século de emigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 38-39.

¹⁶ TRENTO, Angelo, 1989, *Op cit.*, p. 38-39.

De fato, o componente vêneto constituirá, por longo tempo, o elemento mais numeroso da emigração para o Brasil. No final do XIX e início do XX, entre 1887 e 1902, o Brasil constituía a metade predominante da grande emigração transoceânica com 80% da região do Vêneto e Friuli. Sobre a proveniência regional dos emigrantes afirma:

Se examinarmos todo o período, notaremos que além do peso esmagador dos vênets e friulanos, a emigração lombarda também assumiu certo relevo, enquanto a presença mais significativa da Itália central é a dos toscanos. No que se refere às regiões meridionais, têm notável consistência os campânicos, seguidos de calabreses e abruzenhos.¹⁷

Trento faz menção às regiões norte e sul incluindo, também, na grande emigração, a Toscana, da Itália central. Sobre as regiões que não deram contribuição nenhuma ao fluxo migratório para o Brasil, o autor aponta: a Ligúria, a Úmbria, o Lazio e a Sardenha. E sobre a emigração com destino ao Rio de Janeiro, diz ele:

Foi fatalmente diferente a destinação ocupacional da emigração que se dirigiu para o vizinho Rio de Janeiro. Obviamente, foi, sobretudo, a capital que atraiu o maior número de italianos. (...) no Rio de Janeiro, a grande maioria era formada por meridionais, principalmente das Províncias de Cosenza, Potenza e Salerno, em menor número, e de Nápoles, Caserta e Reggio Calábria.¹⁸

A propósito da proveniência regional abordada pelo autor com significativa predominância dos meridionais no Rio de Janeiro, ressaltamos que outras regiões italianas também fizeram parte do fluxo migratório para este estado, como é o caso das famílias emigradas do Lazio para o interior fluminense. Temos aqui duas questões apresentadas pelo autor: a primeira diz respeito à região de origem dos italianos; a segunda é o local de destino.

De fato ao percorrermos uma extensa literatura italiana relacionada à emigração encontramos diversas obras com abordagens e modelos migratórios diversificados. Dentre os autores¹⁹ que direcionaram seus estudos para a emigração do setentrional ou meridional, principalmente para os estados do Sul e São Paulo, citamos: Ângelo Trento, Emílio Franzina, Chiara Vangelista e outros.

¹⁷ *Ibidem*, p. 39.

¹⁸ TRENTO, Angelo. *Op. cit.*, p. 41.

¹⁹ TRENTO, Angelo. *Op. cit.*, 1989; FRANZINA, Emilio. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas/SP: UNICAMP, 2006. Outra obra do mesmo autor *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in Amercia Latina (1876-1902)* Verona: CIERRE edizione, 2000; VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

Para os estudos italianos, nas palavras dos historiadores Michele Colucci e Matteo Sanfillipo²⁰ “falta literatura especializada que dê conta do fenômeno migratório nos seus mais variados aspectos, seja na migração interna como externa do Lazio”. Os autores apontam como justificativa os poucos trabalhos existentes na Itália, sobre a emigração desta região, ao mencionar que a diáspora viterbese²¹, recorte espacial do nosso estudo, teve uma pequena mobilidade local, emigração para os países europeus e um número reduzido de emigrados para o continente americano. No entanto, a reflexão a respeito da historiografia, indica a escassez de pesquisas sobre a questão migratória na região:

...as perguntas, cujo um ensaio sobre emigração laziale deveria responder, são muitas e, sobretudo obriga-nos a refletir os detalhes, significativos, os quais a historiografia disponível não tem até hoje prestado atenção. Para reassumir, os já citados poucos trabalhos sobre a região do Lazio, não deixamos dúvidas a artificialidade histórico-geográfica desta última e sobre o fato relativo à emigração.²²

Na concepção dos estudiosos a escassez de literatura deve-se, também, a inexistência de fontes cartorárias como, por exemplo, a documentação dos arquivos notariais. Ressaltamos que a pouca relevância dada à emigração do Lazio é questionável, seja por “não caracterizar uma região de emigração”, seja pela “inexistência de documentação oficial”, conforme relatado pelos estudiosos.

Em uma das bibliotecas visitadas em Viterbo, localizamos um exemplar da Revista “La Loggetta”²³ publicada em 2005 com uma edição especial sobre “Emigranti”. Este periódico contém trinta e três artigos sobre a emigração dos municípios da Província de Viterbo, incluindo Proceno, de onde saíram às famílias imigradas no noroeste fluminense.

No texto intitulado “Da 4000 a poco più di 500” o autor demonstra que no município de Proceno a emigração foi progressiva. Como local de destino destes emigrantes ele cita os Estados Unidos e o Brasil, num período compreendido entre o final do século XIX e a Segunda Grande Guerra. Além de Proceno, os artigos fazem referência a mais cinco

²⁰ SANFILLIPO, Mateo & COLUCCI, Michele. L'emigrazione dal Lazio: il dibattito storiografici in *Archivio Storico dell'emigrazione italiana. Modelli di Emigrazione Regionale dall'Italia Centro-Settentrionale*. Sette Città. Anno 2, n 1, 2006, p. 107.

²¹ Viterbo foi elevada à condição de Província em 1927. Constitui uma das Províncias do Lazio composta por 60 municípios, dentre eles: Proceno e Graffignano.

²² COLUCCI, Michele & SANFILIPPO, Matteo. L'emigrazione dal Lazio: il dibattito storiografico in *Revista Archivio storico dell'emigrazione itali*. Editor SETTE CITTÀ. Viterbo, 2006, p. 109.

Revista de publicação bimestral na província de Viterbo.

²³ La Loggetta. Periódico bimestrale dell'Associazione Culturale di Pianzano. Editore: Associazione Culturale “La Loggetta”, 2005, p. 62

É necessário ressaltar que mesmo não sendo uma produção da história local de origem não acadêmica aponta para uma significativa emigração da região.

municípios de emigração para o Brasil. Os outros, se dirigiram para os Estados Unidos, Argentina e países da Europa.

Diante deste dado, é possível inferir que a inexistência de estudos sobre o Lazio pode ser atribuída a “artificialidade” historiográfica, sobre a temática da emigração conforme já apontado por Sanfillipo.²⁴

A “inexistência das fontes oficiais” constitui-se, para os pesquisadores, um entrave para a construção da história da emigração *laziale*. De fato, muitos problemas que o historiador poderia levantar, muitas das questões que ele efetivamente propõe ao passado, estão fadados a permanecer sem solução nem respostas por falta de uma documentação adequada.²⁵

Não podemos negar que os documentos constituem os instrumentos dos historiadores, mas, vale ressaltar, que estes só são descobertos quando são procurados face ao problema levantado, surgindo mediante processos engenhosos voltados para o interesse e a finalidade do historiador. O que escapa a alguns pode ser claro para outros na medida das questões propostas. No caso, em evidência, foi possível encontrar, nos arquivos italianos, uma rica documentação sobre os emigrantes do Lazio, especificamente da Província de Viterbo. É necessário considerar que esta documentação só foi possível de ser localizada porque já existiam previamente fontes privadas e oficiais, encontradas no Brasil, que permitiram abrir novos campos de investigação. Sem o fio condutor, “o nome”²⁶, dos emigrantes e do lugar de origem, seria impossível o percurso da investigação e descobrir as diversas conjunturas em que se inseria esse nome.

Considerando que São Paulo e Rio Grande do Sul receberam a maior parte dos imigrantes italianos, oriundos das extremidades da Itália, é natural que um número maior de, historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, focalizassem seus estudos nestes dois estados, conseqüentemente, existe um maior número de produção sobre os oriundo daquelas regiões.

Dentre as produções em diferentes períodos históricos e sobre diferentes aspectos e abordagens, encontramos: Sérgio Buarque de Hollanda; Eunice Durhan; Emília Viotti; José de Souza Martins; Paula Beighelman; Luis A. De Boni; Boris Fausto; Thales de Azevedo; Alexandre Hecker; Paulo Possamai; Núncia Constantino; Maria Theresa Schore; Tércio

²⁴ SANFILLIPO, Mateo & COLUCCI, Michele, 2006, Op. cit., p. 107.

²⁵ MARROU, Henri. Sobre o Conhecimento Histórico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p.56.

²⁶ GINZBURG, Carlo. A micro-História e outros ensaios. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 174-175.

Pereira do Gianni; Lúcio Kowaric e outros.²⁷ Citamos, também, os historiadores italianos contribuíram com estudos sobre a imigração em São Paulo: Angelo Trento, Chiara Vangelista etc. Além destes, poderíamos, ainda, elencar os estudiosos de outros estados brasileiros que apresentaram o mesmo recorte territorial.

Deste modo apontamos para as inúmeras lacunas existente na historiografia sobre as regiões centrais da Itália, sobretudo, o Lazio recorte espacial da presente pesquisa, assim como os estudos sobre o italiano no estado do Rio de Janeiro.

Interrogando sobre a possibilidade de traçar um modelo regional que explicasse o êxodo destes emigrantes do território laziale, procuramos apresentar num primeiro momento a estrutura administrativa do Lazio, após a anexação ao Reino da Itália, incluindo os municípios de origem dos emigrantes: Proceno e Graffignano. Posteriormente, abordaremos o mundo rural do Lazio, no final do século XIX, em sua complexidade incluindo os camponeses ou agricultores, denominados *contadini*.

A classificação das propriedades destes agricultores será outro item a ser analisado assim como, a inserção da região no mercado capitalista, a produção agrícola predominante, as organizações das cooperativas agrícolas de crédito e a participação na política local a fim de compreendermos a conjuntura econômica, política e social vivida pelos emigrantes no final do século XIX.

²⁷ COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998; MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1973. BEIGHELMAN, Paula. A crise do escravismo e a grande imigração. São Paulo: Brasiliense, 1981; Idem A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos. São Paulo: Pioneira Editora, 1968; ²⁷ DE BONI. Luis Alberto (org). A Presença Italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987; FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades in História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea (org) Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Cia das Letras, 1998; HECKER, Alexandre. Um socialismo possível. A atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo: T.A. Queiroz, 1988; DI GIANNI, Tércio Pereira. Italianos em Franca: Imigrantes de *boa estrela* em uma cidade do interior. Franca: UNESP – FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997; AZEVEDO, Thales. Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982; POSSAMAI, Paulo. Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos da Esquina. Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST. 1991; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. A contribuição italiana para a formação do Brasil. Org e Trad. Andréia Guerini. Florianópolis: NUT/NEITA/UFSC, 2002. PETRONE, Maria Thereza Schorer. O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930). São Paulo: editora brasiliense, 1982; TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988; VANGELISTA, Chiara. Os braços da lavoura. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

1.1 A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO LAZIO: A UNIFICAÇÃO AO REINO DA ITÁLIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Considerando que as relações sociais possuem uma dimensão espacial é necessário que o historiador situe seu campo de ação, tendo em vista as mudanças ocorridas ao longo do tempo no recorte espacial a que se propõe.²⁸

Fig 01



Fig. 02



Mapa da Região do Lazio. Antiga Província de Roma
 Fonte: Instituti Culturali del Lazio. Atlante storico-politico del Lazio.
 Editore Laterza.

Mapa da Itália com a região do Lazio em destaque.

Fonte: Instituti Culturali del Lazio.
 Atlante storico-politico del Lazio.

²⁸ O Lazio, região central da Itália, limita-se ao norte com as regiões da Toscana e da Úmbria, a leste com Marche, Abruzzo e Molise, ao sul com a Campânia e a oeste com o Mar Tirreno, e, no seu interior com o Vaticano.

Ciro Cardoso²⁹ afirma que toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou de ação prática; além disso, as relações entre o homem e o espaço não são imóveis, modificam-se no tempo conforme o grau de variáveis de organização do meio ambiente pelo grupo humano. “(...) o que importa é saber integrá-la num conjunto significativo. Afinal o enfoque regional não é um método, e sim uma opção quanto a delimitação do universo de análise”³⁰.

Os dados sobre a organização administrativa do Lazio³¹, principalmente de Proceno e Graffignano, municípios onde residiram às famílias que emigraram para o Brasil, são importantes para a compreensão do cotidiano vivido pelos seus habitantes, sobretudo, os relacionados às estratégias sociais e políticas destes emigrantes.

O Lazio fez parte do Estado Pontifício e foi anexado ao Reino da Itália em 2 de outubro de 1870, quase dez anos após o início da unificação das outras regiões que compõem hoje, a Itália.

No período que antecedeu a unificação a diocese constituía o princípio de organização local do território que do ponto de vista do Estado era dependente de um único centro, Roma.

No sistema administrativo pontifício prevalecia a seguinte organização da hierarquia local: o território era dividido em 5 *circondari*³²: Roma, Viterbo, Civitavecchia, Frosinone e Velletri. Cada um constituído de uma cidade denominada *capuologo*, ou seja, um centro que polarizava os outros municípios. Esta divisão é a que estava em vigor no momento da anexação da região ao Reino da Itália.

Após a unificação a região do Lazio passou a se constituir em uma única Província, “Província de Roma”, e o novo Estado decidiu manter a mesma divisão até 1927, período em que a configuração territorial apresentou nova evolução com a transformação de alguns *circundários* em Províncias. Além de Roma, as seguintes Províncias surgiram no território: Viterbo, Rieti, Frosinone e Latina. Tal recorte espacial se mantém até os dias atuais.

²⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis*: Ed Vozes, 1979.p.78

³⁰ *Ibidem*. p.78.

³¹ A Itália é dividida administrativamente em regiões, províncias e comunas. São órgãos constitutivos da região: o Conselho Regional; a Junta Regional. Este, último, é o órgão executivo da Região que, conforme o Estatuto, coloca em prática os objetivos estabelecidos no programa político e administrativo do Presidente da Região e dos Atos do Conselho Regional. Cf. MELIS, Guido. *Storia dell'amministrazione italiana. 1861-1993*. Società editrice il Mulino.p. 22-30.

³² A Província de Roma, que compreendia toda a Região do Lazio, no período posterior a unificação era formada por circundários, isto é, micro-regiões onde concentravam diversos municípios e possuíam uma cidade sede. Citamos como exemplo Proceno e Graffignano que tinham como cidade polarizadora Viterbo, esta, pertencente a Província de Roma.

Deste modo, diversos municípios, dentre eles, Proceno e Graffignano, deixaram de pertencer a Província de Roma e passaram a constituir a Província de Viterbo.

Na organização administrativa da *comune* o *sindaco*, referente ao cargo de prefeito³³ no Brasil, governa com a *Giunta Comunale – Junta Comunal*. Esta Junta, espécie de secretariado é formada por pessoas de confiança do prefeito. Faz parte da Junta: o síndaco e assessores. Compõe, ainda, a administração do município o *Consiglio Comunale – Conselho Comunal*, correspondente à câmara municipal no Brasil. Os membros do Conselho e o Prefeito são eleitos pelo voto direto.³⁴

Esta organização administrativa, referente ao período pós-unificação, que se mantém até os dias atuais, foi extraída da documentação do arquivo comunal, correspondente às décadas de 80 e 90 do século XIX, quando foi possível localizarmos alguns membros das famílias emigradas participando da vida política dos municípios de Proceno e Graffignano. Entre os anos de 1876 a 1894 os emigrantes constam ora como conselheiros, ora como membros da Junta, na posição de assessor do prefeito e no mais alto status ocupacional da estrutura político-administrativa de um município, o lugar de prefeito ou *sindaco*.

Analisar o contexto político, social e econômico destas famílias que faziam parte de um território recém unificado e em rápida transformação significa tratar, de fato, das tensões decorrentes desta própria transformação, principalmente, no que se refere à perda de poder político e sobremaneira, do poder econômico.

O território, como um espaço de transformação, onde os sujeitos sociais estabelecem relações entre si e com o lugar onde habitam, deixam marcas que representam suas histórias de vida, seja nos monumentos, nas casas, nas ruas e nos documentos guardados em arquivos.

Desta forma, entendemos que para a compreensão do contexto social vivido por estes sujeitos faz-e necessário conhecer o seu espaço, não apenas como cenário mas, como um lugar de ação, de movimento e de transformação.

Assim, para aprendermos os meandros percorridos pelas famílias emigradas, no final do XIX, chegamos as cidades de Graffignano e Proceno.

³³ Na Itália existe, também, a figura do *prefetto* (não confundir com prefeito, em italiano *sindaco*) que é o representante do governo central em cada província italiana. Inferimos que o *preffeto* é uma espécie de governador no Brasil. Dentre suas várias funções está a de chefiar a polícia da província em que atua.

³⁴ A estrutura política apresentada é a mesma do final do século XIX. O diferencial está no voto. Na época era censitário. Este assunto será melhor explicado no capítulo 2.

1.2 AS CIDADES DE PARTENZA

GRAFFIGNANO

Fig. 03



Fig. 04



Castelo de Graffignano – Na casa em frente ao castelo residiu uma emigrante da família Aniceti.

Fotos: Rosane A. Bartholazzi de Carvalho

Pelo cenário visualizado podemos imaginar o impacto sofrido pelos imigrantes ao chegarem em uma região com características completamente opostas, como o noroeste fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. No lugar dos castelos e monumentos medievais

encontraram matas, terrenos íngremes, com poucas casas feitas de madeira e distantes umas das outras.

Deste modo, ao deixarem sua cidade, estes agricultores, talvez não imaginassem o profundo corte, principalmente no plano material, que a mobilidade espacial para um país distante ensejaria: “As casas na Itália, todas de dois andares, os castelos...meu avô dizia que era tudo muito diferente daqui”.³⁵

Este castelo localiza-se a poucos metros da praça principal do município de Graffignano. Na casa em destaque residiu uma membro da família Aniceti, emigrada para o Brasil. Além desta, as famílias Ridolfi, Morucci, Tardani e Gorini fizeram parte do fluxo emigratório para o noroeste fluminense, no estado do Rio de Janeiro, em novembro de 1897.

Para Marc Bloch³⁶, o presente e o passado se interpenetram e para interpretar os raros documentos, para formular corretamente os problemas e até mesmo para fazer uma idéia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje, pois apenas ela fornece as perspectivas de conjunto de que será indispensável partir.

Fig. 05



Mapa de Graffignano - 1890

Fonte: Registro de mapas. Arquivo de Estado Viterbo

³⁵ Entrevista concedida por Miguel Paolante. Varre-Sai. 2006

³⁶ BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p.67.

Graffignano possui, hoje, cerca de 2.288 habitantes, e está distante 30 km da capital da Província, Viterbo.

Este município, como quase toda a Itália, é constituído por um conjunto arquitetônico que permite rememorar a história desde os tempos da dominação etrusca, romana e medieval. O “Castelo de Graffignano” representou o símbolo máximo da organização sócio-político, naquela localidade, no sistema feudal.

Para Renata Ago³⁷, cada cidade do Lazio possui uma história gloriosa. São pequenas cidades, em sua maioria, cercadas com muros, com seus castelos suntuosos e suas igrejas e santuários. Com sua beleza arquitetônica, Graffignano está entre as cidades citadas pela autora.

Falar desta cidade é associá-la ao Santuário Mariano nella Teverina “La Madonna del Castellonchio” considerado pelos graffignaneses o local mais importante da cidade. Ele está presente nos cartões postais, nos folhetos da cidade, nos jornais e em um pequeno livro produzido por Tomaso Bernardini e Angelo Tanzela. Nesta produção, o sindaco da comune expressa a importância deste santuário para Graffignano:

A religiosidade é um aspecto importante na vida das pessoas de uma comunidade, agregando os homens em torno dos valores absolutos aos quais tendem a ancorar-se de modo positivo, tanto na razão como no sentimento. (...) Um dos lugares onde se fundem razões e sentimentos coletivos do povo de Graffignano, é o Santuário della Madonna del Castellonchio, referência da tradição religiosa popular, símbolo prodigioso de uma vida coletiva plurisecular, (...)sementes das quais fecundam os valores que honram o trabalho, a tolerância e o empenho dos graffignanesi.³⁸

Neste relato, o *sindaco*, fez uma observação particular sobre a comunidade de Graffignano. Evidenciou a importância do santuário como lugar de unidade e a religiosidade como tradição secular das famílias graffignanesas.

De fato, este local era o lugar considerado sagrado pelas famílias, onde se faziam os pedidos e expressavam sentimentos. Uma das imigrantes, residente na casa localizada em frente ao castelo, representada na fotografia acima, era freqüentadora deste santuário. Em uma das cartas enviadas à Itália, o neto da imigrante escreve aos parentes e referindo-se a devoção que sua avó tinha pela Madonna. Assim assinalou: “Como disse na correspondência enviada

³⁷ AGO, Renata. Le città di província tra unificazione e prima guerra mondiale. In: CARRACIOLO, 1991, Op. cit., p. 263.

³⁸ CUNEGO, Renato. In: TANZELLA Angelo; BERNARDINI, Tomaso. La Madonna del Castellonchio. Um Santuario Mariano nella Teverina. Graffignano, 1993.

anteriormente, a vovó era muito devota da *Madonna* e junto a irmã Margherita que deixou na Itália, cantava no coro da igreja(...)³⁹

Os monumentos constituem-se importantes fontes para a compreensão da história de um lugar. Através deles são perpetuados os valores de determinada sociedade “é um legado à memória coletiva”.⁴⁰

Se os monumentos servem de testemunho histórico, uma *herança do passado*⁴¹, por si só não bastam para explicar uma dada sociedade. Assim, procuramos localizar os documentos que fossem reveladores do contexto vivido pela famílias que neste local residiram.

Para a compreensão da história de Graffignano, além dos documentos arquivísticos, utilizamos das produções locais, de origem não acadêmica, considerando que estas obras têm o mérito de indicar fontes, resgatar informações que muitas vezes se perderam, e, sobretudo de se constituírem em evidências do grau de consciência histórica das comunidades representadas, além de explicitarem a memória oficial.

Deste modo, encontramos nos autores graffignaneses Tanzella & Bernadini⁴² uma síntese histórica intitulada “Il Feudo di Graffignano”. Utilizando dos documentos do arquivo comunal os autores procuraram analisar o domínio exercido pelas nobres famílias Graffignanesas naquele território, bem como a perpetuação deste domínio até o final do século XIX.

No Estado Pontifício, uma parte do território da região, sobretudo os pastos e bosques, eram disponibilizados aos *contadini*, para criarem seus animais e retirarem sua lenhas. Em Graffignano, este direito era limitado pela resistência da nobreza em ceder as terras para uso comunal. Tal domínio fez de Graffignano um lugar de conflitos entre *contadini* e herdeiros do feudo por várias décadas, sobretudo na transição para o novo estado unitário quando a região foi integrada ao Reino da Itália.

Através das atas de deliberação comunal constatamos que os conflitos eram, de fato, recorrentes. Os assuntos discutidos pelos conselheiros referiam-se, na maioria das vezes, a invasão de terras feita pelos *contadini*. Normalmente, estes camponeses reivindicavam o uso dos pastos para a criação de animais. Dentre esses conselheiros localizamos alguns membros das futuras famílias emigradas, tais como: Gorini, Morucci e Tardani e Ridolfi indicando que estas não estavam envolvidas nos conflitos apontados.

³⁹ Arquivo Privado cedido por um membro da família Ridolfi. 1995.

⁴⁰ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas/SP: UNICAMP, 2003, p. 526.

⁴¹ *Ibidem*, p. 526.

⁴² TANZELLA, Ângelo; BERNADINI, Tommaso. Il Feudo di Graffignano. Sintesi Storica. Vol.I. Firenze: Tipografia Maggiorcelli Gráfica, 1991.

Diante do quadro de exclusão dos trabalhadores rurais daquelas terras, esses autores⁴³ assinalam que apesar do município, no passado, ter se apresentado com um significativo potencial agrícola e um número elevado de agrupamentos humanos, no final do século XIX, já não apresentava as mesmas características econômicas e sociais dos tempos anteriores.

Os produtos agrícolas do lugarejo na época em que as famílias emigraram, em sua maioria, constituía-se do plantio da videira e oliveira, além dos cereais plantados nos lotes das famílias contadinas.

As famílias graffignanesas que fazem parte deste estudo, além da participação na política, possuíam pequenos lotes de terra e casas. Para o contexto social e econômico do local podemos inferir que não estavam em pior situação na escala de classificação de uma propriedade contadina, no entanto, se comparadas as procenesas possuíam menor poder aquisitivo, como veremos no capítulo 2

PROCENO

Figs. 06



Entrada da cidade



Vista panorâmica de Proceno- Província de Viterbo
Fotografia: Rosane A. Bartholazzi. 2007



Fonte: Arquivo de Estado de Viterbo.
Entrada do lugarejo no final do XIX.

“(...) Qui da noi è fatto sempre caldo fino ora, in questi giorni è venuto gran freddo(...)”⁴⁴

⁴³ Ibidem, 18-19.

⁴⁴ Trecho da correspondência enviada por Francesco Caldara, residente em Proceno, a Demétrio Pellegrini, imigrado em Varre-Sai. 1933..

Aqui entre nós tem feito sempre calor, nestes dias veio um frio intenso.

Neste município viveram as famílias Pellegrini, Bianconi, Ghezzi, Pirozzi, Ponziani, Lira, Castoni, Grillo, Bianchi e Tramontana que, no final do século XIX, movidas pela onda migratória, fizeram parte do contingente populacional que deixaram a Itália, em 1898, com destino ao continente americano. A travessia foi feita dois meses após os vizinhos graffignanese.

Fazendo fronteira com a região da Toscana, Proceno, é um pequeno município da Província de Viterbo, região do Lazio, que está sobre uma colina, denominada Valle del Paglia,⁴⁵ distante 7 km do município de Acquapendente, 54 km de Viterbo, centro provincial, 129 km de Roma⁴⁶.

Proceno-Província de Viterbo - Região do Lazio

Fig. 07



Mapa de Proceno – 1890

Fonte: Registro de Mapas. Arquivo de Viterbo

Fig. 08



Mapa da região com destaque – Proceno. Fonte: Registro de Mapas. Arquivo de Viterbo. com destaque Proceno. 1980

⁴⁵ Este Vale é considerado um dos mais importantes, economicamente, na região do Lazio Superior e da Toscana Meridional. Para saber mais ver VISMARA, Enrico. Proceno: nella storia, nell'arte, nel costume. Edito a cura della Pro-Loce, 1983.

⁴⁶ NATURALE, Cesare. Proceno: Memorie Storiche. Acquapendente: Stab Tip. FABRIZIO, 1932, P.5.

Na configuração territorial administrativa do passado, no final do XIX, o Lazio era composto de uma única província, a *Província de Roma*. Nas subdivisões administrativas da Província, estava o *Circundário de Viterbo* (uma mesorregião), e, ainda, em uma menor subdivisão estavam os *Mandamentos*, dentre eles, o de *Acquapendente* (uma microrregião), que polarizava outros municípios menores. Pela proximidade com Proceno, e por obter uma relativa infra-estrutura comercial, educacional e cultural, este município, ainda hoje, serve de pólo para atender as necessidades mais imediatas, não só dos proceneses como de outros pequenos municípios vizinhos.

Proceno está sobre uma colina, a 396 m do nível do mar, e foi construído sobre um terreno de lava vulcânica. Portanto, o território oferece um aspecto geológico variado: argiloso, com restos de antigas cinzas vulcânicas, fragmentos de pedras-pome e outros.

Antes de analisarmos o contexto econômico e político vivido pelas famílias procenesas que fizeram parte do fluxo emigratório para o Brasil, buscamos conhecer o cenário urbano e rural em que essas famílias estavam inseridas, tentando apreender o passado através do patrimônio cultural, representado pelos castelos, igrejas, muralhas, residências, praças e ruas, carregado de valores e sentidos. Braudel ao valorizar a cultura material relacionando-a diretamente com a vida econômica disse que:

(...) a vida majoritária (das massas) é constituída pelos objetos, as ferramentas, o gesto dos homens comum; só essa vida lhes diz respeito na cotidianidade; ela absorve seus pensamentos e seus atos. Por outro lado ela estabelece as condições da vida econômica, “o possível e o impossível”.⁴⁷

Embora os monumentos existentes nas cidades italianas simbolizem, em sua maioria, o poder de uma classe dominante herdeira dos tempos antigos e medievais, foi neste espaço que as famílias emigradas, construíram parte de suas vidas influenciando e sendo influenciadas, pelos os valores contidos naquela sociedade, através dos hábitos, costumes e religião. Desta forma, arquitetura urbana do município: as ruas, as residências, as lojas e as igrejas constituem marcas de um passado que não podem ser ignoradas.

No território desta vila são evidentes os traços, com inegável valor histórico deixados pelos etruscos como os restos de uma necrópole e fragmentos de vasos onde é possível vesualizar as inscrições em alto relevo. O próprio nome do município, segundo a lenda, deriva de Porsenna, lendário etrusco fundador da cidade a cerca de 580 a. C.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 147.

O “*Palazzo Sforza*” situado próximo a uma pequena praça, a única da cidade, simboliza o período em que Proceno esteve sob o comando da família Sforza. Segundo Brizi⁴⁸, foi sob o domínio dos Sforza que Proceno iniciou sua decadência econômica e não conseguiu mais se restabelecer.

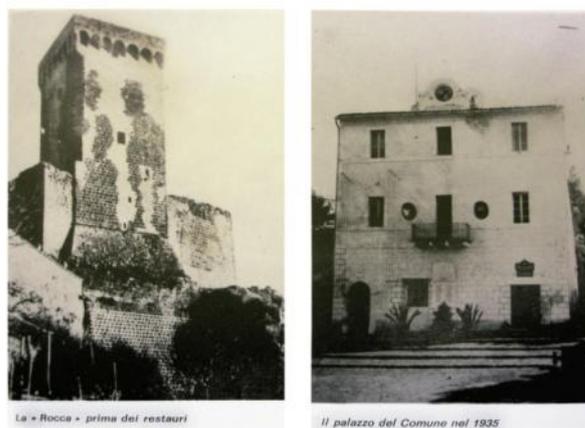
O castelo, conhecido como “*Rocca*”, construído pelo papa Gregório V, por volta do ano de 997, localizado no centro histórico de Proceno, é outro monumento que simboliza a imponência do período medieval. Este castelo foi considerado, no passado, um lugar de proteção e de demonstração de poder papal. Dentre tantos outros bens pertencentes ao patrimônio da Igreja de Roma, a “*Rocca*” se constituiu como um importante núcleo de autoridade do estado pontifício⁴⁹. Considerando que Proceno está sobre uma colina e numa região de fronteira, as construções tinham uma função estratégica: serviam, principalmente, como proteção e defesa do território do estado católico. Em 1875 este castelo deixou de ser um bem público e passou a ser propriedade privada.

Fig. 09



Palácio Sforza
Fonte: Arquivo de Estado de Viterbo

Fig. 10



Castelo (la Rocca) e o prédio da antiga prefeitura

⁴⁸ BRIZZI, Mario. *Castrum Proceni. Paese di frontiera*. Viterbo: Edizione Biemme, 2006, p. 15.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 09

Para garantir a posição estratégica, o lugarejo foi cercado por muralhas, na qual se abriam três portas de acesso: a Porta *Vecchia* (hoje Porta *Fiorentina*); Porta do Bottino e de S. *Martino* (Porta *Nuova* e depois Porta Romana) Ainda, hoje, se podem ver os restos das antigas muralhas que circundaram o local.

Além do palácio, castelos e muralhas fazem parte do desenho arquitetônico de Proceno inúmeras igrejas, tais como: S.S. Salvatore, San Martino, Madonna del Giglio, Madonna delle Piane e Sant'Agnese Segni. Além destas igrejas que, ainda hoje, podem ser visitadas, existiu uma outra, construída no século XIX, denominada "La Chiesa del Crossifisso". Esta igreja, hoje demolida, pertenceu a família Pellegrini⁵⁰, cujo um dos membros emigrou para o noroeste fluminense

No lugarejo encontramos um ambiente sombrio, com casas fechadas, um ou outro transeunte pelas ruas, a impressão que tivemos foi que aquele local tivesse sido abandonado, desde o final do século XIX, período em que muitas famílias deixaram Proceno, só restando intactos o conjunto arquitetônico. O único ruído vinha dos sinos da igreja matriz "SS. Salvatore".

Das 600 pessoas que vivem em Proceno atualmente, a maioria é composta por idosos. Encontramos um número reduzido de crianças circulando pelas ruas. Quanto aos jovens, diante da inexistência de postos de trabalho no setor secundário e terciário, emigram. Este município continua sendo essencialmente agrícola, com aproximadamente, 80% da população residente ocupada no setor rural

Necessário ressaltar que o município é um importante centro turístico. Em algumas datas especiais como nos festejos de final de ano e, principalmente, no verão, há um aumento significativo da população, seja por aqueles que retornam às origens para visitar os parentes, seja pela presença dos turistas italianos e estrangeiros.

Por ser uma cidade que mantém as características do período medieval, as casas, as igrejas a prefeitura e outros imóveis que compõem a cidade permanecem sem alteração desde os tempos em que ali viveram as famílias italianas emigradas. Tal fato possibilitou-nos, com o auxílio do mapa gregoriano⁵¹, identificar e registrar, através de fotografias, os imóveis que pertenceram as famílias emigradas, bem como, suas respectivas ruas que, em maioria, possuem a mesma denominação da época em que ali residiam.

⁵⁰ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Imóveis. 1888.

⁵¹ O Arquivo de Viterbo possui uma rica documentação cartográfica (mapas). Esta documentação, adquirida através de uma cópia original, atualizada (1855-1875), do Cadastro Gregoriano. No mapa gregoriano encontrado, cada município é subdividido em várias zonas, onde os bens, terra ou imóveis, possuem um número de identificação que permitem, ainda hoje, localizá-los.

Nos final do século XIX, os bairros proceneses receberam as seguintes denominações: il Fiore, la Verdura, il Salvatore, S. Agnese, il Salaiolo, il Bottino e Porta Vecchia. Já no cadastro de 1875 no centro histórico de Proceno existiam as seguintes vias: Via di Porta Fiorentina, Via del Fiore, Via del Salaiolo, Via del Crocifisso, Piazza della Pieve, Via di S. Salvatore, Via della Piazza, Poggio S. Agnese, Piazza del Comune (conhecida também como Piazza d'Erbe), Via della Verdura e Via del Bottino.

As casas, onde residiram às famílias possuem um bom estado de conservação. Talvez, pelo material utilizado na construção: todas foram feitas de tufo, uma rocha de origem vulcânica encontrada em toda a região de Viterbo.

Além da manutenção dos imóveis, a cidade manteve, praticamente, as mesmas características da economia agrícola do final do século XIX. Dos 4.152 hectares de terra, 3.106 ainda são utilizados na agricultura.⁵² Os principais produtos cultivados são: o grão, a uva e o alho, além da existência dos bosques e pastos.⁵³ As famílias italianas que deixaram Proceno, em 1898, já se ocupavam destes cultivos, com predominância para o plantio dos grãos.

A criação de animais era outra atividade desempenhada por algumas famílias emigradas.⁵⁴ Na documentação arquivística consultada, encontramos referência a existência de estábulos, assim como pastos e ervas em nome dos emigrantes. Apesar do documento não apontar o tipo de animal existente, encontramos em outras leituras⁵⁵ referência à criação de bovinos para a reprodução e venda no mercado e em alguns casos ovinos e suínos.

Além da produção agropecuária encontramos referência à indústria de fibra têxtil e da seda como atividade econômica dos residentes neste município.

1.3 OS CONTADINI E O MUNDO RURAL DO LAZIO NO FINAL DO SÉCULO XIX

A classificação profissional da maioria dos imigrados italianos no Brasil, constante na lista de vapores do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, é de *contadini*. De fato, a atividade camponesa, até o século XX, na Itália, ocupava a quase totalidade da população. Por outro

⁵² VISMARA, Enrico. Proceno: nella storia, nell'arte, nel costume. Editado a cura della Pro-Loce, 1983, p. 40.

⁵³ Ibidem, p. 25-35.

⁵⁴ Direção do censo de Roma. Cadastro de terra de Proceno. Circundário de Viterbo. Província de Roma, 1871.

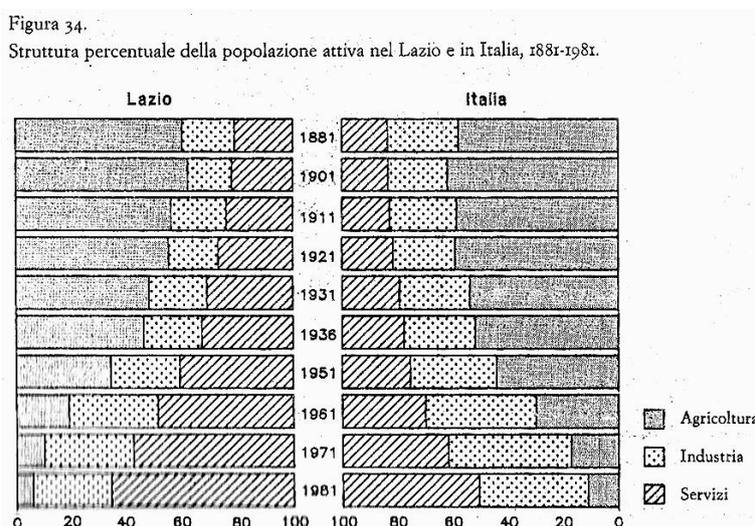
⁵⁵ VISMARA, 1983. Op. cit., p. 27.

lado, no Brasil, este camponês era preferência dos fazendeiros que se interessavam na constituição de um mercado livre de trabalho para a grande lavoura.

Observando o gráfico sobre a distribuição da população por setores de atividades entre o Lazio e a Itália, onze anos após a unificação, o peso das atividades no setor primário era preponderante.

No confronto Itália-Lazio o setor agrícola e o de serviços se sobressaem na recente região unificada, enquanto o percentual de trabalhadores nas indústrias é bem menor em relação à média nacional.

Fig. 11



Fonte: GURRERI, 1991, p.624.

Emilio Sereni⁵⁶ afirma que não há dúvida que nos primeiros decênios da unificação a indústria têxtil estava associada a agricultura. Deste modo, representava uma atividade de primeira importância para a população da zona rural. Por volta de 1880, foi calculado que não menos de 230 000 teares fosse manipulado por agricultores.

Estas atividades industrial e domiciliar era exercida tanto por homens como por mulheres, muitas vezes dentro da própria casa, seja para fiar, tecer ou costurar. Este foi um fator que contribuiu para dificultar a classificação da população ocupada no recenseamento populacional de 1881. Tais atividades poderiam ocorrer na forma assalariada, ou mesmo na

⁵⁶ SERENI, Emilio. Il capitalismo nelle campagne, (1860-1900). Torino: Giulio Einaudi editore, 1977, p. 23.

qualidade de artesãos independentes que produziam para o consumo direto e para o mercado. Foi somente no final do século XIX que a atividade têxtil foi marcadamente separada da agricultura.

Na realidade, a sociedade rural não era imóvel e fechada nos seus ritmos lentos de reprodução social, fixada na imutável residência dos seus habitantes. Neste sentido Bevilacqua⁵⁷ levantou alguns questionamentos “Que coisa era a sociedade rural da Itália na metade dos oitocentos?” Para o autor o grande erro foi imaginar um mundo uniformemente agrícola, com homens e mulheres dedicados exclusivamente ao trabalho do campo. Uma sociedade rural como específico lugar de vida e de trabalho dos contadinos.

De fato o trabalho no campo constituía a atividade mais longa e importante desenvolvida pela população rural, mas, isto não excluía outras formas de atividades produtivas, principalmente, quando o calendário agrícola permitia, conforme mencionamos anteriormente.

No entanto, esta mobilidade do trabalho agrícola era a realização de que possuíam certa estabilidade nas suas propriedades, somente os médios proprietários auto-suficientes poderiam realizá-la.

Já os *contadini* não proprietários, considerados como a classe subalterna italiana, apresentava uma situação articulada e complexa tanto nos oitocentos como nos novecentos. Tal situação ora de estabilidade ora de instabilidade afetou, principalmente, aqueles que trabalhavam diretamente na terra, seja nas relações jurídicas e contratuais de trabalho, seja na relação homem/terra.

Giacomina Nenci⁵⁸ ao realizar um estudo sobre o modo de trabalhar e o modo de viver do agricultor, no Lazio oitocentista, assinala que a região oferecia um cenário desolador. Segundo a autora, a relação precariedade/estabilidade homem-terra foi evidenciada sob quatro sistemas principais: a cultura nua do latifúndio; a cultura heterogênea de parte da colina; a anomalia de uma vasta zona de cultura especializada; ao ambiente montanhoso de um “Appeninno” calcáreo e precocemente desnudado. Qualquer um destes sistemas nutria no seu interior importantes distinções e cada um tinha qualquer relação com o outro, ligando o primeiro ao último.

⁵⁷ BELLIVACQUA, Piero di. Società rurale e emigrazione in Storia dell'emigrazione italiana. (a cura di) Piero Bellivacqua; Andreina De Clementi; Emilio Franzina. Partenze Roma: Donzelli editore, 2001, p. 98.

⁵⁸ NENCI, Giacomina. Realtà contadine, movimenti contadini in CARACCILO(a cura di). Dall Unità a Oggi. Il Lazio. Giulio Einaudi Editore, 1991, p. 169.

Além disso, é importante considerar que a desarmonia demográfica provocada pela malária resultou na fuga dos homens e animais para outras áreas, muitas vezes, dentro da própria região. Outros fatores citados pela autora que representam a complexidade existente na região, sobretudo no setor rural, foram: a densidade da cultura arbórea; a densidade da presença humana três, quatro, cinco vezes superior em proporção da terra utilizada, tanto al sul de Roma como ao norte.

Destacamos que além de um território com características diversas, o Lazio apresentava, também, uma diversidade na estrutura da classe camponesa, Este camponês, denominado *contadini*, poderia ocupar diferentes lugares na hierarquia dos trabalhadores rurais.

Normalmente, um contadino, no final do XIX, trabalhava nas terras de outrem e muitas vezes, para completar a renda, trabalhava como “bracciante”, trabalhador temporário⁵⁹. Poderia ser ele, também, um pequeno ou médio proprietário, um empreendedor agrícola, aquele que cultivava a terra de forma direta, com certa independência econômica. Neste caso, o conceito de *contadini* como um indivíduo que ocupa na hierarquia das classes sociais a menor posição não deverá ser generalizante.

1.3.1 A classificação das propriedades: os *contadini* e seus status ocupacional

A divisão da propriedade fundiária no Lazio, por muitos séculos, configurou-se de modo peculiar de duas formas: uma propriedade pública ligada ao antigo domínio do Império Romano, confiscada, ao longo do tempo, pelo Estado Pontifício e uma outra propriedade privada e laica, nas mãos de poucas famílias nobres.

No final do século XIX a organização do latifúndio cobria 80% da região. Esta estrutura agrária foi resultante de um modelo organizativo herdeiro do feudalismo⁶⁰. A estatística da propriedade fundiária em 1880 foi assim representada: 50% propriedades com 1000 hectares; 30% entre 100 e 1000 hectare e 20%; as pequenas propriedades ficavam entre

⁵⁹O bracciante trabalha a dia em alguns períodos do ano, principalmente, na época das colheitas de frutas e cereais quando um número maior de trabalhadores são recrutados pelos grandes proprietários de terra. Este tipo de trabalho era muito difuso no final do século XIX e na primeira metade do século XX quando predominava o latifúndio e a máquina agrícola era pouco utilizada. Hoje, este tipo de trabalho ainda é feito, principalmente, no plantio e colheita da oliveira e da uva.

⁶⁰ FORMICA, Marina. Il Lazio rurale nel novecento: integrazione di territori e culture di una regione giovane in. BAROZZI, Leone(a cura di). Soria del Lazio Rurale. ARSIAL, 2002, p, 17.

0,5 e 19 hectare.⁶¹ É necessário ressaltar que a maior parte das grandes propriedades estava concentrada em Roma e Viterbo.

Leoni Barozzi destaca que as características das regiões agrárias, no Lazio, podem ser reagrupadas da seguinte forma: em regiões de montanha representam 26,1% da superfície total; nas regiões de colina 53% e nas áreas planas, 20%. Normalmente, o latifúndio se situava nas áreas planas, enquanto que as pequenas propriedades encontravam-se, nas áreas das colinas vulcânicas, como é o caso do município de Proceno, e dos relevos calcáreos.⁶²

Desta forma o território laziale apresentava dois extremos: de um lado um consistente fracionamento da terra e do outro uma significativa concentração. Ao lado do latifúndio, em algumas áreas do circundário de Viterbo, como Proceno e Graffignano, existiam as pequenas e médias propriedades. Tanto a pequena como a média propriedade, em sua maioria, apresentavam acentuada fragmentação. Algumas famílias possuíam minúsculas parcelas de terra, separadas umas das outras e ou em lotes contíguos. Ao somarmos os lotes pulverizados com os lotes contíguos, de um mesmo proprietário, obtivemos um total em hectares equivalente ao médio proprietário de terras, considerando a estrutura fundiária italiana.

Para classificar as propriedades das famílias emigradas no cadastro de terras, no período que antecede a emigração, buscamos em De Benedictis & Cosentino⁶³ e Arrigo Serpiere⁶⁴, estudiosos da estrutura agrária italiana, parâmetros de análise da estrutura de uma empresa agrária. Talvez um dos principais problemas a ser confrontado nos estudos destas empresas seja o da classificação que, analisadas a luz dos objetivos que o estudo persegue, devem ser consideradas de particular relevo.

Para Benedictis & Cosentino, na classificação baseada nas relações entre empresa, propriedade e mão de obra pode-se distinguir 3 tipos de empresas segundo a quantidade de trabalho assalariado e autônomo utilizada: empresa contadina; empresa contadina/capitalista e empresa capitalista. A empresa contadina é aquela cuja necessidade de trabalho é suprida com $\frac{3}{4}$ dos membros da família. Uma característica complementar é a pequena dimensão da empresa, medida em termos dos fatores utilizados e ou do capital associado a cada unidade de trabalho.

⁶¹ ORLANDO, Giuseppe. Le campagne: agro e latifondo, montagna e palude. Op cit. p. 96.

⁶² BAROZI, Leoni. Storia del Lazio Rurale '900. A cura di. Regione Lazio . Op. cit.. p. 259.

⁶³ DE BENEDETTIS, Michele & CONSENTINO, Vincenzo. Economia dell'azienda agrária: Teoria e metodi. Il Mulino, 1979.

⁶⁴ SERPIERI, Arrigo. La Struttura Sociale dell'Agricoltura Italiana. Istituto Nazionale di Economia Agrária. Roma: Edizione Italiana, 1947.

Uma empresa contadina ou *lavoratrice* pode ser considerada estável e integral quando: o cultivo é feito em terra própria (um pequeno proprietário autônomo); em terra de terceiro (pequeno arrendatário autônomo) e mista. Pode, ainda, ser estável sem ser integral quando o cultivo é feito através de parceria. Por outro lado é considerada precária quando o contadino, mesmo sendo um pequeno proprietário, ocupa parte do tempo em outra propriedade ou quando faz um arrendamento precário a um brevíssimo tempo.

A empresa capitalista, ao contrário, é caracterizada pela quantidade de mão-de-obra necessária à produção, seja através do assalariado fixo ou temporário. Ao contrário da primeira, a empresa possui uma dimensão média ou grande e um emprego de capital muito superior por unidade de trabalho.

Na situação intermediária está à empresa contadino-capitalista ou vice-versa. Nesta empresa o trabalho da unidade familiar coexiste com o assalariado. De Benedictis & Consentino afirmam que as empresas contadina e capitalista representam os dois componentes essenciais e contrastantes da agricultura italiana e são objetos de análise de numerosos estudiosos.

Arrigo Serpiere⁶⁵ ao realizar um estudo sobre a estrutura social da agricultura italiana, acrescenta na sua classificação à propriedade o tipo de trabalho utilizado. Para ele a empresa agrária denominada *lavoratrice* é aquela na qual o empreendedor é um *contadino*, sendo proprietário ou *affituário* (arrendatário) da terra. Para este, o trabalho se dá sempre de forma manual. Enquanto que numa empresa capitalista, onde o proprietário nunca é um *contadino* normalmente, o trabalho não é manual. Ambas as empresas são classificadas pelo autor como *integral*, pois, tanto um capitalista como um *contadino* é proprietário direto da terra.

Outro fator a considerar está na relação família/produktividade, na superfície da terra e nas atividades desenvolvidas. Dessa forma Serpiere⁶⁶ afirma que podem existir empresas capitalistas numa pequena e média propriedade ou uma empresa *lavoratrice* numa grande propriedade dependendo da intensidade do trabalho realizado e das atividades desenvolvidas como tipo de cultura, criação de animais etc. Há que considerar que as modalidades das relações entre propriedades, empresa e trabalho manual estão estreitamente conexas na agricultura, particularmente italiana, assim como a ocupação da população agrícola no território.

⁶⁵ SERPIERI, Arrigo. La Struttura Sociale dell'Agricoltura Italiana. Istituto Nazionale di Economia Agrária. Roma: Edizione Italiana, 1947, p. 10.

⁶⁶ Ibidem, p. 14.

No mundo dos *contadini* existe uma hierarquia que vai desde o proprietário da terra, autônomo, com renda suficiente para a sobrevivência da família até que não possuem propriedades, trabalham como colonos ou *mezzadros* (parceiros) e até mesmo como *braccianti*, considerada a pior situação entre aquela dos *contadini*.

As famílias, de Proceno e Graffignano, que na fase do processo organizativo do mercado mundial de trabalho transformaram, entre os oitocentos e novecentos, em emigrante, podem ser assim caracterizadas: apenas uma poderia ser considerada detentora de empresas agrárias estáveis, considerada média proprietária, classificada de *lavoratrice-capitalista*; as outras contadina-lavoratrice. Constituía, dessa forma, uma pequena burguesia local, portanto, nenhuma delas poderia ser aplicada a categoria de “bracciante”

As famílias emigradas, detentoras de terras, com produtividade suficiente a sobrevivência da família, podem ser classificadas como *contadini* na concepção de empreendedores proprietários, visto que no cadastro de terras dos municípios de origem, estas aparecem como produtoras diretas dos seus próprios negócios. Outras, como uma classe de *contadini* que se encontrava na condição de parceiras e colonas. Estas por serem proprietárias de um pequeno pedaço de terra, insuficiente à rentabilidade satisfatória da família, necessitava de trabalhar em terras de famílias vizinhas.

Para as famílias que se encontravam em condições precárias, ou seja, com pouca terra, era comum o estabelecimento da parceria em terras de outrem, mesmo que fosse um parente ou um vizinho. Neste tipo de empresa o camponês e o proprietário se associavam: ao último, chamado de concedente, cabe o investimento em capital e ao primeiro, que trabalha com a família, o trabalho é parte do capital de exercício. Desta forma os dois sócios dividem, em determinada medida, o produto e a despesa.

Em Viterbo, a parceria possuía características diferenciadas dos modelos dominantes nas regiões do norte e do sul da Itália. Mediamente a quantidade de terra não ultrapassava 10 hectares⁶⁷, por isso, nem todas as propriedades possuíam animais.⁶⁸

Grande parte das terras apresentava uma cultura heterogênea como grãos e leguminosa que dividia espaço com a plantação de oliva e uva. Por se tratar de uma estrutura que não oferecia condições de sobrevivência para toda uma família colona, principalmente, se a extensão de terra fosse inferior a 10 hectares, deveria a família buscar uma alternativa para

⁶⁷ Unidade de superfície agrária correspondente a 10 000 metros quadrados.

⁶⁸ NENCI, 1991. Op. cit., p. 180.

ampliar suas rendas, normalmente, oferecendo seus trabalhos em outra fazenda ou arredando um pequeno pedaço de terra para fazer o plantio de subsistência.

De maneira geral a família colona não era numerosa, composta mediamente por cinco pessoas. Os filhos casavam e iam embora. Em suma, pequenas fazendas, pequenas famílias e poucas casas.

A suprema autoridade da família contadina *mezzadrile-parceira* era denominado “*capoccia*”⁶⁹, “*reggitore*” ou o “*vergaro*” dependendo da região onde se encontravam. Este tinha um poder absoluto de representação da família e o contrato que estipulava com o proprietário do terreno a ser cultivado vinculava toda a família. O fato de ser o intermediário entre o proprietário e a família o “*capoccia*” tinha plenos poderes no âmbito doméstico. Era este, também, dentre outras atribuições, que tinha nas mãos todo o dinheiro do trabalho realizado pelos membros da família. Geralmente o “*capoccia*” era a pessoa mais velha da família.

A situação econômica do *mezzadro* ou parceiro, em grande parte era desfavorável. Não conseguiam acumular o mínimo de capital. Na maior número de casos deviam ao patrão, mas, segundo a análise de Nenci⁷⁰ sobre a realidade *mezzadrile viterbese* a situação não era das piores nos que diz respeito à alimentação, bebida e vestimenta: comiam pão de grão, se defendiam bem das intempéries, possuíam roupas próprias para se aquecerem no inverno e para que moravam numa casa de colono tinham uma melhor habitação do que que moravam na cidade e trabalhavam no campo.

Na casa colona do campo todas as famílias, na estação fria, trabalhavam com teares, entrelaçavam palhas e folhas secas de milho, faziam tintas, construía cestos, consertavam utensílios, faziam enfeites, adornos com pele de lebre e de coelho, fundiam chumbo que eram utilizados como chumbinho para caça etc. Porém, tudo isto é definido como atividade integradora, isto é secundária àquela propriamente agrícola..⁷¹

A maior preocupação do parceiro estava com o grão, a oliva, a forragem, os animais bovinos e suínos. Esta preocupação devia-se ao fato de que destes produtos provinha a maior fonte de renda da colônia a dividir com o proprietário. É desta renda que surgia a possibilidade de transformarem em patrões. Este era o objetivo estratégico de muitos

⁶⁹ A palavra “capoccia” é originada de “capo” que significa aquele que comanda, que dirige.

⁷⁰ Ibidem, p. 182.

⁷¹ ANSELMINI, Sergio. Mezzadri e Mezzadrie nell’ Italia Centrale in Storia dell’ Agricoltura Italiana in età contemporanea. A cura di Piero Belivacqua: Il Uomini e Classi. Marsilio Editori, 1990, p. 229.

parceiros. Quanto mais conseguissem manter a família na fazenda sem muitos gastos, mais poderiam economizar.

Pelos motivos expostos, Nenci⁷² afirma que os parceiros foram considerados, dentre os trabalhadores agrícolas, que estavam em melhor situação na província romana, assim julgados sobre a base de uma escala de possibilidades de sobrevivência, visto sob uma condição mínima e elementar de vida.

Em oposição a autora acima referida, Anselmi⁷³, diz que existem situações de miséria entre os parceiros especialmente, que trabalhavam em terras pobres ou que eram profissionalmente menos qualificados não conseguindo plantar a própria raiz em uma boa terra.

Para este autor⁷⁴, nem sempre a relação entre o parceiro e o proprietário era consensual. Esta relação, muitas vezes, podia dar-se por intermédio de um pacto de sujeição do parceiro para com o proprietário, conforme escreve com simplicidade e certeza um religioso: ‘Depois de Deus vocês devem obrigação ao patrão, assim deveis ter sempre respeito a ele. (...) injustiça com o patrão se fará culpado perante Deus (...) sereis leal com o vosso patrão e não sereis usurpados da sua parte (...) porque Deus, contudo te vê (...)’.⁷⁵ O discurso feito pelo religioso confirma a hierarquia existente entre Deus-igreja-propriedade demonstrando a influência da igreja nas questões sociais corroborando com o discurso de submissão do trabalhador agrícola para com o proprietário.

Por último, na escala inferior ao mundo dos camponeses italianos encontrava-se o *braccianti*, trabalhador agrícola não especializado, o contadino miserável, que não possuía nenhum meio para obter ao menos um pedaço de terra para sua sobrevivência. Possuíam uma condição primitiva de vida e de organização que se deteriorou, com as mudanças da estrutura agrária ocorrida, depois da unificação do Lazio ao reino da Itália.

Diante do mosaico apresentado sobre as diferentes hierarquias na classe de *contadini*, faz-se necessário refletir sobre que contadini emigrou para o Brasil: um pequeno ou médio proprietário, um mezzadro/parceiro ou braccianti/trabalhador temporário?

Obviamente que a grave crise econômica que atingia a população italiana forçou milhares de trabalhadores a deixarem a terra, inclusive os proprietários considerados autosuficiente.

⁷² NENCI, 1991. Op. cit. p. 181.

⁷³ Ibidem, p. 229.

⁷⁴ Ibidem, p. 229.

⁷⁵ RASTELLI. Il dottot della Vila apud ANSELMi, Sergio. Op cit. p. 230-231.

1.4 A CRISE GERADA PELA INSERÇÃO DO LAZIO NO MERCADO CAPITALISTA

A complexidade existente no mundo rural do Lazio no período pós-unificação, resultante da chegada à região dos métodos capitalistas, como a formação de um mercado nacional dos produtos agrários, resultando na grave crise agrária que atingiu a todos os proprietários de terra, em maior proporção, os contadini, principalmente, que possuíam pouca ou nenhuma terra, culminando na emigração em massa.

Para Caracciolo⁷⁶, este cenário foi construído sob diversas causas: o restrito mercado agrícola local foi inserido no amplo mercado nacional; a economia laziale habituada ao forte protecionismo alfandegário contra os produtos concorrentes das regiões vizinhas, foi posta em condição de se defender sozinha; o fluxo de mercadorias produzidas, na própria região, e enviadas para serem comercializadas, em Roma, fica comprometido na medida em que os produtos das outras regiões invadem a capital, afetando sobremaneira, os proprietários de terra; o aumento dos impostos incidindo diretamente ou indiretamente sobre as propriedades agrárias; outro fator que contribuiu para acelerar a crise foram as leis anti-feudais. Estas leis colocaram a venda milhares de hectares de terras.

O movimento de importação dos produtos agrícolas e alimentares aumentava constantemente, nos primeiros dez anos de anexação ao Reino, favorecido pelo sistema de comunicação ferroviário. Nos setores dos grãos, por exemplo, manifestou-se uma forte concorrência meridional, além do trigo americano e russo, que começou a chegar no mercado europeu por volta de 1880. Nos setores dos vinhos a concorrência veio da Toscana e Piemonte, e da carne a concorrência foi com a Lombardia.

Neste período os preços do grão italiano caem de maneira expressiva. A crise incide, sobretudo, na área setentrional, onde a agricultura estava, de forma relevante, inserida no mercado internacional, o que, em parte, explica um maior número de emigrantes com baixíssimo poder aquisitivo ter saído desta região. .

Diante do quadro apresentado, o número de cultivadores diretos, considerados pelos censos de 1881 e de 1901⁷⁷, diminuem, seja em cifras absolutas ou percentuais, com relação à população agrícola calculada: 1881: 494.608 (47,4%) e 1901: 306.521 (32%). E o número de

⁷⁶CARACCILOLO, 1952, Op. Cit. p. 27-29.

⁷⁷ CARACCILOLO, 1952, Op. Cit. p. 55.

proprietários de terra diminuem passando de 4.153.645 em 1861 para 3.351.498 em 1881, chegando em 1901 com um total de 3.286.691⁷⁸. A explicação para tal redução deveu-se a expropriação em massa das terras fragmentadas dos proprietários *contadini*. Estes eram tomados pelas preocupações monetárias, origem de muitas decisões pela emigração⁷⁹.

Por outro lado, a criação de pequenos animais como ovinos e caprinos aumentou. Por consequência cresce, também, a produção de forragem e especialmente da erva dos pastos naturais, além dos produtos derivados dos animais como o queijo e a lã.

TABELA 1 - Valor da produção segundo as cifras fornecidas pelo Ministério Agrário em lira

ANO	LÃ	QUEIJO
1890	3.337.650	5.371.913
1894	3.870.899	9.432.411

Fonte: CARACCILO, Alberto, 1952, p.51

A base do atraso e da pobreza na produção agrícola, segundo Caracciolo⁸⁰, deveu-se à falta de capital nas mãos dos grandes e, principalmente, dos pequenos proprietários, ou seja, da impossibilidade destes conseguirem dinheiro vivo⁸¹. Evidentemente que a agricultura laziale dificilmente conseguiria concorrer com as outras regiões italianas. Desta forma a renda foi drasticamente reduzida.

O peso fiscal que o novo Estado impôs, aumentou em até três vezes com relação à extensão da terra, nos anos entre 1835 e 1880. O hectare passou de 2,87 para 11,98⁸² no período pós-unificação.

De fato, pudemos constatar este aumento quando encontramos, no cadastro de terras de Viterbo, o patriarca da família Pellegrini pagando, de impostos, o valor de 24,86 liras⁸³ pela compra de um lote de terra, medindo 2,2 hectares, em 1873. Isso significa que por cada hectare incidia um imposto no valor de 11,3 liras.

⁷⁸ SERENI, 1977, Op. Cit., p. 243.

⁷⁹ Ibidem, 1977, p. 23.

⁸⁰ CARACCILO, 1952. Op cit, p. 54.

⁸¹ TRENTO, Angelo. Op. Cit. p. 31.

⁸² CARACCILO, 1952. Op cit. p. 28.

⁸³ Dados extraídos do Cadastro de terras do Arquivo de Viterbo, Livro 1 Registro n113, Categoria II Artigo 5 B, 11 de junho de 1873.

As consequências advindas da unificação da Itália em parte, pode ser, atribuída aos resquícios do sistema feudal. Segundo Sereni⁸⁴, a burguesia não realizou o processo de unificação nacional através de uma revolução agrária, mas, através do estabelecimento de relações com a velha classe dominante dos grandes proprietários fundiários semi-feudais, cujo poder econômico restou praticamente intacto no mundo rural italiano.

Desta forma, para os camponeses trabalhavam como colonos em terras de outrem, continuaram se submetendo a um modelo de contrato agrário primitivo, pactuado entre os grandes proprietários. Tal fato, somado a permanência do atraso técnico e comercial e da deficiência do capital investido na agricultura, arrasta a massa contadina a uma situação de sobrevida caótica.

Assim, a transformação do regime fundiário nos moldes burgueses foi decisiva para agravar a situação sócio-econômica dos agricultores: a comercialização dos bens considerados de “mão morta”, sobretudo os da igreja através das leis que aboliram o “Asse Ecclesiastico”⁸⁵ modificaram significativamente, a estrutura agrária do Lazio. Entre 1860 e 1870 os bens pertencentes ao Estado, aos municípios e a igreja correspondiam, aproximadamente, a 1/6 do total das terras italianas.⁸⁶

Da unificação em 1870 a 1883 foram comercializados 63.000 hectares de terras pertencentes ao Estado Pontifício. Deste total, 36.401 hectares foram divididos em 775 lotes e vendidos a aproximadamente, 500 pessoas. Os outros 26. 184 hectares foram concedidos ao sistema de *enfiteuse*.⁸⁷

Na esteira do desenvolvimento de técnicas capitalistas de produção, foi decretada, em 1888, a lei que abolia definitivamente o uso cívico terra⁸⁸: a retirada lenha nos bosques; o uso dos pasto para criação de animais, e em menor medida o cultivo de grão.⁸⁹

A abolição imediata da utilização da terra nos modelos feudais, como o “uso cívico da terra”, afetou todos os membros de uma comunidade que utilizavam este benefício como garantia de sobrevivência.

⁸⁴ SERENI, Emilio. 1977. Op. cit. p. 133.

⁸⁵ O Asse Ecclesiastico compreendia um acordo feito entre o Estado do Vaticano e o governo italiano para o uso dos terrenos, pertencentes aos primeiros, com cobranças de taxas. Um privilégio do Vaticano que foi abolido com a unificação, demonstrando o fim do poder temporal dos Papas.

⁸⁶ Ibidem. 1977. p. 136.

⁸⁷ O sistema de *enfiteuse* era uma espécie de arrendamento. O proprietário tinha o direto domínio do terreno e recebia uma taxa em dinheiro pelo uso que fazia o enfiteuta. Este poderia cultivar a terra e obter os alimentos indispensáveis tais como: o vinho, o óleo, a fruta e os legumes.

⁸⁸ O uso cívico da terra era caracterizado pelo uso coletivo das terras pertencentes, em grande parte, ao Estado, aos municípios e a igreja. O uso coletivo das terras comunais era feito conforme as necessidades dos membros de determinada comunidade: dos bosques recolham a lenha e nos pasto criavam animais.

⁸⁹ SERENI, Emilio. 1977. Op. cit.p. 45.

No município de Graffignano, por exemplo, os conflitos pelo uso da terra deu-se de forma intensa, considerando que até as últimas décadas do século XIX, os resquícios do feudalismo era muito presente. O poder exercido pela nobreza, detentora da maior parte das terras da localidade era motivo de constante conflito entre contadini, que reclamavam o direito à terra, e o príncipe que resistia a liberação das terras.

Quando o uso das terras passou a ser restritivo os camponeses burlavam as regras locais chegando ao extremo de invadir pastos para criarem seus animais. Esta invasão foi descrita no registro: “Nota dos invasores de pastos”⁹⁰. Este documento faz referência a 22 nomes de contadini, citando a filiação do invasor e os respectivos animais alocados nos pastos: a maioria criava ovelhas, em segundo lugar os porcos e em terceiro as cabras.

Deste modo, a questão da liberação das terras por parte da família que se dizia “dona” de boa parte do território, perpassou várias décadas. Localizamos um Ato Processual⁹¹ datado de 1849 entre a “nobre” família e a comuna de Graffignano. Este ato consistia na liberação das terras, sobretudo dos pastos à população graffignanese. Entre conflitos e protestos populares esta situação arrastou-se até o ano de 1895⁹², período em que uma sentença favorável a comuna foi publicada⁹³.

Mesmo assim, Tanzela e Bernardini⁹⁴ assinalam que os resquícios de dominação continuaram, entre outras famílias que passaram a disputar as terras com a população de Graffignano, neste caso, as famílias Apolloni e Paparelli.

Para demonstrar a perpetuação do domínio feudal em Graffignano, os autores afirmaram que para melhor compreender a realidade daquele tempo é necessário saber que a maior parte do território de Graffignano, sobretudo os pastos, pertencia a Casa S. Croce. “ Por essa razão, em nenhum outro lugar temos uma marca tão forte do feudalismo como em Graffignano: ‘tudo para uma parte e nada para a outra’⁹⁵. ”⁹⁶

Vimos portanto que o contexto social vivido pelos moradores desta comunidade, onde os direitos dos sujeitos que pertenciam aos extratos mais baixo eram inexistentes, alcançar uma ascensão social era uma possibilidade quase remota.

⁹⁰ Arquivo Comunal de Graffignano, 1860. Nota de invasores de pastos.

⁹¹ Arquivo Comunal de Graffignano. Ato Processual Causa Cível entre o Príncipe Antonio S. Croce e a Comuna de Graffignano. 1849.

⁹² Dois anos depois as famílias em estudo emigraram para o Brasil.

⁹³ TANZELLA; BERNADINI. Op. cit., p. 114.

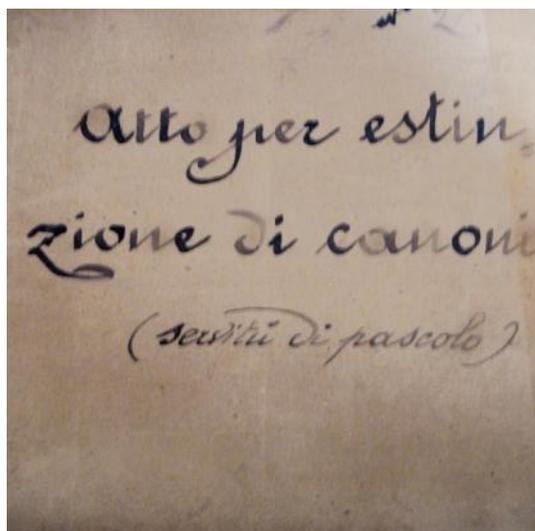
⁹⁴ Ibidem, p. 114.

⁹⁵ Os autores citaram uma nota feita pela Junta dos Árbitros de Viterbo por intermédio da Universidade Agrária de Graffignano, contra os resíduos da vassalagem presente na região.

⁹⁶ TANZELLA; BERNADINI. Op. cit., p. 114.

Enquanto muitos conflitos ocorreram em Graffignano, em Proceno, o governo municipal só a colocou a lei de abolição do uso comunal das terras em prática, cinco anos depois, em 1893, a a partir do Ato representado abaixo:

Fig. 12



Recorte do Ato que extinguiu o uso comunal das terras, em Proceno, emanado pelo Conselho Comunal.

Fonte: Arquivo da *Comune* de Proceno-1893

Neste registro, os conselheiros proceneses deliberaram aprovando a extinção do uso cívico da terra. Deste modo, todas trabalhadores que utilizavam das terras da *comune* deixariam de fazê-lo, a partir daquela data.

O documento foi iniciado com as seguintes referências: “Atto per estinzione di canoni: servitù di pascolo” determina que por força da lei, de 24 de junho de 1888, fica o território de Proceno liberado da servidão dos pastos”.⁹⁷ O mesmo documento traz elencado 80 *nomes de* trabalhadores, com indicação dos números dos terrenos utilizados, total em hectare, produto cultivado, bem como, o valor que cabia a cada um receber como compensação. Neste valor estavam incluídos taxas e impostos pagos pelos usuários.⁹⁸

A adoção da lei trouxe enormes prejuízos ao trabalhador rural, visto que muitos deles investiram no cultivo de grãos, outros na compra de animais. Para quem tinha condições econômicas melhores poderiam tentar uma alternativa, conforme assinalado por Sereni:

⁹⁷Arquivo Comunal. Ata de Deliberação Comunal. *Atto per estinzione di canoni: servitù di pascolo*. Proceno, 1893.

⁹⁸ Pessoa que faz uso de um serviço público.

“alguns camponeses, após muita resistência conseguiram manter-se na terra, através de um arrendamento com valor mais alto, de alguns hectares de terra, nos quais tinham investido em diversas culturas, dentre elas a uva e o grão.”⁹⁹

Como exemplo de um pequeno proprietário que fazia uso das terras comunais e vivenciou a aplicação da lei, citamos Celestino Ponziani. Celestino faz parte de uma das famílias que emigrou de Proceno para o noroeste fluminense/Estado do Rio de Janeiro, em 1898.

Este emigrante utilizava para o cultivo do grão três pequenos lotes das terras comunais, totalizando 2,9 hectares.¹⁰⁰ Cada lote possuía uma numeração 1358, 1370 e 1371. Neste caso, dois eram em terras contíguas e um separado. Além de utilizar as terras públicas para o cultivo, era proprietário de 2 hectares de terra, como veremos no capítulo 2.

Outro exemplo é de um membro da família Pellegrini que fazia o cultivo em terras comunais de 6 hectares de terra, distribuídos em 15 lotes pulverizados,¹⁰¹ no território de Proceno.

É necessário destacar que nem todos os *contadini* que utilizavam as terras comunais poderiam ser considerados miseráveis e desprovidos de outros meios de subsistência.

Todas estas transformações capitalistas no campo foram reivindicadas pela opinião pública liberal-moderada e proprietária, interessados na comercialização das terras.

Portanto, à frente da aplicação da lei estava Giuseppe Pellegrini, pai de Demétrio, outro emigrado para o noroeste fluminense e outros proprietários membros da Junta e do Conselho Comunal. Estes, poderiam ser considerados parte da pequena burguesia rural procenesa.

Mesmo fazendo parte da pequena burguesia não isentava estes proprietários e políticos da avalanche econômica que sucumbia toda a Itália rural provocando o êxodo, não só d que dependiam exclusivamente das terras comunais para sobreviverem, como, também, dos médios proprietários que viram seu poder econômico ameaçado.

Se a grande propriedade fundiária foi atingida com os abalos da crise, a situação era muito pior para os pequenos e médios proprietários. Estes tomados pelo fisco e pela decadência da indústria doméstica, viram o poder aquisitivo ser reduzido.

O peso do débito hipotecário, no Lazio, entre os anos de 1885 e 1898, superou as regiões vizinhas como: a Úmbria, Abruzzo e Marche:

⁹⁹ SERENI, Emilio. 1977. Op. cit. p.172.

¹⁰⁰ Arquivo Comunal. Ata de Deliberação Comunal. Proceno, 1893.

¹⁰¹ Arquivo Comunal. Ata de Deliberação Comunal. Proceno, 1893.

Tabela 02 - Débito hipotecário sobre terrenos na região do Lazio em lira.

ANO	FRUTÍFERO	INFRUTÍFERO	TOTAL
1885	758.201.299	337.900.544	1.096.101.843
1898	971.923.838	496.497.429	1.468.421.267

Fonte: CARACCIOLO, Alberto, p.51

Todos estes fatores não só provocaram graves problemas na economia italiana, sobretudo, do Lazio, mas concorreram para criar novos e difíceis problemas aos proprietários de terra, que esmagados pelo sistema que se impunha, não conseguiam manter suas propriedades e, frequentemente, terminavam por endividarem-se colocando, na maioria das vezes, à venda as terras que lhes pertenciam.

Quando o contadino era proprietário de inúmeros lotes, considerado um médio proprietário, como o caso da família Pellegrini, não era necessário dispor de todos os bens para quitarem os débitos hipotecários, mesmo assim, acabavam por terem suas economias abaladas.

A resistência dos médios e pequenos agricultores diante destas dificuldades os levaram a apelar para a utilização do crédito e para a formação de cooperativas. Estas foram as formas encontradas na tentativa de se restabelecerem economicamente.

1.5 AS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS: SISTEMA DE CRÉDITO PARA OS PEQUENOS E MÉDIOS PROPRIETÁRIOS

Um certificado de ação da Banca Cooperativa Popular de Viterbo encontrado nos arquivos privados dos descendentes da família Pellegrini, residente em Varre-Sai, noroeste fluminense, serviu-nos de indício para investigarmos a participação de Demétrio Pellegrini, imigrado no Brasil, como acionista da Banca.

Para tanto, buscamos, na documentação italiana, levantar dados que nos permitisse entender a lógica e o contexto de criação da banca popular, sua representatividade na sociedade italiana no final do século XIX e a classe sócio-profissional atendida.

Fig.13



Certificado de Ação da Banca Cooperativa Popular de Viterbo Demétrio Pellegrini-1894
 Fonte: Registro Privado

As cooperativas agrícolas do Lazio, enquanto organização contadina de mútua assistência, constituíram-se, no final do século XIX como estratégia de superação diante do desequilíbrio econômico provocado pela crise nacional.

O novo Estado italiano mergulhado em uma grande dívida pública, que se arrastava pelo período pós-unificação, estava impossibilitado de disponibilizar capital, por meio de empréstimos, aos agricultores. A oferta de crédito feita através da Caixa de “*Risparmio*” de Roma, os juros mais baixos concedidos pelo Banco do Estado Pontifício, além de créditos concedidos por outros organismos: *monti di pietà*, *monti frumentari* e *pecuniari* que tinham como objetivo atender aos agricultores mais pobres entraram em decadência no período pós-unificação.¹⁰²

Entre os anos de 1880 e 1895 multiplicaram-se em toda a província de Viterbo as sociedades de mútuo socorro passando de 14 associações, em 1873, para 33, em 1895.¹⁰³ Eram sociedades estabelecidas entre os operários e *contadini* de Viterbo visando a ajuda mútua para se restabelecerem economicamente.

Diante da depressão agrícola dos anos 80, do século XIX, e da impossibilidade dos agricultores conseguirem dinheiro para saldar suas dívidas, outras organizações surgiram entre a classe proprietária.

Deste modo, iniciou-se à formação de cooperativas visando atender aos pequenos produtores rurais, tais como: cooperativas de produção e trabalho, cooperativas de consumo, cooperativas vinícolas e outras¹⁰⁴. Além destas, as “Bancas Cooperativas Populares”, baseadas num sistema de crédito destinado a agricultura, se expandiram por toda a Itália.

A iniciativa de criação destas bancas de crédito partiu dos médios e pequenos proprietários de terra que acreditavam que a partir da sua fundação e do seu funcionamento, um novo impulso seria dado a agricultura.

Riccardo de Bruyn e Giovanni Ferri¹⁰⁵ ao realizarem um estudo sobre as bancas populares locais, relacionando-as ao desenvolvimento da economia italiana, apontaram para as vantagens dos sócios empreendedores na utilização dos fundos destas bancas e para a recuperação dos créditos.

As cooperativas constituíram uma alternativa de financiamento, já que os bancos italianos, naquele período, dificultavam o acesso ao crédito. A constituição e a sucessiva promoção de uma banca cooperativa poderia configurar-se como uma tentativa, do

¹⁰² CARACCILOLO. 1952 Op. cit. p. 59.

¹⁰³ CARACCILOLO. 1952 Op. cit. p. 59.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 62.

¹⁰⁵ BRUYN, Riccardo de; FERRI, Giovanni. Le ragione delle banche popolari: motivi teorici ed evidenze empiriche. Università di Genova. DISEFIN - Dipartimento di Scienze Economiche e Finanziarie. Working Paper n. 1/2005 Gennaio, p.7.

empreendedor local, de criar uma função intermediária para movimentar a economia da comunidade a serviço das atividades locais”¹⁰⁶ e do seu próprio interesse.

O registro localizado no Brasil apontando para a participação do imigrado em uma Cooperativa referia-se a Banca Cooperativa Popular criada pelos proprietários de terra, da Província de Roma, na região de Viterbo, no final do século XIX, após um intenso debate entre os proprietários interessados na sua fundação e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, de Roma.

Sendo uma iniciativa de particulares, era necessária a aprovação do governo como garantia à constitucionalidade da instituição. Transcrevemos o trecho do Ato constitutivo da Banca:

Em Nome de Deus, reinando S. M. Umberto Primeiro pela graça de Deus e vontade da nação. 01 de abril de 1883. Após muitas reuniões nos meses de novembro e dezembro, a sociedade de agricultores desta cidade e sob a presidência do Ilmo Sr. Giuseppe Contucci, advogado, Presidente do Sodalício, um Comitê no qual são representadas várias classes de cidadãos, criaram a Banca Cooperativa Popular de Viterbo, dando a esta uma ordem parecida com a Banca Cooperativa Pugliesi.”¹⁰⁷

Como resposta, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio encaminhou seu parecer aos associados manifestando aprovação e parabenizando os agricultores pela iniciativa:

Recebo com a aprovação que este benemérito sodalício que a associação do patronato da classe trabalhadora, entenda a constituir em Viterbo, uma Banca Cooperativa com organização análoga aquela da Banca Popular de Puglia. É obra digna de elogio aquela que tem como objetivo promover a difusão da parcimônia e do crédito entre as classes menos favorecida. Espero que o exemplo desta Associação, a qual cumprimento, seja seguido por todos os outros viterbese. Ministro Berti.¹⁰⁸

A iniciativa do patronato da classe trabalhadora, as cooperativas, para o Ministro, tinham como objetivo garantir os agricultores de baixa renda certa garantia de crédito para investimentos na agricultura. “A ajuda mútua entre os sócios visava contribuir para a promoção do desenvolvimento moral e intelectual dos *contadini* com base no princípio: “*uno per tutti-tutti per uno.*”¹⁰⁹

¹⁰⁶ Ibidem, p. 8.

¹⁰⁷ Protocolo XXXIV, 1883. Arquivo de Estado de Viterbo. Ato constitutivo da Banca Cooperativa Popular de Viterbo. 1 de abril de 1883.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ CARACCILO, 1952. Op. cit. p. 59.

“Um por todos-todos por um”.

A questão em pauta era a melhoria das condições dos camponeses, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento da agricultura, possibilitando a manutenção da posse da terra.

A exaltação do ministro pela criação da banca fez-se sob a inércia do governo em buscar soluções para os problemas centrais da política italiana colocando, não só o Lazio, mas toda a Itália, em condição desfavorável a concorrência do capitalismo internacional. Com isto, deixou a cargo da iniciativa privada a gestão da economia agrícola e a tentativa de organizar o mundo rural.

Na Ata de criação da Banca um Manifesto, elaborado pelos membros acionistas, expressa a expectativa da classe rural pela iniciativa:

Entre os inumeráveis benefícios que a civilização avançada leva aos povos é a chamada sociedade cooperativa; esta tenta elevar as classes trabalhadoras tirando-as do estado pobre que vivem a séculos, dando a elas o modo de conquistar a independência, a força moral que os transformam em ótimos cidadãos. Foi, portanto, admirável a idéia de fundar nesta cidade a Banca Cooperativa Popular; e o comitê escolhido esta constituído de beneméritos proprietários, confiáveis e capazes de reunirem todos os esforços para que correspondam a interesses comuns.¹¹⁰

O interesse dos proprietários de terras, fundadores da Banca em beneficiar a classe menos favorecida, conforme citado pelo ministro, merece atenção. Estariam os proprietários preocupados com os trabalhadores rurais ou com as ameaças à situação que desfrutavam.

Não resta dúvida que a cooperativa era vista pelos proprietários como uma possibilidade de garantia à manutenção de seu status.

O Censo de 1901¹¹¹ indica o número de 57.100 parceiros e colonos o que significa um aumento considerável, se comparado ao ano de 1881, quando a quantidade era de 35.064. Tal situação justifica o discurso entusiasmado dos proprietários pela criação da Banca.

O Estatuto da Banca Cooperativa, aprovado pela assembléia geral dos acionistas, no seu Artigo 4, instituiu a sua duração por um período de 50 anos, facultando aos acionistas prolongarem sua existência. O Art. 5 determinou que o valor de cada ação seria de 20 Liras, podendo ser paga mensalmente pelo prazo de um ano,¹¹² o que facilitou a adesão de um número maior de proprietários.

¹¹⁰ Manifesto da Banca Cooperativa Popular di Viterbo. Il Comitato Promotore. Presidente della Società Operaia: CONTUCCI Cav. AVV. Giuseppe. Viterbo, 8 febbraio 1883.

¹¹¹ CARACCILO, 1952. Op. cit. p. 54.

¹¹² Estatuto da Banca Cooperativa Popolare di Viterbo. Approvato dall'Assembléia Generali Degli Azionisti. Viterbo: Tipografia Agnesotti, 1883.

Temendo a falta de fundos para a manutenção da cooperativa os diretores, diante falência de outras associações agrárias existentes no país, alertaram para a necessidade de cada sócio cumprir com o pagamento das suas ações.

A Banca Cooperativa Popular encontra-se afortunada diante da adesão de vários cidadãos. Estes não tardarão a ver benefícios e vantagens. Mas, para alcançar a capacidade máxima de benefício é necessário à generosidade de todos os cidadãos que conhecendo as vantagens que serão derivadas desta Banca, assegurarão em todos os meses a sua existência, recordando que no campo da cooperação os frutos são iguais para todos e que da abundância de tais frutos deriva a tranquilidade, o bem estar dos cidadãos, o decoro e a prosperidade da pátria.¹¹³

Demétrio Pellegrini, filho de Giuseppe, residente em Proceno, um dos três herdeiros de noventa lotes de terra, aderiu a sociedade comprando, em 1894, quatro anos antes de embarcar para o Brasil, duas ações da Banca Cooperativa¹¹⁴. Pagou sucessivamente nos anos de 1894, 1895 e 1896, 1.80, 2.40 ao ano, totalizando 6.60 Liras, buscando minimizar a redução do capital provocado pela concorrência dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, a manutenção da condição de proprietário.

Para quem participou, entre os anos de 1896 e 1900, dos movimentos cooperativistas e sindicalistas e emigraram antes dos 1900, não tiveram a oportunidade de “beneficiar”, de algumas ações organizativas empreendidas pelo governo giolittiano,¹¹⁵ dada a ampliação dos movimentos de classe nos setores urbano e rural.

As organizações de classe do Lazio, diante da dura crise vivida no setor agrícola, promoveram mudanças significativas de mentalidade da classe trabalhadora. Buscando se fortalecerem economicamente passaram a se organizar demonstrando o amadurecimento político-ideológico da classe.

Para Orlando Giuseppe¹¹⁶ um novo sentido da capacidade coletiva e individual, de ação e de escolha, passou a existir nas comunidades rurais. Além das cooperativas, difundiram-se, também, de forma embrionária, as organizações sindicais dando início as primeiras formas de solidariedade política. Tanto no norte como no centro, estas organizações

¹¹³ Ata de criação da Banca cooperativa Popolare di Viterbo. Notaio Domenico Anselmi, 1883.

¹¹⁴ Banca Cooperativa Popolare di Viterbo. Certificato d’Azione definitiva. 14 de abril de 1894

¹¹⁵ A era giolittiana, 1900 a 1914, foi considerada, por muitos autores italianos, como o período de “decollo amministrativo” da Itália. Período em que, sobre o aspecto emigratório, as classes dirigentes tentaram, através da lei de 31 de janeiro de 1901, “disciplinar” e “organizar” a emigração. Para tanto, discute-se a eficácia desta lei visto o jogo de interesse que a envolvia. Para saber mais ler MELIS, Guido. Storia dell’amministrazione italiana 1861-1993. Società editrice il Mulino. 1993.

¹¹⁶ ORLANDO, Giuseppe. Le campagne: agro e latifondo, montagne e palude. In: CARACCILO.1991. p. 102.

não conseguiram êxito imediato, mas, representaram um expressivo avanço na organização de classe.

No período estudado, porém, diante do quadro de profundas transformações da agricultura e, conseqüentemente, na formação de um proletariado agrícola de massa, manter a posse da terra e dos imóveis tornava-se cada vez mais difícil, levando muitos proprietários a emigrarem “*per fare l’America*”.

2 AS FAMÍLIAS EMIGRADAS

Neste capítulo procuramos compreender as estruturas familiares que se estabeleceram no período em que ocorreu a grande emigração na península itálica, bem como identificar as principais mudanças ocorridas nas relações familiares da Itália central.

Através do levantamento de dados extraídos dos arquivos italianos, buscamos fazer uma análise dos aspectos sócio-econômicos e político das famílias procenesas e graffignanesas, no final do século XIX, mapeando as formas de sucessão dos negócios, assim como a compra e venda dos imóveis, os tipos de residências, as características das propriedades, o poder aquisitivo e a participação na política local italiana.

2.1 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NA PENÍNSULA ITÁLICA

O termo “família” possui diversos significados conforme a época e a sociedade estudada. A historiadora Sheila de Castro Faria¹¹⁷, em sua obra “A Colônia em movimento”, diz que, para os estudiosos de ciências humanas, o termo é bastante controvertido, já que são inúmeras as formas de organização humana que se podem enquadrar nesta mesma denominação.

Já a abordagem sociológica focaliza a família como instituição social, considerando como sua única e peculiar característica o aspecto social da interação familiar. Os sistemas familiares apresentam as características de legitimidade e autoridade, que não são categorias biológicas. E, se a investigação se preocupar com o impacto de fatores psicológicos ou

¹¹⁷. FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998. p. 39.

biológicos sobre a família, estes deverão ser analisados de acordo com o seu significado social.¹¹⁸

Tendo em vista a universalidade da instituição família, Zonabend¹¹⁹ traz uma abordagem, sobre o ponto de vista dos etnólogos, descrevendo e analisando universos familiares, nas sociedades ditas primitivas ou arcaicas, onde o parentesco constitui a instituição social chave, aquela que estrutura o grupo, regula a residência, organiza o modo de transmissão dos haveres e saberes e define as formas de aliança matrimonial. Explorando universos outros, o que os etnólogos lograram através da infinita variedade de formas de agrupamentos parentais revelada por tais sociedades, foi reconhecer as referências essenciais e identificar os instrumentos de medida indispensáveis à compreensão da existência e do papel da instituição.

Para além da discussão, em particular da Antropologia, de ser a família um dado natural/biológico ou cultural, não se pode negar o fato de que as sociedades humanas tiveram sempre presentes algum padrão familiar, podendo ser ele de diferentes matizes e resultante de variadas combinações.

A preocupação dos estudiosos, seja no campo da demografia, da sociologia, da Antropologia e ou da história, em explicar as mudanças ocorridas na família, principalmente, entre a metade dos oitocentos e início dos novecentos, quando surge nos países ocidentais a “família moderna”, culminou com o aparecimento de uma nova história social, contribuindo, sobremaneira, para a ampliação do conhecimento sobre a história da família e sua mudança no tempo.

Uma das características marcantes da cultura italiana é a importância que os italianos atribuem à família, colocando-a, com maior intensidade no passado, como o centro da vida social e da própria identidade do indivíduo. Desta forma, faz-se necessário analisar as diferentes realidades que se apresentaram conforme a região e a classe-social estudada, considerando que em toda parte, desde os tempos mais remotos, a família se apresenta com multiplicidade de formas e designações, ora num sentido mais abrangente, considerando as pessoas que viviam na mesma casa, sem laços de consangüinidade, a coabitação; ora concebendo a consangüinidade sem coabitação, incluindo os parentes.

¹¹⁸ GOODE, William J. A Família. Tradução de Augusto Arantes Neto. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1982. p.21

¹¹⁹ZONABEND, Françoise. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, André et al (dir). História da Família. Mundos Longínquos, vol. I Lisboa: Terramar, 1998. p. 13.

A organização familiar, as relações de autoridade e de afeto e as estratégias utilizadas para a manutenção econômica do poder e do prestígio no interior do grupo ou, de forma mais abrangente, na localidade a qual estavam inseridas, devem ser estudadas, considerando que famílias com a mesma estrutura nuclear podem ter relações de autoridade no seu interior e ou relações de parentela com os membros externos radicalmente diversas¹²⁰.

Deste modo, as unidades familiares cujas formas e estruturas variam, não apenas de uma sociedade para outra, mas também entre as diferentes classes de uma mesma sociedade. No caso da Europa encontra-se a suposição de que a família nuclear ou conjugal, composta por pai, mãe e filhos, sempre dominou, ainda que sob modelos diversos, se estendendo até o que pode ser denominado de família múltipla. ¹²¹

Segundo Solinas¹²², família múltipla e família conjugal não são duas categorias opostas, mas dois níveis de maturidade e de coesão social. Do ponto de vista lógico, cada família conjugal seria o núcleo da fundação de uma comunidade mais ampla e, por esse motivo, o antecedente da família múltipla.

A literatura¹²³ assim caracteriza a família múltipla: a linha de descendência masculina é depositária da autoridade e tende a assimilar o maior número de consangüíneos vivos; a base material é comunitária e, tradicionalmente, engloba a terra, a casa, os instrumentos agrícolas e o gado (fontes geradoras do sustento familiar); constitui-se em uma unidade de produção e de consumo, tendendo originariamente à auto-suficiência; a sua perpetuação é limitada pela unidade social de produção, daí a necessidade de expansão ou de nova base produtiva ou o desmembramento da base original, quando a dimensão dessa unidade o permite.

É importante ressaltar que as estruturas familiares nuclear, conjugal, múltipla e ou extensa não se estabeleceram nas sociedades de forma linear, mas alternavam-se conforme as novas exigências que se impunham no decorrer do tempo em uma dada sociedade.

Para Barbagli¹²⁴ a estrutura familiar italiana no centro-setentrional permaneceu, por um longo período, entre o início do século XV e início do XIX, tanto na zona urbana como na rural, seguindo as regras de formação e de transformação dos predecessores. Se por um lado a

¹²⁰ BARBAGLI, Marzio. *Sotto lo stesso tetto. Mutamenti della famiglia in Itália dal XV al XX secolo*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2000, p. 17

¹²¹ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.97

¹²² SOLINAS, P. *A família*. In: BRAUDEL, F. *Os homens e a herança no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.56.

¹²³ *Ibidem*, p. 57-58.

¹²⁴ BARBAGLI, 2000. *Op.cit.*, p. 23-25

As reflexões deste autor sustentam as formas de organização familiar na região em estudo, conforme apresentado no texto.

estrutura familiar teve uma grande estabilidade, com uma história de lento desenvolvimento na sociedade italiana, por outro, no curso dos séculos, houve um aprofundamento das diferenças entre a família residente nas cidades e as residentes no campo.

As primeiras mudanças surgiram na população agrícola que pouco a pouco foram se tornando mais complexas. Foi, portanto, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XX que na Itália central a família complexa atingiu seu apogeu. Tais mudanças ocorreram em razão das profundas transformações econômicas e sociais do mundo rural, e, sobretudo, de uma nova organização produtiva nas propriedades agrárias. É, também, neste período que há um novo processo de redistribuição da população entre a cidade e o campo, tendo como consequência um aprofundamento das diferenças entre cidade e campo.

Para explicar estas transformações na estrutura da família centro-setentrional, a partir da metade dos 1800, é importante considerar as mudanças verificadas na estratificação e na mobilidade social da população agrícola decorrentes da urbanização e da industrialização, esta, em menor medida por ter se desenvolvido somente em algumas zonas daquelas regiões.

Barbagli¹²⁵ assinala que, após a metade século XIX até a Primeira Guerra, houve uma diminuição da cota da população que vivia em família complexa. Um dos motivos que contribuiu para esta diminuição e, conseqüentemente, a ampliação da família nuclear, naquele período, foi o processo de proletarização no campo, sobretudo nas áreas em que aumentaram o número de “*braccianti*”, *contadini* não proprietários. Estes passaram a viver mais frequentemente em família nuclear. Tal nuclearização justifica-se pelo trabalho ser do tipo temporário, quando, necessariamente, o casal se separava da família de origem.

Destacamos que se por um lado houve uma difusão da família nuclear, no período pós-unificação do Lazio, entre a população mais pobre do mundo rural, os “*braccianti*”, por outro entre os *contadini* proprietário ou arrendatário prevalecia a família complexa.

Comparando os tipos de família existentes na cidade e no campo, após o casamento, nas cidades, seis entre dez constituíam em famílias nucleares, já na zona rural oito entre dez encontravam-se em famílias múltiplas. Portanto, a regra de residência que prevalecia na cidade era a neolocal, enquanto que no campo a mais freqüente era a patrilocal, mesmo diante do aumento da família nuclear entre os trabalhadores agrícolas não especializados

¹²⁵ BARBAGLI, 2000. Op.cit., p. 48

Barbagli ¹²⁶ considera que uma das razões para a existência da família múltipla, entre os *contadini* proprietários, deveu-se ao fato dos casamentos se realizarem mais cedo no campo em relação às cidades, com a permanência do novo casal na casa dos pais.

Vale ressaltar que nas famílias procenesas e graffignanesas, que habitavam no campo, a idade do matrimônio variava entre os 26 e 34 anos para os homens. Entre as mulheres a variação ficava entre 16 e 25 anos.¹²⁷ Com relação a idade dos homens que contraíram matrimônio nestes lugarejos constatamos que, mesmo morando em uma zona rural, alguns se casavam tardiamente. Tal fato, talvez, pudesse estar vinculado a condição de proprietários, pois quanto mais alta era a quota de cultivadores proprietários e arrendatários na população agrícola, mais elevada era a idade de matrimônio dos homens.¹²⁸:

A tendência a viver em família múltipla não era uma característica exclusiva da população de uma zona ou de um grupo social. Como já dito anteriormente, a estrutura familiar de uma determinada área não era estática, podendo alternar, sua dimensão e composição, ora nuclear em uma determinada fase, ora múltipla e extensa em outra sucessiva, de acordo com o ciclo de desenvolvimento da sociedade. Como exemplo para este caso, citamos os tipos de família que se tornaram cada vez mais complexas, conforme as exigências sócio-econômicas do final do XIX: a dos “*mezzadros*” ou “*parceiros*”.

Nas áreas onde se encontrava um número expressivo da *mezzadria*, sobretudo na região de Viterbo¹²⁹, o sistema de formação da família merece ser analisada.

Segundo Giuliana Biagioli¹³⁰ este sistema passou por profundas transformações a partir do século XVIII. A abundância de oferta mão-de-obra entre os *mezzadri* devido ao crescimento da população e ao insuficiente aumento do número de terras resultou na diminuição de contratos. Como conseqüência, a família *mezzadrile* perdeu a sua tradicional autonomia na cultivação das terras e viu-se obrigada a aceitar pactos sempre mais onerosos, que não só as obrigavam a trabalhar mais como as levavam a submeter-se a um severo controle, feito pelos proprietários, de suas vidas privadas, principalmente sobre a decisão de constituírem famílias. Em resposta a esta situação, e para combater o perigo de tornarem-se *braccianti*, os *mezzadri* foram pouco a pouco mudando seus hábitos matrimoniais. De maneira forçada optavam por

¹²⁶ BARBAGLI, 2000. Op.cit., p. 48

¹²⁷ Arquivo de Viterbo. Atas de Matrimônio. 1881 a 1897.

¹²⁸ BARBAGLI, 2000. Op.cit., p. 48.

¹²⁹ Sobre o sistema de Mezzadria em Viterbo ler NENCI, Giacomini. Realtà contadine, movimenti contadini in Storia D'Italia. Dall unità a oggi. Il Lazio. Caracciolo, Alberto (a cura di). 1991.Op. cit., p.180-188.

¹³⁰ BIAGIOLI, Giuliana. La diffusione della mezzadria nell'Italia centrale: un modello de sviluppo demografico ed economico, in Bolletino di demografia storica, 1986, p.59-66.

não casarem-se na tentativa de superarem o risco de serem expulsos das propriedades. Tal situação contribuía para ampliar o número elevado de família múltipla horizontal com irmãos e irmãs morando na mesma residência após a “opção” temporária pelo celibato.

Os processos de expropriação das terras comunais levaram muitas famílias à dependência de uma família proprietária. Mesmo aquela que era dona das suas próprias terras, considerada uma pequena ou média proprietária, como é o caso das famílias emigradas do Lazio, não permaneceram ilesas às conseqüências da evolução do capitalismo. Ao emigrarem, deixaram de fazer parte do modelo de organização de família múltipla e adotaram o modelo nuclear, emigrando pai, mãe e filhos.

2.2 AS FAMÍLIAS EMIGRADAS NA DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA ITALIANA

Estudar as famílias que deixaram o Lazio e se instalaram em terras fluminenses, representa conhecer uma coletividade importante a ser revelada e valorizada. A história destas famílias, no período que antecede a emigração, foi baseada em fontes arquivísticas italianas existentes na capital da Província de Viterbo/Lazio e nas prefeituras dos municípios onde residiram estes emigrantes. Com tais fontes procuramos determinar a posição econômica das famílias, bem como a posição econômico-social dos indivíduos naquela sociedade.

Neste sentido, o Arquivo de Estado de Viterbo foi, sem dúvida, a instituição mais importante de realização da pesquisa. O antigo cadastro pontifício¹³¹ (cadastros de terras e fabricados), é considerado, por seu conteúdo e por sua organização, uma das documentações mais ricas que aí se conserva.

Iniciamos a consulta pelo livro *Matriz* usando como fio condutor o nome¹³² das famílias que emigraram. A utilização do nome para abrir novos campos à investigação histórica¹³³ já tinha se iniciado nos arquivos brasileiros. Desta forma foi possível extrair da

¹³¹ O Antigo Cadastro Pontifício é uma importante documentação que se conserva no Arquivo de Estado de Viterbo. A documentação cartográfica (mapas) e descritiva foi adquirida do Ofício Técnico do Tesouro Público e do Ofício Distrital de Viterbo, e, uma cópia original, atualizada (1855-1875), do Cadastro Gregoriano. Toda a documentação contida no arquivo fornece aos pesquisadores uma série de conhecimento sobre a história do território nos seus múltiplos aspectos, seja econômico, financeiro, urbanístico ou ambiental. Estes dados foram extraídos do documento *Antigo Cadastro da Delegação de Viterbo*. Guia a pesquisa arquivística. Arquivo de Estado de Viterbo, AUTUNNO, Pasquale, 1993.

¹³² GINZBURG, 1989. *Op.cit.*, p. 175.

¹³³ *Ibidem*, p. 174.

documentação italiana a lista de proprietários, da Província de Viterbo, no final do século XIX.

Em meio ao registro de nomes, dispostos em ordem alfabética, encontram-se as famílias Aniceti, Gorini, Morucci e Ridolfi e Tardani do município de Graffignano, e as famílias Bianconi, Castoni, Lira, Grillo, Pellegrini, Pirozzi, Ponziani, Bianchi e Tramontana de Proceno, além do Capaccia de Grotte di Castro, município vizinho a Proceno.

Utilizando o método onomástico como guia, nos livros cadastrais, coletamos todos os dados, que passam progressivamente de um livro para outro, conforme a movimentação dos bens feita pelos emigrantes.

Desta documentação foi possível extrair: compra e venda de terras, casas, cantinas, estábulos e animais; o preço do bem e os impostos pagos, o tipo de cultivo, a extensão da superfície cultivada; a localização (com nomes de ruas e número do mapa localizando o imóvel); as características dos bens e a indicação da partilha dos mesmos entre os herdeiros. Neste caso, o registro traz os números dos Atos de Partilha que deverão ser localizados em outro arquivo, no caso, o arquivo notarial.

Ao todo foram coletadas 102 ocorrências nos registros cadastrais de terra e de fabricado em nome dos emigrantes, variando entre seis e quinze registros para cada emigrante. Os dados levantados, referentes ao período compreendido entre 1870 a 1934, estão distribuídos em cinco livros.

Trabalhar com registros pouco discursivos, como o cadastro de terras e de fabricados exerce um fascínio semelhante ao de um quebra-cabeça. Na medida em que localizamos os nomes e cruzamos os dados as peças foram se encaixando, possibilitando-nos analisar a trajetória dos sujeitos sociais envolvidos neste processo.

Fig. 14



Fonte: Livro Matriz-Cadastro de terras. Arquivo de Viterbo/Itália

No caso deste estudo a pesquisa se inicia no período posterior à unificação do Lazio, em 1870, quando alguns emigrantes eram, ainda, jovens e habitavam com seus pais. Outros já casados e com filhos construíram suas vidas num mundo de incertezas em virtude das transformações políticas e econômicas, de um país unificado sob a égide do desenvolvimento capitalista. Tais vivências podem ser reconstruídas através dos vestígios deixados na documentação.

2.2.1 Os lotes de terra e os imóveis

A estrutura fundiária do Lazio, no período pós-unificação ao reino da Itália, foi marcada pela difusão da pequena propriedade, com extremo fracionamento da terra, principalmente nas áreas de montanha e colina, como é o caso de Proceno, o que não excluiu, em absoluto, a permanência do latifúndio nas áreas planas da Província de Roma. Tal fracionamento deveu-se, em grande parte, a eliminação dos resquícios feudais com o fim das propriedades coletivas, bem como a venda dos bens eclesiásticos.

Todas as transformações ocorridas provocaram a descompensação da economia agrária do Lazio criando uma difícil situação não só para os latifundistas como, também, para os pequenos proprietários.

Normalmente, a pulverização da terra era característica da pequena propriedade contadina. No entanto, em menor frequência, encontramos médias propriedades compostas por terrenos distantes um dos outros.

Nos registros constantes no cadastro de terras, cada terreno possui uma numeração correspondente a sua localização. Nos mapas encontrados, cada município é subdividido em várias zonas, onde os imóveis, possuem um número de identificação que permitem, ainda hoje, localizá-los.

Os documentos consultados referentes aos italianos emigrados revelam que, em sua maioria, os lotes eram fragmentados e estavam distribuídos na abrangência da área do município de residência, conforme demonstrado no mapa seguinte.

Fig 15



Planta de Proceno no final dos 1800. Fonte: Arquivo de Estado de Viterbo

Poderíamos identificar todos os lotes de terra com seus números e descrição das atividades de propriedade dos futuros emigrantes em estudo. Destacaremos, no entanto, algumas poucas a fim de exemplificar a divisão destes lotes, com seus respectivos números, constantes nos Cadastros.

A família Pirozzi, por exemplo, cultivava o grão no terreno de número 667, a uva no de número 747 e um pequeno lote destinado a pasto identificado com o número 1.807. Os Ponziani, outra família emigrada era detentora dos lotes de números 508, 537, 1382, 1546 e 1870, com o cultivo da uva, em dois deles, do grão, e um bosque. Já a família Grillo, em 1892, possuía apenas dois lotes de números seqüenciais 975 e 976¹³⁴, destinados ao cultivo de uva e grãos.

Acompanhar cada família neste registro de terra permite verificar a movimentação de compra e venda de terras, arrendamento dos lotes, sua transmissão por herança, seja pela morte dos pais ou de parentes muito próximos, que não tinham herdeiros diretos e passavam seus bens aos sobrinhos, como veremos adiante.

Deste modo, para demonstrarmos a extensão das terras, procuramos reunir todos os lotes somando suas dimensões em hectares, caracterizando a superfície total das propriedades das famílias dos emigrados de Proceno e Graffignano, incluindo, também, uma família do já citado município de Grotte di Castro.

¹³⁴ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Terras. 1892.

TABELA 03 - Superfície total dos terrenos e as respectivas famílias proprietárias.

	Família	Superfície em ha
PROPRIETÁRIOS DE PROCENO	PELLEGRINI	51
	BIANCONI	2
	GRILLO	1,5
	CASTONI	4
	PIROZZI	8
	PONZIANI	2
	LIRA	2,9
	BIANCHI	1
	TRAMONTANA	4,5

Fonte: Cadastro de Terra Proceno
Arquivo de Estado de Viterbo-Lazio/Itália-1870-1934

PROPRIETÁRIOS DE GRAFFIGNANO	RIDOLFI	1,7
	GORINI	2
	MORUCCI	3
	ANICETI	0,5
	CAPACCIA	1,7

Fonte: Cadastro de Terra de Graffignano e Grotte di Castro
Arquivo de Estado de Viterbo-Lazio/Itália - 1870-1934

A extensão das quinze propriedades familiares arroladas variava entre 0,5 e 51 hectares, apresentando uma concentração largamente majoritária na faixa entre 0,5 e 4,5 hectares. Apenas a família Pirozzi e Pellegrini superavam este montante com 8 e 51 hectares, respectivamente.

É importante observar que a extensão da propriedade poderia ser integralizada de várias formas, sendo a de tipo fragmentada a mais recorrente na região estudada. Na amostra construída referindo-se a Proceno, por exemplo, destacam-se os casos discrepantes da família Grillo que possuía dois lotes totalizando 1½ hectares de terras e a família Pellegrini com 90 lotes e 51 hectares.

Considerando que grande parte dos contadinos, do setentrional e do meridional, eram camponeses dependentes, não proprietários, que trabalhavam como colonos nos lotes de terceiros, faziam arrendamento com pagamento em mercadoria e eram habituados a lidar com parcelas reduzidas em terreno de baixa fertilidade natural, a quantidade de terra das famílias camponesas proprietárias, do Lazio, tornava-se representativa.

Era destes lotes que as famílias produziam o que era necessário ao seu sustento e, em alguns casos, com possibilidade de comercializar o excedente no mercado local. Utilizavam, também, dos bosques e pastos, adquiridos com recursos próprios, após a abolição do uso comunal das terras.

As famílias de Graffignano quando comparadas com as de Proceno encontravam-se em situação econômica inferior. Os lotes variavam entre 0,5 e 3 hectares e poderiam ser classificados como propriedade de *contadini precária*.

Provavelmente, estas famílias utilizavam do sistema de parceria em terras de outros proprietários para complementarem suas rendas. Isto se dava quando a produção e a renda nos pequenos lotes não satisfaziam as necessidades da família, e conseqüentemente não absorviam a mão-de-obra de todos os membros do grupo familiar.

Como vimos na capítulo 1, boa parte do território de Graffignano, desde os tempos remotos, era disponibilizado para o uso coletivo das terras comunais, como os pastos para a criação de alguns animais, os bosques para a retirada de lenha e o plantio de grãos em poucos lotes, somados aos pequenos hectares da própria família, permitia a sua sobrevivência.

Enquanto algumas famílias lutavam para superar as condições de subsistência com a manutenção dos pequenos lotes de terra, outras viveram uma parte de suas vidas em condições de relativo bem estar social e econômico, proporcionado por heranças recebidas, ou pela movimentação de compra e venda de imóveis com recursos próprios. Porém, é necessário ressaltar que apenas uma minoria possuía esta condição social.

Das famílias emigradas para o noroeste fluminense, constantes nos registros cadastrais, encontramos, somente uma que desfrutava de tal situação: a família Pellegrini. Residente em Proceno e detentora de grande quantidade de terras possuía “independência” econômica e ocupava um lugar de destaque no campo social e político da localidade.

A representatividade da família, naquele local, foi preservada na memória de sucessivas gerações e reproduzida em depoimento de um atual morador procenense. “Os Pellegrini eram dono de quase tudo aqui, além de terras comandavam a política, muita gente trabalhava pra eles (...) Um deles foi prefeito aqui”¹³⁵.

¹³⁵ Depoimento concedido por Daniele Bocchini. Proceno. 2007.

O Pellegrini referido pelo depoente se chamava Giuseppe Pellegrini pai de Demétrio Pellegrini imigrado no Brasil em 1898.

Se podemos admitir que a família é um princípio de construção da realidade social, também, é preciso lembrar, que ele próprio é socialmente construído.¹³⁶ Assim, as palavras do depoente reforçaram os dados dos registros cadastrais.

Como já citado, esta família, dentre as emigradas, era a que possuía o maior número de imóveis. No entanto, vale ressaltar, que o total de terras não foi adquirido com recursos próprios. Sendo o território laziale herdeiro do Estado Pontifício, onde a igreja ou os membros do clero possuíam o domínio quase total da estrutura política, social e econômica da região, era comum grandes extensões de terra pertencerem a membros eclesiásticos.

Desta forma, encontramos na documentação¹³⁷ da família Pellegrini a transmissão da herança de Dom Ferdinando Pellegrini, Bispo em Proceno, nos últimos 20 anos, do período que antecedeu a unificação do Lazio ao Reino da Itália.

Dom Ferdinando, sem ter herdeiros diretos, deixou sob forma de herança todos os bens aos parentes da localidade de Proceno.¹³⁸ A partilha, feita em 1872, ano da morte do Bispo, e beneficiou os seus sobrinhos Giuseppe e Severino, ambos casados e com filhos, com a posse de 23 hectares de terra e uma igreja.

Giuseppe Pellegrini, mesmo numa situação de crise gerada pelo avanço do capitalismo nos campos italianos, pode com benefício da herança recebida ampliar seu patrimônio, adquirindo novas terras e imóveis. Ao mapearmos a movimentação de compra e venda de terras feitas por Giuseppe, constatamos que, além dos 23 hectares de terras que administrava em parceria com seu irmão, comprou mais 28, totalizando 51 hectares. Deste modo, a família obteve uma ascensão social tornando-se uma das maiores proprietárias da localidade.

Conseqüentemente, a mão-de-obra dos membros da família contadina passou a não ser suficiente para toda a produção, como: plantio e colheita, criação de animais, limpeza dos pastos etc, exigindo, deste modo, um número maior de trabalhadores que foram contratados fora do âmbito familiar, seja como parceiros, colonos ou trabalhadores temporários.

Uma casa para colono constante no registro de imóveis desta família indica que, com a ampliação dos negócios, a família Pellegrini se aproximou a de um empreendedor capitalista, isto é, a empresa deixa de ser *lavoratrice*, utilizando, somente, a mão-de-obra familiar e passa a ser capitalista-*lavoratrice* empregando mais mão-de-obra e, conseqüentemente, aumentando a produção.

¹³⁶ BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, p. 127

¹³⁷ Arquivo de Estado de Viterbo. Registro de Terras. Governo Pontifício. Presidenza Generale del Censo. Provincia di Viterbo. Comuna di Proceno, 1870 a 1950.

¹³⁸ Arquivo de Viterbo. Cadastro de Terras. 1872.

A número total dos lotes da família, entre os anos de 1870 e 1894, somavam-se 90, com um total de 512 tavoli.¹³⁹ Tal medida corresponde a 51,2 hectares de terra. A maior parte dos lotes fazia fronteira entre si ou eram muito próximos, com exceção de poucos, que tinham sua localização distantes um do outro. Encontramos 12 lotes em terras contíguas com uma numeração seqüencial de 1635 a 1647¹⁴⁰. A maioria dos terrenos era agrupada numa seqüência de 4 lotes e, apenas, 10 encontravam-se dispersos. De qualquer forma, o fracionamento, de parte da terra, não afetou a posição privilegiada da família Pellegrini na economia procenesa, sobretudo se considerada a extensão total da propriedade.

Do total dos 90 lotes da família, cerca de 5 incluíam-se no sistema de *enfiteuse*. Este sistema, hoje em desuso na Itália, era uma forma de arrendamento da terra, usado, sobretudo, nos anos de 1800, permitindo aos agricultores fazerem o uso da terra, de um outro proprietário, mediante o pagamento anual.

A família Pellegrini, entre os anos de 1882 a 1890 arrendou parte de suas terras a terceiros. No ano de 1893, Luigi Pirozzi casado com Filomena Ponziani, uma família contadina, também emigrada para o Brasil, arrendou um lote de terra dos Pellegrini.¹⁴¹ A documentação consultada não traz a extensão da terra, nem o produto cultivado. Deste modo, não foi possível mensurar a importância deste arrendamento para a unidade doméstica.

No território de Proceno, arrendar um lote de terra não era muito comum, visto que eram pouquíssimas as famílias que dispunham de maiores extensões de terra. Na relação de proprietários listados no cadastro de terra, nos últimos trinta anos do século XIX, encontramos apenas três que possuíam a maior quantidade de lotes, dentre estes, estavam os irmãos Severino e Giuseppe Pellegrini.

Além das terras com diversos cultivos, hortos e bosques, a família possuía imóveis distribuídos na área central da localidade de Proceno. No total possuía a família sete casas, incluindo uma para colono, dois estábulos, dois depósitos de feno, duas cantinas e uma adega, além de um açougue e uma igreja.

Os primeiros registros de aquisição dos imóveis dos Pellegrini datam de 1875 e as últimas compras feitas foram no ano de 1888, conforme demonstrado na tabela a seguir:

¹³⁹ Arquivo de Estado de Viterbo. Registro de Terras e Fabricados, 1870/1950.
Tavole: medida agrária correspondente a 1000 m²

¹⁴⁰ Arquivo de Estado de Viterbo. Registro de Terras e Fabricados, 1870/1950.

¹⁴¹ Arquivo de Estado de Viterbo. Registro de Terras e Fabricados, 1893.

TABELA 04 - Descrição dos imóveis adquiridos pela família Pellegrini, entre os anos de 1875 a 1888, e sua localização.

IMÓVEL	CARACTERÍSTICA	LOCALIZAÇÃO
estábulo/depósito de feno	-----	Via Salaiolo, n.02
Casa	2 andares	Via Salaiolo, 09
Casa	-----	Via Bottino, n.07
Casa	3 andares/5 quartos	Via Del Fiore, n. 20
Casa	5 andares/15 quartos	Via Del Fiore, n 22
casa p/ colono	térreo/1 quarto	Via Del Fiore, n 25
estábulo/depósito de feno	-----	La Verdura, n 06
Casa	2 andares	Porta Fiorentina
cantina e adega	-----	Via Del Bottino
capela do crossifisso	-----	Crocifisso, n 06
Açougue	-----	Via Del Fiore, n 54
Casa	2 andares/3 quartos	Via Del Fiore, n 54

Fonte: Cadastro de Fabricados de Proceno. Arquivo de Estado de Viterbo- Lazio/Itália. 1875 a 1888

As características das sete casas constantes na tabela eram similares. O material utilizado na construção foi o “tufo”, de origem vulcânica e resistente às intempéries.

A grande maioria destes imóveis estão intactos abrigando, ainda hoje, novos moradores, alguns deles descendentes dos emigrados. Assim, a arquitetura do lugarejo pode ser percebida como um documento “vivo” com seus castelos, palácios, igrejas, praças e casas seculares, revelando “sem incertezas interpretativas qual foi à relação concreta entre homem e realidade, entre o ambiente e o assentamento humano”.¹⁴²

Caminhando pelas ruas de Proceno pareceu-nos que o passado se fazia presente imobilizado nas construções das casas das famílias que abandonaram a terra natal, no final do século XIX.

Fig. 16



Via Corso Regina Margherita, n 54, Proceno.

¹⁴² FONTANA, Sandro. Fumagalli, 1979 apud DE BONI, Luis Alabero (org). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987, p. 453

Fig. 16 (cont.)



Em destaque, residência da família Pellegrini no final do século XIX.
Fotos: Rosane A. Bartholazzi de Carvalho - 2007

A casa representada na imagem foi residência de Giuseppe Pellegrini. O depoimento da moradora atual, casada com um descendente da família, apesar de frustrar as expectativas sobre as lembranças e histórias dos parentes, confirmou a vinculação do imóvel ao antigo proprietário e registrou a memória de um Giuseppe Pellegrini poderoso.

Esta casa onde moro foi do antigo Pellegrini, mas eu não sei dizer muito sobre ele (...) quem sabia muito era meu marido que já faleceu. Ele era Pellegrini. A única coisa que me lembro é que ele dizia que o Pellegrini Giuseppe era dono de meio Proceno¹⁴³

Na casa dos Pellegrini a unidade familiar era do tipo nuclear (casal original e seus filhos solteiros), sendo constituída por Giuseppe e Anunziata Alberti e os filhos Demétrio, Luisa e Serafina, mantendo esta configuração até o casamento do filho mais velho.

Em 1893¹⁴⁴, Demétrio casou-se com Anna Bianconni, ele com 27 e ela com 16 anos. Portanto o casamento realizou-se 5 anos antes de emigrarem para o Brasil. Na Itália, tiveram um filho e duas filhas¹⁴⁵. As meninas Teresa e Teodolina que faleceram nos meses de maio e

¹⁴³ M.P, 74 anos. Proceno.2007

¹⁴⁴ Registro delle Pubblicazioni di Matrimonio. Comune di Proceno. Província di Roma Ano 1893. Arquivo de Estado de Viterbo.

¹⁴⁵ Registro delle Pubblicazioni di Nascita. Comune di Proceno. Província di Roma. Ano 1896/1897. Arquivo de Estado de Viterbo.

Registro delle Pubblicazioni di Obito. Comune di Proceno. Província di Roma. Ano 1896/1897. Arquivo de Estado de Viterbo.

junho de 1897,¹⁴⁶ ficando, apenas, um menino, Teodorico Pellegrini, que emigrou com os pais para o Brasil, em janeiro de 1898, com 3 anos de idade.

Antes de consultarmos os registros italianos de nascimento e morte das famílias emigradas, ainda no Brasil, uma das filhas de Demétrio Pellegrini, Inês Pellegrini, brasileira, concedeu-nos uma entrevista na qual mencionou as irmãs italianas dizendo: “Na Itália papai teve duas filhas que morreram de crupe, com mais ou menos seis meses, (naquele tempo não tinha cura), sei disso porque mamãe contava.”¹⁴⁷

Demétrio, o filho mais velho, residiu na casa dos pais, enquanto solteiro. Após o matrimônio, o casal passou a morar em uma das casas da família, situada na Via Salaiolo (foto abaixo).

Fig. 17



Via Salaiolo. Residência de Demétrio Pellegrini e Anna Bianconi – 1893 a 1898.
Foto: Rosane A. Bartholazzi de Carvalho - 2007

A documentação aponta que Giuseppe, na época do casamento, concedeu esta casa, como usufruto, a sua nora, Anna Bianconi, estranhamente, não citando o nome do filho. Nesta casa nasceram os três filhos de Demétrio, citados anteriormente. Mesmo com o casamento de um dos filhos, que passou a morar em casa separada, a unidade familiar de produção se manteve, por um período de 5 anos, quando ocorreu a opção pela emigração, em 1898.

Demétrio, até o casamento, tinha como profissão agricultor. Após o nascimento dos filhos observamos que nos registros sua profissão passa a ser de “*macellaio*” ou açougueiro,

¹⁴⁶ Registro delle Pubblicazioni di Obito. Comune di Proceno. Província di Roma. Ano 1896/1897. Arquivo de Estado de Viterbo.

¹⁴⁷ Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula.2007.

considerando que a família possuía um açougue localizado na Via Del Fiore, é possível que tenha recebido, após o casamento, a incumbência de gerenciá-lo.

Desta forma, o grupo consangüíneo, ao reforçar as estratégias econômicas garantia a unidade dos negócios num contexto de insegurança gerada pela crise econômica que afetava, sobremaneira, o mundo rural italiano.

Diante das incertezas relacionadas aos preços, principalmente dos grãos, que subiam assustadoramente, uma vez casado e assumindo parte dos negócios da família, Demétrio Pellegrini, buscou se fortalecer economicamente se associando em, 1894, a Banca Cooperativa Popular de Viterbo, um ano após o casamento, como tentativa de diminuir os riscos a que estavam sujeitos os proprietários naquele período. Além de Demétrio, inúmeros outros proprietários recorreram às cooperativas de crédito, conforme visto no primeiro capítulo.

O patrimônio adquirido pela família indica que seu uso servia como unidade de produção, comercialização e consumo de bens (moradia). Os diversos compartimentos e as respectivas dimensões apontam para as atividades econômicas e sociais que aí se abrigaram. Eram sobrados e casas térreas que, em sua maioria, dispunham de vários cômodos ou dependências, ganhando destaque as portas largas no andar térreo indicando a existência do comércio, que era praticado naquele local, além dos estábulos, adegas e depósitos de alimento para animais. Assim, como o andar térreo da casa do chefe de família possuía um açougue, a do novo casal era constituída de um estábulo e um depósito de feno.¹⁴⁸

Além destes imóveis, a família possuía, mais um estábulo e outro depósito de feno, localizados na Porta Fiorentina e uma cantina onde era comercializado o vinho e, possivelmente outros produtos, já que a família cultivava além da uva, o grão e a castanha doméstica.

Fig. 18



Porta Fiorentina.
Casa com depósito de feno..
Fotos: Rosane A. Bartholazzi de
Carvalho- 2007

¹⁴⁸ Erva utilizada como alimento dos animais.

A maior parte dos imóveis localizava-se na rua principal de Proceno: Via del Fiore, hoje, Via Regina Corso Margherita, o centro histórico da cidade.

Ainda, na descrição dos imóveis de propriedade dos Pellegrini, identificamos a capela del Crossifisso, datada do século XVIII, situada à rua de mesmo nome.

Antes mesmo de localizarmos na documentação arquivística dados reveladores sobre a herança recebida pelos Pellegrini, a entrevistada, descendente da família, brasileira, residente no noroeste fluminense, sinalizou para a educação religiosa que receberam, afirmando: “Minha mãe sabia bem. Lá na Itália ela ficou em colégio de Irmã, muito tempo, e papai faltava um ano para formar para padre, largou tudo e casou com minha mãe”.¹⁴⁹

Considerando que boa parte dos costumes, da arte, da arquitetura e da própria cultura italiana está diretamente relacionada à cultura católica, e, principalmente, levando em conta que a família foi receptora da herança de um Bispo, não é de se estranhar à presença de uma capela entre os imóveis relacionados.

No entanto, o fato desta capela, legado de Dom Ferdinando, pertencer a uma única família, nos leva a pensar no poder preservado pela família.

Na igreja de S.S. Salvatore, Matriz principal, construída no início do século XIII, situada no centro de Proceno, encontramos uma lápide em que se gravou: “A Ferdinando Pellegrini parente afetuoso que no dia 11 de dezembro de 1872 perdia a vida na pátria terra. Nazzareno Crisanti. Em sinal de gratidão e de amor a ser perpetuada na memória.”¹⁵⁰

Ainda que a inscrição não reverencie o Bispo, e sim registre a gratidão dos parentes, os votos de perpetuação da memória se realizaram através da manutenção do poder garantido pela herança material e imaterial cultivada, particularmente, por seu sobrinho Giuseppe Pellegrini.

Conclui-se que os Pellegrini eram dos mais destacados na hierarquia social local e não apenas entre os que emigraram. Eram bem sucedidos, articulados, não só economicamente, como, também, politicamente, o que provoca um instigante questionamento sobre as causas da emigração de Demétrio Pellegrini, único filho do sexo masculino de Giuseppe.

¹⁴⁹ Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula.2007.

¹⁵⁰ Inscrições feitas em pedra, uma Lápide, exposta na Igreja S. S. Salvatore localizada no centro histórico de Proceno.

2.2.2 A casa como espaço de unidade de produção

O mapeamento dos bens pertencentes a outros grupos familiares, no período anterior à emigração para o Brasil, revelou que um patrimônio como aquele dos Pellegrini não era regra geral.

No entanto, no período em que muitos camponeses não tinham sequer uma casa para o abrigo da família, sobretudo no norte e no sul da Itália, deter um patrimônio, mesmo pequeno, representava a manutenção da condição de proprietário.

Os imóveis com suas características e localização, pertencentes as famílias pequenas proprietárias de Proceno e Graffignano, que emigraram para o Brasil, estão representados nas tabelas que se seguem:

TABELA 05 - Distribuição dos imóveis entre as famílias emigradas de Proceno.1875 -1898

FAMÍLIAS	IMÓVEIS	CARACTERÍSTICAS	LOCALIZAÇÃO
Pirozzi	Casa	térreo/3 quartos	Via del Crocifisso, n 08,
Ponziani	Casa	2 andares/5 quartos	La Verdura, n 24
Bianconi	Casa	3 andares	Via Salaiolo, n 12
	cantina/ depósito de feno	3 andares/3quartos	Via Poggio Agnese, n.5
	Estábulo	-----	Via Salaiolo, s/n
Castoni	Casa	3 andares/6quartos	La Verdura, n 31
	Casa	3 andares/7quartos	La Verdura, n 11
	cantina/dispensa	-----	La Verdura, n 16
	Estábulo	-----	La Verdura
Guezzi	Casa	2 andares	Via Corso Regina Margherita, n 43
Bianchi	Casa	3 andares/6 quartos	Via del Fiore, n 13
Tramontana	Casa depósito de feno depósito de feno	4 andares/9 quartos Térreo 2 andares	Poggio Massimo, n 01 Via del Bottino, n 4 Bottino, n 5
Grillo	Casa	térreo/3quartos	Via del Bottino

Fonte: Cadastro de Fabricados de Proceno. Arquivo de Estado de Viterbo- Lazio/Itália- 1875 -1898.

TABELA 06 - Distribuição dos imóveis entre as famílias emigradas de Graffignano 1875 a 1898.

FAMÍLIAS	IMÓVEIS	CARACTERÍSTICAS	LOCALIZAÇÃO
Aniceti	Casa	segundo andar/1quarto	Via Ripe, n 02
	Casa	térreo/2 quartos	Via di Dentro, n 03
	Casa	térreo/ 1 quarto	Pisciarello s/n
Ridolfi	Casa	2 andares/2 quartos	L'Appello, n 02
	Casa	térreo/1 quarto	Via del Conventino, n 09
Gorini	Cantina	térreo/01 quarto	Via di Dentro, n 09
	Casa	2 andares/3 quartos	Via di Dentro, n 32
	Casa	2 andares	Via Pisciarello n 22
	Cantina	térreo	Via Pisciarello, n 22
Morucci	Casa	2 andares	Via del Conventino, n 52
	Casa	térreo/1 quarto	La Piazza
	Casa	4 andares/5quartos	Via del Conventino, n 04
Tardani	Casa	2 andares/2quartos	Via Teverina, n 4

Fonte: Cadastro de Fabricados de Proceno. Arquivo de Estado de Viterbo- Lazio/Itália- 1875 -1897.

Com respeito as famílias procenasas, apesar de serem proprietárias de pouca terra se comparadas com a família Pellegrini, conforme já demonstrado anteriormente,¹⁵¹ no caso dos imóveis, apesar de pequenas variações, reproduzem-se as mesmas características. São sobrados possuindo de dois a quatro andares, com uma quantidade de quartos que varia entre 03 e 09, com destaque para a existência de depósito de feno, cantinas e estábulos.

Tais imóveis apontam para a existência de criação de animais utilizados no sustento da família, que num contexto de mudanças profundas no mundo rural italiano, representava estratégia de sobrevivência e a capacidade de organização e manutenção das propriedades.

As sete famílias procenasas dividiam, praticamente, o mesmo espaço com os imóveis dos Pellegrini. A maior parte das casas estava situada nas mesmas ruas, com exceção das famílias Castoni e Ponziani que concentravam os imóveis e os lotes de terra num bairro situado na entrada de Proceno, denominado *La Verdura*. Como o lugarejo, localizado no alto da colina, possui uma dimensão reduzida, podemos considerar que todos eram vizinhos, alguns muito próximos, possuindo casas e terrenos fronteiros.

As famílias que possuíam casas, relativamente espaçosas, com estábulo, cantina e depósito de feno, quando do matrimônio de um dos filhos passava a abrigar também o novo casal.

¹⁵¹ Tabela número 3, p. 73

Como exemplo citamos a família Castoni que residia em um sobrado com sete quartos. Em fevereiro de 1884, Veronica Castoni casou-se com Francesco Lira. O casal permaneceu morando com os pais de Veronica, Angelo Castoni e Luisa Cesarini e os seus irmãos Giovanni, Pietro e Chiara.

O novo casal, Veronica e Francesco, teve 5 filhos: Ernesto, Higinio, Cezarina, Omero e Modesto, tendo a ampliação da famílias estimulado a compra de outro sobrado, próximo ao primeiro, onde se instalaram.

Francesco Lira era um pequeno contadino, dono de 2,9 hectare de terras, distribuídos em cinco lotes, dois com o cultivo de grãos e três a videira. Na parte térrea do sobrado, adquirido pelo casal, havia uma cantina e uma despensa, apontando fortes indícios de atividades comerciais desenvolvidas pelo proprietário.

Outro fator que, possivelmente, acrescia os rendimentos deste casal era a criação de animais. O depósito de feno e a existência de dois estábulos, anexos ao sobrado, permitem levantar tal hipótese, mesmo considerando a pequena extensão dos lotes de terra pois Francesco Lira, poderia valer-se do arrendamento de terras para tal finalidade.

Deste modo, esta família contadina poderia ser classificada, na hierarquia da classe camponesa, como uma pequena proprietária autônoma, não sendo necessário recorrer ao trabalho de parceria em outras terras para complementar sua renda.

Se analisarmos todos os casos das famílias representadas na Tabela 5, constatamos que a situação econômica era similar. Todas possuíam uma relativa autonomia econômica.

Já os imóveis das famílias que habitaram em Graffignano não possuíam as mesmas características dos de Proceno. O número de casas variava de duas a três, por família, e o número de cômodos, em sua maioria, era reduzido, com exceção dos Morucci que possuíam uma casa, 5 quartos. Outro fator que aponta para o menor poder aquisitivo destas famílias contadinas é a inexistência de estábulos e depósitos de feno.

Se considerarmos somente este registro concluiríamos que as famílias não criavam animais. No entanto, nos registros de apontamentos de animais constantes das Atas de Deliberações do município de Graffignano, localizamos uma listagem com os nomes de todos os criadores de animais que utilizavam dos pastos comunais.¹⁵²

Dentre estes nomes, encontramos três das cinco famílias estudadas: Morucci, Gorini e Tardani. A maior parte das famílias graffignanesas criavam, ovelhas, porcos, galinhas e, em menor proporção os animais de grande porte como cavalos e vacas.

¹⁵² Arquivo Comunal de Graffignano. Apontamento de animais. 1870.

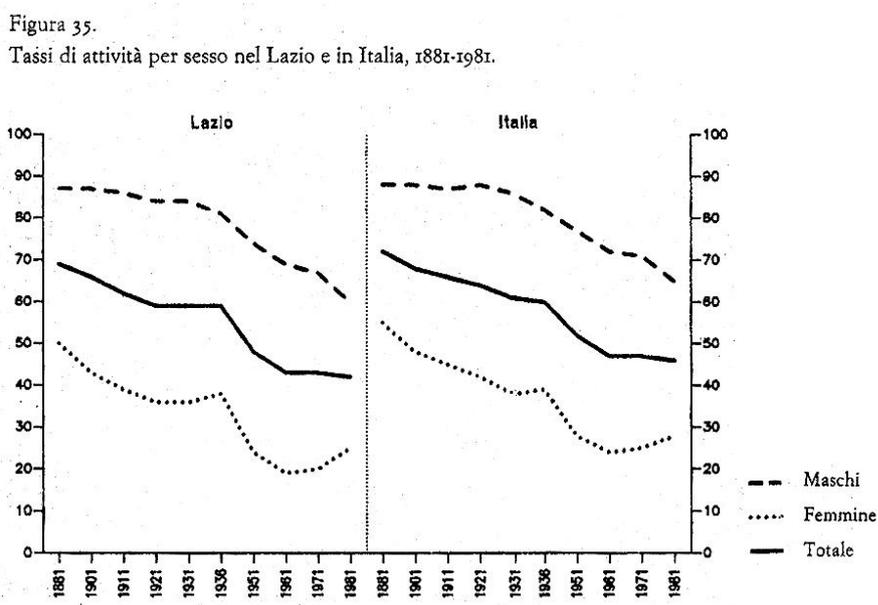
Os *contadini*, pequenos proprietários, lançavam mão de diferentes estratégias em busca de satisfazer as necessidades de todos os membros do grupo familiar, destacando-se a divisão do trabalho no seu interior.

Observa-se, no entanto, que tal processo era comum a Proceno e Graffignano, onde, o trabalho nos campos envolvia os membros do grupo doméstico, com exceção das mulheres. Estas, mesmo não se envolvendo diretamente nas atividades agrícolas, desempenhavam tarefas que não se restringiam às domésticas.

Chiara Saraceno¹⁵³ afirma que na estrutura familiar a tipologia da produção agrícola e a divisão sexual das relações estavam intrinsecamente ligadas. Em particular, a posição social e profissional da mulher na atividade agrícola, artesanal e pré-industrial era fortemente condicionada a família. Isto porque a família, como já citado, era a unidade produtiva principal, obedecendo a divisão do trabalho à hierarquia ali existente.

Fabrizia Gurreri¹⁵⁴ assinala que a participação das mulheres na vida produtiva e na integralização da renda familiar não constituía uma prática expressiva na região do Lazio, comparativamente a outras regiões mais industrializadas da Itália, conforme indicado no gráfico que se segue :

Fig. 19



Fonte: Gurreri in Caracciolo, 1991, p. 625

¹⁵³ SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela. Sociologia della famiglia. Manuali. Il Mulino, 2001

¹⁵⁴ GURRERI, Fabrizia. Immagini statiscie del Lazio dall'unificazione nazionale ai nostri giorni in CARACCILO, Alberto (a cura di), 1991. Op. cit. p. 624.

Os dados representados demonstram que, no final do século XIX, há uma significativa diferença entre homens e mulheres participando da produtividade na região do Lazio. A participação da mulher na unidade doméstica enquanto organizadora das tarefas da casa prevalece, em maior proporção.

A documentação arquivística compulsada, sobretudo, nos registros de casamentos, apontam a mulher exercendo a profissão “*casalinga*” significando “*do lar*”. Entretanto, ressaltamos que exercer o papel de “*casalinga*”, não significava, em muitas famílias, o exercício, apenas, das tarefas domésticas, pois poderia a mulher, na sua própria casa, desempenhar vários serviços que integravam a renda familiar como as atividades artesanais, inclusive a indústria doméstica do vinho, o atendimento a cantina e o trato dos animais domésticos.

É importante ressaltar, finalmente, que a estrutura da família nas diferentes classes agrícolas, apresentavam em cada uma de suas estruturas diferentes formas de inserção da mulher correspondendo a suas formas de vida, de trabalho e de renda.

2.2.3 A produção agrícola e a produção pecuária

Após a completa anexação do Lazio ao Reino da Itália, a produção agrícola num curto período cresceu, significativamente, em virtude da ampliação das relações comerciais com as regiões vizinhas. Como vimos, um dos aspectos que contribuiu, sobremaneira, para este crescimento foram as áreas colocadas a disposição para o cultivo do grão e para a formação dos pastos.

A cultura de grãos chegou a cooptar 80% da mão-de-obra camponesa atingindo 1,6 milhões de *quintale*¹⁵⁵, o que corresponde a 160 milhões kg. Um outro fator determinante para o aumento da produção está ligado ao incremento dos preços do produto que aumentou 22% entre 1861 e 1877, quando o grão duro passou de 27 libras o *quintale*, em 1861, a 32 em 1871.¹⁵⁶

Ressaltamos que este *boom* na produção foi de curta duração. Depois do primeiro surto de desenvolvimento, no período pós-unificação, a produção agrícola no Lazio, assim como em toda a Itália, apresentou sinais de enfraquecimento diante da queda dos preços deste

¹⁵⁵ NENCI, 1991. Op. cit., p. 172.

1 quintale corresponde a 100kg.

¹⁵⁶ CARACCILO, 1952, Op. cit., p. 54.

produto no mercado internacional e os constantes aumentos dos impostos, principalmente, nos últimos 20 anos do século XIX, como assinalado no capítulo 1.

A falta de capital atingiu o grande proprietário e com muito mais intensidade as propriedades menores ou a *empresa-lavoratrice* dos *contadini*. O número de agricultores diretos, indicados pelos censos de 1881 e 1901, diminuiu, significativamente, seja em números absolutos ou relativos ao percentual da população agrícola calculada. Em 1881 existiam 106.098 agricultores. Em 1901 este número caiu para 60.861.¹⁵⁷ Conforme os Censos, os *contadini* não proprietários que obtinham trabalho fixo passou de 167.803 em 1881 para 24.927 em 1901. Já os proprietários de terras tentavam resistir a estas dificuldades criando as cooperativas agrícolas de créditos.

A documentação apontou que entre os agricultores italianos, emigrados da região estudada, os produtos da área agrícola destinavam-se ao consumo da própria família e a um pequeno comércio quando estes eram proprietários de poucos e pequenos lotes, a denominada empresa *lavoratrice* ou à comercialização quando se tratava de uma empresa *capitalista/lavoratrice* que utilizava mão-de-obra externa a família para a produção, como os Pellegrini que possuíam casa para colonos.¹⁵⁸

Tabela 07 - Total da produção agrícola dos emigrantes de Proceno e Graffignano

Produtos	Número de lotes	Área plantada em ha
Grão	69	58
Videira	19	3
Oliveira	05	1,2
castanha doméstica	08	4,5
Total	101	66,7

Fonte: Cadastro de Fabricados de Proceno. Arquivo de Estado de Viterbo- Lazio/Itália

Entre as décadas de 70 e 90, do século XIX, o principal produto cultivado nos lotes dos emigrantes proceneses e graffignanese era o *seminativo*, termo encontrado no Registro de Terra destes municípios. Tratava-se da cultura de grãos, destinados ao auto-consumo das famílias e, em alguns casos, a comercialização, quando os lotes eram em maior quantidade.

¹⁵⁷ CARACCILO, 1952, Op. cit., p. 54.

¹⁵⁸ Arquivo de Estado de Viterbo. Registro de Terras. Governo Pontifício. Presidenza Generale del Censo. Provincia di Viterbo. Comuna di Proceno, 1888.

Do total de 101 lotes pertencentes aos emigrantes, 69 correspondiam ao cultivo de grãos, além da videira, da castanha doméstica e da oliveira, esta, com maior produtividade em Graffignano.

Quanto aos hectares de terras plantados nos dois municípios, dos 58 hectares destinados ao plantio de grãos, 46,65% pertenciam aos Pellegrini seguido do plantio da castanha feito, somente, nas terras desta família.

É necessário ressaltar que o total em hectares pertencente aos emigrantes era de 85,8% conforme Tabela 03. Deste total, 66 7% era destinado ao cultivo, e, o restante era constituído de pastos e bosques.

A produtividade agrícola da família Pellegrini indica o grau de intensidade fundiária representado nos cultivos feitos na propriedade, mesmo em se tratando de uma extensão de terra que não era contígua. Tais investimentos apontam que a família era autônoma e possuía um patrimônio estável, mesmo vivendo num momento de depressão econômica.

Os registros dos imóveis referentes, sobretudo, a Proceno sinalizam que as famílias Bianconi, Castoni, Tramontana e Pellegrini criavam animais, uma vez que possuíam estábulos e depósito de feno.

No caso da família Pellegrini, os animais serviam para o auto-consumo e para o comércio, sendo a família proprietária de um açougue.

Os dados existentes não permitiram localizar, nos registros, os tipos de animais e o seu número por proprietário. No entanto, os documentos compulsados na *comune* de Graffignano indicam que a criação de ovelhas era significativa, e em um dos registros, datado de 1868, encontramos quatrocentos e quatorze ovelhas, dez cabras e quarenta e dois porcos pertencentes a vinte e dois proprietários. O número de ovelhas variava entre 12 o mínimo e 56 o máximo entre os proprietários.¹⁵⁹

As estatísticas oficiais, com relação a região do Lazio, confirmam a criação de bovinos, ovinos e caprinos, e em menor quantidade suínos e aves.

O censo¹⁶⁰ de 1876 e uma mostra estatística de 1881 assinalam um aumento da quantidade de animais na região do Lazio.

¹⁵⁹ Registro de Animais. Arquivo Comunal de Graffignano-1868.

¹⁶⁰ CARACCILO, 1952. Op. cit. p, 50.

TABELA 08: A criação de animais no Lazio – 1876-1881

ANO	BOVINO	OVINO-CAPRINO	SUÍNO
1876	33.500	314.000	-----
1881	96.587	809.222	33.258

Fonte: CARACCIOLO, Alberto. 1870-1922. p.50

O número de bovinos cresce três vezes e o de ovinos-caprinos duas vezes e meia. Tal aumento relacionava-se, sem dúvida, com a diminuição da produção agrícola, decorrente da queda dos preços, que provocou a substituição da lavoura pelas atividades criatórias. Da mesma forma, tais mudanças são responsáveis pela diminuição de trabalho na zona rural, uma vez que a atividade pastoril utilizava uma quantidade consideravelmente menor de mão-de-obra.

Com um número expressivo de animais, conseqüentemente, a produção de forragem e a necessidade de maior extensão de pastos disponíveis ampliaram-se. Esta foi, sem dúvida, a origem dos conflitos e manifestações populares existentes em Graffignano, relativas a liberação de terras (pastos), conforme apontado anteriormente. Nos registros cadastrais estas famílias não possuíam estábulos e depósito de feno e, no entanto, constavam como proprietários de animais.¹⁶¹

A forragem, produzida durante o período agrícola, era guardada nos depósitos que se localizavam junto aos estábulos, para suprir, pelo menos em parte, a necessidade alimentar dos animais durante os meses de sucessivos ciclos produtivos, nos quais não estaria disponível a forragem fresca.¹⁶² No caso das famílias procenesas era comum constar, anexo as suas casas estábulos e depósito de feno.

Diante das transformações capitalistas do campo e o aumento demográfico em toda a região, verificou-se a pressão sobre o território que deveria dispor de todas as suas áreas florestais em troca do aumento da produção.

Em alguns casos, os solos da antiga área bosquiva foram destinados a pastos, em outros, serviram para ampliar o plantio da videira, especialmente, nas áreas de colina, como fez a família Pellegrini derrubando a mata de uma área de, aproximadamente, um hectare de terra para o cultivo da videira. O plantio de grãos, maior fonte de renda do município de

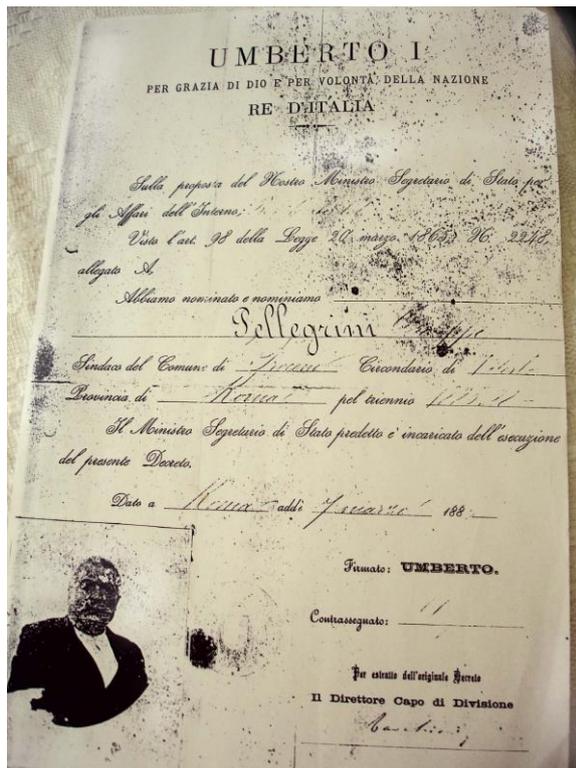
¹⁶¹ Arquivo Comunal de Graffignano. Ata de Deliberação Comunal. Apontamento de Animais. 1865-1880.

¹⁶² DE BENEDICTIS, Michele; CONSENTINO, Vincenzo. 1979. Op. cit., p, 388.

Proceno, aparece em quase todos os registros, assim como os respectivos proprietários dos lotes destinados a este plantio.

2.2.4 A participação na política procenesa e graffignanese

Fig. 20



Fonte: Registro privado
Diploma de Sindaco de
Giuseppe Pellegrini.

Na pesquisa das fontes privadas, que estão sob a guarda dos descendentes da família Pellegrini, em Varre-Sai/RJ, localizamos um Ato do Secretário de Estado, do governo de Umberto I, na Itália, nomeando Giuseppe Pellegrini, para o cargo de “sindaco”- prefeito, da *comune* de Proceno, para o triênio de 1885 a 1888. Um registro carregado de valores sentimentais para a família. Para nós um testemunho do passado a ser revelado através da passagem do sinal a coisa significada, do documento ao passado¹⁶³, providência decisiva na elaboração do conhecimento histórico. Este documento apontava para a participação efetiva da família na política italiana.

¹⁶³ MARROU, 1978. Op. cit., p. 99.

No entanto, estávamos diante de um único documento que não poderia responder as questões que surgiram a partir da sua descoberta. Marrou¹⁶⁴ em “A História se faz com documentos” diz que: “quando temos um estoque limitado de documentos, um número indefinido de questões diferentes podem ser feitas, as respostas poderão ser dadas desde que a fonte seja interrogada adequadamente”. No nosso caso, não dispúnhamos de um estoque, mesmo que limitado, mas sim de um único Ato descoberto “por acaso”¹⁶⁵, num “baú” de família.

Sobre a quantidade de documentos existentes e sua possível redução, com o passar do tempo, Seignobos fez a seguinte referência: “Com exceção das felizes descobertas de objetos feitas por acaso e das diligências junto aos detentores de papéis de família ou de coleções particulares, a ‘heurística’ reduz-se de fato ao uso das bibliografias. (...)”¹⁶⁶.

Como a heurística é uma arte completa¹⁶⁷, buscamos nos arquivos italianos, municipal e estadual, respostas as interrogações feitas ao documento: o que significava ser um “sindaco” no contexto das pequenas cidades italianas? Que visibilidade tinha a família na comunidade a qual estavam inseridos? Que fatores foram determinantes para a ocupação do cargo?

As respostas as nossas perguntas começaram a surgir quando nos deparamos com os registros cadastrais, de terra e fabricados, do Arquivo Estadual de Viterbo. A constatação de que a família era detentora de terras e imóveis apontava para a visibilidade de uma classe de pequenos burgueses rurais.

Embora os registros não nos permitissem mensurar o montante da renda familiar, o fato de ser proprietária de 51 ha de terra e de diversos imóveis distribuídos por toda Proceno, indicava o lugar ocupado pelo grupo doméstico na produção e no comércio local.

Outro fator a considerar, talvez o determinante no lugar ocupado pela família, foi à herança material e a imaterial recebida de Dom Ferdinando, bispo de Proceno, tio de Giuseppe.

Um registro¹⁶⁸ solto em meio às folhas das Atas de Deliberações foi revelador para compreendermos a transmissão do patrimônio cultural e ideológico, fundamentado, principalmente, no catolicismo passado de geração em geração no seio desta família.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 59.

¹⁶⁵ Referimo-nos a um documento localizado no arquivo privado que não fazia parte da massa documental da nossa pesquisa, conforme a formulação das nossas hipóteses.

¹⁶⁶ SEIGNOBOS apud Marrou, 1978. Op.cit. p. 59.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 59.

¹⁶⁸ Arquivo Comunal de Proceno. Delegação Apostólica de Viterbo. 1869.

No período que antecedeu a incorporação do Lazio ao Reino da Itália, os indivíduos que faziam parte dos governos estaduais e municipais, em sua maioria, eram pessoas que tinham uma forte ligação com a igreja católica, conseqüentemente, com seus membros clericais: padres, bispos etc.

Em 1870, quando ocorreu a citada transição político-administrativa, a Delegação Apostólica de Viterbo, designou um grupo formado por três pessoas para assumirem a gestão do município: D. Ferdinando Pellegrini; Pietro Ponziani; Rinaldo Chelli.¹⁶⁹ Tal designação passou, também, pela aprovação do Conselho Comunal. Chamou-nos a atenção dois nomes de famílias, Pellegrini e Ponziani ligados ao grupo que emigrou para o Brasil.

A fonte revelou que desde o período do Estado Pontifício estas famílias detinham poder e prestígio destacável. Considerando que Proceno foi um dos lugares estrategicamente escolhido pelos Papas para a edificação de uma rocca - castelo dos Papas- é de se esperar que os herdeiros dos membros clericais recebessem através da transmissão da cultura imaterial, um nome.

Para Bourdieu¹⁷⁰ a transmissão do nome de família pode ser denominado de capital simbólico hereditário. Este privilégio, na concepção do autor, é, no concreto, uma das principais condições de acumulação e de transmissão de privilégios econômicos, culturais e políticos.

Neste caso, o espaço social e as relações estabelecidas entre a família e os moradores da pequena Proceno foram determinantes na organização e na reprodução social. Desta forma, a família é o sujeito principal das estratégias de reprodução.

Reportando-nos a fala de uma dos moradores que disse ser os Pellegrini “donos de quase tudo” revela, que o “nome” perpetou-se entre as sucessivas gerações. Passados mais de um século, o prestígio que possuía a família continua no imaginário dos moradores de Proceno.

Neste sentido, a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida: pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, sobretudo, o capital econômico - nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e, também, o capital simbólico, geralmente chamado de prestígio, reputação e fama.¹⁷¹

¹⁶⁹ Arquivo Comunal de Proceno. Ato de nomeação. Proceno.1870.

¹⁷⁰ BOURDIEU, 1996. Op. cit. p, 131.

¹⁷¹ BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 134-135.

Para encontrarmos outros indícios que permitissem identificar, com maior clareza, as diferentes posições sociais ocupadas pelos indivíduos que emigraram, bem como o poder exercido pelo *sindaco*, no âmbito local, buscamos os registros comunais de Proceno.¹⁷² Estes, como em Graffignano, encontravam-se desorganizados e em péssimo estado de conservação dificultando, assim, nossas pesquisas. Como um pesquisador não deve desistir das suas fontes num primeiro obstáculo, conseguimos analisar as Atas da Junta e do Conselho Comunal referentes aos anos de 1876 a 1899, com o objetivo de apreender os mecanismos políticos, econômicos e sociais daquela comunidade, bem como buscar a participação, não só da família Pellegrini mas, também, dos outros emigrados que se inseriram na vida política do município.

Como já dissemos no primeiro capítulo, na estrutura política, os membros participantes da Junta Comunal são equivalentes aos secretários dos prefeitos no Brasil, portanto, escolhidos por ele. Já os conselheiros, de um elenco consultado,¹⁷³ entre os anos de 1870 e 1914, o número de membros ficava entre 15 o mínimo e 22 no máximo. Estes exerciam a função dos vereadores eleitos. Além disso, cada *sindaco* possuía um assessor, e um suplente escolhidos dentre os conselheiros, que respondiam por ele na sua ausência. Nos municípios italianos, ainda hoje, esta configuração se mantém.

O mandato do *sindaco* e conseqüentemente dos *conselheiros*, a partir da unificação, no período correspondente entre 1870 e 1888, teve a duração de três anos. Após este período as eleições ocorreram de cinco em cinco anos até 1899. Posteriormente, até onde fizemos a consulta, as eleições ocorreram de seis em seis anos.¹⁷⁴ Giuseppe Pellegrini, após ter ocupado o cargo de *sindaco*, permaneceu ininterruptamente como conselheiro comunal até 1914.

Nas competências do *sindaco* ou do assessor, continha, também a função de Oficial do Estado Civil. Isto significa que realizava casamentos, registrava os nascimentos e óbitos. Assim, uma vasta documentação demográfica foi assinada por Giuseppe na condição de assessor e de *sindaco*, inclusive os registros de alguns casamentos das famílias emigradas, como foi o caso dos matrimônios de Francesco Lira e Veronica Castoni, (1884); Vincenzo Marchetini filho de Madalena Lira e Rosa Pianselli, (1886); Giovanni Ponziani e Concetta Guidanelli, (1888), e outros. Os nascimentos de Iginò Lira (1888) filho de Francesco Lira e Veronica Castoni; Ernesto Castoni (1888) filho de Pietro Castoni; Maria Letizia Caldara (1897), filha de Francesco Caldara e Luisa Pellegrini (filha de Giuseppe).

¹⁷² Registros localizados no arquivo da prefeitura de Proceno.

¹⁷³ NUTARELI, Cesare. Proceno. Memorie Storiche. Acquapendente. Stab. Tip "Fabrizio". 1932, p. 215-219.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 215-219. Ressaltamos que o próprio autor desta referência utilizada foi *sindaco* entre 1920 e 1921.

Como vimos, Giuseppe Pellegrini, antes mesmo de assumir o lugar de sindaco, por inúmeras vezes, estava no lugar deste assumindo suas competências.

Nas eleições de dezembro 1885, foi eleito *sindaco* de Proceno para assumir o mandato no triênio posterior, de 1886 a 1888. Uma vez eleito, a oficialização para assumir o mandato foi feita, em reunião, com a presença dos membros da Junta e do Conselho Comunal. Nesta reunião, o candidato eleito foi nomeado por Decreto para exercer a função de *sindaco*. A Ata foi aberta com a indicação deste Decreto e posteriormente com um pronunciamento de Giuseppe: “Agradeço as autoridades pela honra conferida a mim, pela confiança depositada a minha pessoa para governar este município. Aceito o cargo de *sindaco* e peço o apoio, a coragem e a solidariedade dos colegas da Junta e do Conselho”¹⁷⁵.

Os membros da Junta, por sua vez, manifestaram o apoio ao novo *sindaco*:

A Junta congratula vivamente a honra de ter o colega, Sr. Pellegrini, a frente do comando do município, e manifesta seu apoio e sua solidariedade na condução da administração comunal, promete, ainda, se reportar ao Conselho com honestidade e inteligência.¹⁷⁶

O ingresso de Giuseppe, pai de Demétrio Pellegrini emigrado no Brasil, na história política do município não se inicia com o cargo de *sindaco*, uma vez que sua trajetória política teve início em 1864¹⁷⁷, portanto, 22 anos antes de ter assumido o cargo máximo do município.

Mapeando a documentação, nos anos correspondentes entre 1870 e 1914, identificamos o nome de Pellegrini presente em quase todas as Atas de Conselhos e Juntas. Entre 1870 a 1885 exerceu a função de conselheiro e de assessor, simultaneamente. Passado o mandato de três anos, como *sindaco*, voltou a exercer as funções anteriores, ora como assessor, ora como conselheiro, até 1914.

É necessário ressaltar que antes da unificação, no período de 1864 a 1870, Giuseppe Pellegrini aparece, também, como conselheiro no governo do Stato Pontifício. Sobre este período não localizamos as Atas de Deliberações.

No total, considerando o período anterior e posterior a unificação, entre as funções de assessor, conselheiro e *sindaco*, Giuseppe fez parte da política procenesa por trinta e sete anos, ininterruptamente.

¹⁷⁵ Arquivo Comunal. Trecho da Ata de reunião do Conselho e da Junta comunal de Proceno para nomeação do sindaco. Proceno. 1885.

¹⁷⁶ Arquivo Comunal. Trecho da Ata de reunião do Conselho e da Junta comunal de Proceno para nomeação do sindaco. Proceno. 1885.

¹⁷⁷ Arquivo Comunal de Proceno. Ata de Deliberação do Conselho Comunal e da Junta Comunal. 1876-1894.

Assim, a maioria das Atas das reuniões, principalmente, da Junta Comunal, foram presididas e assinadas por ele. Raramente uma Ata era assinada pelo *sindaco*, o que nos leva a crer que pouquíssimas vezes, este, comparecia a Prefeitura. Tal ausência na *comune* pode, também, ser justificada pelo fato do *sindaco*, normalmente, não residir no pequeno município para o qual foi eleito, e sim numa cidade sede, polarizadora da área do município ou mesmo na capital da província. Tal fato, provavelmente, deve-se a falta de infra-estrutura dos pequenos municípios italianos, neste caso da região de Viterbo.

Deste modo, cabe ao assessor ou ao secretário geral, que mora na localidade, assumir as funções do *sindaco*, na sua ausência.

Giuseppe por residir em Proceno, a poucos metros da prefeitura, esteve presente como assinante principal na maioria dos assuntos tratados em reuniões de conselhos e juntas comunais, assim como, nos registros de casamentos, nascimentos e óbitos.

As deliberações feitas nas reuniões eram diversas. Os assuntos voltados para investimentos na área social eram raros. Encontramos apenas três Atas que faziam referência a educação. Estas Atas apontavam para reforma em escolas, pagamento de professores, e atendimento a saúde pública.

Na maioria das vezes, os temas discutidos e as deliberações aprovadas eram relacionados a agricultura, a criação de animais, as taxas de impostos, etc.

No contexto vivido, naquele período, com modificações profundas na economia, principalmente, no setor agrícola, vocação principal do município, percebemos uma movimentação das autoridades locais no sentido de organizar o território agrícola adequando-o as novas leis, voltadas ao mercado capitalista de produção.

Deste modo, as deliberações feitas pelos conselheiros procuravam organizar administrativamente o município visando atender as regras que consolidavam uma região recém unificada ao mercado nacional.

Seguindo as medidas adotadas e as leis impostas pelo governo central italiano, as ações do governo na esfera municipal, em sua maioria, obviamente, atendiam aos interesses burgueses. Para tanto, deliberavam sobre questões que facilitavam a inserção do capitalismo no campo, como: a derrubada dos bosques e liberação das terras comunais, antes utilizadas pelas famílias contadinas.

A Itália, herdeira de uma antiga nobreza rural caminhava na direção da modernidade democrática capitalista, ainda que a passos lentos, principalmente no mundo rural.

Para a compreensão do processo político na Itália desde o período anterior a sua unificação, utilizamos dos estudos de Bertonha por considerarmos que as ilações feitas por este autor, auxiliam na compreensão do percurso do sufrágio eleitoral na Itália.

A primeira lei citada por Bertonha¹⁷⁸ é a 1848. Esta lei censitária piemontesa de numero 680/1848 reconhecia o poder de voto aos homens maiores de 25 anos que soubessem ler, escrever e que pagassem, pelo menos, 40 liras de impostos. Numericamente isto representava 2% da população italiana que iam às urnas.

No Grão Ducado da Toscana o voto também era censitário, com uma substancial diferença de que as mulheres votavam. Em 1872, a esquerda parlamentar reduz a idade para votantes de 25 para 21 anos. Da mesma forma, que as leis anteriores, o voto era direito apenas dos alfabetizados.

Diante do quadro apresentado, vimos que para o país ser inserido no mercado capitalista de produção fazia-se necessário mudar a lei eleitoral de forma a permitir a ampliação da participação de um maior número de pessoas na recente “política italiana” em formação.

Constatamos que as mudanças já tinham se iniciado quando localizamos, nas Atas comunais, a revisão da lista eleitoral de Proceno. Este registro foi de fundamental importância, para situarmos o lugar ocupado pelos futuros emigrados na hierarquia social daquela localidade, bem como compreendermos o processo de politização que se instaurava, não só em Proceno, mas em toda a Itália.

Nas Atas de Deliberações do município, dos anos de 1882, em diante, verificamos a ampliação do número de eleitores. As razões para tal ampliação estavam na publicação de uma lei de reforma eleitoral, conhecida como Zanardeli, promulgada em 1882, que ampliava o direito ao voto, aumentando, com isso, a base eleitoral. De acordo com essa lei, os eleitores, políticos com direito ao voto, poderiam ser que fossem funcionários do Estado, das Províncias, das Comunas, das obras pias, das academias, dos institutos de crédito e os diretores dos ofícios, ou seja, que contribuíssem com pagamento de impostos diretos a uma cifra anual de 19,8 liras.

Diante desta lei, em 14 de abril de 1889, a Junta Comunal de Proceno se reuniu, por convocação do sindaco, Giuseppe Pellegrini, para procederem à revisão da lista eleitoral do município, referente a 1885, ano em que foram realizada as últimas eleições municipais. Com

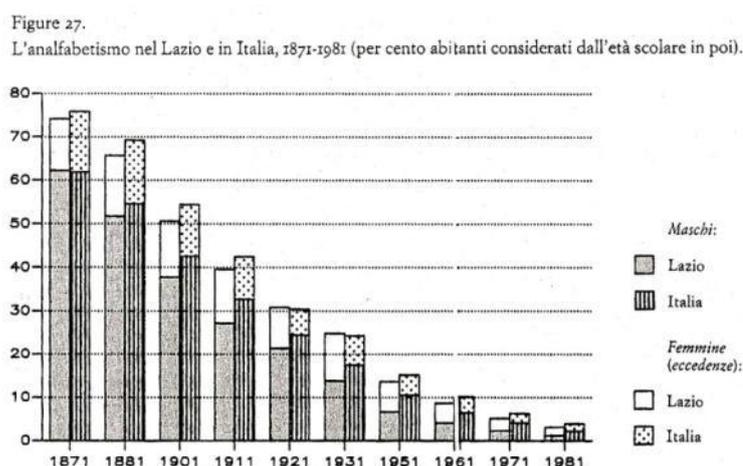
¹⁷⁸ BERTONHA, João Fábio. Os Italianos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 189.

isto, vários eleitores foram incluídos na lista e outros, por terem falecido, foram retirados.¹⁷⁹

A lei eleitoral de 1882 representou um avanço na política italiana, proporcionando uma maior democratização com a redução nas exigências dos impostos pagos e a redução da idade dos votantes de 25 para 21 anos, contudo, os analfabetos não votavam. Como na Itália, naquela época, eram poucos os alfabetizados, por mais que ampliasse o número de eleitores, o percentual destes, considerando o total da população, permaneceu reduzido

O censo de 1871¹⁸⁰, do Lazio, aponta que sobre 100 habitantes 74 mulheres eram analfabetas. A tendência à alfabetização, lenta, mas ininterrupta, não trouxe uma equidade entre os sexos, mas diminuiu a desvantagem feminina, que no Lazio se revelou inferior em comparação ao resto da Itália.

Fig. 21



Fonte: GURRERI, Fabrizia, 1991. Op. cit. p, 618

Já no censo de 1911¹⁸¹, o Lazio, apresentou uma população alfabetizada bem superior se comparada com a de 1871. Como este foi o primeiro censo a ser realizado nos municípios, uma significativa diferença entre cidade e zona rural foi apresentada.

¹⁷⁹ Arquivo Comunal de Proceno. Ata da Junta Comunal. Revisão da lista eleitoral. 1889.

¹⁸⁰ GURRERI, Fabrizia, 1991. Op. cit. p, 618.

¹⁸¹ Censimenti della popolazione del Regno d'Italia al 10 giugno 1911, vol III apud GURRERI, 1991, Op. cit. p. 619. Pela primeira vez, na Itália, com o censo de 1911 os dados sobre o analfabetismo dos municípios foram revelados.

No entanto, se comparado com os dados das províncias do meridional, o Lazio, sobretudo Roma e a Província de Viterbo, encontravam-se em melhores posições, com exceção das Províncias de Piemonte, Valle d'Aosta, Ligúria, Lombardia que sempre tiveram maiores índices de alfabetizados .

TABELA 09 – Analfabetismo por região nos anos de 1871 e 1911

REGIÃO	PERCENTUAL DE ANALFABETOS	
	1871	1911
Piemonte, Valle d'Aosta, Ligúria, Lombardia	18%	9%
Trentino Alto Adige, Veneto, Friuli Venecia Giulia, Emilia Romagna, Marche, Toscana, Umbria e Lazio	35%	32%
Campania, Abruzzi, Molise, Puglia, Basilicata, Calábria, Sicília, Sardegnia	47%	59%

Fonte: GURRERI, Fabrizia, 1991, Op. cit. p, 62

Por não haver recenseamentos nos municípios antes de 1911, não foi possível comparar o quantitativo populacional de Proceno, das duas últimas décadas do século XIX, com o número de eleitores constantes na lista eleitoral de 1882.

De qualquer forma, a partir da ampliação do número de eleitores, através da lei Zanardelli, os registros apontaram que, a cada ano, era feita uma revisão da lista para incluir novos votantes. Dessa forma, dentre as dez famílias procenasas emigradas, localizamos: Pellegrini, Bianconi, Tramontana, Ponziani, Pirozzi, Grillo, e Lira entre os relacionados.

Alguns membros destas famílias contadinas, eleitoras e possuidoras de pequenos lotes de terra, desempenhavam, também, outras funções nos órgãos públicos da comuna, como é o caso de Celestino Ponziani e Pirozzi Nazareno, que apareceram nos registros comunais como funcionários.

O fato dos futuros emigrantes fazerem parte da lista eleitoral, num sistema político, ainda, restritivo, confirma que estes contadinos empreendedores estavam inseridos de forma destacada na estrutura social e política da pequena Proceno.

Além das Atas analisadas, referentes ao período posterior a unificação, encontramos, também, nos estudos de Cesare Nutarelli¹⁸², um “elenco nominativo dos magistrados proceneses”, pessoas que ocuparam as cadeiras do governo de Proceno desde o século XV até as primeiras décadas do século XX.

Desta forma, a opção por retroceder um pouco no tempo histórico, recortado para este estudo, foram decorrentes das informações que os documentos nos apresentaram. Marrou¹⁸³, quando se referiu aos documentos, pontuou que tudo aquilo que na herança subsiste do passado pode ser interpretado como indício que revela alguma coisa da presença, da atividade, dos sentimentos, da mentalidade do homem de outrora.

Embora não seja nosso objetivo aprofundarmos na compreensão da estrutura organizativa do Estado Pontifício, fez-se necessário situarmos o lugar ocupado pelos indivíduos na hierarquia governamental daquela comunidade, para apreendermos a reprodução da estrutura social e política daquele local.

Naquele período, tanto Proceno como Graffignano possuíam suas estruturas administrativas regulamentadas por um Estatuto¹⁸⁴, elaborados nos anos de 1600 e 1734, respectivamente, e vigoraram com algumas emendas no período dos 1800 até a unificação ao Reino da Itália.

É necessário enfatizar que quando estes estatutos foram criados, tanto uma como a outra localidade se constituíam em burgos, com monumentais castelos e uma sucessão de senhores ao longo do tempo.

A nomenclatura dos cargos políticos-administrativos exercidos na política do Estado Pontifício, variava conforme a época. Os cargos de Priori e de Conselheiros, entre os anos de 1857 a 1870; Sindaco, Conselheiros e membros da Junta Comunal de 1870 em diante.

O *Priori* governava junto ao conselho comunal e era escolhido, na localidade, dentre os homens “bons” devendo no ato de posse fazer juramento, tocando o livro sagrado católico, com a proposta de exercer bem o ofício a eles confiado, observando o estatuto do município.

O Estatuto constava de algumas competências a serem exercidas pelo indivíduo que assumia o cargo de Priori. Este era considerado líder e membro principal do corpo místico da comunidade e residente no local. Possuía autoridade para eleger oito “bons” homens, maiores

¹⁸² Ibidem. p. 196 -221.

¹⁸³ MARROU, 1978, Op. cit. p. 63.

¹⁸⁴ NUTARELLI, 1932, Op. cit. p. 144-169.

Ressaltamos que Estatuto de Proceno pode ser lido na íntegra na obra de Nutarelli. Quanto ao Estatuto de Graffignano encontramos, no arquivo do município, apenas duas páginas intitulado: *Lo statuto della confraternita del Sacramento di Graffignano*.

de vinte anos, que deveriam eleger dezesseis conselheiros para atuarem junto ao Priori, por um prazo de um ano. Dentre estes dezesseis, oito cuidariam de assuntos árduos e difíceis na comunidade. A fonte não diz especificamente que assuntos eram esses.

Os Priori tinham, principalmente, o dever de cuidar das questões religiosas da comunidade, além das despesas com as festas religiosas promovidas nas igrejas. Com a unificação, estas competências foram se modificando. Os Priori governaram em conjunto com os conselheiros, entre os anos de 1836 a 1870. Posteriormente, o Priori deu lugar ao *Sindaco* que passou a governar com os conselheiros e a junta comunal, como já analisado anteriormente.

Assim, no elenco nominativo dos magistrados de Proceno encontramos ascendentes de três famílias emigradas ocupando a posição de conselheiro comunal junto ao Priori. Antonio Castoni, Domenico Tramontana, e Pietro Ponziani. O primeiro tio de Veronica Castoni, foi conselheiro, no período de dezembro de 1857 a janeiro de 1861, por um mandato de quatro anos.

O segundo, Domenico Tramontana, pai de Ester , entre o período de 1864 e 1876 foi reeleito por três mandatos consecutivos, permanecendo no cargo por treze anos. No primeiro mandato foi conselheiro comunal do governo no Estado Pontifício e, reeleito por mais dois mandatos no período em que Proceno já integrava o Reino da Itália.

O terceiro conselheiro, Pietro Ponziani, tio de Filomena Ponziani, foi reeleito por seis vezes, no período de 1864 a 1886. No último mandato fez parte do governo do sindaco Giuseppe Pellegrini.

Assim, ao ocuparem o cargo de conselheiro desde 1864, participaram das transformações ocorridas na política no período pré e pós-unificação do Lazio, passando por diferentes correntes ideológicas.

É importante ressaltar que com a formação do novo Estado unitário italiano, a permanência destes sujeitos na política demonstrava a liderança que exerciam na comunidade local. Estes líderes possuíam todas as condições sociais para ser o sujeito principal das estratégias de reprodução, como é o caso de Giuseppe Pellegrini¹⁸⁵ que permaneceu no poder por um período de trinta e sete anos. Sua história evidencia a atividade concreta de um empreendedor que fez sua carreira na política local baseada no poder econômico e reforçada pela herança imaterial recebida do tio bispo Dom Ferdinando.

¹⁸⁵ A ênfase dada a este político deveu-se ao número de documentos encontrados permitindo mapear sua trajetória política por mais de 30 anos

Outra questão a ressaltar é que a manutenção da estrutura política do município, no novo Estado unitário, apontou para uma continuidade do poder local vinculado ao antigo Estado Pontifício. Este fato vai de encontro às mudanças ocorridas na fisionomia política da região após a anexação ao Reino da Itália, em 1870.

Romanato¹⁸⁶ em seus estudos sobre “As questões Romanas” assinala as transformações ocorridas no plano político de um Lazio recém unificado quando cita: “O Papa reage de maneira veemente, excomungando a inteira classe dirigente italiana e proibindo aos católicos italianos de participarem da vida política local, seja como eleito, seja como eleitores”.¹⁸⁷

Assim, é de se estranhar que Giuseppe Pellegrini, Domenico Tramontana, Pietro Ponziani, Antonio Castoni, Constantini Nazzareno sendo católicos e ligados anteriormente as Delegações Apostólicas, apesar do impedimento continuassem como ativistas na política, sendo reeleitos até início do século XX.

Que fatores poderiam ter contribuído para que essas famílias, essencialmente católicas, permanecessem no poder? Considerando, ainda, que a família Pellegrini era herdeira de um bispo que lhes deixou em herança, entre outros bens, uma igreja, no centro da localidade, de que forma conseguiu manter a liderança política sem se desvincular do poder Papal? Estavam estes políticos em desobediência ao Papa ou a serviço da resistência às transformações mediante a unificação?

As respostas a estas questões são complexas e fogem aos objetivos deste estudo. É necessário, porém, considerar que nos vilarejos as mudanças ocorreram de forma muito mais lenta que nos grandes centros urbanos.

Buscamos, também, em Graffignano documentos que apontassem para a participação das famílias emigradas na política.

Em uma documentação dispersa, sem ordem de datas, em meio a um amarrado de folhas soltas, encontramos, em sua maioria, registros referentes aos últimos vinte anos que antecederam a unificação do Lazio do que, propriamente, do período posterior.

¹⁸⁶ROMANATO, G. L'Italia dopo l'unificazione. Problemi e limiti di una “potenza minore”, “História debates e tendências. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo”, Upf, Passo Fundo (RS, Brasile), v. 7, n. 1, jan./jun. 2007, pp. 105-121 (ISSN 1517-2856).

Gianpaolo é professor de História Contemporânea na Universidade de Padova, Itália e membro do Pontifício Comitato di Scienze Storiche (Città del Vaticano).

¹⁸⁷JEMOLO, A.C, Chiesa e Stato in Itália negli ultimi cento anni, Torino, 1971 (a primeira edição é de 1948) apud ROMANATO, Gianpaolo. Op. cit., p. 4, 2007.

Considerando que os emigrados deixaram Graffignano em 1897, e que, alguns registros, datam de 1857 e 1860, retrocedemos no espaço temporal para extrair daquele corpus documental os personagens que contribuíram para a construção da história dos grupos familiares emigrados.

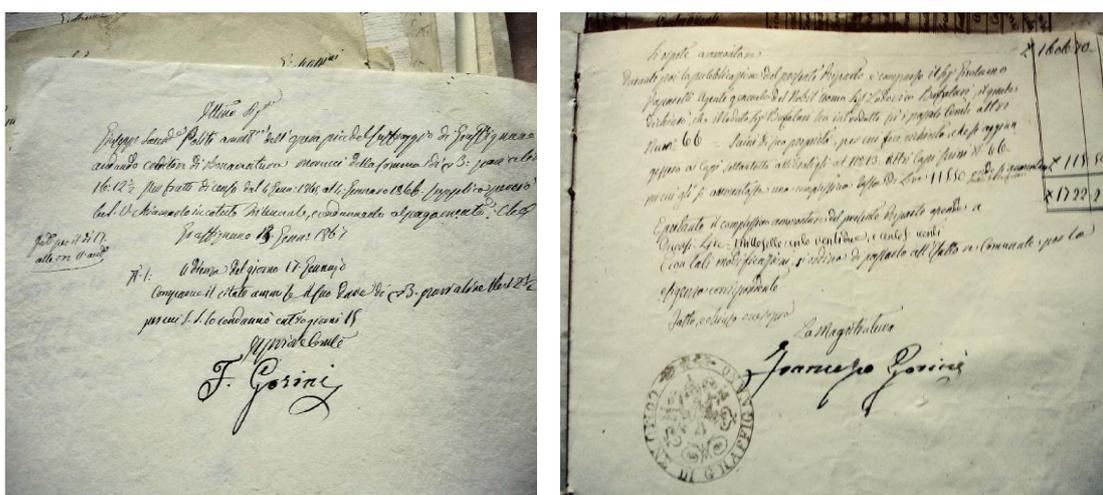
Numa situação diversa à procenesa, as pessoas que fizeram parte do governo municipal, alguns como conselheiros outros, no papel de líder máximo na hierarquia política do município, permaneceram no poder somente até a unificação.

Dentre as famílias pesquisadas, encontramos, entre os anos de 1857 e 1870, os sobrenomes Gorini e Morucci, ora ocupando o cargo *Priori*,¹⁸⁸ ora como membro do Conselho Comunal e como magistrado, conforme assinatura em documento feita por Francesco Gorini, no documento abaixo.

Nas Atas de Deliberação Comunal correspondente ao período em que as família citadas estiveram no poder, verificamos que as questões tratadas eram correspondentes à criação de animais e a pagamento de impostos.

No primeiro registro, Francesco Gorini no cargo de *Priori*, recebe, em nome da comuna de Graffignano uma quantia em lira pelo plantio de grãos nos anos de 1865, 1866 e 1867, taxas estas pagas anualmente pelos *contadini*. Já no segundo, Gorini, na condição de magistrado, atende aos reclames de Girolamo Paganelli, por ter tido sua propriedade invadida por terceiros, distribuindo nos pastos suínos e caprinos.

Fig. 22



Fonte: Arquivo do Município de Graffignano.
Atas de Deliberações comunal.

¹⁸⁸ Arquivo Comunal de Graffignano. Atas de Deliberação Comunal. Graffignano. 1860.

A documentação aponta para duas questões que envolviam a estrutura econômica do local: pagamento de impostos e questões referentes ao uso comunal das terras. Como analisado anteriormente, Graffignano foi palco de conflitos pelo uso da terra. Neste caso, o italiano exerce duas funções. Como Priori, recebia os impostos comunais e como magistrado mediava os conflitos sociais que envolviam a posse e o uso da terra, situação comum no território graffignanese.

Além dos priori acima referidos, localizamos, também, outros membros fazendo parte Conselho Comunal. Dentre eles: Giovani Gorini, Filippo Gorini, Domenico Morucci, irmão de Filippo, e Angelo Ridolfi. Estes estavam entre os dezesseis que faziam parte do Conselho e que, portanto, deliberavam sobre todas as questões que se faziam necessárias a administração local, principalmente as questões econômicas.

A ausência da documentação referente ao período posterior à unificação, até fins do século XIX, não nos permitiu acompanhar a trajetória política destas famílias. Provavelmente, houve a perda do poder político em virtude da nova arquitetura que se desenhava no campo político, econômico e social de um Lazio unificado.

Os poucos registros, referentes ao período posterior a unificação, encontrados no arquivo de Graffignano não apontam para a permanência destas famílias na condição de líderes políticos. Outros personagens passaram a exercer o papel de agentes políticos daquela *comune*.

No cenário de mudanças estruturais, os habitantes de Graffignano, principalmente, os não proprietários de terra ou mesmo os donos de pequenos lotes, apresentaram resistência na aceitação das deliberações que ameaçavam, cada vez mais, suas garantias e seguranças de sobrevivência. Na gestão de Francesco Gorini, por exemplo, dez anos precedentes a unificação da região ao Reino da Itália, os conflitos internos em Graffignano, com a limitação do uso das terras comunais, levaram inúmeros camponeses a invadirem pastos para criarem seus animais, conforme visto no capítulo anterior.

Sobre as reivindicações feitas pela população, uma entrevistada em Graffignano, que quis manter-se no anonimato, descendente de uma das emigradas, traz na memória, o que foi contado por seu pai:

(...) aqui o povo tinha que lutar para ter terra, porque tudo estava nas mãos das famílias herdeiras do príncipe (...) eles achavam que tinham o direito sobre tudo e o

direito do povo onde estava, quem não tinha nem um lote de terra como poderia sobreviver(...).”¹⁸⁹

Dentre os “invasores” não encontramos nenhuma referência às famílias emigradas. Partimos do pressuposto que, mesmo com pouca terra, o lugar ocupado, pela maior parte das famílias pesquisadas, na composição do governo comunal como Priori ou Conselheiro os colocavam numa situação de privilégio na hierarquia política e social de Graffignano.

Considerando que as família Gorini e Morucci eram contadinas proprietárias de pequenos lotes de terra, assinalamos que não foi a situação econômica que ensejou a participação política. Partimos do pressuposto que tal poder pudesse estar ligado ao prestígio que tinham junto à igreja, visto que eram indicados pela “Delegação Apostólica de Viterbo” para ocuparem o cargo no governo da localidade.

É necessário considerar que no contexto sócio-econômico do município de Graffignano, onde o padrão de vida era inferior ao de Proceno, a propriedade dos lotes, mesmo de reduzido hectares, viabilizava a participação na política.. Outro fator a ter em conta é o relativo grau de instrução, já que faziam parte do Conselho Comunal.

Desta forma, podemos inferir que a miserabilidade e o analfabetismo construídos sobre os imigrantes italianos, fazem parte de um modelo generalizante, proposto pela historiografia tradicional, que nem sempre condiz com a totalidade das regiões italianas naquele momento histórico.

Diante da complexa estratificação social, da qual faziam parte os emigrantes, faz-se necessário uma reflexão a cerca do significado de miserável, que pode ser diferenciado, dependendo do local de inserção do indivíduo.

2.3 A “MISERABILIDADE” DO EMIGRANTE EM QUESTÃO

As incertezas e as perplexidades, vividas naquele período, que culminaram com a desintegração da família, através da sua inserção na onda emigratória, variou de intensidade nas diferentes regiões italianas.

É necessário considerar que existe uma vasta literatura que atribui como *causa causarum* do fenômeno migratório, como um todo, a uma única questão: a miséria. Talvez seja esta a origem do mito do italiano, pobre e miserável, muito presente na historiografia e no

¹⁸⁹ Entrevista feita a uma moradora de Graffignano, descendente de uma das famílias emigradas, em 24/10/2007.

imaginário dos próprios imigrados e dos seus descendentes. Com exceção, apenas de uma entrevistada, era recorrente a frase: “eles vieram muito pobrezinhos”¹⁹⁰, nos depoimentos concedidos pelos descendentes em Varre-Sai.

A imagem do miserável não é atribuída, somente, aos trabalhadores agrícolas, mas, também, aqueles que se dedicaram a profissões urbanas como comerciantes e ou industriais.

Os sociólogos Cappelin e Giuliani, ao realizar um estudo intitulado “Imagens culturais italianas nos estilos empresariais brasileiros” constataram esta imagem da miserabilidade nos relatos dos empresários:

Em geral, os empresários de origem italiana, quando falam de seus primeiros períodos de instalação e do começo da vivência no território brasileiro, recorrem à imagem do “migrante pobre”, condição considerada comum à grande maioria que chegaram no século XIX. O prolongamento desta imagem, talvez alimentada também pela vasta literatura internacional e brasileira, ao mesmo tempo renova e difunde no Brasil o mito do italiano pobre e sua inserção na sociedade brasileira. São sempre mencionados: o trabalho duro; ausência do apoio institucional; a separação ou o isolamento da família de origem e da terra natal; as imposições linguísticas e a dificuldade de comunicação.¹⁹¹

Faz-se necessário alguns questionamentos para que possamos refletir sobre a condição de miserabilidade vinculada ao imigrante italiano: qual o conceito de miséria no mundo ocidental? Quem pode ser considerado miserável? Pode ser denominado miserável um indivíduo que ocupa um lugar na política local? Possuir terra, mesmo que pequenos lotes, casas, estúbulos e cantinas e uma produção doméstica seria possível entre miseráveis? Podemos, ainda, classificar de analfabetos os *contadini* que estavam inseridos na política local atuando como membro do conselho deliberativo de um município? Podem ser denominados miseráveis os herdeiros das famílias que ocuparam o principal lugar na política local seja como *Priori* ou como *Sindaco* correspondendo ao cargo de prefeito, nos municípios da Província de Roma? E sobretudo, pode ser considerado miserável um provedor de sua autossustentação?

Embora, a miséria, apontada por grande parte da historiografia, tenha sido o fator preponderante que expulsou milhares de camponeses da maioria das regiões italianas, principalmente, as do setentrional e as do meridional, não podemos atribuí-la a todos os emigrados da Itália, sobretudo, aos que saíram do Lazio.

¹⁹⁰ Entrevistas concedidas por Elza Gorini, 2001, Assunta Ridolfi, 2005, Filomena Ridolfi, 2005. Varre-Sai/RJ.

¹⁹¹ CAPPELIN; GIULIANI. Imagens Culturais italianas nos estilos empresariais brasileiros. In LOCUS: Revista de História. Juiz de Fora, v14, n 2, jul. dez./2008.

Não queremos dizer com isso que as famílias emigradas de Proceno e Graffignano eram abastadas economicamente. Mas, considerando a visibilidade que possuíam naquela sociedade, principalmente, política, como demonstrou a documentação consultada, não podemos classificá-las como miseráveis, nem tão pouco analfabetas.

Para tanto, é necessário discutir o conceito da miserabilidade levando em conta a estrutura sócio-econômico e política do lugar de origem do emigrante. Ainda que se assinale nos registros dos navios a profissão da quase totalidade dos imigrantes como *contadini*, é importante considerar os fatores que produziram essa falsa homogeneidade, sobretudo a política imigratória do Brasil que clamava por braços para a lavoura, preferindo os agricultores em detrimento de outras categorias de trabalhadores braçais ou liberais.

Acentue-se, também, que a bibliografia brasileira criou um modelo de *contadini* que não satisfaz a complexidade da categoria em toda a Itália. Na região do Lazio, por exemplo, muitos *contadini* eram proprietários e no caso deste estudo tal situação se estendia a todos os emigrantes, ainda que seja expressiva entre eles as diferenças do grau de propriedades .

Dentre os textos que sustentam o modelo da miserabilidade, destacamos:

Thales de Azevedo afirmava: “A maioria da população constava de camponeses dependentes, não proprietários, *contadini*”.¹⁹² Vale ressaltar que a classificação de *contadini* não proprietário apresentada, ainda que possa ser pertinente ao recorte espacial estudado pelo autor, não corresponde a todas regiões italianas. As condições de habitação descritas são as piores possíveis:

As habitações rurais eram desconfortáveis. Velhas e estragadas, pela falta de recursos e estímulos para repará-las, com goteiras e umidade, oferecendo precário abrigo no inverno. Os espaços eram muito limitados, às vezes com menos de 30 metros quadrados, acumulavam-se 8 a 10 pessoas, não raro duas famílias juntas, vizinhando com estábulos sujos, estragados, onde os camponeses passavam os serões de inverno, aquecendo-se ao calor irradiado pelos animais.¹⁹³

Zuleika Alvim em “O cotidiano do camponês europeu no século XIX” exemplifica como eram as casas dos trabalhadores rurais do sul da Itália:

... uma espécie de cabana em forma de cone, composta de um muro circular de pedra e de tijolos feitos de argila e esterco, secos ao sol, e coberta por palha (...) Ali, em um catre, dorme a família inteira, e se os porcos e galinhas não estão com eles, estão com o burrico num compartimento vizinho e pelas fissuras mal vedadas da parede

¹⁹² AZEVEDO, Thales. Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982, p. 66.

¹⁹³ Ibidem, p. 72.

emanam os mais fétidos odores. Como não existem no campo barracões para os instrumentos de trabalho, estes também ficam amontoados em um canto dentro das casa, ou vizinhos a elas, misturados a caixotes velhos, onde na época da colheita se amontoam batatas e tomates.¹⁹⁴

Sobre a participação na política local dos peninsulares continua a autora: “De um modo geral não se interessavam pela política e nem participavam dela. Muitos porque não sabiam ler e, portanto, não podiam acompanhar qualquer manifestação a respeito.”¹⁹⁵ Ao comparar o Vêneto com o resto da Itália, e outros países emigracionistas, Zuleika considera, ainda, que “a fome e a miséria não diferiam em nada.”

Este panorama sombrio presente nos discurso generalizante, que fez parte de muitos estudos sobre a emigração, contribuiu para a construção de um tipo italiano indigente e analfabeto.

Embora a situação miserável do emigrante *contadini*, “*i più maltrattati e abrutti d’Italia*”¹⁹⁶, “os mais maltratados e embrutecidos da Itália”, entre os séculos XIX e XX, possa justificar a abordagem generalizante na historiografia brasileira, visto que a maior parte dos estudos referem-se aos emigrados do norte e do sul, algumas considerações a respeito da condição sócio-econômica atribuída ao camponês emigrado devem ser discutidas.

Emílio Franzina em *Merica! Merica!*¹⁹⁷, nos estudos feitos com a utilização de cartas dos *contadini* enviadas da América para a região do Vêneto e Friule, chama a atenção para os problemas conceituais que nem sempre são abordados com clareza pelos historiadores. Para ele, pobreza e miséria são condições que devem ser consideradas em estreita relação com o contexto social concreto do qual se faz referência, pois, cada cultura é dotada de características peculiares, portanto, não se deve tentar explicá-la sob um modelo estático.

Considerando que as realidades sócio-econômicas entre as sociedades e ou no interior de cada sociedade apresentam-se de forma diversa, principalmente, num país recém criado como foi a Itália, no final do século XIX, faz-se necessário considerar as diferentes classificações de propriedade e o tipo de trabalho realizado pelos *contadini*.

Inicialmente ressalta a complexidade da categoria que incluía os: *contadini* proprietários, auto suficientes, considerados os empreendedores direto de sua pequena propriedade ; os *contadini mezzadri* (parceiros) que trabalhavam nas terras de terceiros

¹⁹⁴ ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In NOVAIS, Fernando (org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 227.

¹⁹⁵ Ibidem, p.228.

¹⁹⁶ AZEVEDO, 1982, Op. cit., p. 73.

¹⁹⁷ FRANZINA, Emilio. Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini vneti e friulani in América Latina 1876-1902. Cierre Edizione, 2000.

podendo ser, ou não proprietário; *os cotadini braccianti* (trabalhadores temporários), além dos trabalhadores extra-agrícola: pedreiros, tecelões, fabricantes de instrumentos de trabalho agrícola, *calderai* - que faziam caldeiras, os *ceramista* – trabalho com cerâmica, ferreiros, carpinteiros, lenhadores, sapateiros, barbeiros, açougueiros etc.¹⁹⁸

Geremek afirma¹⁹⁹ que os processos de pauperização e os conflitos sociais concomitantes ao desenvolvimento do capitalismo colocaram em pauta, entre os autores das ciências sociais, o debate a respeito da pobreza, obrigando ideólogos e políticos a encararem-na como um fenômeno de envergadura social.

Na Europa do século XIX, porém, era comum encontrar nas literaturas polemísticas e no pensamento social uma visão de pobreza como “uma doença vergonhosa” da sociedade moderna.

Se por um lado, as investigações dos economistas fornecem uma definição da condição do pobre como a do indivíduo excluído do processo de produção e, conseqüentemente, das possibilidades de fruição dos benefícios do crescimento econômico, por outro, somente estes critérios, por si só, não bastam para determinar quais indivíduos deveriam ser considerados pobres²⁰⁰.

Deste modo, utilizando das ilações feitas pelos sociólogos que colocaram em jogo os aspectos sociais e culturais na definição da pobreza, como condição humilhante, portadora de estigma, procuramos, ir além dos dados puramente estatísticos dos registros de terras e fabricados das futuras famílias emigradas, buscando. apreender a inserção de cada indivíduo ou grupos de indivíduos na região do Lazio.

O aspecto material e a participação na política local da famílias que emigraram de Graffignano e Proceno apontaram para a visibilidade destes sujeitos nas suas comunidades, não lhes cabendo a condição de miserável, mesmo que ameaçados economicamente diante da força do capital que estrangulava o mundo rural.

Antes de consultarmos a documentação nos arquivos italianos e verificarmos o patrimônio existente em nome das famílias, realizamos uma entrevista com a filha mais velha do imigrante Demétrio Pellegrini, no interior fluminense.

¹⁹⁸ BEVILACQUA, Piero. 2001. Op. cit., p. 96.

¹⁹⁹ GEREMEK, Bronislaw. A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa. Trad. Maria da Assunção Santos (a partir das versões francesas e italianas). Lisboa: Terramar, 1986, p. 5-7.

²⁰⁰ GEREMEK, 1986, Op. cit., p. 08.

Confirmando o que encontramos na documentação²⁰¹, a entrevistada, ao contrário dos descendentes que apegavam-se àquela visão miserabilística, ressaltou no seu discurso não entender o motivo do pai ter emigrado, sinalizando que na Itália, a família, possuía uma condição de vida melhor do que a adquirida no Brasil.

Quando meus pais vieram a vida era muito difícil aqui. Meu pai não passou muita dificuldade aqui porque ele vivia muito bem lá. Meu avô era síndaco da cidade na Itália. Papai trouxe muita coisa de lá, não sei por que ele quis vir para o Brasil, tinha vida boa lá.²⁰²

A família, herdeira de um membro do clero detentora de vários imóveis distribuídos no município, inclusive, uma igreja, além de possuir terras que a colocava na condição de proprietária de destaque, com liderança na política procenesa, talvez justifique a fala da entrevistada: “tinha vida boa lá”.

A pesquisa não revelou, de maneira objetiva, o que teria levado Demétrio Pellegrini a optar pela emigração, transferindo-se para o Brasil com sua família.

Sendo o único filho do sexo masculino e tendo suas irmãs, Luisa e Serafina, contraído matrimônio antes de sua saída da Itália, Demétrio como o filho mais velho, gerenciava boa parte dos bens do seu pai, inclusive o açougue, enquanto este se dedicava à política procenesa.

A perda do poder político foi uma hipótese, inicialmente, formulada para explicar a emigração, pois, neste período, seu pai não era mais *síndaco*. Mas, a hipótese foi descartada tão logo constatamos que Demétrio, quando emigrou com a mulher e o filho, em janeiro de 1898, desempenhava a função de conselheiro comunal,²⁰³ com mandato previsto até o ano seguinte, ocupando o seu pai igual posição.

Sob um olhar preliminar não foi possível extrair dos registros explicações para as questões que provocaram a emigração de Demétrio. Utilizando as ilações de Marrou²⁰⁴, fez-se necessário desconfiar de uma esquematização demasiado simplista e fazer uma análise que nos permitisse distinguir para além das operações lógicas que, diversos fatores que estavam intimamente associadas e em constante interação.

Assim, ao acompanharmos a movimentação de compra de imóveis no cadastro de terra, verificamos que no ano de 1893, Giuseppe Pellegrini, pai de Demétrio, inciou a venda de parte do patrimônio, assim como, sua divisão entre os herdeiros. O cadastro consultado

²⁰¹ Ver tabelas números 03, 04 e 05, p. 73, 77 e 82 respectivamente.

²⁰² Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula/RJ. 2005.

²⁰³ NUTARELLI, 1932, Op. cit., p. 219.

²⁰⁴ MARROU, 1978, Op. cit. p. 23.

apontou que esta divisão constava em outro documento denominado Ato Ruspantini²⁰⁵, que foi localizado no Arquivo Notarial de Viterbo. Esta fonte nos possibilitou dimensionar os bens recebidos pelos emigrantes.

Na partilha, Demétrio Pellegrini e seu filho Teodorico receberam a herança de Giuseppe quando, ainda, residiam em Proceno. Deste modo, os dados estatísticos sobre a quantidade de terras distribuídas revelaram que Demétrio Pellegrini, ficou com a menor parte, se comparado ao que receberam suas irmãs, assim como parte dos bens, terrenos e casas, foram transferidos para nome de sua esposa e do seu filho.

Assim, supomos que o motivo que levou a emigração deu-se muito menos pela expulsão, desta família, do processo produtivo como resultante de uma crise agrária, com perda econômica e miserabilidade, mas, sobretudo, por uma questão familiar envolvendo as relações afetivas entre os membros e repercutindo no acesso à herança.

Quanto as outras famílias emigradas tanto de Proceno como de Graffignano, ainda que pequenas proprietárias, muitas participavam do poder político, em ambas as localidades, uma vez que faziam parte do conselho comunal deliberando sobre as questões que envolviam o município.

Entretanto, mesmo que um lugar na política representasse um destaque social, não estavam estes sujeitos isentos de uma perda econômica. Para os que viviam da produção dos pequenos lotes, suficientes ao auto-consumo, sem capacidade de acumulação, é evidente que a crise instalada na economia italiana, principalmente, na agricultura, os deixassem vulneráveis economicamente.

Por não se tratar de pessoas miseráveis e analfabetas dos campos italianos, tanto para o primeiro caso, da família Pellegrini, como para o segundo, das famílias pequenas proprietárias, a emigração era uma oportunidade que ampliava a possibilidade de preservar a condição de proprietário no país imigrado.

Franco Ramella²⁰⁶ nos seus estudos sobre as “redes sociais, famílias e estratégias migratórias”, aponta que para alguns a emigração era a expressão de um desejo de ruptura e foi projetada sobre novos horizontes que pareciam abrir-se.

O fato das famílias graffignanesas virem em um mesmo navio²⁰⁷, novembro de 1897, e as procenesas em janeiro de 1898, revela a existência de um processo responsável pela organização da emigração que viabilizou a partida em grupo.

²⁰⁵ Os Atos, normalmente, recebiam o nome dos tabeliães, neste caso, Ruspantini era o sobrenome do tabelião que fez o registro da sucessão dos bens da família Pellegrini.

²⁰⁶ RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie in BELIVACQUA, Piero. Op. cit. p. 144.

Apesar de não localizarmos registros como as cartas de chamadas de famílias que emigraram, anteriormente, que confirmem uma rede estabelecida entre os dois lados do Atlântico, trabalhamos com a hipótese de uma rede emigratória estabelecida dentro dos próprios municípios de Proceno e Graffignano. Tal processo teria alcançado, também, localidades circunvizinhas, como Grotte di Castro, considerando, por exemplo, que uma das famílias emigradas estudadas aí residia, conforme registro do cadastro de Viterbo²⁰⁸.

Assim, partimos do pressuposto que a iniciativa de emigrar surgiu das famílias que possuíam prestígio e visibilidade entre os moradores. Em Proceno, inferimos que Demétrio Pellegrini, movido pela insatisfação na partilha dos bens feita pelo seu pai, fez um “chamado” as famílias que eram sua vizinhas para juntas emigrarem. O mesmo pode ter ocorrido em Graffignano, através da família Gorini e Morucci.

Assim, no país de acolhimento, marcado por vínculos sociais pré-estabelecidos, os emigrantes, por estarem juntos, aos seus familiares, parentes e amigos teriam sua inserção facilitada. Além disso, a proximidade espacial possibilitava o desenvolvimento de relações de reciprocidade e solidariedade que facilitariam a a mobilidade social.

Proceneses e graffignaneses, na realização de uma emigração em grupos familiares, com estreitas relações de vizinhança e de profissão, com as mesmas identidades regionais, lingüísticas e religiosas, promoveram o prolongamento do ambiente social e relacional de origem no país de acolhimento.

Na situação de incerteza gerada pelo ato de emigrar, os laços estabelecidos entre as famílias reforçava as interações e decisões que deveriam tomar ao se estabelecerem no país imigratório. Para que partiam com os seus familiares, vizinhos e amigos, Martinho Prado Junior mencionou no seu relatório. “...só quem não frequenta o Alojamento de Imigração pode ignorar a influência extraordinária que sobre o moral do imigrante exerce o fato de transportar consigo todos os que lhe pertencem pelo sangue e coração.”²⁰⁹

Podemos inferir que que não utilizavam das estratégias de emigração em grupos familiares, incluindo os parente e vizinhos, estavam mais expostos ao insucesso no país de imigração.

²⁰⁷ Arquivo Nacional. Lista dos vapores *Attività* e *Colombo*, 1897 e 1898.

²⁰⁸ Cadastro de Terras e Fabricados da comune de Grotte di Castro. 1875 -1898.

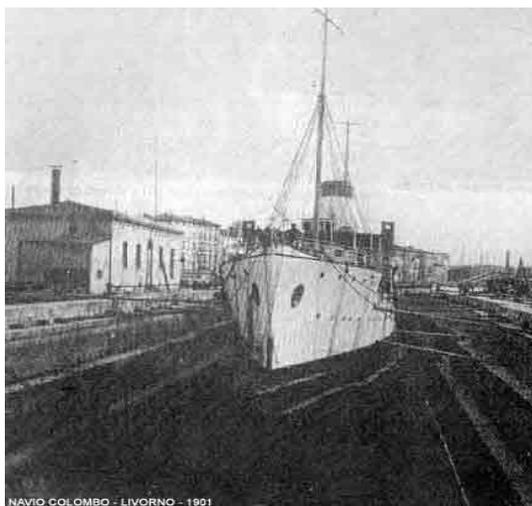
²⁰⁹ Relatório de Martinho Prado Junior na Assembléia Legislativa Provincial, em 17 de janeiro de 1888 apud BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 103.

Nas viagens transatlânticas podiam contar com as antigas amizades, além da solidariedade e o apoio dos compatriotas desconhecidos, o que amenizaria as dificuldades da viagem. Os vapores constituíram-se, como se sabe, no principal meio dos deslocamentos.

A travessia representava, para o emigrante, um momento marcante. Se por um lado, a partida assinalava o encerramento de uma parte da existência e, quase sempre, o abandono da pátria, por outro, gerava a expectativa da chegada repleta de esperanças e temores.

O “Vapor” Colombo fez muitas viagens na rota Genova-Napoli-Lisboa-Rio de Janeiro-Santos, com várias epidemias a bordo, com registro de muitas mortes²¹⁰. Foi neste navio que embarcaram as famílias Procenasas, em janeiro de 1898, com destino ao Rio de Janeiro. Dois meses antes, novembro de 1897, o navio *Attività* transportou as famílias graffignanesas com 1.205 passageiros na terceira classe.²¹¹

Fig. 23



Navio Colombo -1901

Fonte: Montes, David Pilatti, 1996, p. 30

Os imigrantes ao chegarem ao Brasil, foram encaminhados para o interior do Estado do Rio de Janeiro, na região de Varre-Sai e localidades circunvizinhas, situadas no noroeste fluminense.

Num primeiro momento, conheceremos a área receptora destes imigrantes, a ocupação da terra, sua produção econômica e, sobretudo, a fazenda Bela Vista, receptora da maior parte das famílias imigradas.

²¹⁰ Para saber mais sobre o navio Colombo ler Montes, David Pilatti. "Esperança de Uma Nova Vida", Ed. Gráfica Planeta Ltda., Ponta Grossa, PR, 2ª ed., 1996.

²¹¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Lista do Vapor *Attività*. 1897

3 O NOROESTE FLUMINENSE – A ÁREA DE ACOLHIDA

Marc Bloch assinala que o pesquisador, para não cometer equívocos de interpretação de uma dada região, principalmente, quando se trata de um olhar do presente sobre o passado, deveria tomar certos cuidados com os critérios utilizados:

(...) é um absurdo aferrar-se as fronteiras administrativas tomadas da vida presente, e não o é muito menos utilizar fronteiras administrativas do passado (...). É necessário que a zona escolhida tenha uma unidade real, não sendo necessário que tenha fronteiras naturais dessas que não existem mais do que na imaginação dos cartógrafos.²¹²

A região noroeste fluminense²¹³, com os municípios e as divisões territoriais constituídas no presente, não é algo dado. Assim, para atender as exigências da pesquisa, cabe ao historiador desprender-se dos limites fisiogeográficos ou administrativos, procedendo sempre que necessário a reduções e ou ampliações do raio de ação.²¹⁴

Fig 24



Mapa atual do Estado do Rio de Janeiro

²¹² BLOCH, Marc. Las caracteres originaux de histoire rurale française. 1952 apud LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Região e História Agrária. p.21.

²¹³ Atualmente o Noroeste Fluminense é constituído dos seguintes municípios: Itaperuna, Itaboraí, Bom Jesus do Itabapoana, Natividade, Varre-Sai, Porciúncula, Laje do Muriaé, Miracema, Santo Antonio de Pádua, São José de Ubá, Itaocara, Cambuci e Aperibé.

²¹⁴ SILVA, Francisco Carlos T. Região e História Agrária. História da Agricultura Brasileira. Ed. Brasiliense, 1982, p. 21.

Fig. 25



Recorte do mapa do Estado do Rio de Janeiro com as regiões norte/ noroeste fluminense em destaque.

O estudo da história regional possibilita o levantamento e a problematização de questões de pesquisa até então inexploradas e oferece elementos que podem ser comparados e avaliados a partir de parâmetros outros. Permite, ainda, analisar o concreto, o cotidiano, perceber diferenças múltiplas, e contextualizá-las de abordagem nacional.

No caso em estudo, o recorte geográfico analisado compreende as áreas distritais do município de Itaperuna²¹⁵, principalmente nos campos de Varre-Sai, e em menor proporção Santa Clara, hoje distrito de Porciúncula.

Foram nesses limites, que no final do século XIX, os imigrantes italianos inclusive de Proceno e Graffignano, se estabeleceram, e demarcaram sua inserção econômica na agricultura local.

No entanto, o estudo da história regional apresenta algumas dificuldades, particularmente, o acesso a fontes locais, de natureza municipal ou regional.

Assim, para abordarmos o histórico do desenvolvimento da região noroeste fluminense, recorreremos, além dos poucos estudos oficiais, aos livros de memória, edições comemorativas, jornais locais, assim como à produção da história local de origem não acadêmica.

²¹⁵ O município, situado na porção setentrional do Estado do Rio de Janeiro, fazendo fronteira com os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, era composto no final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX pelos seguintes distritos: São José do Avai (Itaperuna/sede), Nossa Senhora da Penha (Aré), Laje do Muriaé, São Sebastião da Boa Vista, Natividade do Carangola, Santo Antonio do Carangola (Porciúncula), Varre-Sai, Santa Clara do Carangola, Arrozal de Sant'Ana do Itabapoana (Rosal), Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antonio do Itabapoana (Calheiros).

Tais obras têm o mérito de indicar fontes, resgatar informações que muitas vezes se perderam, e, sobretudo, de se constituírem em evidências do grau de consciência histórica das comunidades representadas, além de explicitarem a sua versão do processo.

A história “oficial” da região revela que até o início do século XIX a área conhecida hoje, como noroeste fluminense, constituía uma vasta extensão de terras pertencente, administrativamente à Capitania de Paraíba do Sul e tinha como município polarizador Campos dos Goytacazes.

Posteriormente, com a evolução do seu entorno, a área pertencente a Campos, foi desmembrada em 1889, surgindo, assim, o município de Itaperuna, composto por onze distritos, dentre eles Santa Clara e Varre-Sai.

A região noroeste fluminense, situada na fronteira com os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, era coberta por densas matas, e serviu durante o período aurífero das Minas, como “áreas de defesa natural”²¹⁶, contra o extravio do ouro procedente das Minas Gerais.

Nesta época, muitas lendas se espalharam. Denominações como “áreas proibidas” e “sertões pestíferos” eram atribuídas a região. Uma das histórias mais difundidas então, foi a das águas venenosas: um misterioso veneno contido na águas dos rios deixaria verde todo aquele que se atrevesse a bebê-las. Tais lendas que rondavam o imaginário popular, podem ser consideradas como verdadeiras barreiras para o acesso as regiões das minas provocando o tardio povoamento da região.

Segundo Alberto Lamego, outro fator que explica o povoamento tardio seria a forte atração exercida, a partir de Campos, pela exitosa lavoura canavieira.

Na vizinha Campos toda a população concentrada na secular exploração dos seus canaviais, despreza essas magníficas florestas, essas misteriosas montanhas tenebrosas de Puris, nas quais não existe o cobiçado massapé. O engenho do açúcar ali absorve toda formidável energia do agricultor, retardando a penetração das selvas tão vizinhas e sulcadas por um grande curso d’água: o Muriaé.²¹⁷

De fato, Campos, entre os séculos XVIII e XIX, tornou-se lugar de convergência de homens das mais diversas origens e riqueza. Viveu o período da transição da pecuária para a cana-de-açúcar transformando-se em grande centro agroexportador.²¹⁸

²¹⁶ OILIAM, José. Visconde do Rio Branco terra. povo.história.Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982 p. 27

²¹⁷ LAMEGO, Alberto. O Homem e a Serra. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1950, p. 225

²¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 33.

Neste período, os habitantes das ditas “áreas proibidas” que posteriormente, seria conhecida como noroeste fluminense eram os remanescentes dos índios goitacases: puris, coroados e coropós. Suas características foram assim relatadas: “Eram todos baixos não tendo mais que cinco polegadas de altura. Em geral, homens como mulheres eram robustos e de membros musculosos. Eram, também, hostis ao homem branco.”²¹⁹

Em 1819, a existência dos aldeamentos dava sinais da presença do homem branco na região. “(...) Os aldeamentos são consideráveis. Tem capela e casa para o índio Puri, o homem branco está se apossando daquelas terras”.²²⁰

Embora a colonização não tivesse, ainda, se efetivado, os índios, aldeados, estavam a mercê dos negociantes mineiros que passavam por ali. Uma planta nativa, a ipecacunha ou poaia, utilizada para a produção de remédio, passou a ser comercializada pelos antigos mineradores que se transformaram em poeiros e comerciantes.

Devastando florestas e abrindo clareiras com a derrubada das árvores, outro produto que também passou a ser comercializado foi o “jacarandá”.³⁸

Sobre a exploração predatória que antecedeu a fixação do colonizador a região Lamego fez alusão:

As zonas serranas do extremo norte fluminense começa desta maneira a ser desbravada com a exploração do jacarandá. Esta, porém, não conduz ao povoamento em massa. Limita-se a abertura de picadas na floresta, em pouco de novo cerradas pela exuberância da vegetação que renasce. O médio e o alto curso do Muriaé, onde erravam os Puris, continuavam perdidos no “Deserto das Montanhas”, aguardando a vinda do café.²²²

Nos primórdios da expansão da cafeicultura na região, as modificações ocorridas no campo das relações sociais dos indivíduos que ali viviam, bem como, as transformações físicas e demográficas, do mundo rural, decorrentes do desenvolvimento do sistema capitalista já podiam ser sentidas.

Um registro localizado no município de Itaperuna permitiu-nos compreender o processo de inserção do homem “branco” na região. Trata-se de uma coletânea de cartas²²³

²¹⁹ LAMEGO, Alberto. Os Sertões do Leste: Estudos de uma região: A Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p. 25-26

²²⁰ Revista do Arquivo Público Mineiro. Direção Geral dos Índios. Golpe de Vista., p. 38

²²⁰ Idem. O Homem e a Serra. Op. cit. p. 226

²²¹ A coletânea de cartas enviadas por Alexandre Brethel foram encontradas na Bretanha, e reenviadas ao Brasil. Traduzidas e organizadas pelo seu bisneto, Dario de Campos Barros, constitui um testemunho do cotidiano vivido pelos moradores do noroeste no século XIX.

escritas por um francês, Alexandre Brethel, aos seus parentes na França, relatando o cotidiano vivido pelos habitantes da região, no final do XIX.

Sobre os índios aldeados e suas relações com o colonizador, que iniciava o processo de exploração na região, dizia ele em uma das cartas datada de 1882:

Hoje, os índios que ainda sobrevivem, ao menos neste recanto do Brasil, tornaram-se inofensivos. Embriagam-se sempre que podem. A bebida, a cada dia faz um claro entre eles e, dentro de poucos anos, pelo menos uma tribo- a dos Puri – desaparecerá totalmente. Em vão a história tentará contar as raças desaparecidas e sondar os mistérios do passado. E terá, em resposta, o silêncio dos túmulos! Assim é o mundo.²²⁴

Estes dados são reveladores de um quadro que se fez presente, não só nesta região, mas na maior parte do país, como consequência principal a dizimação da população indígena.

Outra questão a considerar, é o número de escravos existentes nesta região, no último quartel do século XIX. Este número, se comparado à população livre, era significativo. Segundo o censo de 1872, na Província do Rio de Janeiro, a Paróquia de Nossa Senhora de Natividade do Carangola (atual Itaperuna), tinha uma população livre de 3.803 entre homens e mulheres. A população escrava, na soma geral, era de 1.832. Já na Paróquia de São Sebastião do Varre-Sai de um total de 3.554 habitantes, 1054 eram escravos.²²⁵

Vale enfatizar que nesta região, por servir de caminho para as Minas, passavam por ali mercadores de escravos e tropeiros como demonstra o fazendeiro em determinado trecho de sua carta:

Ontem, um mercador de escravos pediu-me pousada. Levantou quatro barracas no terreiro. Veio da Bahia. Trouxe cinqüenta escravos, entre homens e mulheres, além de trinta mulas e cavalos com bagagem. Esta caravana, já percorreu mais de trezentas léguas, e só vai parar quando vender o último dos homens.²²⁶

Por ser uma região de fronteira e por estar em processo de ocupação, as redes de comunicação para o transporte de mercadorias eram inexistentes. Desta forma, os tropeiros tinham um papel fundamental: a eles era confiado o carregamento da produção. Estes faziam a mediação entre o interior e o litoral, entre as zonas produtoras e as litorâneas, constituindo o elemento de ligação da unidade econômica do país.

²²⁴ TANNEAU, Yves; CAMPOS, Dario(Org). Cartas de Alexandre Brethel. 1972. Arquivo de Família.p. 60

²²⁵ Biblioteca do IBGE. Diretoria Geral de Estatística – Recenseamento do Brasil, 1872.

²²⁶ TANNEAU, Yves. Op. cit p. 144

Este movimento das tropas foi, em larga medida, responsável por outra ocupação proporcionada ao homem livre, ligada ao pouso e ao abastecimento das caravanas.²²⁷

As crônicas dos viajantes estão pontilhadas de referências a estabelecimentos destinados a esse serviço, observando-se que eram freqüentes não somente nas áreas mais exploradas, como também nas zonas mais afastadas:

... quase em cada milha de estrada se apresenta uma hospedaria brasileira, o rancho. Sua estrutura era, por toda parte, a mesma: barracão sustentado por pilares, aberto dos lados, simples teto para as mulas e seus condutores. Os ranchos poderiam ser ligados as vendas, onde se vendiam quinquilharias e serviam refeições, ou às fazendas. No caso de serem ligados a uma fazenda, seu uso era gratuito e os proprietários construía por generosidade ou para facilitar o acesso a suas terras²²⁸.

Nas regiões fronteiriças como é o caso do noroeste, especialmente Varre-Sai, a movimentação dos tropeiros era intensa, situação que, segundo a memória oficial do lugar justifica a denominação do distrito. O nome Varre-Sai estaria associado a um rancho ali existente onde os tropeiros pernoitavam.

Supostamente, este rancho estaria ligado a algum fazendeiro, pois, o pernoite era gratuito. Por não pagarem, deveriam pelo menos manter o local sempre limpo *varrendo* a sujeira feita pelos burros antes de *saírem*. Dessa forma teria surgido a denominação popular de “Rancho de Varre e Sahe” e posteriormente Varre-Sai.

De acordo com Chiara Vangelista, o tropeiro, foi o elo rudimentar mais eficiente de um processo que unia a fazenda ao mercado internacional e que transformava um sistema irracional e primitivo num protagonista do comércio mundial²²⁹. No noroeste fluminense, os caminhos traçados pelos tropeiros e suas tropas contribuiu decisivamente para a articulação do comércio entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, alcançando lugar de destaque na expansão da economia cafeeira.

Enquanto a mineração declinava, paulatinamente, o território do noroeste fluminense, que serviu de entreposto comercial no auge da mineração, foi sendo “desbravado” pelos mineiros que se apossaram das terras, e trouxeram com eles seus escravos.

Os registros não permitem recuperar, com clareza, a ocupação efetiva das terras e o pioneirismo das famílias mineiras colonizadoras da região. Os estudos locais apontam a relevância de um deles, o mineiro José de Lanes, que, em 1834, tomou posse de parte de

²²⁷ FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1974, p. 66

²²⁸ Walsh apud FRANCO. Op. cit., 1974, p. 66 -68

²²⁹ VANGELISTA, Chiara. Os Braços da Lavoura. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 31.

grande extensão de terra, no local denominado como Porto Alegre²³⁰, de onde se originou o município de Itaperuna.

Posteriormente, escreveu uma carta ao filho “Conceição” enviando notícias e pedindo que fosse feita uma consulta ao amigo “sargento”, em Minas, sobre a possibilidade da legalização das terras que havia sido ocupadas. Não encontramos registros que comprovem a concessão da terra. No entanto, Lanes permaneceu na região e fez a doação de áreas a parentes, compadres e amigos oriundos das Minas Gerais.

Alberto Lamego referenda a origem do município e a distribuição de terras feita pelo colonizador mineiro:

José de Lanes e seus parentes, perdidos em distantes selvas e não tendo posses para cultivar tão vastas áreas de florestas, partilharam-nas entre colonos, atraindo uma grande imigração de gente ativa, mas sem recursos para a aquisição de grandes lavouras.²³¹

Se a ocupação da região foi feita, inicialmente, pela família Lanes, posteriormente chegaram campistas e capixabas atraídos pela marcha do café em direção a novas fronteiras, e que abrangeriam futuramente o Espírito Santo. Desta forma, a grande extensão de terras que se transformava em área de atração, foi sendo ocupada, em grande parte, por posseiros:

Após a extinção do regime sesmarial, advém um período sem leis atinentes às terras públicas. E a tolerância enseja a pura ocupação. O invasor aprofunda-se na mata, escolhe o sitio que lhe parece adequado à edificação da morada, prepara o roçado e torna-se o dono incontestável.²³²

Tal processo deu origem a uma estrutura fundiária formada por pequenos e médios proprietários de terra, sendo pequeno o número das grandes fazendas cafeicultoras.

Em pleno apogeu dos “barões do café”, no segundo Reinado, nenhum título nobiliárquico possuía a terra itaperunense, o que demonstra a ausência de riquezas. Além disso, uma intensa imigração mineira, através das várias diretrizes fluviais da bacia do Muriaé, proporcionou a Itaperuna uma rápida subdivisão do solo dos primitivos latifúndios, caracterizando-se atualmente, o município pelo grande número de sitiantes do café.²³³

²³⁰ DINIZ, Dulce. O Desenvolver de Um Município Itaperuna: do germinar à frutificação. Rio de Janeiro: Damadá artes gráficas e editora ltda. 985, p. 24.

²³¹ LAMEGO, .1950.Op. cit., p. 229

²³² Idem. O Homem e a Serra. Op. cit, p. 82

²³³ Ibidem, p. 228.

De fato, Itaperuna nunca foi terra de “barões”. No entanto, é necessário considerar que as terras sobre as quais o café se estendeu eram fundamentalmente de dois tipos: aquelas que já tinham um proprietário, no sentido jurídico do termo, e aquelas consideradas devolutas, É importante esclarecer que as terras devolutas não correspondiam sempre a vazios demográficos. Significavam territórios não ocupados pelo colonizador no sentido de que, seus habitantes, não possuíam títulos de propriedade.

Para alguns autores Silva²³⁴ essa “confusão” jurídica não representa realmente uma confusão, nem é um fruto do acaso. É indicativa da força das relações de propriedade estabelecidas pela colonização e consolidadas após a independência política. Estas relações constituem o ponto de partida da expansão capitalista baseada no café.

A família Lanes que fixou-se na região dedicando-se inicialmente à agricultura de subsistência, foi responsável pela expansão da cafeicultura.

Lamego considera que no território fluminense “o surto cafeeiro acelerava o povoamento compacto, dinâmico e contínuo podendo ser classificado como expansão do tipo “mancha de óleo”,²³⁵ correspondendo o noroeste fluminense à última fase do itinerário do café no estado do Rio de Janeiro.

Além das cidades, contam-se as vilas, arraiais e povoados que nasceram no grande ciclo cafeeiro da província e, posteriormente, estado do Rio de Janeiro²³⁶

Assim como nos Vales do Paraíba fluminense e paulista, também, na região noroeste a lavoura cafeeira caracterizou-se pelas técnicas primitivas de cultivo, com clareiras abertas nas florestas, onde se plantavam cafeeiros e o milho e o feijão nos espaços vazios.

Nossos lenhadores terminaram a derrubada de cem hectares de mato, cujo trabalho foi feito sem qualquer acidente. Dentro de um mês e meio toda a madeira estará seca; então mandarei atear fogo nela para que o terreno fique desimpedido e ali possam ser plantados 30.000 cafeeiros. No decorrer de três ou quatro anos, período do crescimento das árvores, plantarei milho e feijão nos espaços vazios.²³⁷

É importante observar que o depoimento dos agricultores revelam de um lado que o método utilizado para a ocupação das terras na região era a derrubada das árvores, seguida pela queimada, apontando que enquanto existissem terras para serem desbravadas não se

²³⁴ SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 70-71.

²³⁵ LAMEGO, 1973. Op. cit. p. 25.

²³⁶ Idem. 1950. Op. cit., p. XVIII.

²³⁷ TANNEAU, 1972. Op. cit. p.172.

preocupariam com o reaproveitamento do solo. Por outro lado, indica-se o caráter monocultor da lavoura, sendo todas as outras culturas subordinadas aos interesses do café.

Esse terreno encontra-se agora inteiramente coberto de cinzas escuras. Mandei guardar grande porção deste material, que contém abundante quantidade de potássio, do qual lançaremos mão na confecção de sabão. Quando as chuvas voltarem e molharem as cinzas restantes, que são em quantidade enorme, plantaremos milho, café, mandioca, e, lá pelo mês de fevereiro, também o feijão. Depois de cinco anos, o cafeeiro reinará sozinho e absoluto sobre esse terreno, pois que, nessa época, estará em plena produção, não mais admitindo qualquer outra companhia.²³⁸

Sem dúvida, que após a queima da madeira, as cinzas serviam de fertilizantes para a cultura cafeeira, elevando a produtividade em curto prazo. Porém, devido à devastação e a conseqüente exaustão do solo, na medida em que avançava a fronteira agrícola, a região perdia a suas características primitivas.

O café, por onde passou, deixou rastro de solos desnudos e inférteis, e a paisagem local, do presente, é reveladora de tal processo.

O noroeste fluminense, por ser uma zona que se expandiu com a cafeicultura, no último quartel do século XIX e atingiu seu apogeu nas primeiras décadas do século XX, tornou-se área de atração em um período de significativas transformações sócio-econômicas e políticas no Brasil.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, existe uma farta historiografia que associa o declínio da café no Vale do Paraíba à decadência da região fluminense. Na verdade, pela já aludida mobilidade da cafeicultura, deve-se ter em conta que, neste mesmo período, a região de Cantagalo apresentava-se em fase de maturidade e o noroeste em expansão. Além disso, a revisão historiográfica das teses gerais sobre a decadência fluminense, permitem sustentar que no período houve, apenas, uma perda do ritmo de crescimento.

Portanto, não podemos falar em decadência de uma cultura que seguiu seu percurso pelo interior do estado do Rio de Janeiro! No noroeste, alcançou o município de Itaperuna, que em 1920, esteve em primeiro lugar na produção de sacas de café em todo o país, conforme tabela abaixo:

²³⁸ *Ibidem*, p. 172.

Tabela 10 - Municípios onde houve maior produção de café na safra – 1920

Estados	Primeiro		Segundo		Terceiro	
	Município	Saccos	Município	Saccos	Município	Saccos
Distrito Federal e Território						
Rio de Janeiro	Itaperuna	277.355	S. A. Pádua	241.420	Cambucy	113.332
Espírito Santo	S. P. Itabapoana	117.205	Alegre	104.805	Santa Thereza	97.097
São Paulo	Campinas	198.920	Ribeirão Preto	185.270	São Carlos	173.298
Minas Geraes	Carangola	200.133	Manhuaçu	197.685	Caratinga	178.305

Fonte: IBGE -Recenseamento Geral do Brasil, 1920. Vol. III 2ª parte pág. XXIII

Tal relevância era constantemente acentuada em discursos oficiais, naquela mesma época, como o do deputado Joaquim Mello, representante do estado no Congresso comemorativo do segundo centenário do produto no Brasil, realizado em 1927:

A cultura do café no Estado do Rio de Janeiro foi introduzida em 1770 no Vale do Paraíba. E a sua evolução, do ponto de vista geográfico, obedeceu a uma diretriz semelhante à de São Paulo, embora naturalmente em sentido inverso, quanto ao curso do grande rio. É que lá se distanciou desse cada vez mais rumando a Noroeste, onde hoje se ostenta pujante, e no Rio de Janeiro, como que o acompanhou, seguindo para o Norte, onde também floresce exuberante. Por isso seus pontos extremos, no tempo e no espaço, dentro do território fluminense, são Rezende, o “habitat” primitivo, e Itaperuna, seu maior produtor. A trajetória do café no Estado do Rio foi esboçada em linhas acima, com variantes que não chegam a desfigurá-la na carta econômica. O café na sua marcha, através do século e meio pelo território fluminense, veio semeando núcleos populosos, que ainda subsistem, com raras exceções, deve-lhe o Rio de Janeiro, entre outros benefícios, o de ser o Estado mais densamente povoado. Com a transplantação para os municípios do Norte, houve o reerguimento de cultura cafeeira no Rio de Janeiro.²³⁹

Como fronteira agrícola e demográfica aberta, o incremento da produtividade era feita através da exploração de novos terrenos, ou seja, da existência de novas áreas produtivas. Diante da disponibilidade de terra a ser cultivada fazia-se necessário investir em mão-de-obra.

Com o fim do escravismo, os trabalhadores foram em grande parte compostos por nacionais, os *camaradas*, contratados temporariamente. Um dos proprietários da região reclamava falta de trabalhador e o alto custo que teria contratando trabalhadores para a

²³⁹ Biblioteca Nacional. Evolução e Cultura Cafeeira no Estado do Rio de Janeiro. Deputado Joaquim Mello. Papelaria Mello. Rio de Janeiro in OLIVEIRA, Martins. Academia Mineira. Belo Horizonte. Edições da Academia Brasileira de Letras, 1934.

colheita: “ao começar minha colheita de café, que neste ano é abundante, deverei contratar cerca de cinquenta pessoas, aumentando em muito o meu pessoal de casa”, afirmava.²⁴⁰

Devido a oferta de terras e da disponibilidade de solos virgens, trabalhadores de outros estados e municípios fluminenses foram contratados para a derrubada das matas e a preparação do terreno para o cultivo do café, além da necessidade de mais mão-de-obra para a colheita.

Entretanto, estes trabalhadores nacionais chamados de caboclos, ou caipiras, foram relegados e considerados insuficientes para atender aos interesses dos proprietários de terra, e a demanda por trabalhadores passou a fazer parte do discurso dos cafeicultores.

Nos anos de 1890, período em que a região se constituía como zona em expansão, a alegada escassez de mão-de-obra, segundo a visão dos proprietários, seria a causa da crise na lavoura. Em busca de solução os cafeicultores reivindicaram imigrantes italianos para a região, conforme o depoimento de uma moradora da região de Varre-Sai.

Com a abolição da escravatura sentiram a falta de braço então os proprietários daqui como Eloi Vieira, Francisco Nunes de Moraes, João Carlos Machado, o Major Balbino França foram ao presidente da República e o presidente acolheu muito bem o pedido deles (...).²⁴¹

As palavras da entrevistada reproduzem um discurso recorrente, que permeia o imaginário local, justificando a imigração européia. Segundo Dean¹⁰³, considerava-se geralmente que os italianos eram lavradores melhores – mais cuidadosos e trabalhadores – e, portanto mais produtivos.

Nota-se, portanto, uma lamentável discriminação contra o trabalhador nacional considerado, muitas vezes, indolentes e incapazes de atender aos interesses e às conveniências do fazendeiro.

Assim, a corrida para a ocupação das áreas disponíveis do território itaperunense, não foi diferente das outras regiões por onde o café passou no país.

Itaperuna, dentre os quarenta municípios que constituíam o Estado do Rio de Janeiro, foi o segundo que recebeu mais imigrantes italianos, em um total de 1.025, depois de Petrópolis com 1.554, conforme a tabela que se segue:

²⁴⁰ TANNEAU, 1972. Op. cit. p. 101

²⁴¹ Entrevista concedida por Elza Gorini. Varre-Sai. 2000.

¹⁰³ DEAN, Warren. Rio Claro: Um Sistema de Grande Lavoura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.166.

TABELA 11 - População estrangeira no município de Itaperuna e Petrópolis.RJ-1920

Itaperuna	Alemanha	Espanha	Itália	Portugal
	11	300	1.025	615
Petrópolis	336	235	1554	2454

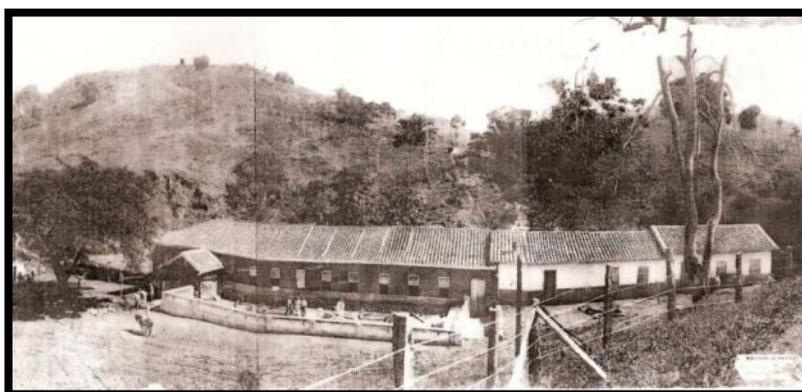
IBGE.Recenseamento Geral do Brasil. População. Volume 4. Rio de Janeiro - 1920

Do total dos estrangeiros imigrados no município 52% era de origem italiana contra 0,5% alemães, 15,3% de espanhóis e 31,5% de portugueses.²⁴²

Somente a fazenda Bela Vista, uma das grandes fazendas do município de Itaperuna, sobre a qual nos deteremos no próximo item, recebeu nos anos de 1897 e 1898, aproximadamente 40²⁴³ famílias italianas, oriundas de diversas partes da Itália, incluindo o Lazio.

3.1 A FAZENDA BELA VISTA

Fig. 26



Vista Geral da Fazenda Bela Vista – 1900

Fonte: Arquivo privado de Francelino Bastos França, atual proprietário.

²⁴² Biblioteca do IBGE.Recenseamento Geral do Brasil. População. Volume 4. Rio de Janeiro - 1920

²⁴³ No Registro contábil da fazenda Bela Vista de 1899 localizamos 25 famílias. O herdeiro Balbino Bastos França em seu livro “A Última Colheita”, 2003, p. 50 menciona 40 famílias. Dentre os cognomes italianos que chegaram à região, citamos: Boni, Bertolini, Bianconi, Bandoli, Balducci,, Bianchi, Demartini, Cagnaci, Capaccia, Castoni, Celebrini, Calidoni, Constantino, Esposti, Fratejani, Fabri, Frangilli, Ferrari, Fitaroni,Frangilo, Faloti, Giovanninni, Gorini, Gentil, Grillo, Gallo, Lira, Mantence, Mugnari, Muruci, Martelini, Mazelli, Paolante, Potente, Pulitini, Purificati, Pizano, Pani, Polastreli, Pirozzi, Pellegrini,, Possodeli, Pavanelle, Privato, Riguetti, Ridolfi, Tardani, Tramontana, Tupini, Vioti, Spalla , Zambroti e outros. Este elenco de famílias, em grande parte, foi extraído de uma relação de casais imigrados na localidade, em 1897 e 1898, elaborada por funcionários da Casa de Cultura de Varre-Sai. Outros sobrenomes foram localizados em registros de fazendas e no Cartório de Notas de Varre-Sai.

A Bela Vista localiza-se no município de Itaperuna, precisamente entre o distrito de Natividade e Varre-Sai, no noroeste fluminense, constituiu-se como um grande centro cafeeicultor, no final do século XIX, permanecendo até os dias atuais com a produção da cultura cafeeira como principal fonte de renda.

Considerando que a região era composta, na sua maior parte, de pequenos e médios proprietários, a família Rodrigues França, proprietária da fazenda Bela Vista e de outras fazendas circunvizinhas, era uma das maiores produtoras de café.

Francelino Bastos França, único herdeiro e proprietário atual da Bela Vista, neto de Balbino Bastos França, contou-nos que chegou a fazenda quando tinha 14 anos de idade. Assim rememorou a trajetória da família na região:

Com a morte do Francelino, Balbino assumiu o comando da família. Ele morava na fazenda Palmital, em Raposo. Toda a área, incluindo Patrocínio, Eugenópolis, onde hoje é a cidade de Raposo, tudo pertenceu ao Francelino, meu bisavô. Isso aconteceu por volta de 1844. Balbino, meu avô, começou administrando uma fazenda de quase mil alqueires de terra..²⁴⁴

Na fala do entrevistado fica evidente o poder econômico da família na região. Além da Bela Vista, possuíam, também, outra fazenda, cujos limites geográficos transcendiam o estado do Rio na direção da zona da mata mineira.

A fazenda Bela Vista foi adquirida pelos Rodrigues França, por 66 contos de réis, em 23 de abril de 1892²⁴⁵, constituída de 364 alqueires mineiros²⁴⁶, ou seja, 1.747 hectares de área, no período em que o café despontava no município de Itaperuna.

A fazenda era composta por montanhas de solos férteis e cobertos de matas virgens, constituindo-se em uma das poucas grandes propriedades da região.

Com a expansão dos cafezais, os investimentos não cessaram. Em 1925, sua extensão era de 399 alqueires²⁴⁷ o equivalente a 2000 hectares de terra. Tal extensão foi adquirida através da compra de fazendas limítrofes à Bela Vista. Sobre ampliação dos negócios, o herdeiro das terras comentou:

²⁴⁴ Entrevista concedida por Francelino Bastos França. Fazenda Bela Vista. Natividade. 2006

²⁴⁵ Escritura de compra da fazenda Bela Vista. Arquivo Privado.

²⁴⁶ O alqueire mineiro corresponde a 48.400 metros quadrados, enquanto que o alqueire paulista é de 24.200 metros quadrados. Apesar da adoção e exigência legal do sistema métrico decimal, no Brasil rural, ainda é comum quantificar a área de propriedades rurais em alqueire ao invés de hectare.

²⁴⁷ Diretoria de agricultura. Serviços de Estatística. Propriedades Agrícolas. Vol I. 1925-1926. Rio de Janeiro, 1927.

Meu avô, muito trabalhador e econômico, investiu no plantio do café. As pessoas na época tinham medo de plantar porque não tinham pra quem vender, o local era despovoado e ainda não tinha estrada de ferro. O café ia em lombo de burro para o Rio de Janeiro para ser escoado. Ele (Balbino) com o irmão (Tolentino) começou a comprar fazendas. Compraram esta fazenda aqui a Bela Vista (comprada em 1892), a Fazenda Boa Vista, a Fazenda Tesouro e outras que fazem divisas com esta.²⁴⁸

O herdeiro da família justifica a compra das terras através do trabalho e da parcimônia dos dois irmãos, Balbino e Tolentino, avô e tio do entrevistado respectivamente.

Embora estes dois fatores pudessem ter contribuído para a ampliação do patrimônio, o fato do território encontrar-se despovoado, com fronteiras agrícola e demográfica abertas, favorecia o acesso a terra.

Quanto ao medo de não ter para quem vender, o café mencionado pelo herdeiro, é preciso lembrar que a situação era bem mais complexa, tendo a década de 1890 caracterizado um período de crise na cafeicultura.

A partir de 1893, os preços desse produto caíram no mercado mundial rapidamente. A cotação média anual do saco de 60k passou de 4,09 libras em 1893, a 2,91 libras em 1896, e a 1,48 libras em 1899, o que atingia de maneira expressiva a economia do país que tinha sua exportação altamente concentrada no café.²⁴⁹

Apesar disso, a produção brasileira continuou a crescer, pois, os cafeicultores tiveram poder suficiente para implementar uma política cambial em seu proveito. O câmbio baixo garantia a manutenção dos lucros transferindo para o conjunto da população e para o Estado, os prejuízos.

Em tal conjuntura, de um lado incentivou-se o processo de substituições de importações e de outro a manutenção dos investimentos na cafeicultura, chegando a produção brasileira representar 53,5% da produção mundial²⁵⁰. O resultado foram as grandes safras de 1896 e 1897, provocando a ampliação da oferta no mercado internacional e o agravamento daquele desequilíbrio.

Mesmo comprada em meio ao turbilhão financeiro do governo provisório e aos problemas do mercado internacional do café, a fazenda Bela Vista foi destinada a cafeicultura por seus proprietários uma vez que, apesar das dificuldades, nenhuma atividade agrícola apresentava maior rentabilidade.

²⁴⁸ Entrevista concedida por Francelino Bastos França. Fazenda Bela Vista. Natividade. 2006

²⁴⁹ Sobre a crise da cafeicultura no Brasil ver, também, FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930).

²⁵⁰ FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2006, p. 260

As características físicas da Fazenda foram descritas por Francelino Bastos França, da seguinte forma:

A sede da Bela Vista era formada de um complexo colonial composto de um casarão residencial, com uma pequena varanda, um grande corredor central separando os quartos, terminando numa larga casinha e começando em espaçosa sala de espera com acesso para amplo salão de visitas, tradição das mansões senhoriais do Império. Seguindo o agrupamento do conjunto na direção do montante da construção, estão geminados ao eítão superior do casarão, um paiol para depósito do milho e uma tulha para cereais e ferramentas de trabalho. Do lado oposto do conjunto, seguindo uma linha reta em frente ao eítão a jusante, existia um correr de pequenos quartos para empregados solteiros, cangalha da tropa, cocheira de animais de sela.²⁵¹

Além da sede havia uma capela, inúmeras casas para colonos, armazém, uma escola, terreirão para secar café e uma máquina de beneficiar movida a vapor. Deste modo, o beneficiamento do café era feito na própria fazenda. O aprimoramento nas técnicas de beneficiar permitia ao fazendeiro amenizar as dificuldades relacionadas à mão-de-obra.

Importante análise sobre os gastos com máquinas de beneficiamento fez João Fragoso ao estudar as fazendas de Paraíba do Sul. Segundo este autor, enquanto o custo médio com a lavoura era de ordem de 3,6%, com o beneficiamento atingia a 16% das despesas. Os investimentos em máquinas não ultrapassavam, em alguns casos 10% do valor total da propriedade.

Fig. 27



Armazém da Fazenda Bela Vista
Fotos: Rosane A. Bartholazzi. 2006

²⁵¹ FRANÇA, Balbino Bastos. Livro A Última Colheita. Quickgrafic Editora, 2003, p.49

Para onde o café marchava, investimentos eram feitos por políticos e fazendeiros locais, visando atender a interesses próprios, proporcionando o crescimento das pequenas cidades do interior, que passaram a ser pólos atrativos de população.

Investimentos em obras públicas, como estrada de ferro, de rodagem e pontes ligando os distritos ao município e estes aos municípios vizinhos; investimentos em iluminação e saneamentos básicos tornaram-se necessários para atender a demanda populacional que aumentava na medida em que a área cafeeira tornava-se mais atrativa.

Em 1894, por exemplo, na sessão da Câmara Municipal, um requerimento de um fazendeiro da região, Horácio Antonio Monteiro, propôs arrematar os serviços de iluminação pública do distrito de Varre-Sai, pela quantia de dois contos de réis, responsabilizando-se por todas as despesas dessa iluminação que era a querosene²⁵².

Em 1896, a Câmara de Itaperuna recebeu um empréstimo de 100:000\$000 (cem contos de réis) para a canalização de esgoto e água potável para seus distritos²⁵³. Dessa forma, a Fazenda Bela Vista e outras fazendas e sítios da região foram beneficiadas com os investimentos feitos pelo governo municipal. Além dos investimentos em infra-estrutura a chegada dos imigrantes constituiu-se em fator considerável ao desenvolvimento da região.

Dentre estes destacam-se os italianos da Bela Vista. O atual proprietário faz questão de acentuar as características anti-escravista de seu avô: “Aqui não teve mão-de-obra escrava, os trabalhadores mais utilizados aqui na lavoura cafeeira foram os italianos. Antes do meu avô comprar esta fazenda, já existia aqui café, mas pouco. Meu avô Balbino não gostava da escravidão, era liberal...”²⁵⁴ Considerando que quando as terras foram compradas, em 1892, a escravidão já tinha sido abolida, é natural que nesta fazenda, enquanto propriedade da família França, não existisse escravo

Da mesma forma, o depoente apresenta os aspectos progressistas de seu antepassado, assim como, seu entusiasmo na adesão à política imigratória do governo:

Nosso avô era um homem esclarecido. Assinava jornais da capital vindos pela ferrovia, acompanhando curioso à temática do pólo imigratório, que agitava os meios rurais brasileiros. Indo ao encontro do procedimento do governo, correndo contra o tempo, prepara-se, faz as malas e embarca para Niterói. Comparece à Ilha das Flores - hospedaria dos imigrantes - vistoria o depósito de estrangeiros, escolhe os camponeses, negocia com os encarregados do serviço de imigração, paga as taxas emolientes federais. Volta para sua fazenda pela E. F. Leopoldina trazendo a bordo 40 famílias de camponeses italianos que deixaram sua terra natal, fugindo da

²⁵² Relatório da Secretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro. 1897

²⁵³ Jornal “O Itaperunense” 1895 In: Porfírio Henriques. A Terra da Promissão. Itaperuna. 1950. p.189

²⁵⁴ Entrevista concedida por Francelino Bastos França. Fazenda Bela Vista. Natividade. 2006

reduzida extensão da Itália, desemprego, clima frio e busca de melhores condições de vida.²⁵⁵

Na verdade, naquele período, residir a 400 km da capital provocava um grande isolamento e acompanhar as notícias diárias, mesmo que com atraso, era privilégio de poucos.

No caso dos fazendeiros, acompanhar o debate nos jornais sobre a política imigrantista era questão vital, pois, havia a expectativa de que a ação do estado na arregimentação de mão-de-obra para as fazendas representasse, de fato, o fornecimento de subsídios.

Quanto a trajetória descrita pelo informante sobre a viagem feita pelo fazendeiro a Niterói, especificamente na Ilha das Flores, não encontramos nenhum dado que comprovasse a passagem destes imigrantes nesta hospedaria, nos anos de chegada das famílias, 1897 e 1898. Talvez, o proprietário tivesse recorrido a Inspetoria de Imigração, órgão que cuidava dos assuntos referentes à organização dos núcleos coloniais fundados pelo Estado ou por iniciativa particular.

É mais provável que o depoente tenha reproduzido o discurso generalizante, presente na historiografia clássica, relativo à quarentena, a que seriam submetidos os imigrantes, na hospedaria da Ilha das Flores, por ele designada depósito de imigrante.

Cabe ressaltar que nem todos passavam por este processo, e, quando passavam, nem sempre a Ilha das Flores era o local de hospedagem. Ao consultarmos os Relatórios de Província encontramos referência a mais duas hospedarias: Ilha do Carvalho, localizada próxima a Ilha das Flores, e a hospedaria de Cabiúnas em Macaé.²⁵⁶

Além disso, ressaltamos que no citado depoimento há muito mais uma memória informada por diferentes vivências e textos sobre a imigração e o imigrante, do que a realidade existente. Normalmente, era o fazendeiro quem fazia as escolhas. Entretanto, alguns critérios deveriam ser estabelecidos e, em alguns casos, respeitados os interesses dos imigrantes.

Os grupos familiares que saíram de Proceno e Graffignano não foram escolhidos aleatoriamente pelo fazendeiro, se assim fossem, não permaneceriam juntos no lugar de destino. Partimos do pressuposto de que estes se apresentaram previamente a Inspetoria de Imigração demonstrando interesse em se fixar na mesma fazenda ou em fazendas limítrofes.

Outro fator a considerar no relato do proprietário é a reprodução do discurso de um imigrante fugitivo da pobre Itália. É natural que não sendo conhecedor das condições de vida

²⁵⁵ Memórias extraídas do Livro A Última Colheita. Op. Cit.. p.52

²⁵⁶ Relatório de Província apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. 1897, p. 66 In: www.crl.uchicago.edu/info/brazil.

destes, no país de origem, os enquadraria em uma descrição “homogênea” informada pelo modelo dominante da miserabilidade do imigrante.

No caso das quarenta famílias que foram encaminhadas para a fazenda Bela Vista, as oriundas do Lazio, não se identificam com o perfil desenhado pelo proprietário, conforme já demonstramos.

Quanto as outras não foi possível levantar nos arquivos italianos dados que possibilitassem mapear o lugar ocupado naquela sociedade, não pela ausência destes, mas, pela inviabilidade da realização da pesquisa em diferentes regiões italianas. De toda forma, não podemos atribuir os mesmos fatores para justificar a emigração de todos os grupos.

De acordo com Boris Fausto²⁵⁷, o deslocamento do espaço tem um forte componente de compulsão, determinado por várias razões, entre as quais predominam as de natureza econômica. Mas encerra também, uma escolha cujo acerto o imigrante avaliará ao longo de sua vida.

Ao chegarem ao Brasil, as dificuldades enfrentadas na viagem do Rio de Janeiro para o noroeste fluminense foram, assim, relatadas por uma descendente direta da família Gorini:

(...) A primeira turma chegou em 14 de novembro de 1897(...) Vieram na terceira classe, como cegos. Não é como hoje que você está na Itália e sabe o que está acontecendo aqui. Desembarcaram no Rio de Janeiro(...) De lá vieram de trem para Natividade(...) De Natividade até a Bela Vista um carro-de-boi e tropas de burro para trazer as mulheres e as crianças, o mais vinha a pé.²⁵⁸

Fig. 28



Estrada de Ferro Leopoldina em Natividade (localidade vizinha a Varre-Sai - 1900).
Fonte: Casa de Cultura de Natividade/RJ

²⁵⁷ FAUSTO, Boris. Cortes e continuidades in NOVAIS, Fernando A. (coord) In: Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 19.

²⁵⁸ Entrevista concedida por Elza Gorni. Varre-Sai. 2001.

A descendente relata a trajetória da imigração contada pelo seu pai, Ludovico Gorini, oriundo de Graffignano, que se estabeleceu na fazenda Bela Vista, em 1897. Em sua narrativa, as dificuldades dos primeiros tempos, e a precariedade dos meios de transportes chamam atenção. A entrevistada se refere, por exemplo, ao trecho de aproximadamente, 10 km, que separavam a estação de trem de Natividade até a chegada à fazenda Bela Vista.

Vale lembrar que nas últimas décadas do século XIX, multiplicaram-se as ferrovias, e diversificaram-se seus ramais, privilegiando de modo especial, as regiões cafeeiras. Tratava-se de infra-estrutura fundamental no processo de aceleração das relações sociais de produção e de trabalho. A estrada de ferro que chegou a Natividade, era um ramal da Estrada de Ferro Leopoldina.

Essa estrada de ferro era uma grande aspiração dos fazendeiros, visto que a região não possuía estradas, somente trilhas, dificultando o escoamento da produção e a própria mobilidade dos habitantes da região.

Importa ressaltar que as fazendas cafeeiras, normalmente, estavam localizadas em locais de difícil acesso. No caso da Bela Vista, situada entre Natividade e Varre-Sai, o território ainda era coberto de matas, existindo somente trilhas para o uso do transporte animal.

Outro descendente relata as memórias do avô, oriundo de Graffignano, Angelo Ridolfi sobre a travessia do atlântico:

Me lembro muito das histórias que meu avô, por parte de mãe, Angelo Ridolfi contava. Ele dizia que levou quarenta dias pra chegar aqui, que os padeiros no navio amassavam o pão nos pés, o cilindro do navio era tocado a mão. Apiaram no Rio e teve um transporte que levaram eles até o trem da Leopoldina, e o trem da Leopoldina que trouxe eles a Natividade. Vieram pra Fazenda Bela Vista. A Fazenda mandou burros que chamavam de tropa, para trazer a mudança deles, aí trouxe eles. Ficaram imigrados na Fazenda Bela Vista que é hoje de Francelino Bastos França.²⁵⁹

O depoimento em questão reforça o questionamento que apresentamos sobre o depoimento do atual proprietário da Bela Vista com respeito a hospedaria de imigrantes, e reforça a lembrança das dificuldades dos primeiros tempos que minavam o entusiasmo de *fare l'America*.

De maneira geral é possível entrever nos relatos, se, por um lado, os imigrantes alimentavam o sonho de prosperidade econômica antes da viagem, como rememora uma

²⁵⁹ Entrevista concedida por Miguel Paolante. Varre-Sai. 2006.

descendente “(...) os fiscais na Itália falavam que aqui tinha o ouro verde que era o café e o ouro que se tirava da terra e da água (...) que aqui se enriquecia com muita facilidade, floreavam o máximo (...)”²⁶⁰, por outro lado, as precárias condições de viagem nos navios já apontavam as dificuldades que estavam por vir.

Minha mãe quando veio da Itália para o Brasil, ela veio no navio né. Ela falava que os homens amassavam os pães com os pés, aí ela queria ver se era verdade e foi lá, nunca mais comeu pão. Ela contava isso pra gente. Ela falava que o navio balançava muito, ela passava mal, tava grávida até que nasceu na Fazenda Bela Vista o Brasilino, teve esse nome porque nasceu no Brasil.²⁶¹

Entre um relato e outro dos descendentes, de diferentes famílias, percebemos a transmissão de uma experiência coletiva, vivida pelos seus pais e avós na trajetória entre a Itália e o Brasil, recuperada e recriada por intermédio da memória dos informantes²⁶².

Tais narrativas constituem-se em representação que espelha o sentimento de que embarcaram em uma viagem sem saber exatamente o local de destino no Brasil, ou mesmo se chegariam neste país.

Para Boris Fausto²⁶³ não é ocasional o fato de que muito imigrantes tem lembranças detalhadas sobre a viagem – nome do navio, a comida, a mansidão do oceano ou as tempestades e, sobretudo, a chegada. Impressões variáveis, de acordo com a condição de classe, as conexões familiares ou de amizades feitas no navio e depois da chegada, na nova terra.

Na fazenda Bela Vista, os imigrantes instalaram-se em uma área denominada Paraíso²⁶⁴, já com casas para abrigá-los. O atual proprietário refere-se a um corredor de casas construídas pelos antepassados: “(...) Meus avós trabalharam na fazenda Bela Vista. Ali tinha um corredor de casas (um arraial) e conviveram muitas famílias italianas juntas (...)”²⁶⁵

Além do referido corredor, outras casas foram construídas ao lado da fazenda para abrigar os colonos, as quais ainda podem ser vistas na fazenda.

²⁶⁰ Entrevista concedida por Elza Gorini. Varre-Sai. 2000.

²⁶¹ Entrevista concedida por Filomena Ridolfi. Varre-Sai. 2006.

²⁶² FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (orgs). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. xv.

²⁶³ FAUSTO, Boris. 1998, p. 15

²⁶⁴ Livro de Registro Contábil da Fazenda Bela Vista - 1899

²⁶⁵ Entrevista concedida por Miguel Paolante. Varre-Sai. 2006.

Fig. 29



Casas onde residiam colonos.
Fotografia: Rosane A.Bartholazzi - 2006

Dr. Francelino, como é conhecido na localidade, no livro de sua autoria sobre a família, apresentou sua visão sobre a inserção e o cotidiano no trabalho deste núcleo de imigrantes na fazenda:

A chegada dos italianos à Bela Vista foi um acontecimento emblemático para a região. Era o “clímax” das conversas e da convivência na zona rural. Todos queriam saber quem eram estrangeiros com roupas coloridas, lembrando toalhas de praia ou colcha de retalhos, trabalhando nas lavouras como mouros festivos cantando uma bela canção que denominavam Tarantela. Herdada dos românticos menestréis medievais italianos soltam a voz nos cafezais, injetando uma cara nova, uma nova imagem no corpo das produtivas clorofiladas lavouras bela-vistense (...) única forma capaz de espantar a nostalgia e mórbida lembrança das dificuldades e misérias da pátria distante. Trabalhavam misturando ferramenta com romantismo, chiasso (barulho) e algaravias (uma linguagem pouco inteligível) trazidas do regionalismo italiano.²⁶⁶

Apesar de considerar emblemática a chegada do imigrante na fazenda, o proprietário demonstra o estranhamento da população local, ao estrangeiro. Por outro lado, o imigrante tem sua ansiedade e expectativa da chegada sublinhada pelo contraste entre a visão do verde gritante da vegetação, os homens e as mulheres de pele escura, que impressionavam os desembarcados em Santos ou no Rio de Janeiro. Neste caso, identifica-se uma alteridade composta de olhares cruzados, transformando-se, ambos, em objeto de curiosidade e desconfiança.

²⁶⁶ Memórias extraídas do Livro A Última Colheita. Op. Cit.. p.57-58.

O herdeiro da propriedade ao dizer que todos queriam saber quem eram estrangeiros de roupas coloridas, que lembravam uma colcha de retalhos, da música cantada nos cafezais, acentua suas diferenças e ao mesmo tempo enuncia uma imagem construída sob a percepção de quem vê. Há uma produção imaginária deste outro, que afirma a alteridade e a diferença, no tempo e no espaço²⁶⁷.

Ao mesmo tempo, o discurso do herdeiro atua para homogeneizar as diferença quando se refere à Tarantela como se fosse familiar a todos os imigrantes. Por serem oriundos de diversas regiões, é possível que nem todos conhecessem a dança popular originada no sul da Itália.

A língua como veículo de comunicação era o demarcador da diferença transformando-se em obstáculos aos contatos pessoais na fazenda. Entre os italianos, como superação das dificuldades de compreensão considerando os vários dialetos falados entre os compatriotas de recorria-se a língua oficial italiana, instituída após a unificação do país.

Já a comunicação com os brasileiros, ou outros estrangeiros imigrados, se fazia, muitas vezes, através dos sinais. Um descendente assim relatou a dificuldade encontrada na comunicação: “Minha avó dizia que vinham ao armazém da fazenda fazer compra, todos eles vinham com um porrete que servia para apontar o que queriam na prateleira, já que não entendiam nada de português e vice-versa.”²⁶⁸

Desta forma, o processo de integração no país receptor incitou os imigrantes à criatividade para se fazerem entendidos e também para compreender, a fim de superar os obstáculos da língua.

A inserção do estrangeiro nesta região foi vista pelo nacional com desconfiança, mas sem aparente manifestação de hostilidades. O olhar do fazendeiro, e posteriormente o discurso sobre a “adaptabilidade, a moralidade e inextinguível amor ao trabalho” foi disseminada entre os trabalhadores da fazenda.

Sobre a visão positiva do estereótipo do imigrante italiano, Martins²⁶⁹ aponta que dois aspectos devem ser sublinhados: um diz respeito ao ascetismo definidor de um estilo de vida: consumo reduzido, contumácia no trabalho e aceitação da forma de existência objetivamente dada. O outro relaciona o ascetismo a ética do trabalho aceito na grande lavoura. Tal estereótipo foi assim reproduzido pelo herdeiro da propriedade Bela Vista:

²⁶⁷ PESAVENTO, Op. cit., p. 60.

²⁶⁸ Entrevista concedida por Miguel Paolante. Varre-Sai. 2006.

²⁶⁹ MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 177-178

Como donos das terras, os italianos são também provincianos, simplistas, amam profundamente a terra, conhecem de contato pessoal à vida do campo. Tem fôlego de cachorro paqueiro²⁷⁰, não deixam nada a desejar, estão bem equipados com ferramentas, material de trabalho, não são como os europeus dos tempos coloniais, trouxeram as famílias com a intenção de ficar; trabalham animados e produtivos. Mudaram a qualidade de vida da lavoura da água para o vinho, com a chegada deles as mudanças saltaram a olhos vivos. São inteligentes, misturam trabalho e despojamento, procurando criar um ambiente que não fosse italiano, já que estavam no Brasil e, produzindo, integravam-se ao novo meio o máximo possível para que todos pudessem se comunicar com os brasileiros.²⁷¹

O discurso assinala as mudanças que a chegada da mão-de-obra italiana provocou na fazenda, e o impulso que gerou na lavoura cafeeira, reafirmando o estereótipo positivo sobre imigrantes.

Durham²⁷² explica que, segundo consenso geral, os imigrantes sempre apresentaram produtividade muito maior. Considerando que essa produtividade elevada não se explica pela introdução de novas técnicas de cultivo e que o principal instrumento de trabalho sempre foi a enxada, justifica-se a operosidade dos italianos.

O impulso na produtividade deve ser explicado, portanto, por um conjunto de fatores, principalmente, a inserção da mão-de-obra de todos os membros da família na grande lavoura, fator estimulador para a animação no trabalho, referida no discurso, e para a ampliação da produção.

O atual proprietário da fazenda atribui aos italianos, o destaque da fazenda na produção de café, nas primeiras décadas do século XX. Ao comemorar cem anos da compra da propriedade, em 1992, uma placa fixada na entrada da propriedade faz menção ao trabalho dos imigrantes italianos no desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Quando os primeiros núcleos familiares chegaram à Bela Vista, em dezembro de 1897 e janeiro de 1898, os cafezais estavam formados para a colheita que se realizaria no ano seguinte. Deste modo, após um ano de trabalho na fazenda, o imigrante participou da colheita do café feita em abril de 1899. Considerando que do plantio a colheita é necessário um período de três a quatro anos, supomos que o cafezal tenha sido plantado em 1894, dois anos após a compra da fazenda pela família França.

No registro contábil da fazenda, datado de 16 de abril de 1899, Tolentino França, um dos proprietários realizou o balanço da propriedade e o remete ao irmão Balbino França:

²⁷⁰ Cachorro paqueiro refere-se a um cão caçador de pacas.

²⁷¹ Memórias extraídas do Livro A Última Colheita. Op. cit.. p.59.

²⁷² DURHAN, Eunice Ribeiro. Assimilação e Mobilidade. A História do imigrante italiano num município paulista. São Paulo: USP – Instituto de Estudos Brasileiros, 1966, p. 27.

Ilmo Sr. Incluso remeto a V.S. o balanço da Fazenda Bella Vista, e também uma relação de diversas dívidas não saldadas figurando junto as mesmas algumas documentadas. No aludido balanço encontrará V. S. um lucro de onze contos duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e seis reis, cabendo a V.S. a quantia de cinco conto seiscentos e vinte e três, seiscentos e quarenta e oito, importância da parte de V.S. De seu Compadre e Irmão Tolentino Rodrigues França.²⁷³

Este balancete refere-se ao movimento da fazenda entre fevereiro de 1898 a abril de 1899. Com um total de vinte e duas páginas, cada uma das quais dividida em 4 colunas, e contendo: mês e data de referência, movimentação feita, despesas e resultados. O autor, do inventário contábil ia transportando a movimentação para a folha seguinte, totalizando as despesas e resultados obtidos.

De fevereiro de 1898 a março de 1899 as despesas superam os resultados significativamente. Os lucros viriam com a colheita do café em abril de 1899.

O descendente da família França²⁷⁴ relata as relações de trabalho estabelecidas na fazenda. Segundo ele, o colono e sua família eram contratados numa espécie de trabalho por tarefa, denominada empreitada. Um determinado número de cafeeiros era atribuído aos cuidados de cada unidade família.

O colono e sua família eram incumbidos de manter limpas as áreas cafeeiras. Além disso, recebiam uma quantia em dinheiro correspondente a um número determinado de cafeeiros sob seus cuidados. O acordo incluía moradia, água, lenha e pasto para um ou dois animais.

Ainda, conforme o fazendeiro, entre os cafezais novos era permitido a agricultura de subsistência. Outro pedaço de terra fornecido pelo proprietário para plantar o milho, feijão e outros cereais. Poderiam criar porcos, galinhas, patos e uma cabra leiteira presa na corda. O fazendeiro não tinha participação nos cereais colhidos, estes eram cultivados em abundância e os excedentes eram vendidos para os comerciantes locais.

No registro da fazenda, semanalmente, eram computados pagamentos destinados a camaradas e italianos. Em fevereiro de 1898, dois meses após a chegada do primeiro núcleo familiar de Graffignano, e menos de um mês para a chegada dos proceneses, encontramos: “pagamento a italianos no Paraíso” e “pagamento aos camaradas da Bela Vista”.

Deve-se ressaltar que Paraíso era uma extensão das terras da Bela Vista, local onde a maior parte das famílias italianas se estabeleceu. Constituía uma área com fronteira agrícola

²⁷³ Arquivo Privado. Registro Contábil da Fazenda Bela Vista. 1899.

²⁷⁴ Memórias extraídas do Livro A Última Colheita. Op. cit.. p.58-59.

aberta para o plantio de novos cafezais. O núcleo principal da unidade de produção, era, no entanto, a fazenda Bela Vista onde encontrava-se a sede com armazém, máquina de beneficiar e o terreiro de café.

Na contabilidade dos proprietários, nem todas as despesas relativas a pagamentos feitos aos trabalhadores, seja camaradas ou italianos, foram discriminadas. Na maior parte foi citado apenas o pagamento feito a italianos no Paraíso, com os respectivos valores totalizados, e o pagamento feito aos camaradas na Bela Vista e no Paraíso.

Deste modo, a documentação nos impossibilita discriminar com exatidão o recebimento em dinheiro pelo trabalho realizado. No entanto, dentre as poucas referências sobre o pagamento, tanto a italianos como aos camaradas, encontramos: “Dinheiro para capinação de café”; “pagamento por alqueires de café apanhados”; “pagamento pelo plantio de pés de café”; pagamento pela abertura de caminhos; “pagamento pelo feitio de telhas”.

Assim, os trabalhadores, incluindo os imigrantes recebiam ela limpeza do terreno, pelo plantio de novos pés de café, e pelo cuidado durante a maturação e a colheita. Embora a colheita, em grande parte, tivesse sido feita a partir de abril de 1899, constatamos que seis meses após a instalação das famílias italianas na fazenda, em junho de 1898, estas já receberam pela colheita de mais de 400 alqueires de café plantados.

Todos os pagamentos foram incluídos no item despesas do registro contábil. Além dos pagamentos, foram registrados como despesas: produtos vendidos às famílias colonas no armazém da propriedade, tais como: toucinho, muito consumido pelos italianos. Encontramos a venda de até 60 kg de toucinho em um só mês!

Fubá, barbante, corda de linho, agulhas, rapaduras, arame farpado, medicamento, salitre e enxofre foram outros produtos consumidos pelos trabalhadores identificados no livro. Sobre os italianos constaram também, despesas com viagens feitas a Campos e o transporte até a estação do trem, em Natividade, a mais próxima da fazenda.

Além das despesas com os trabalhadores, constam do registro compras feitas pelos fazendeiros nas cidades vizinhas para investimento na propriedade: ripas, tábuas, caibros, telhas e ferragens para construção de casas para colonos (em um ano foram construídas 14 casas); carros-de-boi, ferramentas como machados e enxadas, pagamento de carro de milho, pagamento a jornaleiro, despesas com telegramas etc.

Também foram identificados pagamentos referentes à compra de sacos de cal, concerto de galinheiro e de sobrado, construção de casas, serviços de carpintaria, compra de porcas e leitões para reprodução na fazenda, e abastecimento do colono.

Pelo exposto podemos considerar a fazenda Bela Vista como possuidora de uma estrutura com suprimentos necessários ao abastecimento dos colonos, bem como com recursos suficientes para a realização do transporte e beneficiamento do café.

Em virtude da grande movimentação na fazenda por ocasião da colheita, a fazenda arcava com as despesas do transporte dos trabalhadores, inclusive indo buscar *camaradas* em Patrocínio, localidade próxima a Natividade, o que sinaliza a insuficiência da mão-de-obra existente na Bela Vista para àquela atividade.

Os únicos colonos que residiam na propriedade eram os italianos. Todas as casas do Paraíso foram destinadas à moradia dos imigrantes. Já os camaradas, apesar de também serem chamados de colonos, não residiam na propriedade. Eram trabalhadores que moravam em localidades próximas.

A fazenda possuía também trabalhadores contratados eventualmente que não eram chamados de colonos, mas de diaristas ou empreiteiros que prestavam algum tipo de serviço e, na maioria das vezes, tinham salários menores do que os colonos e os camaradas. A abertura de caminhos, derrubada de matas e limpeza dos pastos não foi feita por italianos. Normalmente, era realizado por estes trabalhadores eventuais como consta no registro contábil da Bela Vista: “Dinheiro para pagar 253 braças de caminho em direção ao Paraíso ao Sr. Raymundo Roque”.²⁷⁵

Por ser uma fazenda auto-suficiente²⁷⁶, diferentes atividades eram exercidas por diversos profissionais: carpinteiros, pedreiros, carreteiros, podadores, ferreiros que recebiam por empreitada ou a dia. Tais ofícios eram executados, exclusivamente, por nacionais que eram valorizados por serem escassos e qualificados, garantindo remuneração a altura.

Não encontramos contratos de trabalho estabelecidos entre os proprietários e os trabalhadores. No entanto, o registro contábil analisado aponta para duas formas de relações de trabalho existentes entre o fazendeiro, os imigrantes e os camaradas: a parceria²⁷⁷ e o colonato²⁷⁸. Porém, tudo indica que não seja possível classificar o trabalho realizado por cada

²⁷⁵ Arquivo Privado. Registro contábil da Fazenda Bela Vista. 1899.

²⁷⁶ Termo utilizado por Warren Dean nos seus estudos sobre Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavouira -1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 51

²⁷⁷ Por parceria entende-se uma reunião de indivíduos para um fim de interesse comum; um contrato pelo qual alguém cede a outro uma terra para ser cultivada, repartindo-se os frutos entre ambos na proporção que estipularem. É uma combinação entre proprietário e trabalhador, onde, o uso da terra feito pelo parceiro é pago com parte da produção. Para saber mais sobre esse sistema utilizado pela primeira vez no Brasil, em São , ler Thoma Davatz, Memória de um colono no Brasil (1850). São Paulo: Ed. Itatiaia.1980

²⁷⁸ Para José de Souza Martins, o regime de colonato se caracterizou pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato de cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção

imigrante exclusivamente como de “parceria” ou colonato, uma vez que poderiam incluir-se nos dois sistemas que funcionavam simultaneamente na fazenda, conforme se comprova no citado registro.

Tal diversidade ocorreu, praticamente em todo o Estado do Rio de Janeiro neste período, conforme reconhecia o representante do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas, em 1924:

Para uma mesma cultura, o sistema de exploração e o regime de trabalho não são permanentes e fixos, nas propriedades agrícolas no Estado do Rio de Janeiro. Em uma mesma propriedade o regime adaptado vai desde o salário ate a meação conforme o interesse do agricultor e do trabalho agrícola. Em geral, porém, duas culturas mais exploradas determinam esses sistemas adaptados, marcando-lhes as formas dos pagamentos ou retribuições: a cultura do café e de cana. Na cultura do café é comum a meação, cabendo porem ao colono a plantação, por ocasião de cultivar o milho e o feijão. Há propriedades em que a plantação da cultura é posteriormente adaptada a meação. Em outras, as culturas são propriedades exclusivas da fazenda, sendo o trato cultural e as colheitas executadas por “turmas”, que constituem um grupo assalariado permanente. Ainda assim, nessas propriedades é empregado um sistema misto, principalmente nos primeiros anos das culturas e que consiste em encarregar-se ao colono do trato cultural, gratuitamente, isto é, em troca do direito da exploração do plantio intercalar de cereais, ficando o trato cultural posterior, e a colheita do café, por meio de turmas.²⁷⁹

O próprio fazendeiro da Bela Vista apontou para as confusões feitas com relação ao colonato: “(...) de modo algum pode o colonato ser definido como regime assalariado. Seu aparecimento caracteriza a transição para o trabalho livre, mas não necessariamente para o trabalho assalariado”.²⁸⁰ Além do colonato outras formas de trabalho existiram na fazenda.

A medida que os próprios pesquisadores descrevem as relações de trabalho predominantes no processo de substituição do escravo pelo trabalhador livre, baseadas na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, já se constata que tais relações não podem ser definidas como capitalistas assalariadas em *stricto sensu*.

Deste modo, as transformações das relações de produção, têm menos a ver, num primeiro momento, com modificações no processo de trabalho da fazenda de café,

direta de alimentos como meios de vida e como excedente comercializáveis pelo próprio trabalhador. MARTINS, José de Souza. 1986. Op. cit. p. 18-19

²⁷⁹ Biblioteca Nacional. Ministério de agricultura Indústria e Comércio. Serviço de Informações. Salário de trabalhadores rurais no Brasil. Extraído dos “Aspectos de Economia Rural Brasileira” do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional 1924.

²⁸⁰ Memórias extraídas do Livro A Última Colheita. Op. cit.. p.58.

relacionando-se diretamente às modificações na dinâmica de abastecimento da força de trabalho de que o café necessitava.²⁸¹

Normalmente, no sistema de parceria, conforme enfatizado por Antonio Cândido, em “Parceiros do Rio Bonito”²⁸² teoricamente há um contrato escrito de parceria, que não se lavra a maior parte das vezes. Na prática, não havia garantia legais para o parceiro, ainda que existissem de fato para o proprietário.

É importante ressaltar que neste sistema, diferentes modalidades no estabelecimento da parceria poderiam ser encontrados. Dependendo do contrato feito com o trabalhador as porcentagens a serem divididas para cada um variavam.

No caso específico da região em estudo, o parceiro era chamado de meeiro. O proprietário fornecia a terra roçada, queimada e a semente, cabendo ao parceiro ou meeiro, o plantio, a limpeza e a colheita. O produto seria dividido em partes iguais (50%)²⁸³.

Quando os imigrantes chegaram a fazenda, esta já possuía muitas lavouras cafeeiras, algumas em fase de produção, outras em formação e terrenos a serem cultivados. Estes se aplicavam às terras virgens a espera do café que estava em grande expansão pelas fronteiras abertas do noroeste.

Assim, os italianos além de receberem pelo trato do cafezal até o seu amadurecimento, recebiam também pela meação de lavouras cafeeiras plantadas em parceria com o proprietário.

Em abril de 1899, as famílias de Graffignano: Ridolfi, Tardani, Morucci, Gorini, que chegaram antes das procenegas, receberam em dinheiro por sua metade em pés de café plantados. Desta forma, puderam pagar as dívidas registradas no item despesas do proprietário. Não só as famílias de Graffignano como as outras oriundas de regiões diferenciadas da Itália puderam saldar suas dívidas entrando na coluna de resultados do registro contábil da fazenda.

Na colheita, que durou de maio a agosto, camaradas e italianos trabalharam juntos. No total das despesas, a fazenda pagou aos denominados “apanhadores de café” dois contos e novecentos e dez reis. Essa era uma das fontes de renda monetária importante para colono. A outra estava ligada ao cultivo e à venda do café que lhes cabia.

Na colheita, a remuneração era referente ao alqueire: um italiano recebeu 305:000 (trezentos e cinco mil reis) por 305 alqueires de café colhido; o outro 111:500 (cento e onze

²⁸¹ MARTINS, José de Souza. 1986. Op. cit. p. 15.

²⁸² CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971, p. 108.

²⁸³ Ibidem, p. 107.

mil reis) por 111 alqueires e meio de café colhido. Para cada alqueire colhido pagavam os fazendeiros mil reis aos trabalhadores.²⁸⁴

O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combinava forças de todos os membros da família: marido, mulher e filhos.²⁸⁵ Portanto, o rendimento monetário do colono italiano na colheita, ficava atrelado à intensificação do trabalho familiar.

A colheita total da fazenda foi de 5.753 arrobas de café. A parte plantada em parceria com os italianos foi de 2.016 arrobas, ficando para os italianos 1.008. Acrescentamos que entrou como despesa da fazenda o soque do café consumido pelos italianos que depois foram descontados. Além desta despesa relacionou-se, também, o carroto para transportar as 1.008 arrobas pertencente aos italianos, da mesma forma descontada posteriormente.

Sobre a colheita do café relatou uma descendente:

(...) Eles vieram para Bela Vista. Tinham três dias para trabalhar pra eles e três dias para trabalhar pra turma. Depois de um ano que colheram café o fazendeiro dava liberdade pra eles plantarem onde quisessem. Nesses três dias plantavam milho, feijão e outros.(...) Os que vieram para Bela Vista encontraram muita honestidade, muitos não encontraram em outras regiões. O dia em que ele (o fazendeiro) ia limpar o café do colono, ele exigia a presença do colono. Quando fazia a partilha ele exigia testemunha”.²⁸⁶

Mais que a honestidade do fazendeiro, as palavras da informante transmitem a idéia de cordialidade, nas suas relações com os colonos, e ressalta a importância da produção diversificada, não apenas, para a subsistência mas, também, para ampliar os rendimentos provenientes da colheita do café, geralmente considerados a principal fonte de renda do trabalhador.

É importante considerar que talvez esse tipo de relação fosse característico da região, pela não predominância de grandes proprietários rurais, como no caso Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, onde o colono perdia o controle durante o processo de beneficiamento do café, e só meses depois recebia o produto líquido do seu trabalho.²⁸⁷

Além disso, como a parceria no café não era a única fonte de renda, esses italianos não ficavam presos ao fazendeiro. Para eles a conjugação de parceria e colonato trouxe vantagens na medida em que lucro advindo das atividades de subsistência, na Bella Vista, era exclusivamente do imigrante. Quanto maior a produtividade maior seria o capital proveniente

²⁸⁵ CANDIDO, 1971, Op. cit., p 82.

²⁸⁶ Entrevista concedida por Elza Gorini. Varre-Sai.2000.

²⁸⁷ BEIGUELMAN. Op. cit., 1977. p. 84.

deste setor, facilitando-lhes a constituição de um pecúlio que lhes permitiria o tão sonhado acesso a propriedade.

Apesar de termos compulsado apenas dois registros referentes ao movimento da fazenda de fevereiro de 1898 a abril de 1899, e outro referente ao ano de 1906, as informações deles extraídas, nos oferecem alguns indicadores que permitem apreender as possibilidades de ascensão do imigrante: a relação mista de trabalho, (parceria e colonato); a produtividade, derivada da intensidade do trabalho e de sua organização; as possibilidades de comercialização dos excedentes da produção de subsistência.

Mesmo assim, essas fontes de renda oriundas do trabalho na grande fazenda não explicam a mobilidade do imigrante. Para tanto, foi necessário recorrer aos registros cartoriais para identificarmos as estratégias que foram determinantes para transformá-los em proprietários. Constituíram uma camada importante de sítiantes na localidade de Varre-Sai e áreas circunvizinhas, alcançando algumas famílias grande destaque na região e, permanecendo, até a época atual, a configuração do espaço rural e urbano marcado pela *italianità* dos descendentes.

4 A MOBILIDADE SOCIAL

A documentação cartorária compulsada, as entrevistas com os descendentes e os livros de registros contábeis, dos imigrantes proprietários, permitiu-nos mapear os investimentos feitos pelos imigrantes, confirmando a ascensão social dos italianos, como comerciantes e ou proprietários de terra na região estudada.

Para tal processo, podemos apontar alguns fatores que, certamente, viabilizaram a ascensão do imigrante em pleno apogeu do café na região: a) as características da estrutura fundiária com predomínio das pequenas e médias propriedades; b) um arranjo estratificado de camadas sociais menos rígido do que o apresentado nas áreas latifundistas dos grandes barões; c) as fronteiras agrícolas e demográficas que encontravam-se abertas facilitando o acesso a terra; d) as relações de parceria e colonato estabelecidas, simultaneamente, na grande fazenda.

Vale destacar que nas clássicas regiões cafeeicultoras dos Vales do Paraíba, normalmente, o acesso a terra, pelo imigrante, só era possível quando esta tivesse exaurida ou não interessasse mais a economia exportadora.

Maria Thereza Schorer²⁸⁸ ao associar o imigrante e a pequena propriedade neste Estado, assinala que “o acesso à terra, depois de um estágio na fazenda, fazia dos projetos de criação da pequena propriedade uma ‘isca’ para atrair imigrantes, que serviria de reservatório de braços, com os quais o fazendeiro podia contar na ocasião da colheita. Assim, as terras que encontravam-se com solos esgotados e impróprios para a cultura cafeeira eram loteadas a fim de atrair o imigrante que permaneceria nos limites ou nos domínios da grande fazenda a serviço do latifúndio. Esta foi a “mobilidade social” viabilizada ao imigrante pelos fazendeiros!

²⁸⁸ PETRONE, Maria Thereza Scorer. O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930). São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 48.

Outro fator a considerar nos modelos de mobilidade social da estrutura fundiária das clássicas regiões cafeeicultoras e do noroeste fluminense é o tempo que o imigrante permanecia na fazenda. Em geral, nas fazendas paulistas o colono migrava de fazenda em fazenda na busca por novos contratos, sobretudo após a colheita.²⁸⁹ Já no noroeste fluminense, em sua maioria, o imigrante permanecia em uma única fazenda até a conquista da posse da terra.

Este conjunto de fatores referentes ao modelo da estrutura fundiária do noroeste podem ter favorecido a transformação do imigrante colono em proprietário. Todavia, faz-se necessário, sobretudo, considerar as relações sociais que foram estabelecidas no interior do grupo como determinantes no processo de mobilidade social.

A ascensão social obtida pelas famílias italianas através da aquisição da posse da terra, bem como dos investimentos feitos no comércio, com abertura de lojas de tecidos, ferragens e padarias indicam a expressiva ocupação nas atividades econômicas, sociais e culturais da região de Varre-Sai.

Sobre a aquisição de propriedades relatou uma descendente da família Gorini:

(...) Noventa por cento conseguiram comprar terra e outros vieram para o comércio. Sr. Demétrio Pellegrini comprou um sítio que está com a família dele até hoje. Os Grillo compraram terra. Os Pulitini vieram para o comércio. Meu avô Ludovico Gorini comprou terra e um hotel onde hoje é a casa do neto dele. Onde é a prefeitura era uma grande loja dos Geovanini. A Casa onde é a Casa da Cultura foi, também, do Sr Pergente Geovanini. Outras lojas, como a Casa Itália Brasil, que era dos Pulitini e tinha máquina de café que era dos Pellegrini. As adegas dos Pirozzi, Ridolfi e Bendia²⁹⁰.

A entrevistada ao fazer referência às diferentes posições ocupadas pelos imigrantes reafirmou o que os documentos apresentaram. Vale destacar que das oito famílias citadas, quatro eram oriundas do Lazio: Pellegrini, Pirozzi, Gorini e Ridolfi. Dentre os investimentos feitos, a depoente citou um hotel de propriedade do seu avô, Ludovico Gorini.

Dos livros de notas do Cartório de Varre-Sai²⁹¹, alguns divididos por ano, outros por biênio, extraímos os dados pessoais dos envolvidos na movimentação de compra e venda: o nome e o sobrenome do comprador e do vendedor, o endereço de residência e a profissão.

²⁸⁹ VANGELISTA. 1991. Op. cit. p. 235.

²⁹⁰ Entrevista concedida por Elza Gorini. Varre-Sai.2000.

²⁹¹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Varre-Sai – Livro de Notas – 1899-1950.

Quanto ao bem registramos: característica, localização, preço, formas de pagamento e a data da transação imobiliária.

Estes dados nos permitiram observar e comparar a categoria sócio-profissional, classificação do imóvel em urbano e rural, extensão da propriedade e benfeitorias existentes, assim como as diferentes nacionalidades dos adquirentes ou vendedores do imóvel.

Quanto as características dos bens e as formas de pagamento pudemos, através da comparação entre os dados dos registros, apreender os aspectos da vida social dos envolvidos: o poder econômico e as estratégias estabelecidas nas transações imobiliárias, tais como os laços de solidariedade.

Os números relativos às transações imobiliárias dos italianos foram agregados, em triênio, considerando o tipo do imóvel e a localização (urbano e rural). Com estes dados procuramos demonstrar o total da movimentação feita pelos imigrantes, no período entre 1899 e 1950.

Tabela 12 - Transação Imobiliária envolvendo italianos -1899-1950

PERÍODO	IMÓVEIS URBANOS	IMÓVEIS RURAIS	TOTAL
1899	01	-	01
1904	-	01	01
1908-1910	-	03	03
1911-1913	01	07	08
1914-1916	02	15	17
1917-1919	08	10	18
1920-1922	14	14	28
1923-1925	03	03	06
1926-1928	03	21	24
1929-1931	02	08	10
1932-1934	03	10	13
1935-1937	04	10	14
1938-1940	03	07	10
1941-1943	01	02	03
1944-1946	04	09	13
1947-1949	02	06	08
1950	02	07	09
TOTAL	54	133	187

Fonte: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Varre-Sai – Livro de Notas – 1899-1950

Dos registros do Livro de Notas 187 lançamentos envolviam italianos representando 37% no período de 1899 a 1950. Do total da movimentação dos imigrantes 71% correspondiam a investimentos feitos em propriedades rurais e, apenas, 29% em imóvel urbano²⁹².

Tais dados revelam a predominância absoluta dos italianos na zona rural do distrito. Porém, é importante ressaltar, que embora o número de imigrantes que fizeram seus investimentos no comércio e na compra de casas de morada, ainda assim, posteriormente compraram terras.

4.1 A OCUPAÇÃO NA SEDE DO DISTRITO

A inserção dos imigrantes italianos, no município de Itaperuna, como vimos, esteve vinculada à expansão da lavoura cafeeira. Com a expansão da produtividade a população cresceu significativamente. Em 1890 tinha o município apenas 13.083 habitantes. Em 1900, a população, incluindo os distritos, aumentou para 39.187, e, em 1920 teve um acréscimo sete vezes superior ao primeiro recenseamento, um total de 90.807 habitantes. Deste total, 7.567 encontravam-se em Varre-Sai.²⁹³

É evidente que a massa de trabalhadores, na sua maioria, foi inserida na lavoura cafeeira, principalmente, por se tratar de uma região dominada por tal atividade e com uma demanda reduzida nos setores secundário e terciário.

Deste modo, o número de trabalhadores ocupados no comércio, na indústria artesanal, no setor de serviços e na construção foi bem menor se comparado ao número de agricultores.

Varre-Sai, em 1920²⁹⁴, a população considerada em relação às profissões era assim distribuída:

²⁹² Nas transações econômicas envolvendo os imigrantes incluímos as hipotecas, quitação de dívidas e procurações, constantes nos Livros de notas do Cartório de Varre-Sai.

²⁹³ Diretoria Geral de Estatística. População recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro, 1898; Sinopse do Recenseamento. 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro, 1905; Recenseamento do Brasil. 01 de setembro de 1920. Rio de Janeiro, 1929. V.IV.

²⁹⁴ Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. 1920.

TABELA 13 – Distribuição da população por profissão

PROFISSÃO	QUANT.
MÉDICO	01
PROFESSOR	01
FARMACÊUTICO	02
ESCRIVÃO	01
CAPITALISTAS/PROPRIETÁRIOS	26
FABRICANTES DE MANUFATURADO	14
COMERCIANTES	39
OPERÁRIOS: METAL	16
MADEIRA	57
TECIDO	37
COSTUREIRA	969

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil. 1920.

Da distribuição da população por profissão participavam os imigrantes como comerciantes e capitalistas proprietários, considerando que no período do recenseamento, os italianos já haviam iniciado sua inserção no comércio local e na compra da terra.

Sobre o número expressivo de costureiras, não localizamos documentos que indicam a participação da mulher italiana na profissão de costureira. Alguns depoimentos dos descendentes revelaram que esta atividade era realizada, apenas, para atender a família. “Mamãe costurava muito bem, fazia até terno Ela ensinou tudo para nós. As roupas compridas, manga três quartos, saia branca, combinação, as calças (calcinha) era no joelho”²⁹⁵.

Outro descendente, ao contrário do relato acima, revelou: “Costureira era de casa. As camisas remendavam ninguém ligava não. Não se comprava nada pronto. Comprava riscado e fazia em casa uma calça para ir à missa. Eles trabalhavam para que o café sobrasse.”²⁹⁶

Os relatos apontam para as diferentes condições econômicas das famílias, enquanto o primeiro ressalta a confecção de roupas finas, o segundo faz questão de enfatizar a parcimônia do imigrante nos gastos que consideravam “supérfluos”, o que importava era o excedente do café para multiplicarem o capital e investirem, sobretudo, na terra.

A ampliação de um mercado interno para mercadorias e serviços, decorrentes da cafeicultura, resultava no desenvolvimento de uma zona “urbana” criando condições para a inserção dos imigrantes que, mesmo tendo passado pela condição de colono, muitas vezes,

²⁹⁵Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula. 2005.

²⁹⁶Entrevista concedida por José Demétrio. Itaperuna. 2007.

não era um agricultor no seu país de origem. Muitos exerciam atividades profissionais, como ferreiro, carpinteiro, oleiro.

Um relato concedido pelo neto da família Ridolfi aponta para atividades artesanais do imigrante: “Me lembro muito das histórias que meu avô, por parte de mãe, Angelo Ridolfi, contava. Ele me deu um cortador de vidro que trouxe da Itália”.²⁹⁷

Embora os registros de Graffignano²⁹⁸ indicassem que Angelo Ridolfi era um pequeno proprietário de terra, é provável que pudesse desempenhar outras atividades artesanais, o que poderia justificar o cortador de vidro citado pelo entrevistado.

Muitos imigrantes que, na Itália, não eram *contadini*, após servirem como mão-de-obra na lavoura cafeeira e reunir algum capital, voltavam seus investimentos para as atividades profissionais que, possivelmente, pudessem ter exercido na Itália ou optavam por investir na propriedade cafeeira, maior fonte de renda da localidade.

Independente da procedência, o desejo de aglutinar-se caracterizava uma das estratégias da mobilidade social. Assim, os imigrantes, ao saírem da condição de colono na fazenda, não se dispersaram, buscaram a proximidade espacial, seja no centro da vila ou no campo.

Para constituí-lo mapeamos os imóveis adquiridos pelos italianos apresentando a quantidade e a localização com seus respectivos proprietários, desde os primeiros anos de aquisição até sua ampliação.

A tabela a seguir demonstra a ocorrência do fato na compra de imóveis na sede do distrito.

TABELA 14 - Distribuição dos investimentos por famílias proprietárias na condição de adquirente, na zona denominada “urbana” de Varre-Sai.

FAMÍLIAS	IMÓVEL	QUANT.	LOCALIZAÇÃO
GORINI	CASA PARA NEGÓCIO HOTEL	01	LARGO DO CRUZEIRO - ESQUINA COM A RUA 13 DE MAIO
RIDOLFI	CASA DE MORADA	01	LARGO DO CRUZEIRO - ESQUINA COM A RUA 13 DE MAIO
PIROZZI	CASA DE MORADA	02	RUA XV DE NOVEMBRO
PELLEGRINI	CASA DE MORADA	01	RUA AFFONSO PENA

²⁹⁷Entrevista concedida por Miguel Paulante. Varre-Sai. 2006.

²⁹⁸Município de residência de Angelo Ridolfi, avô do depoente.

FABBRI	CASA DE SOBRADO COM	01	RUA XV DE NOVENBRO
	UTENSÍLIOS DE PADARIA	01	LARGO DA MATRIZ-ESQUINA
	CASA DE MORADA CASA EM CONSTRUÇÃO/SOBRADO	01	COM A RUA XV DE NOVENBRO RUA XV DE NOVENBRO
GEOVANNINI	CASA-SOBRADO C/ 03 ANDARES	01	LARGO DA MATRIZ
	CASAS	03	RUA AFFONSO PENA
RIGHETTI	CASA PARA NEGÓCIO PADARIA	01	RUA XV DE NOVENBRO
PULITINI	CASA COM ARMAÇÃO PARA NEGÓCIO	01	RUA XV DE NOVENBRO
TUPINI	CASA PARA NEGÓCIO	01	RUA XV DE NOVENBRO
	OFICINA DE FERREIRO	01	RUA DO PROGRESSO
	CASA DE MORADA	02	RUA DO PROGRESSO
BENDIA	CASA P/ NEGÓCIO	01	RUA XV DE NOVENBRO
	CASA DE MORADA	01	RUA AFFONSO PENA
FRANCILLO	CASA C/ ARMAÇÃO PARA NEGÓCIO(FORNO DE PADARIA E TODOS OS UTENSÍLIOS.	01	RUA XV DE NOVENBRO
PAOLANTE	CASA EM MAU ESTADO COM ACESSÓRIOS PARA PADARIA E UMA POSSE	01	RUA XV DE NOVENBRO
MELONI	CASA DE MORADA	01	CENTRO DE VARRE-SAI

Fonte: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai – Livro de Notas – 1899-1950.

Vale ressaltar que as relações sociais no vilarejo, apesar de serem mais estreitas dentro do grupo, foram, também, estabelecidas, sem conflitos aparentes, com os antigos moradores. Entretanto, quando o assunto era negócio as relações dentro do grupo se fortaleciam e os laços de reciprocidade se ampliavam.

Neste caso, sobressai o jogo das identidades, o “nós” e os “outros”, que estava implicitamente caracterizado nos interesses dos grupos, cada um com suas especificidades culturais. A cultura transportada para o novo mundo funcionava como “uma espécie de mecanismo sutil para a manutenção da ordem, do significado e da coesão social.”²⁹⁹

Nos registros de imóveis constatamos que, inicialmente, a maior parte das famílias que investiram no comércio ou compararam casas no centro da vila não eram oriundas de Graffignano e Proceno. Estes, por terem sido *contadini* proprietário na Itália procuraram investir em terras, com o plantio de cafezais, mantendo a profissão de *contadini*. Dentre todas as famílias emigradas destes municípios, encontramos somente os Gorini, oriunda de

²⁹⁹ GEERTZ, Clinfford and Historians Social Research, 47 (1980): 537-56 apud HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.86

Graffignano, que investiu, prioritariamente, em um hotel, na sede do distrito. As outras famílias do *Lazio* Ridolfi, Pirozzi e Pellegrini³⁰⁰ compraram uma casa no povoado após a posse da terra.

O primeiro registro coletado envolvendo o imigrante é referente ao ano de 1899, onde a família Pultini, aparece como compradora de uma casa por quatrocentos mil reis, na rua XV de Novembro, no centro do vilarejo de Varre-Sai.³⁰¹

Os imóveis urbanos eram constituídos de casas e ou sobrados localizadas nas principais ruas do povoado de Varre-Sai, onde, hoje, está situado o centro do município. As descrições destes imóveis são referentes ao seu uso como moradia e para o comércio.

Em sua maioria, as casas eram assoalhadas, cobertas de telhas, paiol e quintal cercado de arame ou muro. Quando se destinavam à instalação de um estabelecimento comercial eram descritas nos registros como *armação para negócio*. O Largo da Matriz, esquina com a rua XV de Novembro, e Largo do Cruzeiro esquina com a rua 13 de Maio, eram os locais de maior movimento no povoado, concentrando as casas de morada e a maior parte das casas de negócios.

Algumas casas chegavam a ser um sobrado, como a que comprou Jacomo Fabbri por um conto e quinhentos mil réis, em 1907. Este sobrado, possuía *armação para negócio* e utensílios de padaria contendo forno, cilindro, balança, mesa com estufa e outros³⁰². Destacamos que esta foi a primeira padaria instalada em Varre-Sai.

Em uma entrevista realizada com um dos filhos de Jacomo Fabbri, Torino Fabbri, conhecido na região como “nego da padaria”, nos foi dada uma descrição das dificuldades encontradas pelo pai que, após trabalhar na lavoura cafeeira e acumular algum capital, “resolveu continuar no ramo de comerciante como fazia na Itália”. Assim rememorou o entrevistado:

Meu pai veio para Varre-Sai em 1897. A família na Itália mexia com padaria, então meu pai montou uma padaria. Mas naquela ocasião não tinha máquina para nada, tudo era a mão. Forno era queimado a lenha, então tinha que comprar carro-de-boi com lenha para queimar no forno, o cilindro era tocado a mão, tudo era a mão.³⁰³

Além da padaria, a família Fabbri comprou mais duas casas situadas na rua XV de novembro, em 1915. Sobre as construções das casas na localidade, nas primeiras décadas do

³⁰⁰ Ver Tabela 14, p. 148 e 149.

³⁰¹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas. nº 05, pag 109, 1899.

³⁰² Cartório de Varre-Sai. Livro de Notas nº 08, pag 123, 1907

³⁰³ Entrevista concedida por Torino Fabbri. Varre-Sai. 2001

século XX, relatou o descendente: “(...) Pra fazer casa naquela ocasião não gastava tijolo, ia no mato, nesse alto aqui tudo era mata, tirava aquilo lavrava, e pra serrar tinha uma serraria aqui defronte a igreja e ficava serrando até fazer as casas...era muito difícil naquela época.(...)”³⁰⁴.

Sobre venda do pão relatou as dificuldades encontradas: “Eu tinha dez anos quando eu ia vender pão na roça e chegava numa casa dizendo: olha o padeiro! Eles respondiam que não tinham dinheiro, mas tinham frango. Eu voltava pra casa cheio de frango, pato, feijão e queijo trocado pelo pão”³⁰⁵.

A vida cotidiana do passado rememorada indica a existência de um mercado regulado pela troca que, naquela época, deveria se estender a toda a comunidade varressaense. Observa-se que a lógica social que operou sob essas famílias, na busca de mecanismos para a garantia da sobrevivência, não estava pautada no jogo do mercado.

Para o pequeno proprietário que vivia dos rendimentos provenientes do café, poderia faltar o dinheiro vivo, principalmente, se considerarmos que este circulava, em maior volume, na época da colheita do café. Na entressafra os pequenos produtores, brasileiros e italianos, lançavam mão da criação dos animais, do queijo e da manteiga, feitos manualmente, para a adquirirem produtos necessários à alimentação.

O Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola³⁰⁶ apontou que os agricultores possuíam condições regulares no município de Itaperuna, em 1913. Na criação dos animais feita pelos proprietários predominavam os bovinos, suínos e uma grande quantidade de criação de aves: patos e galinhas. Ainda segundo este serviço a população alimentava-se bem, principalmente, da carne de porco.

Os relatos de alguns entrevistados apontavam para a preocupação do italiano em alimentar-se bem. “Italiano economiza em tudo, mas a alimentação tem que ser farta e boa. Roupa comprava fazenda para fazer umas peças de roupa nova, mas só uma vez ao ano. Juntava o dinheiro da colheita e comprava aqui mesmo nas lojas dos italianos”.³⁰⁷

A loja de tecido referida pela descendente encontrava-se em um sobrado comprado em 1913, pelo comerciante Pergente Geovanini³⁰⁸. Apesar de estar situada no Largo da Matriz,

³⁰⁴ Entrevista concedida por Torino Fabbri. Varre-Sai. 2001.

³⁰⁵ Entrevista concedida por Torino Fabbri. Varre-Sai. 2001.

³⁰⁶ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. Questionário sobre as condições de agricultura dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro Inspeção Agrícola do Distrito inspecionado de 25 de Junho de 1910 a 29 de abril de 1913. Rio de Janeiro. Typ. Do Serviço de Estatísticas. 1913

³⁰⁷ Entrevista concedida por Assunta Ridolfi. Varre-Sai. 2005.

³⁰⁸ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas. nº 11, pag 70-71, 1913

no centro do povoado, o local que serviu para a instalação da loja, possuía as mesmas características de uma chácara: com benfeitorias e pertences como um paiol nos fundos, um pastinho cercado ao lado com todas as plantações. Por se tratar de um povoado os limites entre o o perímetro urbano e o rural não estavam totalmente definidos.

Para manterem a profissão exercida no país de origem, o estabelecimento de sociedades foi outra estratégia utilizada pelos imigrantes para alcançarem a mobilidade social. Por serem comerciantes, negociantes, industriais ou capitalistas, como eram denominados nos registros brasileiros, exigia um volume maior de capital para a instalação do negócio. Além do local, era necessária uma infra-estrutura para o seu funcionamento e um capital circulante para manter os estoques sempre renovados, ou seja, a exigência deste capital era uma exigência inicial.

Normalmente, quando um dos sócios conseguia recursos financeiros, buscava logo a sua independência comprando a parte do outro. Como exemplo, citamos a sociedade feita entre as famíliasTuppini e Dalleole. Giuseppe Tuppini comprou em sociedade com o casal Aristides Daleolle e Hermínia Daleolle três casas, uma delas servia como oficina de ferreiro, e as outras duas menores “no mesmo alinhamento” supomos que serviu para morada. Todas situadas na Rua do Progresso. A compra foi feita por 1:200:000 (um conto e duzentos mil réis), à vista. Dois anos depois, em setembro de 1919, GiuseppeTupini comprou a parte dos seus sócios desfazendo, assim, a sociedade Dalleolle & Tuppini.³⁰⁹

Se por um lado, Giuseppe desfez a sociedade na oficina de ferreiro, tornando-se proprietário independente, por outro, ao fazer novos investimentos na compra de outra casa para negócio, na Rua XV de Novembro, buscou novamente estabelecer sociedade com Dante Dalleole. Embora a fonte não nos informe sobre o tipo de negócio, supomos que seja para a instalação de um cinema mudo e de uma sala para ensaios e reuniões da Banda denominada “Lira Santa Cecília”³¹⁰, fundada por ele e pelo seu ex-sócio, em 1917.³¹¹

Assim, os sócios investiram na cultura e no lazer na localidade de Varre-Sai. Mesmo em se tratando de uma zona essencialmente agrícola, com um pequeno povoado, o italiano se fez presente na vida cultural daquele local. Segundo a historiadora Cléia Schiavo “os italianos mesmo trabalhando na agricultura, não perderam de vista as cidades como lugar de

³⁰⁹Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai.Livro de notas, nº 15. p. 52, 1921.

³¹⁰ O nome da Lira é em homenagem a padroeira da música, Santa Cecília.

³¹¹ Ata de fundação da Banda localizada na sede da Lira Santa Cecília, em Varre-Sai. Encontramos, também, alguns instrumentos da época, expostos nesta sala, partituras de músicas e outros objetos.

multiplicação do capital, praça de exposição da cultura e da arte”³¹². Embora a autora se refira aos italianos na cidade do Rio de Janeiro a idéia de urbanidade com instalação de cinema e banda de música acompanhava o imigrante para onde se fixasse, das periferias mais distantes, como é o caso do noroeste fluminense, aos grandes centros urbanos.

Desta forma, os primeiros investimentos feitos pelos sócios fundadores da “Lira Santa Cecília”, foram: um piston, uma clarinete, um bombardino, dois saxchornes, uma tuba, um bumbo e um par de pratos³¹³. A ata de oficialização da Lira traz no seu Artigo Primeiro:

A Lira Santa Cecília, fundada em 22 de novembro de 1917, na vila de Varre-Sai, Estado do Rio de Janeiro, onde tem sua sede provisória, é uma Organização Musical de duração indeterminada com exclusiva finalidade de aceitar convites para tocar mediante condições monetárias previamente convencionadas em festas cívicas e religiosas, bem como retretas públicas em qualquer localidade.³¹⁴

Fig. 30



Fonte: Arquivo da Sede da Lira Santa Cecília- Varre-Sai.

³¹² WEYRAUCH, Schiavo Cléia; FONTES, Maria Aparecida Rodrigues; AVELLA, Annielo Angelo. *Travessias Brasil-Italia* (orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p.52.

³¹³ Ata de reuniões da Lira Santa Cecília. Sede da Lira. Varre Sai, 1954.

Este documento datado de 4 de agosto de 1998 tem como Presidente da Lira um membro da família Tupini, como Tesoureiro um descendente dos Tupini, no Conselho Fiscal, um membro da família Purificati. Deste modo, os italianos permaneceram à frente dos investimentos feitos em 1917. Destacamos, ainda, que esta Lira teve como primeiro maestro o avô do violonista Baden Powell, Vicente Thomaz de Aquino. Participou de diversas apresentações no Rio de Janeiro, na Radio Nacional, na Quinta da Boa Vista, em Niterói e em municípios vizinho a Varre-Sai.

³¹⁴ Ata de reuniões da Lira Santa Cecília. Sede da Lira. Varre Sai, 1954.

Esta Banda, depois de oficializada, através de registro e estatuto próprio, passou a ter uma organização jurídica composta por presidente, secretário, tesoureiros. O cargo de presidente sempre foi ocupado por um descendente dos Tuppini. Importante destacar que a fotografia evidencia a presença de negros e mestiços como integrantes da banda, apontando para uma positiva integração do grupo com os nacionais.

Quanto aos Dalleole, o registro aponta que a família retornou para a Itália. Caso pouco comum, visto que, normalmente, as famílias que emigravam em família e conseguiam transformar-se em proprietários não retornavam ao país de origem.

Sobre o cinema mudo, não localizamos uma documentação que nos permitisse fazer uma análise mais acurada sobre este investimento. O que apreendemos, por intermédio de um depoimento, foi o impacto causado pela instalação de um cinema naquela pequena comunidade, principalmente, para os residentes brasileiros e para os filhos dos imigrantes nascidos no Brasil. “Pelo menos uma vez na vida eu fui a um cinema. Era casada de pouco.”³¹⁵

Assim, os Tupini após ter trabalhado como colonos na lavoura, não abandonaram o seu legado artístico e valendo-se da reinterpretação, no novo contexto, de determinados elementos do seu equipamento cultural de origem,³¹⁶ promoveram a integração da família assim como, como ampliaram as possibilidades de ascensão social.

Várias outras sociedades tornaram-se protagonistas da “urbanização” na rua central do lugarejo, ampliando os investimentos dos imigrantes em casas de comércio. Dentre outras, destaca-se a sociedade entre três irmãos da família Righetti: Plácido, Ferruti e Túlio, que constituíram uma firma denominada “Righetti e Irmãos”³¹⁷, possuindo uma padaria localizada no centro de Varre-Sai. Neste caso, a estratégia utilizada para alcançar a mobilidade deu-se através da solidariedade intra-familiar.

O desenvolvimento do comércio do mesmo ramo, numa pequena localidade provoca uma tendência na redução nos lucros. Assim, esta padaria, a segunda do vilarejo, passou a concorrer com a família Fabbri.

Em dezembro de 1925, os dois primeiros irmãos Righetti, compraram a parte do terceiro pela quantia de 3:000:000 (três contos de réis),³¹⁸ não sendo conhecido os motivos do fim da sociedade.

³¹⁵ Entrevista concedida por Geraldina Ridolfi. Varre-Sai, 2007.

³¹⁶ DURHAN, 1966. Op. cit. p. 5.

³¹⁷ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de notas, nº 17 p. 118, 1925.

³¹⁸ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de notas, nº 17 p. 118, 1925.

No total, três famílias realizaram seus investimentos em *casas com armação* para padarias: Fabbri, Francillo, Righetti,³¹⁹. A única padaria que manteve por mais de cem anos em funcionamento foi a da família Fabbri. As outras não conseguimos localizá-las na documentação dos herdeiros.

Destacamos que algumas outras casas, compradas no vilarejo, serviram, além de morada, de adegas para estoque do vinho de jabuticaba produzido de forma artesanal pelas famílias Ridolfi, Pirozzi, Bendia, conforme assinalado por uma descendente:

Meus pais faziam o vinho...amassava a jabuticaba com a mão colocava no barril, colocava açúcar e água e deixava oito dias pra fermentar. Todo mundo tomava vinho. Hoje meu sobrinho faz para vender na Adega dos Ridolfi. Meu pai também vendia o vinho.³²⁰

Por não existir o cultivo da uva na região a jabuticaba foi a alternativa encontrada, pelo imigrante italiano, para a produção do vinho. Desta forma, transportava, para o Brasil, os hábitos e costumes reinventando o cotidiano vivido na terra de origem, graças a “arte de fazer pela qual o homem (re) apropria do espaço e do uso a seu jeito”³²¹, ao mesmo tempo que reafirmava a sua identidade.

Sobre a produção do vinho da jabuticaba, uma descendente afirmou:

O vinho foi o seguinte. Aqui (Varre-Sai) não tinha uva. Dona Santa Constantino era casada com Luis Constantino e morava na Fazenda Bela Vista. Eles compraram um sítio aqui chamado Malacacheta e tinha jabuticaba e ela mudou-se para cá justamente em setembro, porque antigamente só mudava em setembro quando colhia o café, aí ela achou a jabuticabeira carregada, mas... a Itália não tem jabuticaba. Ela chupou e achou semelhante ao sabor da uva. Aí ela fez o vinho, mas ela fez com açúcar preto e ficou intragável. Ela foi aperfeiçoando a receita e conseguiu fazer o vinho em 1914. Essa receita foi levada para o Espírito Santo, em Domingos Martins, por Jacinto Constantino, em 1919. Mas o vinho de jabuticaba é genuinamente varressaense. Hoje têm varias adegas, dos Pirozzi, dos Ridolfi, dos Bendia e outros.³²²

Com produção essencialmente artesanal, os vinhos passaram a ser, e ainda são, em pequena escala, comercializados. A manutenção desta tradição pelos descendentes que posteriormente, passaram também a fabricar o vinho da uva, resultou na organização do “Festival do Vinho” da jabuticaba e da uva, realizado todos os anos em Varre-Sai.

³¹⁹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de notas nº 08, pag 123, 1907; nº 15, p. 11, 1922; nº 17 p. 118,1925; nº 15, p. 11, 1922.

³²⁰Entrevista concedida por Filomena Ridolfi. Varre-Sai, 2005.

³²¹ CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano. A arte de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

³²²Entrevista concedida por Elza gorini. Varre-Sai. 2000.

Acompanhando a trajetória destas famílias que se dedicaram ao comércio, constatamos que os negócios foram lucrativos, pois, além do comércio, ampliaram, significativamente, seus patrimônios investindo na compra da terra. Quando se tornaram sítiantes uma dupla profissão foi atribuída aos imigrantes: comerciante/agricultor ou negociante/capitalista.

A mobilidade do imigrante na zona urbana esteve condicionada as possibilidades da formação de um capital. Assim, na medida em que os investimentos foram se ampliando, os imigrantes, que se transformaram em comerciantes/proprietários passaram a ser credores de outras famílias italianas

Normalmente, como garantia de pagamento ao credor, as famílias devedoras hipotecavam seus imóveis. Através da hipoteca³²³ apreendemos, não só a transação econômica feita entre italianos, mas, sobretudo, a importância das relações sociais para a manutenção e ou ascensão do imigrante devedor, naquela localidade.

Jacomo Fabbri, por exemplo, iniciou seus negócios investindo em uma padaria, foi credor de dois pequenos proprietários de terra. Em 1931 concedeu um empréstimo no valor de 13:280\$000 (treze contos e duzentos mil reis), com juros de 1% ao mês. Quanto a forma de pagamento utilizada, o valor total foi dividido em duas prestações, com o vencimento da 1ª em 13/11/1932 no valor: 4:000\$000 (quatro contos de reis); a segunda e última prestação 9:280\$000 (nove contos duzentos e oitenta mil reis) em 13/11/1933.³²⁴ Deste modo, o devedor teve o prazo de um ano para pagar suas dívidas a juros baixos.

Normalmente, a concessão do pagamento a longo prazo era feita de italiano para italiano. Neste caso, pesavam os laços estabelecidos entre os compatriotas que propiciavam a proteção dentro do grupo. É evidente que se o devedor não conseguisse cumprir o estabelecido no contrato, entregaria seus bens ao credor. De qualquer forma, a concessão de um tempo mais longo para realizar a quitação, permitia maiores chances de manter-se como proprietários ou ampliar seu patrimônio.

Outro exemplo, da família Fabbri como credora refere-se ao valor de 24:740\$000³²⁵ (vinte e quatro contos setecentos e quarenta mil reis), concedidos, sob a forma de empréstimo, ao casal Francisco Mazzeli e sua mulher D. Luiza Maria Del Pero, com juros de 12% ao ano. Pelo valor ser quase o dobro do primeiro, o tempo para a quitação estendeu-se para três anos.

³²³ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de notas. 1922-1927.

Entre os anos de 1922 e 1927 encontramos no Livro de Notas 10 (dez) hipotecas dos imóveis dos italianos.

³²⁴ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 19 pag 71. 1931

³²⁵ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas. nº 19 p. 90, 1932.

A divisão foi feita em três prestações vencendo a primeira em fevereiro de 1933 e a última em 1935.

Para receber tal empréstimo, o casal devedor hipotecou 8 alqueires de terras, cafeeiros novos, uma casa de morada, 07 casas para colonos, tulha, moinho e pastos cercados, localizados na Fazenda da Providência “Córrego do Inácio”, em Varre-Sai. Constatamos que a quitação foi feita no prazo estabelecido.³²⁶

Era comum os bens serem hipotecados dentro da própria família, entre irmãos e entre pai e filhos como forma de garantia e proteção quando um dos membros vivia momentos de incertezas econômicas. Nestes casos, os juros, de maneira geral, eram consideravelmente mais baixos. Em 1925, José Francillo, comerciante, dono de uma padaria, como citado, foi credor do irmão Nicola Francillo, lavrador. O bem hipotecado foi um sítio de 12 alqueires de terra, com juros anuais de 8% e prazo de quatro anos para a quitação da dívida³²⁷. Outro caso foi o de Nicolau Martellini que hipotecou um sítio de 16 alqueires, com quatro casas, uma de morada e três de colonos, por um valor de dez contos de réis, em 1913. A credora foi sua mãe que, no contrato, estabeleceu juros de 7% ao ano, com pagamento previsto para 1913.³²⁸

Vimos que os comerciantes, mesmo enfrentando as dificuldades iniciais para a ascensão econômico-social, alcançaram seus objetivos quando conseguiram a condição de proprietários, destacando-se socialmente na pequena Varre-Sai

Vale destacar, ainda, que se a maior parte das famílias imigradas, após sair da fazenda, comprou sítios em Varre-Sai e nas áreas circunvizinhas³²⁹, verifica-se, também, em menor proporção, que alguns investimentos foram feitos em localidades pertencentes a Minas Gerais e Espírito Santo, zonas fronteiriças com o noroeste fluminense.

Finalmente, ressaltamos que, a maior produção de café do município de Itaperuna estava concentrada no distrito de Varre-Sai, área que atraiu a maioria dos proprietários rurais de origem italiana. todas elas possuíam cafezais participando, assim, do total colhido no município de Itaperuna.

³²⁶ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas. Nº 21. p. 87, 1935.

³²⁷ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas. Nº 27. p. 72, 1925.

³²⁸ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas. Nº 11. p. 42-43, 1913.

³²⁹ Incluímos nas áreas circunvizinhas ao distrito de Varre-Sai (na época em estudo) os outros distritos vizinhos, assim como, algumas localidades do Espírito Santo e Minas Gerais que fazem fronteira com a região noroeste fluminense.

4.2 OS ITALIANOS SITIANTES NO INTERIOR FLUMINENSE

O número de italianos sitiantes e ou fazendeiro, apontado nos registros foi expressivo. De aproximadamente, quarenta famílias que trabalharam na fazenda Bela Vista, localizamos 28, nos registros cartorários, comprando sítios. Deste modo, constituíram-se em uma importante classe de sitiantes na região, conhecidos como agricultores ou lavradores.

Margarida Moura distingue estas duas categorias:

Sitiantes” é aquele que tem pouca terra. O que tem muita terra é o “fazendeiro”, o que se opõe, portanto, à categoria “sitiantes”. Todos os sitiantes são lavradores, o contrário não é verdadeiro. O lavrador não precisa ser proprietário de terra, “sitiantes”sim. Ocasionalmente pode surgir a autodesignação “agricultor(...)”³³⁰.

Considerando que a estrutura fundiária da região, em sua maioria, era marcada pela pequena propriedade, a transformação do colono em sitiante, representava uma significativa visibilidade econômica naquela localidade.

Os sítios adquiridos possuíam infra-estrutura com lavouras de café velhos e novos, casa de morada, casas para colono, paiol, pastos cercados com arame, engenho de cana e moinho para fubá e, em menor proporção um armazém.

Para melhor representar os bens adquiridos pelas famílias imigradas, procuramos fazer a distribuição da compra da terra, com sua superfície, características e ano da aquisição.

A Tabela de número 15 refere-se aos imigrantes oriundos de outras regiões da Itália. As duas seguintes às famílias de Proceno e Graffignano. Para estas, a análise será feita através do cruzamento com as fontes italianas, buscando compreender as mudanças ocorridas ao longo do tempo e do espaço, da Itália à região de acolhida.

Neste sentido, faz-se necessário pensar a mobilidade social, através da interação dos imigrantes, com as possibilidades existentes no contexto do noroeste fluminense, naquele período, que favoreciam a promoção de estratégias no sentido do alcance dos seus objetivos, entre os quais se destacam a posse da terra.

³³⁰ MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da terra. Editora Hucitec. São Pulo, 1978, p 15.

TABELA 15 - Distribuição da aquisição de terra feita pelas famílias italianas, oriundas de diferentes regiões da Itália.

FAMÍLIAS	SUPER. ALQUE.	BENFEITORIAS	ANO COMPRA	LOCALIZAÇÃO
VALLI	6	CASA DE MORADA E CAFEZAIS	1904	VARRE-SAI
	3	CAFEZAIS	1907	BOA VISTA/VARRE-SAI
ESPOSTI	4	DUAS CASAS; PAIOL; CAFEZAIS; PASTOS E BENFEITORIAS	1912	CÓRREGO DO PRATA/ ARROZAL DE SANT'ANNA
BONDI	4	DUAS CASAS; PAIOL; CAFEZAIS, PASTOS CERCADOS	1912	FAZENDA SANTA CRUZ/VARRE-SAI
CALIDOSSI	6	UMA CASA DE MORADA;DUAS DE COLONOS; CAFEZAIS; PASTOS CERCADOS	1912	SANTA CRUZ VARRE-SAI
PERINI	6	UMA CASA DE MORADA;DUAS DE COLONOS; CAFEZAIS; PASTOS CERCADOS	1912	VARRE-SAI
GALLO	4	DUAS CASAS DE MORADA; TULHA; CAFEZAIS, PASTINHO CERCADO	1913	SÃO JOSÉ/VARRE-SAI
BENDIA	17 1/2	CASA DE MORADA; ENGENHO DE CANA; PASTOS; TAPUMES.	1914	FAZENDA PEDRA MIMOSA/VARRE-SAI
	2	-----	1915	FAZENDA PEDRA MIMOSA/VARRE-SAI
	10	CASA DE MORADA(SOBRADO); MOINHO DE ENGENHO DE CANA; CAFEZAIS E PASTOS	1915	FAZENDA PEDRA MIMOSA/VARRE-SAI
PURIFICATI	10	DUAS CASAS; CAFEZAIS; PASTOS CERCADOS	1921	FAZENDA BOA SORTE/VARRE-SAI
FRANCILLO	12	TRÊS CASAS; ENGENHO DE CANA; CAFEZAIS	1921	OURO FINO
BANDOLI	34	DUAS CASAS DE MORADA; TRÊS CASAS P/ COLONO; TULHA; RANCHO; MOINHO; CAFEZAIS; PASTOS CERCADOS	1922	FAZENDA SANTA CRUZ/VARRE-SAI
PULITINI	7	CAFEZAIS; PASTOS CERCADOS	1925	VARRE-SAI
POSSODELI	5	UMA CASA E CAFEZAIS	1926	FAZENDA "VAI E VOLTA"/ VARRE-SAI
PROVETI	6	MATA; CAPOEIRA E BENFEITORIA	1926	SANTA MARTA DO CAPARAÓ-ALEGRE/ES
GIOVANNINI	15	CAPOEIRA E PASTO	1927	VENTANIA/OURO FINO
CAGNACI	23	PASTOS; LAVOURAS DE CAFÉ VELHAS; MOINHOS; CASAS P/ COLONOS; TULHA; PAIOL	1930	VARRE-SAI
BERTOLINI	6	CASA; PAIOL; CAFEZAIS; PASTOS CERCADOS	1919	VARRE-SAI
MUGNARI	2	PASTOS; CAFEZAIS; MATAS	1920	FAZEND SANTA FÉ/MACUCO-VARRE-SAI
MAZZELLI	4	DUAS ORDINÁRIAS; CAFEZAIS	1920	FAZENDA PROVIDÊNCIA – VARRE-SAI

Fonte: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas, 1899-1950

TABELA 16 - Distribuição da aquisição de terra feita pelas famílias italianas, oriundas de Graffignano, com as respectivas superfícies, característica, ano da compra e localização.

FAMÍLIAS DE GRAFFIGNANO	SUPER. ALQUE.	CARACTERÍSTICA	ANO COMPRA	LOCALIZAÇÃO
RIDOLFI	6	DUAS CASAS E CAFEZAIS	1915	FAZENDA SANTA CRUZ/VARRE-SAI
GORINI	7	CASA DE MORADA; TRÊS CASAS DE COLONOS; TULHA PARA CAFÉ; PAIOL E BENFEITORIAS	1922	VARRE-SAI
MURUCCI	5	DUAS CASAS, CAFEZAIS, PASTINHOS	1920	JACUTINGA/VARRE-SAI
	27	CASAS, CAFEZAIS E BENFEITORIAS	1925	JACUTINGA/VARRE-SAI
	47	CASA SEDE, CASAS DE COLONO; CAFEZAIS	1925	JACUTINGA/VARRE-SAI
ANICETI	6	CAPOEIRA; SAMAMBÁIAS; LAVOURA, CASA DE MORADA E DE COLONO, MOINHO TULHA, PASTO E BENFEITORIAS	-----	VARRE-SAI

Fonte: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas (1899-1950). Inventário. Propriedades Agrícolas. Diretoria de Agricultura. Vol I, 1925-26.

TABELA 17 - Distribuição da aquisição de terra feita pelas famílias italianas, oriundas de Proceno, com as respectivas superfícies, característica, ano da compra e localização.

FAMÍLIAS DE PROCENO	SUPER. ALQUE.	BENFEITORIAS	ANO COMPRA	LOCALIZAÇÃO
PELEGRINI / BIANCONI	6	TRÊS CASAS; CAFEZAIS	1911	FAZENDA SANTA CRUZ/VARRE-SAI
	8	CASAS; PASTOS; CAFEZAIS	1913	FAZENDA SANTA FÉ/ESPERANÇA-VARRE-SAI
	9,5	DUAS CASAS DE MORADA; UMA MAIOR E OUTRA MENOR; MOINHOS E CAFEZAIS	1915	FAZENDA VARGEM DOS VIEIRAS-CÓRREGO DOS MANJOLOS/VARRE-SAI
	20	TRÊS CASAS; DUAS DE MORADA E UMA COM BALCÃO PARA NEGÓCIO; PAIOL; TULHA; MOINHO; ENGENHOCAS DE CANA; CAFEZAIS; PASTOS CERCADOS	1921	FAZENDA SANTA CRUZ/VISTA VARRE-SAI

GRILLO	4 ½	UMA CASA E CAFEZAIS	1915	FAZENDA JACUTINGA/VARRE-SAI
	67,5	CAFEZAIS, CASA DE MORADA; CASAS P/COLONOS;MOINHOS	1925	JACUTINGA/VARRE-SAI
	33	CASA DE MORADA, CASA PARA COLONOS E CAFEZAIS	*	ESPERA FELIZ/MG
	32	CASA DE MORADA, CASA PARA COLONOS, TULHA E CAFEZAIS	*	PURILÂNDIA/ITAPERUNA
	21	CASA DE MORADA, CASA PARA COLONOS, TULHA E CAFEZAIS	*	JACUTINGA/VARRE-SAI

Fontes: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas. Inventário 1932. Escritura de Doação, 1946. Propriedades Agrícolas. Diretoria de Agricultura. Vol I, 1925-26.

TABELA 18 - Distribuição da aquisição de terra feita pelas famílias italianas, oriundas de Proceno, com as respectivas superfícies, característica, ano da compra e localização.

PIROZZI	15	CASA E CAFEZAIS	1939	VENTANIA/OURÂNIA
LIRA/CASTONI	46	UMA CASA;DUAS TULHAS; PAIOL; QUINZE CASAS P/ COLONOS; DUAS VARANDAS; UMA OLARIA; UM MOINHO DE FUBÁ.	1904	SANTA MARTHA/ SANTA CLARA/ DIVISA COM ESPÍRITO SANTO
	40	UMA CASA (SEDE DA FAZENDA); UMA CASA P/ MÁQUINA E TULHA, UM PAIOL; UMA GARAGEM P/ AUTOMÓVEL; UMA CASA P/ EMPREGADO; UMA CASA PARA NEGÓCIO; 14 CASAS P/ COLONOS; UM MOINHO P/ FUBÁ; UMA CASA P/ USINA ELÉTRICA; UM AUTOMÓVEL; UM CARRO-DE-BOI; QUATRO JUNTAS DE BOI E CAFEZAL.	1918	FAZENDA DO CEÚ SANTA CLARA
	18	QUATRO CASAS P/ COLONO; UMA TULHA P/ CAFÉ; UM MOINHO DE FUBÁ	1929	BOM SUCESSO/ SANTA CLARA
	2	UMA CASA SEDE; CINCO CASAS P/ COLONOS; UMA TULHA.	1930	FLORESTA/ CARANGOLA/MG
	31	MATAS ; CAPOEIRAS E PASTOS		VARGEM ALEGRE/ESPERA FELIZ/DISTRITO DE CARANGOLA/ES

BIANCHI	9	UMA CASA; QUATRO CASAS PARA COLONOS CAFEEIROS; MOINHO P/ FUBÁ; ENGENHO P/ CANA E PASTOS CERCADOS	1923	MONTE VERDE/ALEGRE/ES
CAPACCIA	3	CASINHA E CAFEZAIS	1919	BARRA FUNDA / CRICIUMA
	4	CAPOEIRA; PASTOS E LAVOURAS; CAFEEIROS, CASA DE COLONOS, TULHA E MOINHO	1922	FAZENDA BOA SORTE / VARRE-SAI
	21	CASA E CAFEZAIS	1925	ARROZAL DE SANT'ANNA
	6	MOINHO, CAFEZAIS E PASTOS	1926	VARRE-SAI

Fontes: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas. Inventário 1932. Escritura de Doação, 1946. Propriedades Agrícolas. Diretoria de Agricultura. Vol I, 1925-26.

O primeiro registro de compra de terra feita por imigrante data de 1904, quando Giuseppe Valli adquiriu 6 alqueires de terra, uma casa de morada e cafezais³³¹. O mesmo proprietário ampliou seus investimentos adquirindo mais 3 alqueires com cafezais e benfeitorias em em 1907, totalizando 9 alqueires de terra.³³²

A família Lira/Castoni, oriunda de Proceno, também, em 1904, tornou-s proprietária de 46 alqueires de terra, no distrito de Santa Clara, vizinho a Varre-Sai, e, progressivamente, ampliou a compra de mais terras tornando-se proprietária de 137 alqueires de terra transformando em uma das famílias que mais adquiriu terras, se comparada às outras imigradas.

A condição de proprietário se consolidava na medida que, a maior parte das famílias, ampliava seu patrimônio investindo na compra de sítios. As tabelas acima ressaltam que, em sua maioria, as propriedades estavam localizadas no distrito de Varre-Sai. No entanto, apontam para investimentos, nos distritos vizinhos e em regiões mais distantes, como Espera Feliz em Minas Gerais e Alegre no Espírito Santo, regiões onde o café estava em franca expansão.

As propriedades dos oriundos das diversas regiões apresentadas na Tabela 15 variavam entre dois e trinta e quatro alqueires, enquanto as famílias procenesas e graffignanesas, representadas nas Tabelas 17 e 18 respectivamente, apresentavam maiores extensões, com o mínimo de 6 e o máximo de 154 alqueires.

³³¹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas, nº 07, pag 88, 1904.

³³² Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas, nº 08, pag 08.

A Diretoria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro promoveu uma pesquisa sobre a estrutura fundiária do Estado, em 1925 e 1926, cujos resultados foram publicados em 1927. No item *natureza e propriedade*³³³ foi considerado *sítio* toda aquela que possuía de 2 a 20 alqueires de terra, enquanto as situadas acima desta extensão foram classificadas como *fazenda*. É importante observar que referindo-se ao noroeste fluminense, *fazenda* não significa grande propriedade. Das origens do município, até o presente, a região caracterizou-se pela pequena e média propriedade, sendo assim consideradas as que apresentam, uma extensão de mais de 20 até 80 alqueires.

No caso dos imigrantes italianos, das diversas regiões, apenas dois podem ser considerados fazendeiros, no sentido de grande proprietário: trata-se dos proceneses Lira/Castoni e Grillo que destacaram-se por possuírem as maiores extensões de terras. Ressalva-se, porém, que enquanto a propriedade da primeira era constituída por terras contínuas, a segunda era integrada por quatro fazendas diferentes e descontínuas.

Se relacionarmos as propriedades, por categoria, aos diferentes grupos de italianos com que trabalhamos, resultará a evidência de que os de diversas regiões constituíam majoritariamente o grupo dos pequenos proprietários, pois, desta origem identificam-se quinze naquela condição e três na de médio proprietário. Quanto as famílias de Graffiganao três podem ser classificadas como pequenas proprietárias e uma como média, apresentando, pois, as procenesas os melhores resultados com dois grandes proprietários, dois médios e dois pequenos.

TABELA 19 - Propriedade dos imigrantes italianos por categoria e quantidade.

CATEGORIA	ALQUEIRE	QUANTIDADE DE PROPRIETÁRIOS ITALIANOS
PEQUENA PROPRIEDADE	ATÉ 20	20
MÉDIA PROPRIEDADE	DE 20 A 80 ALQUEIRES	06
GRANDE PROPRIEDADE	MAIS DE 80 ALQUEIRES	02

Fonte: Diretoria de Agricultura. Propriedades Agrícolas. Vol I. 1927.

³³³Para a classificação das propriedades utilizaremos somente a extensão das terras, em alqueires e ou hectares, visto que não possuímos dados que permitem avaliar as variações existentes no que diz respeito a qualidade da terra, o total da produção de todos os sítios e outros.

Podemos concluir que a posição econômica, desfrutada pelos contadini de Proceno, no período anterior a emigração, foi fundamental para a reprodução, no Brasil

Outro aspecto a destacar é que, na maioria das vezes, a exploração das terras não se efetivou somente pelo trabalho direto do agricultor e sua família, considerando que, a maior parte dos sítios, possuíam casas para colonos, com duas no mínimo e 14 no máximo, dependendo da extensão da propriedade.

Uma vez proprietários, os imigrantes, reproduziam as relações de trabalho a que se submeteram quando colonos na grande fazenda. Meação e colonato foram as formas de trabalho mais apropriadas para realizarem seus investimentos na lavoura cafeeira, se considerarmos que, boa parte dos novos proprietários, não tinha capital suficiente para empreender e ampliar a exploração por conta própria.

Por último é importante frizar que a mobilidade social do imigrante no noroeste fluminense vinculou-se a prosperidade da cultura cafeeira, como testemunha o atual proprietário da Fazenda “Bela Vista”,

A venda do café é que ajudou esses italianos a terem terra. É o café que dá condições de sobrevivência. Se não fosse o café você acha que o Dr. Francelino (o próprio proprietário) teria uma fazenda organizada assim, tudo direitinho e ganhar dinheiro? É por causa do café, se não fosse o café já tinha pulado fora. O valor do café é muito maior que qualquer outro produto plantado.³³⁴

Da mesma maneira, Elza Gorini, uma descendente dos pioneiros italianos afirma:

A produção de café renasceu. Depois da chegada dos italianos, o café perdia porque não dava conta de colher. Eles colhiam esse café guardavam o dinheiro e compraram sítios, sendo que até hoje, 103 anos depois, os maiores produtores de café são descendentes de italianos, os maiores produtores de leite são italianos, 85% da população são descendentes de italianos. O comércio aqui hoje é fraco, mas o que tem é de descendente de italiano.³³⁵

Assim, tal como afirmam vozes de diferentes origens, classe e sexo, café e italianos para o conjunto da população local, constituem-se em um binômio indissociável.

³³⁴ Entrevista concedida por Francelino Bastos França. Bastos. Fazenda Bella Vista. Natividade. 2001.

³³⁵ Entrevista concedida por Elza Gorini. Varre-Sai. 2000.

4.2.1 A solidariedade na aquisição dos bens

As relações sociais já existentes entre as famílias oriundas do Lazio, somado aos laços estabelecidos com as famílias de outra procedência regional, constituíram redes de solidariedade que se manifestaram, sobretudo, nos negócios, elemento fundamental para a mobilidade social dos imigrantes.

Tais estratégias utilizadas pelos italianos propiciaram a afirmação do grupo na localidade, garantindo a posse e a permanência da propriedade, como representação de segurança e proteção entre os “estrangeiros”.

Demonstraremos, através dos dados da tabela abaixo, o volume das transação imobiliária realizadas no interior do grupo de imigrantes e fora dele, conforme a compra ou venda seja para brasileiros ou indivíduos de outra nacionalidade. Para tanto, agrupamos a movimentação por triênio iniciando em 1899, data da primeira transação realizada.

TABELA 20 – Distribuição da movimentação de compra e venda feita entre os italianos e de italianos para outra nacionalidade

PERÍODO	COMPRA E VENDA		TOTAL
	INTERNA	EXTERNA	
1899-1901	----	01	01
1902-1904	----	02	02
1905-1907	----	02	02
1908-1910	---	03	03
1911-1913	01	05	06
1914-1916	07	11	18
1917-1919	08	05	16
1920-1922	11	13	25
1923-1925	06	03	09
1926-1928	12	10	22
1929-1931	09	07	16
1932-1935	05	04	09
1936-1938	05	01	06
1939-1941	03	01	04
1942-1945	08	01	11
1946-1948	25	06	34
1948-1950	06	02	08
TOTAL	108	79	187

Fonte: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai Livro de Notas-1899-1950

Analisando os dados da tabela, os imigrantes italianos aparecem realizando negócios dentro do próprio grupo com 57% contra 42% com pessoas de fora do grupo.

Os dados revelam que até o ano de 1910 a compra era feita somente de brasileiros ou qualquer outra nacionalidade, o que é natural considerando que inicialmente não havia possibilidade de realização de compra entre eles. Após a chegada, necessitariam de um prazo para se estabelecerem como proprietários e assim iniciar as transações. Deste modo, as compras e vendas iniciaram-se entre os imigrantes a partir de 1911 e gradativamente, vão aumentando.

Assim, como se vê na Tabela 20, a aquisição da posse da terra contribuiu para a conformação de uma camada importante de sitiantes e ou fazendeiros, não no sentido de latifundiário, mas, de pessoas que conseguiram ampliar suas extensões de terra com as características de uma fazenda produtora, ocupando um lugar de visibilidade na estrutura rural do município.

Um fator comum que registramos em todos os casos de compra feita entre italianos, que contribuiu para a mobilidade social, diz respeito às facilidades no pagamento feito para a aquisição das terras. Quando estas não eram compradas à vista, as prestações concedidas eram a longo prazo. Deste modo, verificamos a transação feita na venda de um sítio, com 34 alqueires, por Pergente Geovanini, profissão: proprietário e capitalista, a Luiz Bandoli, lavrador, ambos italianos, em dezembro de 1922. Possuía o sítio 03 casas para colono, tulha, rancho, moinho, pastos cercados e cafezais. O quantia estabelecida foi de 20:000:000 (vinte contos de réis). A forma de pagamento foi fixada pelo prazo de quatro anos em duas prestações, vencendo a primeira em 07/12/1925 e a segunda um ano depois após o vencimento da primeira prestação.³³⁶ Com as vendas a prazo feita entre os italianos os juros eram de 12% ao ano, em alguns casos, se o negócio fosse feito entre parentes, por exemplo, o juro caía a 8% ao ano como no transação feita entre os irmãos Francillo.³³⁷

Temos que considerar que era comum as formas do pagamento da terra, naquele período, serem divididas com prestações a longo prazo, independente da nacionalidade. Mas, no caso específico de análise destes registros cartorários, observamos a recorrência destas facilidades sendo encontradas, muito mais, dentro do grupo de italianos.

Normalmente, quando os negócios eram feitos fora do grupo o pagamento era à vista ou o prazo máximo concedido para quitação era de oito meses. Neste caso, era sempre

³³⁶ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 15, p. 188, 1922

³³⁷ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 15, p. 148, 1922

assegurada uma entrada. Atílio Gorini, por exemplo, comprou de uma lavradora brasileira, 7 alqueires de terras contendo casa de morada, 03 casas de colonos, tulha para café, paiol e outra benfeitorias por 15:000:000 (quinze contos de réis). Deu uma entrada de 1:000:000 (um conto de réis) ficando 14:000:000 para ser pago ao final de seis meses.³³⁸ Observamos, também, o caso de Angelo Ridolfi que em 1915 comprou 6 alqueires de terra de um brasileiro, pelo valor de 3:000:000 (três contos de réis), pagando 1 conto à vista e dois contos a vencer oito meses depois³³⁹. Já Demétrio Pellegrini comprou de brasileiros dois sítios um em 1915, com 9 ½ alqueires, e outro em 1921, com 20 alqueires, com todas as benfeitorias: cafezais, pastos, engenhocas, com o pagamento sendo efetuado à vista.

Outro elemento de solidariedade visível nas transações que representa mais uma das estratégias utilizadas estava no preço da terra, por verificamos que o preço variava conforme a nacionalidade dos envolvidos no negócio.

Giovani Levi³⁴⁰ ao estudar a comunidade de Santena menciona que é em relação à propriedade da terra e a sua rápida circulação que apreendemos uma parte importante dos valores da comunidade. Portanto, a satisfação das necessidades materiais básicas estava ligada a terra e é difícil duvidar da relevância destas transações no quadro geral de uma dada comunidade. O preço era determinado segundo as condições da situação social concreta e não somente fruto do jogo impessoal de mercado. O que importava considerar não era a concorrência e, sim, a contratação pessoal entre vendedor e comprador.

A amostra construída permite concluir que as transações em questão demonstram o peso da italianidade nas relações comerciais, pois, na compra dos bens o preço da terra contemplava diversos elementos, inclusive imateriais.

Os preços eram relativamente maiores quando as transações não se efetuavam entre os italianos. É surpreendente que, Luiz Bandoli, tenha adquirido de um conterrâneo 34 alqueires por vinte mil contos de reis, enquanto Atílio Gorini que comprou de um brasileiro tenha pago por sete alqueires quinze contos de reis, despendendo, assim, por uma extensão de terras quase cinco vezes menor apenas cinco contos a menos.

Tal comparação torna-se mais eloqüente quando evidencia que ambas as compras foram feitas no ano de 1922, com localização próxima uma da outra, no próprio distrito de Varre-Sai. Além disso, se considerarmos o valor médio de 160:000 (cento e sessenta mil reis)

³³⁸ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 15 p. 184, 1915.

³³⁹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 15, p. 64, 1921.

³⁴⁰ LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 146-148

estimado por hectare no Estado do Rio de Janeiro³⁴¹, o novo proprietário teria pago um valor bem abaixo da média do Estado, 121:000 (cento e vinte um mil reis). Neste caso, a questão não residia o maior ou menor valor da terra com relação à localização, ou benfeitoria, e sim na forte ligação e ajuda mútua entre os italianos.

Encontramos igual situação na compra da casa no centro do vilarejo: A família Pirozzi comprou dos Bendia uma casa, na rua XV de novembro, em 1922, por 1:800:000 (um conto e oitocentos mil reis). Enquanto Geovaninni, adquiriu de um casal de brasileiros, no mesmo ano, uma casa com características semelhantes por 5:000:000 (cinco contos de reis)³⁴².

Quando os negócios eram feitos entre irmão e cunhados, a viabilidade do acesso tornava-se maior. Ao analisarmos a Tabela de número 20, constatamos que a partir de 1941 foi significativo o aumento das transações comerciais. Este elevado número pode ser justificado levando em conta diversos fatores dentre os quais destacamos: a) A maturidade da família os filhos casados buscavam sua autonomia financeira, deixando as terras dos pais e comprando seu próprio lote ou mesmo investindo em casas de comércio; b) Os próprios pais compram terras e distribuem para os filhos como forma de garantir aos membros da família a condição de proprietária; c) A morte do pai e a partilha da herança, neste caso, as transações aconteciam muito mais entre irmãos casados, entrando nos negócios o cunhado, do que entre os solteiros.

O casamento como ponto de partida para a emancipação, ou seja, para a saída do filho das terras do pai, na família tradicional italiana, não era muito comum. Normalmente, a unidade econômica não se desfazia pelo casamento dos filhos. Estes, segundo Durhan, “continuavam sujeitos a autoridade paterna e a fazer parte do mesmo grupo doméstico”.³⁴³ Tal forma de organização familiar, embora existisse, com maior frequência, entre os italianos imigrados em São Paulo, não é válida para os nossos estudos. Neste caso, para a maior parte das famílias com o casamento, os filhos tornavam-se donos de suas próprias terras. Caso o sítio tivesse uma pequena extensão era comum, em épocas de colheita do cafezal, o filho retornar as terras do pai para reunir-se ao trabalho familiar e de grupos de trabalhadores externos contratados para aquele período.

Registramos o caso da família de Demétrio Pellegrini, emigrado de Proceno. Seus filhos permaneceram trabalhando juntos, sobretudo na ampliação dos cafezais, no sítio da família, até contraírem matrimônio. Apesar de ser um sítio com estrutura de uma fazenda,

³⁴¹ Recenseamento de 1920. Vol III. 3º Parte, p. XI.

³⁴² Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 15 p. 154 e 162/1922.

³⁴³ DURHAN. 1966. Op. cit., p. 30

como veremos mais adiante, os recursos disponíveis para manter um padrão de produtividade que fosse suficiente aos agregados, genros e noras, tornava-se insuficiente.

Com capital acumulado da produção cafeeira, cada um dos filhos mais velhos, adquiriu seus próprios imóveis formando uma nova família. Deste modo, Teorino Pellegrini comprou 48 hectares de terra correspondente a 10 alqueires com lavouras, matas e casa de colono num lugar denominado “Candongá” em Varre-Sai. A aquisição foi feita, em 1947, de Altiva Bastos, que por residir em Niterói, outorgou ao proprietário da fazenda “Bela Vista” Francelino Bastos França poderes para realizar o negócio. O valor da propriedade foi de CR\$ 61.000.000 (sessenta e um mil cruzeiros) pagos à vista.³⁴⁴ Vale destacar que quarenta e nove anos após a chegada do imigrante na região, o neto, herdeiro da fazenda receptora das famílias italianas como colonas, participava da mobilidade social dos herdeiros de segunda geração dos grupos imigrados. Assim, como Teorino, os irmãos Teodorico e Teobaldo, todos casados, também possuíam seu patrimônio. Teodorico era comerciante na sede da vila e o segundo possuía sete alqueires de terras, com cafezais e duas casas no distrito de Rosal, fronteira com Varre-Sai.³⁴⁵

Embora os filhos se separassem da unidade doméstica de produção, procuravam manterem-se próximos na localização espacial das novas terras compradas. Portanto, além do conjunto de fatores apresentados que fizeram parte das estratégias das famílias imigradas para alcançarem a mobilidade social, outra, que pode ser considerada como essencial para a reafirmação dos laços sociais foi à nova configuração.

Os laços de solidariedade existiram, também, na concessão de empréstimos com endosso de notas promissórias, para a quitação de dívidas. Encontramos procurações onde os italianos favoreciam seu conterrâneo com o endosso de assinaturas de notas promissórias feitas para empréstimos. Os empréstimos eram sempre concedidos a um juro menor. Em 1922, um italiano emprestou 11:200:000 (onze contos e duzentos mil reis). Os outros variavam de 5:500:000 (cinco contos e quinhentos mil reis) a 1:000:000 (um conto de reis).

Vimos, portanto, que as quantias emprestadas eram relativamente altas. Nas negociações destes empréstimos, verificamos que todos conseguiam quitar suas dívidas com o pagamento ao concedente. Ao cruzar os dados extraídos das procurações com os registros de compra e venda de terras, constatamos que, em sua maioria, os empréstimos eram destinados à compra de pequenos sítios.

³⁴⁴ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 31, p. 48, 1947.

³⁴⁵ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 31, p. 74, 1947.

4.2.2 A proximidade espacial e as redes de sociabilidades

Por constituírem uma “frente pioneira” os núcleos familiares italianos procuravam a proximidade espacial com seus compatriotas quando realizavam seus investimentos. Desta forma, os imigrantes não se dispersaram na medida em que as linhas divisórias das terras, constantes no registro de compra e venda, eram estabelecidas, em sua maioria, com outros sítiantes italianos, formando, assim, uma densa rede de relações sociais.

A percepção de espaço e de extensão está sempre associada aos diferentes quadros das referências sociais em que se efetua, e se apresenta como resultado das várias perspectivas em que ocorrem diferentes tomadas de consciência, que não são ilusórias e constituem vias de aproximação com o espaço real. Espaços sociais e espaços do mundo exterior permanecem, também, inseparavelmente ligados à percepção que deles se tem.

Os imigrantes compravam seus sítios em áreas circunvizinhas ao pequeno povoado, constituído por uma escola, uma igreja, um pequeno comércio de padarias, oficinas de ferreiro, armazéns, lojas de tecidos e outros pequenos comércios conhecidos como “vendas”. Desta forma, a delimitação espacial entre a maior parte dos sítios e o núcleo central era marcada por pouquíssimas diferenças. Um herdeiro das famílias Ridolfi e Paolante confirma a divisão espacial entre o sítio e o povoado: “o sítio do meu avô era aqui ao lado do seminário de Varre-Sai, em 1941. Vi essa cidade desenvolver, vi tudo, conheci as primeiras casas, estrada de chão, vassoura na beirada das ruas (...)”³⁴⁶

Desta forma, a relação de vizinhança entre os grupos do que o depoente denomina “cidade” e que habitam nos sítios deu-se de forma estreita. O sítio comprado por Angelo Ridolfi além de fazer divisa com o centro do povoado, tinha como limites territoriais, as terras de Pergente Giovanini.³⁴⁷ Este, por sua vez, fazia divisa com os vizinhos Bondi e Calidossi. Já os Pellegrini tinham como vizinhos as famílias Berini, Cagnaci e Bandoli. Com raras exceções alguns italianos fizeram seus investimentos em locais distantes do núcleo central.

³⁴⁶ Entrevista concedida por Miguel Paolante. Varre-Sai. 2006

³⁴⁷ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 12, p. 83, 1915.

Assim, os italianos foram desenhando a configuração do espaço rural formando espécie de bairros³⁴⁸ no distrito de Varre-Sai e para identificar a área ocupada pelas diferentes famílias nomearam as localidades, demarcando seu espaço

Alguns sítios tinham como localização a “Fazenda Santa Cruz” e neste espaço cada sítio possuía uma identificação, como o sítio dos Ridolfi, conhecido como “Bela Vista”. No local conhecido como “Jacutinga” estabeleceram-s Biaggio Grillo cuja a propriedade levava o mesmo nome do local e os Morucci no sítio conhecido como “Canto do Pensamento”³⁴⁹.

Observamos nos relatos dos descendentes e da população local, a vinculação da família ao espaço.

Aqui foi assim: a maior parte da Jacutinga é dos Grillo, já os Pellegrini, Berini, Ridolfi, Giovanini ficaram na “Fazenda Santa Cruz”; os Capaccia foram para “Fazenda Boa Sorte”, outros para a “Fazenda Barra Funda, Tinha, também, que compraram terra em “Santa Clara”; Arrozal de Sant’Ana”.³⁵⁰

As denominações “Fazenda” não significavam uma fazenda no sentido clássico do termo, mas, uma identificação dada a uma zona do distrito onde se concentravam vários sítios. Mesmo para que adquiriram terras em outros distritos, apesar de estar mais distante do povoado de Varre-Sai (7º distrito), eram fronteiriços.

A proximidade entre estes “bairros” permitia um convívio social mais estreito, onde as necessidades de cada um poderiam ser supridas pelos compatriotas, individualmente ou em grupo. Tomamos como exemplo um “Contrato Amigável”³⁵¹, registrado em cartório, em 1929, entre os sitiantes Demétrio Pellegrini e Affonso Berini. Demétrio cedeu ao vizinho o uso das águas de um córrego pertencente a sua propriedade que estava entre os limites dos sítios.

Da mesma forma, estimulava a integração do grupo através dos padrões associativos que regulavam as relações intra e inter-familiares e favoreciam os laços sociais comunitários. Com a formação de novos grupos domésticos, através dos casamentos, em sua maioria dentro do próprio grupo, estes laços foram sendo reforçados, estes laços foram reforçados, n apenas pelos laços de sangue, mas pelo auxílio mútuo entre as gerações posteriores.

³⁴⁸ A denominação bairros rurais foi extraída dos estudos de QUEIROZ. 1973. Op. Cit., p. 50. e entendemos ser viável o uso do termo para nossas reflexões.

³⁴⁹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 13, p. 107, 1917.

³⁵⁰ Entrevista concedida por Elaza Gorini. Varre-Sai. 2001

³⁵¹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº. 18, p. 151, 1929.

As “redes de sociabilidade”³⁵² que se manifestam e atualizam-se, na reciprocidade e na solidariedade, para o fortalecimento do grupo podem ser demonstradas não só nas situações difíceis, como também nos momentos de lazer.

Nós brincávamos com nossas colegas aqui da cidade que ia lá para nosso sítio, aqui pertinho da cidade. Nós morávamos lá no sítio Bela Vista (Fazenda Santa Cruz) na beradinha da cidade, do lado de lá do seminário, colado na rua. Nós brincávamos de roda lá na roça (...) Aos domingos a italianada tava toda na missa.³⁵³

Ao rememorar o passado a informante nos permite perceber que houve no plano coletivo e individual uma integração entre os grupos que pareceu satisfatória. Não resta dúvida que o elemento religioso exerceu um forte mecanismo de aproximação entre as famílias, mesmo as que habitavam nas casas isoladas dos sítios que se localizavam mais distantes. Principalmente, para estas, que se ocupavam do trabalho na lavoura cafeeira, de segunda a sábado, o encontro na missa aos domingos e nos calendários das festas religiosas era a oportunidade de rever os conterrâneos e ou parentes e renovar os laços afetivos e sociais.

4.2.3 A organização familiar: entre o sítio, a casa e a igreja

As unidades familiares de produção constituíram outro fator importante para que os imigrantes alcançassem a posse da terra.

As famílias nucleares emigradas, sobretudo de Proceno e Graffignano, gradativamente, assumem uma nova configuração. Mesmo que algumas famílias mantivessem o padrão de família nuclear composta por pai, mãe e filhos, até o casamento, existiam diferentes variáveis para a organização familiar que fugia a este padrão: famílias constituídas, além do casal original e seus filhos solteiros, pela sogra ou sogro, em decorrência da morte de um deles, por filhas casadas com filhos pequenos, que pela ausência dos maridos que trabalhavam distante e passavam a residir com os pais; casal recém-casado que com a morte do cunhado passaram a ter a guarda dos sobrinhos; mulheres que após o casamento passavam a morar nos sítios dos sogros ou da sogra viúva.

Esta transitoriedade representa que a estrutura familiar poderia ser formada de acordo com as necessidades que se impunham em determinado momento. Deste modo, a família

³⁵² BLOEMER, 2000, Op. cit., p.161

³⁵³ Entrevista concedida por Assunta Ridolfi. Varre-Sai. 2005

poderia se apresentar como nuclear em um determinado período e extensa em outro. “Eu nasci no sítio da minha avó dona Antonia Ridolfi e Angelo Ridolfi, minha mãe morava na companhia deles porque meu pai estava morando no Rio. Era aqui ao lado do seminário de Varre-Sai, em 1941. Depois meu pai voltou e fomos morar em outra casa”³⁵⁴.

O relato demonstrou que a transitoriedade se deu por questões supostamente financeira, quando o casal se separou temporariamente.

Outra questão a considerar é o número de filhos por casal. Os avós do depoente, por exemplo, Angelo Ridolfi e Antonia Dell Sette, oriundos de Graffignano, chegaram, ao Brasil, com dois filhos, Ferdinando e Dionísio, 4 e 2 anos respectivamente. No mesmo navio, estavam o primo Carlo Ridolfi com a mulher Pacifica Aniceti e um filho.

Neste caso, o ato de emigrar constitui-se em um empreendimento que se deu na escolha não só de quem aparece como protagonista na decisão de deixar o vilarejo, mas, na opção dos familiares que decidiram partir juntos, o que era mais freqüente entre os casais, recém-casados do mundo rural *contadino* italiano³⁵⁵.

Normalmente, quem emigrava em família constituía amplos agregados domésticos com maior número de braços disponíveis para o trabalho nas grandes fazendas. No caso das famílias oriundas de Proceno e Graffignano, a maior parte, possuía filhos menores, com idades que variavam entre 3 meses e 9 anos, o que poderia tornar mais complexa as estratégias de emigração, considerando que, nos primeiros tempos, não poderiam contar com o trabalho dos filhos na unidade doméstica de produção.

Para alcançarem a mobilidade social, na região de acolhida, prevaleceram as relações parentais estabelecidas entre os primos Ridolfi e as de vizinhança com os compatriotas, da cidade de origem.

Se no primeiro momento da imigração, a dimensão familiar era menor, após se estabelecerem no Brasil, ampliaram o número de filhos consideravelmente. As famílias de Angelo e Carlo, por exemplo, constituíram-se de onze e treze filhos respectivamente.

³⁵⁴ Entrevista concedida por Miguel Paolante. Varre-Sai. 2006.

³⁵⁵ RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie in BELIVACHUA; DE CLEMENTI; FRANZINA. 2001. Op. cit. p. 157

Fig. 31



Fonte: Arquivo privado da família Ridolfi.
Varre-Sai/RJ

Fig. 32

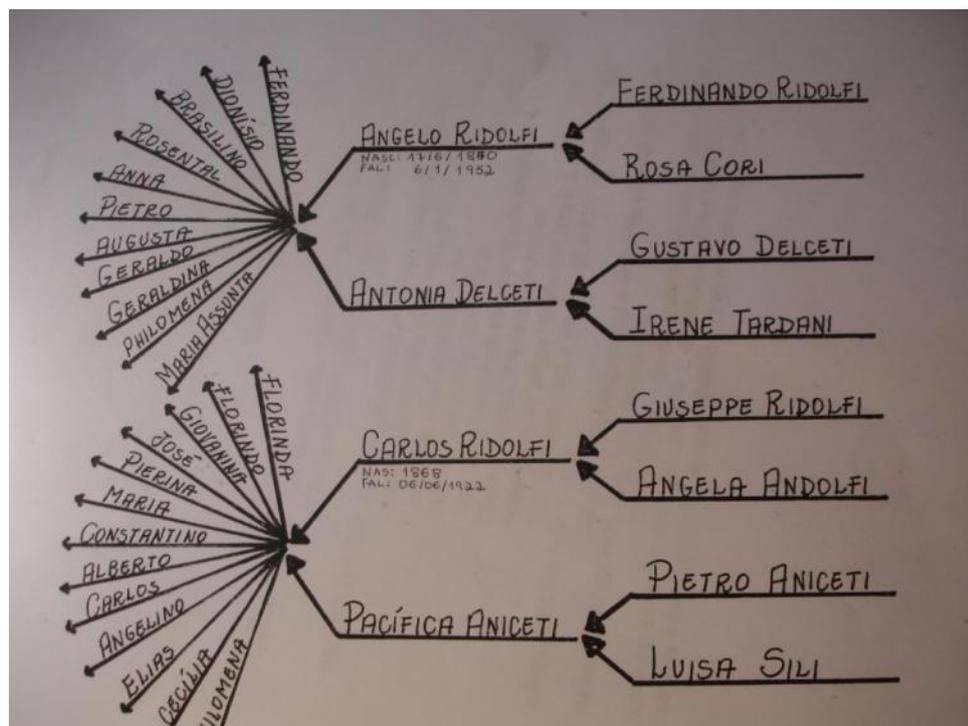


Fonte: Arquivo privado da família Ridolfi.
Varre-Sai/RJ

Embora não seja nossa proposta a reconstituição de todas as famílias imigradas, considerando que, para tal estudo, necessitaríamos de uma série de registros paroquiais e cartorários dos arquivos brasileiros e italianos, utilizamo-nos desta genealogia,³⁵⁶ representada pelos casais de origem, das famílias imigradas, até a terceira geração. Deste modo, exemplificarmos o modelo de família numerosa dos imigrantes que se transformaram em sítiantes na região de Varre-Sai.

³⁵⁶ Esta genealogia foi concedida por Elizabeth Ridolfi, neta de Angelo Ridolfi, residente em Varre-Sai.

Fig. 33



Genealogia da família Ridolfi.

Fonte: Arquivo privado.Família Ridolfi- Varre-Sai, 2007

Este tipo de estrutura familiar, se por um lado, requer maior esforço do casal em promover recursos suficientes à manutenção de todos os membros da família, por outro oferece uma possibilidade de mobilidade social quando tem início a participação do filhos nas atividades agrícolas. Os filhos, após a primeira infância, poderiam contribuir para aumentar a produtividade nas lavouras, além de cooperar para a continuidade do processo de permanência da condição de proprietária.

Fig. 34



Sítio da família Ridolfi.

Fonte: Arquivo Privado da família Ridolfi. Varre-Sai.2005

O sítio comprado por Angelo e Antonia constituía-se de seis alqueires de terra, compreendendo ao redor da casa as lavouras de café e um paiol. Uma outra casa também pode ser vista, provavelmente, pertencia a outro sitiante italiano, já que os sítios dos imigrantes, na maior parte, faziam fronteira entre si.

O aumento da população e a curta distância entre o sítio e a sede do povoado, favorecia a absorção dos excedentes de subsistência produzidos pelo imigrante.

“Na primeira propriedade do meu pai, no sítio Bela Vista trabalharam, trabalharam e formaram muita lavoura de café. Plantava de tudo, “mantimento”, colhia muito, não precisava comprar nada, o que sobrava vendia ”.³⁵⁷

Além da produção do arroz, milho, feijão, e a do vinho que integravam a renda da família, o café era o principal produto para a manutenção da propriedade. Segundo depoimento a produção no pequeno sítio “dava para viver, não tinha dinheiro sobrando, mas, também, não faltava”³⁵⁸.

A produtividade é atribuída, principalmente, ao número de braços nas lavouras. Assunta Ridolfi, a filha mais nova do casal, relatou a divisão do trabalho da roça e da casa entre os membros da família. “Quando meu pai chegou aqui, e depois comprou terra, só trabalhava na roça. A esposa ficava em casa. Os filhos todos ajudavam e nós também. Minha mãe ficava em casa e uma irmã ficava com ela para ajudar.”³⁵⁹

O relato aponta que tanto os filhos dos sexo masculino como feminino, trabalhavam na grande lavoura e contribuíam para aumentar a produção familiar

Além dos onze filhos, Angelo Ridolfi, possuía um neto como agregado. Vivendo com os avós desde os sete anos³⁶⁰, tornando-se mais um dos membros que trabalhavam no cultivo e na colheita. Casou-se e permaneceu no sítio morando com os avós, desta forma, a esposa, somou-se ao número dos agregados.

Se os homens, em alguns casos, permaneciam no sítio, mesmo após o casamento, as mulheres quando casavam passavam a morar com os sogros.

Meu marido era Paolante. Casei e fui morar longe daqui. Eu casei e levei o que me pertencia (roupa de cama, enxoval.), minhas duas irmãs a mesma coisa. A mãe do meu marido tinha terra. Fui morar na terra da minha sogra³⁶¹

³⁵⁷Entrevista concedida por Assunta Ridolfi. Varre-Sai.2005.

³⁵⁸Entrevista concedida por Geraldina Ridolfi. Varre-Sai. 2007.

³⁵⁹Entrevista concedida por Assunta Ridolfi. Varre-Sai.2005.

³⁶⁰Entrevista concedida por Geraldina Ridolfi. Varre-Sai. 2007.

³⁶¹Ibidem. Varre-Sai.2007

Além dos aspectos econômicos, nas dimensões da vida familiar, representadas pela casa, se associados diversos elementos: o prazer de alimentar-se bem com produtos feitos em casa; as festas e almoços em família; as celebrações religiosas, a língua, enfim a convivência doméstica. Era o espaço de manifestação da cultura original, dos hábitos, comportamentos e, o uso da língua materna. Uma oportunidade de manter-se fiel as raízes e buscar transmiti-las aos seus descendentes, fazendo a transposição de um passado retido na memória que se tornava presente no espaço da casa.

Minha mãe fazia macarrão abria a massa com um rolo do tamanho de uma roda de carro. Era muito gostoso o que minha mãe fazia. Fazia inhoque e pão italiano no forno de tijolo grandão. Ate hoje faço esse pão e meus filhos também. Minha mãe fazia 22 pães por semana. No Natal fazia broa e muitas outras coisas e juntava a família toda.³⁶²

O uso da língua no universo da casa não constituía um obstáculo à comunicação. “A avó do meu marido só falava em italiano, nada em português. Ela nunca falou o português, mas entendia o que a gente falava.”³⁶³

Uma das filhas do casal Ridolfi rememorou que não só a mãe, mas também, o pai só falava em italiano com seus filhos: “Agente falava italiano ... meu pai só conversava em italiano com a gente, agora esqueci muita coisa”.³⁶⁴

Outro depoente, um dos netos de Angelo, também fez referência ao uso da língua dentro da casa: “aprendi a conversar italiano com meus avós”. Durante a entrevista, numa demonstração do orgulho em ser descendente e de uma auto-afirmação da *italianità*, o entrevistado fez questão de dizer que ainda se recordava de algumas palavras ensinadas por seu avô: “Sono molto grato a Dio per avermi datto questa oportunita di imparare queste piccole parole italiana com mio nono.”³⁶⁵ Encerrou a entrevista com um “arrivederci”.

Para Fausto³⁶⁶, “a casa não é um universo desligado do mundo; ao contrário eles se interpenetram na confluência dos dois mundos no interior do lar”. Embora, naquele período, as informações veiculassem num espaço de tempo longo, sobretudo, para que residiam distantes da grande cidade, mensagens de universos outros, também, penetravam na esfera da vida privada.

³⁶² Entrevista concedida por Filomena Ridolfi. Varre-Sai.2005.

³⁶³ Entrevista concedida por Geraldina Ridolfi. Varre-Sai. 2007.

³⁶⁴ Entrevista concedida por Filomena Ridolfi. Varre-Sai.2005.

³⁶⁵ Entrevista concedida por Miguel Paolante. Varre-Sai. 2006

“Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de aprender estas pequenas palavras em italiano com meu avô”. Ao finalizar a entrevista diz: “Até logo”.

³⁶⁶ FAUSTO, 1998, Op. cit., p. 36

Assim, Angelo, o avô do entrevistado, em 1919 assinou o recebimento do jornal regional “A Vedeta”, com pagamento dez mil reis por um período de três meses.³⁶⁷ Fez um depósito³⁶⁸ em 1923, de uma quantia em lira, a Banca Commerciale Italiana da cidade de Padova, para pagamento a uma associação religiosa denominada “*Associazione Universale di S. Antonio*”, demonstrando que, após vinte e seis anos de sua saída da Itália, continuava mantendo os laços com associações religiosas italianas.

No entanto, apesar do esforço para não perder o vínculo com as origens, gradativamente, novos hábitos se impunham e, conseqüentemente, uma nova concepção de organização do espaço surgia. É inevitável que o contato com outra cultura proporcionasse transformações no “equipamento cultural do imigrante”³⁶⁹ ocorrendo o que muitos autores consideram como “assimilação”.

Faz-se pertinente questionar até que ponto se pode dizer que os imigrados estavam assimilados, se considerarmos que tal processo implica em transformações internas nos indivíduos ou grupos: mudanças nas maneiras de pensar, sentir e agir. Por ser um processo longo e complexo, talvez, o casal original não tenha atingido plenamente a assimilação.

Jeffrey Lesser afirma que “a assimilação (na qual a cultura pré-migratória desaparece por completo), foi um fenômeno raro, enquanto a aculturação (a modificação de uma cultura em resultado do contato com uma outra) foi comum.”³⁷⁰

Outro fator a considerar no processo do “retardamento” da assimilação³⁷¹, sobretudo, para os grupos familiares que emigraram de uma mesma região, em uma mesma época, tendo como destino um mesmo município, no Brasil, como é o caso dos emigrantes do Lazio para o noroeste fluminense, está no fato de que sua coesão facilitou a transplantação dos modelos comportamento da sociedade de origem à receptora.

No campo do privado, as correspondências com os familiares que permaneceram no país natal, prática mantida pelas famílias por longos anos, foram instrumentos que afinaram sentimentos e reavivaram convicções. Através das cartas relações familiares eram revividas,

³⁶⁷ Arquivo Privado da família Ridolfi. Recibo de pagamento do Jornal “A Vedeta”, Natividade, 1919.

³⁶⁸ Arquivo Privado da família Ridolfi. Comprovante de depósito encaminhado a Banca Commerciale italiana em Padova. Rio de Janeiro. 1923

³⁶⁹ Expressão utilizada por Durhan, 1966. Op. cit.

³⁷⁰ LESSER, Jeff. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 22.

³⁷¹ DEVOTO, Fernando. Estudios sobre la emigración a la Argentina en la segunda mitad del siglo XIX. Collana: Pubblicazione del Seminario di Studi Latinoamericani dell’Università di Sassari, Serie Studi – I. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1991, p. 89.

emoções compartilhadas, alegrias e tristezas divididas. “Meu pai sempre lia as cartas recebidas dos parentes que ele nunca mais viu”.³⁷²

Não foi possível saber a quantidade e o período em que essas cartas atravessaram o Atlântico. Muitas se perderam nos guardados das famílias. As que encontramos foram preservadas pelos descendentes que quiseram manter viva a lembrança dos avós imigrados.

Enquanto o casal original era vivo notícias eram enviadas e recebidas. Posteriormente, coube ao descendente dar continuidade a relação inter-familiar dos dois lados do Atlântico, mesmo em se tratando de familiares, conhecidos apenas pelo conteúdo das cartas, por ouvir contar e raramente por fotografias.

Angelo recebeu duas cartas de sua sobrinha residente em Viterbo, uma datada de 1946 e outra de 1947. Como vemos, estavam no período pós-segunda guerra mundial onde as notícias da família diziam respeito ao esforço para recuperarem o que foi destruído pela guerra.

Viterbo, 8 de março de 1946. Meu querido tio, te escrevo da parte da minha avó, a qual está agora se recuperando no hospital e está melhor. Na sua primeira carta eu respondi, mas você não recebeu. Depois da morte do vovô, ocorrida do 20 de dezembro de 1943, a vovó veio viver conosco, atravessou todas as peripécias da guerra, a nossa casa foi completamente destruída, perdido tudo o que tinha dentro de uso doméstico. Agradeço a Deus que agora tudo já passou e no melhor estamos recuperados com a esperança que qualquer Santo nos ajude na reconstrução da nossa casa e poder retornar a vida anterior depois de tanto sofrimento que não preciso enumerá-lo.³⁷³

Encerra a correspondência dizendo:

Quem te escreve é a sua sobrinha Lea, isto é, a mais velha da vovó. Você se lembra? Sempre fui eu quem escrevi. No momento te cumprimento em nome da minha família e te desejo boa saúde. Na próxima carta você deve escrever assim: Ridolfi, Filomena, Stazione Porta Fiorentina, Viterbo. Este é o endereço nosso e da vovó. Assinando Lea.³⁷⁴

Neste caso, a sobrinha tenta reavivar a memória do tio imigrado que quem escrevia era a mesma pessoa que enviou as cartas anteriores. Nota-se que tio e sobrinha não se conheciam de fato e os laços se mantinham em nome da avó. Na carta posterior a notícia era de que a avó havia morrido. Mas, a manifestação do desejo em permanecer fortalecidos nos laços de

³⁷² Entrevista concedida por Filomena Ridolfi. Varre-Sai. 2005.

³⁷³ Arquivo Privado da família Ridolfi. Trechos das correspondências. Viterbo. 1946.

³⁷⁴ Ibidem, 1946.

parentela é descrito pela sobrinha: “Espero caro tio, agora que a avó não existe mais, continuará a escrever-nos, nos parecerá de ser ainda vizinho a avó”.³⁷⁵

Desta forma, os parentes, seja de quem ficou como daquele que partiu, procuravam a cultivar as relações familiares mantendo os laços afetivos. Desta forma, os sentimentos de pertencimento ao país de origem eram sempre renovados cada vez que uma correspondência chegava, pois, os parentes “desconhecidos” constituíam o elo com a Itália.

Outro aspecto importante da vida na casa é a religiosidade. As famílias católicas transportavam para seus lares uma representação dos símbolos da igreja, através de oratórios ,onde santos originários da Itália ou comprados no Brasil, eram colocados.

Se a associação entre o italiano e catolicismo era, ou ainda é, hoje, muito forte para os oriundos de toda a península, o que dizer d que partiram do Lazio, antigo Estado Pontifício, local de dominação absoluta da igreja de Roma.

Esses imigrantes, por residirem em pequenos municípios estratégicos para a defesa pontifícia, vivenciaram o domínio da igreja em todas as esferas: “É inegável que boa parte da história, dos costumes, da arte, da arquitetura e da própria cultura italiana seja inseparável da cultura católica e dos dois milênios de convivência entre a igreja e o povo da península”.³⁷⁶

A religiosidade era manifestada através das orações como forma de agradecimento pelo recebimento de uma graça ou para pedir proteção nos momentos difíceis, como aquele de deixar a pátria e viajar para um novo destino. Assim, por exemplo, um descendente da família Aniceti³⁷⁷, em uma das correspondências enviadas a Graffignano, fez alusão à devoção da família a *Madonna de Castellonchio*, antes da viagem para o Brasil.

Soube através dos meus parentes que vivem em Graffignano que minha avó Pacifica com o marido Carlo, foi pela última vez a igreja *Madonna de Castellonchio*, dias antes de transferir-se para o Brasil, para rezar e pedir ajuda a *Madonna* por aquela aventura.³⁷⁸

O casal italiano, acompanhados dos primos Angelo e Antonia integrado as outras famílias que deixaram Graffignano e Proceno, não foi o único a pedir proteção aos santos para embarcar para o Brasil. “Minha mãe rogou muito aos santos antes de vir para o Brasil”³⁷⁹ As

³⁷⁵ Ibidem, 1947.

³⁷⁶ BERTONHA, João Fábio. Os Italianos. São Paulo: Contexto, 2005, p. 262

³⁷⁷ Pacífica Aniceti emigrada de Graffignano, em 1897, residia na casa localizada em frente ao castelo representada no Capítulo 01.

³⁷⁸ Arquivo Privado cedido por um membro da família Ridolfi. RIGHETTI, Carlo. 1995.

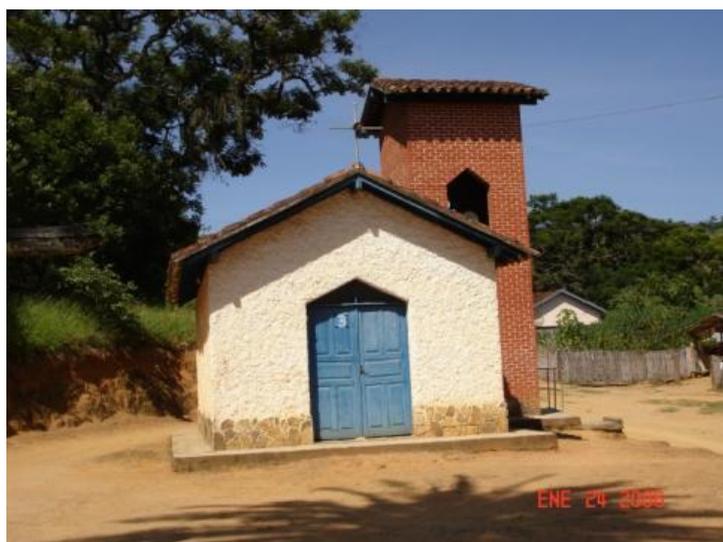
³⁷⁹ Entrevista com Inês Pellegrini. Porciúncula. 2007.

preces e as orações parecem ter sido atendidas, visto que a grande aventura imigratória, tomada no seu sentido mais amplo, teve um desfecho positivo.

Vale ressaltar que a prática da religião, no Brasil, pelos italianos veio reforçar a religiosidade das famílias brasileiras. O nome do povoado São Sebastião do Varre-Sai, já aponta para a devoção aos santos pela comunidade. A explicação do nome, conforme registrado pela história local, está na doação das terras feita por um fazendeiro, Felicíssimo de Faria Salgado, à igreja pelas graças recebidas por uma promessa feita. Talvez, este tenha um elemento integrador no estreitamento dos laços sociais entre italianos e brasileiros. A capela como unidade social de toda a comunidade era o espaço de encontros dominicais, de festas religiosas, do lazer.

Na fazenda Bela Vista, receptora dos italianos como mão-de-obra colona, a capela, talvez, fosse o local onde os italianos se sentissem mais a vontade.

Fig. 35



Capela da Fazenda Bella Vista.

Foto: Rosane A. Bartholazzi .Data de captura em 24/10/2006

Embora o cotidiano do imigrante na fazenda fosse de muito trabalho, o tempo para se dedicar à religião era prioritário. Era, também, o momento do descanso e o lazer, além de oportunizar uma aproximação entre as recém-chegadas famílias italianas oriundas de diferentes lugares.

Demétrio Pellegrini³⁸⁰, emigrado de Proceno, possuía um histórico familiar de inserção no catolicismo romano, reproduziu a cultura herdada, construindo uma pequena

³⁸⁰ Dados extraídos das fontes arquivísticas italianas e brasileiras (cartorárias e privadas).

igreja no seu sítio com a ajuda da população local. Ressaltamos que esta não era a única capela no lugarejo, pois, existia outra, no centro do povoado.

Desta forma, além de reforçar o catolicismo no seio daquela localidade, o templo tornou-se o elemento de maior visibilidade entre os imigrados, transformando o sítio em ponto de atração, em dias de missas e festas religiosas, dos parentes, da vizinhança dos “bairros rurais” e mesmo d que habitavam no núcleo central.

Inês Pellegrini, uma das filhas de Demétrio afirmou: “As missas eram celebradas aqui uma vez por mês. Minha família era muito católica. O mês do rosário era feito em casa com a família e rezávamos o terço toda noite”.³⁸¹

Outra depoente rememora os domingos de missas na igreja e o almoço em família:

Me lembro (sic), quando eu morava com a avó do meu marido, todos os domingos os filhos que moravam na roça vinham para assistir a missa e depois iam todos para almoçar na casa dela. Junto dos filhos vinham noras, mãe e irmão da nora. Tinha que fazer muita comida em grandes panelas.³⁸²

Assim, nas entrevistas realizadas, entre um depoimento e outro os descendentes manifestavam com veemência a religiosidade.

Só o que nós participávamos era das festas religiosa. Meu pai e minha mãe nos criaram tudo assim tanto aqui na cidade como na roça era assim. Namorado eu nunca tive graças a Deus ela (a irmã) e que casou com o primeiro namorado. Meu pai era bravinho.³⁸³

Neste caso, o relato apontou uma rigidez na criação dos filhos que tinham como lazer somente a igreja. Para estas famílias que tinham a religiosidade como a única forma de sair do cotidiano do trabalho semanal, as festas religiosas, talvez, fossem a única alternativa de quebrar a dura rotina do cotidiano.

Além da capela, de maior representação social, no interior das casas, em um local escolhido especialmente para ser um oratório doméstico, o santo ou os santos patronos eram festejados por meio de novenas e ladainhas.

³⁸¹ Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula. 2005.

³⁸² Entrevista concedida por Geraldina Ridolfi. Varre-Sai. 2007.

³⁸³ Entrevista concedida por Assunta Ridolfi. Varre-Sai. 2005.

Fig. 36



Oratório na residência de Miguel Paolante. Varre-Sai - 2006

Desta forma, a vida associativa, conforme foi visto, baseou-se nas formas da organização familiar dos grupos imigrados que se constituíram, vide regra em famílias numerosas. A união e a cooperação no interior da família, a convivência com a vizinhança no mundo dos negócios e a manifestação da religiosidade, que extrapolavam os limites da casa, foram indispensáveis para a reprodução tanto econômica quanto social daquele segmento.

5 UMA ITALIANA NA FAZENDA DO CÉU

A origem a cidade é Proceno, Província de Roma, atualmente, Província de Viterbo, emigraram em 1898. Minha avó Veronica é de Proceno meu avô Lira casou em Proceno. Cultivavam castanha, uva e grãos.. Tinham uma pequena propriedade. Aqui chamamos de um quintal, uma chácara. Quando houve a emigração para o Brasil eles tinham 5 filhos.³⁸⁴

O descendente iniciou seu relato situando a localização geográfica e os bens que a família Lira/Castoni possuía na Itália. De fato, esta família, conforme apontado nos registros dos arquivos italianos, era pequena proprietária de alguns lotes de terra, com produção de uva e grãos, além de outros imóveis, em Proceno.³⁸⁵

A família Castoni era constituída de 5 membros: o casal e quatro filhos: Giovanni, Pietro, Chiara e Veronica. Quanto a família Lira a documentação indica somente o nome de Francesco Lira como proprietário de alguns lotes de terra. A justificativa para a inexistência de outros bens em seu nome, assim como de seus familiares, pode ser encontrada no relato do descendente: “Meu avô não sabemos a origem. “Não tem Lira em Proceno. Acho que ele saiu de Nápolis e foi para Proceno””.³⁸⁶

Constatamos que Francesco se estabeleceu em Proceno, antes de 1884³⁸⁷, quando já havia adquirido terras em Proceno e se casou com Verônica Castoni. Após o casamento e nascimento de cinco filhos Ernesto, Higino, Cezarina, Modesto e Homero, iniciou-se a trajetória da família que culminaria na transformação de *contadino* proprietária, em Proceno, em fazendeira, no Brasil.

³⁸⁴ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Santa Clara/Porciúncula. 2007.

³⁸⁵ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Terra e Fabricados. 1870-1930.

³⁸⁶ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Santa Clara/Porciúncula. 2007.

³⁸⁷ Arquivo de Estado de Viterbo. Ata de Matrimônio. 1884.

Fig. 37



Nesta casa residiu Verônica Castoni
Via La Verdura, n 16. Proceno/Itália.

Na produção, além do cultivo dos grãos, criavam animais e possuíam cantinas para a comercialização do vinho. Considerando que o casal, após o casamento e o nascimento dos filhos, permaneceu morando na casa dos pais, certamente, a produtividade passou a não ser suficiente a todos os membros. De qualquer forma, possuíam um padrão relativamente estável para o contexto para a época.

As famílias que decidiram deixar Proceno, no ano de 1898, possuindo uma relativa estabilidade social que, na nossa análise, não justifica uma emigração para um país distante, certamente, sentiram-se estimuladas pela possibilidade do enriquecimento fácil veiculada por toda a Itália.

Sabemos que muitos, por diversas razões, vinham no clandestinidade. O relato do descendente aponta para as dificuldades encontradas pelo avô no porto de embarque:

Meu avô estava com a idade um pouco avançada, 47 anos, e ele teve dificuldade em emigrar. Mesmo assim, conseguiu e veio para o Brasil. Diante do relato e da contradição encontrada na documentação podemos inferir que a família pudesse ter viajado no anonimato.

Assim, constatamos que a família pode ser incluída na condição de anônima, no navio, visto que, localizamos o Registro de Estrangeiro do filho de Francesco, Iginio Lira, com dez anos, com os dados comprobatórios da embarcação Colombo, no mesmo mês e ano de chegada das outras famílias procenesas.

Ao contrário da maioria das famílias imigradas que tiveram como lugar de destino a fazenda Bela Vista, a família Lira/Castoni, se estabeleceu em outra fazenda, na localidade de Bom Sucesso, no distrito de Santa Clara³⁸⁸. Por se tratar de uma região onde os limites territoriais ainda não estavam definidos administrativamente, e, pela proximidade dos distritos, a separação de alguns grupos para diferentes fazendas, não foi obstáculo para a manutenção das relações familiares entre os italianos.

Destacamos que situação atípica vivenciou esta família quando comparadas com as que ocuparam o espaço de Varre-Sai. A passagem de colona a proprietária não foi feita com o movimento direto de saída do imigrante da grande fazenda para sua própria propriedade. A família passou por duas fazendas até obterem a posse da terra.

A maior parte foi para a Fazenda Bela Vista, outros como os meus avós foram para uma fazenda em Bom Sucesso, próximo à Fazenda do Céu. li foram meeiros na produção de café. Meu avô, após dois anos, morreu. Continuaram como parceiros nesta região por algum tempo. Tinham amizade com o proprietário da Fazenda do Céu. Por isso saíram de onde estavam e foram ser parceiros nesta Fazenda, de propriedade de João Vieira. Daqui eles mudaram para a divisa com Espírito Santo, ficaram pouco tempo lá, depois compraram a propriedade, Santa Marta, perto do Rio Preto.³⁸⁹

Apesar de não termos localizado os registros comprobatórios sobre a movimentação da família de uma fazenda à outra, e, sobre a “morte” de Francesco, conforme relato do descendente, utilizamos para estas duas situações a fonte oral buscando cruzar todas as informações do depoente com os registros privados da fazenda: inventário, recibos de quitação da compra de imóveis, notas promissórias, correspondências, livros contábeis de propriedade, registros de nascimento, casamento e óbito, além das imagens fotográficas. Com esta documentação poderemos reconstituir a trajetória da família revelando seu cotidiano, e, sobretudo a mobilidade social ascendente.

³⁸⁸ Atualmente, este distrito faz parte do município de Porciúncula.

³⁸⁹ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Porciúncula, 2007.

Vemos, portanto, que inicialmente, a família passou por um período conturbado. Trabalhou no sistema de meação na primeira fazenda e, posteriormente, serviu de mão-de-obra na Fazenda do Céu de propriedade de João Vieira.

Destacamos que as fazendas relatadas pelo depoente faziam fronteira entre si. Com o tempo, as relações de amizade foram se estabelecendo entre a família imigrada e o fazendeiro da propriedade vizinha (Fazenda do Céu). Assim, a família, inicialmente, foi conquistando a confiança do vizinho que os convidou a trabalharem como meeiros em sua propriedade, conforme apontado pelo relato do descendente. Obviamente, a segunda propriedade oferecia muito mais vantagens para a família que a primeira.

Um fator importante para que os laços entre proprietário e meeiro se fortalecessem foi a “morte” ou “desaparecimento” de Francesco Lira. Veronica, viúva aos 37 anos, em um país estranho, longe dos parentes e com seis filhos, além dos cinco nascidos na Itália e mais uma menina, nasceu no Brasil, só poderia contar com os filhos adolescentes no trabalho para o sustento da família. Este, portanto, pode ter sido o motivo do acolhimento do proprietário vizinho que acabou por estabelecer uma relação de amizade com a família que posteriormente, tornou-se proprietária desta fazenda, como veremos adiante.

A morte foi assim relatada pelo depoente:

Todo imigrante italiano do final do século XIX veio para substituir a mão-de-obra escrava, ainda hoje, tem essa mão-de-obra. Esse povo veio e a mentalidade do povo daqui ainda era escravagista, isso é o que eu penso. Então quando este povo (os italianos) chegou eles tiveram que mudar o modo de proceder, mas, ficou um pouco a mentalidade escravagista. Quiseram fazer do italiano o mesmo que fazia com o escravo e os italianos não aceitavam. Então propuseram aos italianos dividir a colheita do café metade para o proprietário. Mas como a mentalidade ainda era escravagista o proprietário queria levar vantagem. Na hora da partilha houve um desentendimento entre meu avô e o dono da terra. Chegaram a se atracar na briga. A propriedade era de família influente na política na região. Muita coisa pertencia a família Alves. Por essa razão meu avô foi preso. Foi para Itaperuna, sede do município. De lá ele sumiu, morreu por lá, mas ninguém sabe se ele morreu em Itaperuna. Ninguém foi lá para comprovar. Foi dado como morto, ninguém sabe se foi enterrado, não viram o corpo.³⁹⁰

O depoente cita como causa do conflito a tentativa de exploração do proprietário na divisão da produção do café e a reação do imigrante diante da injustiça que se impunha sobre o trabalhador. A prisão, e conseqüentemente, o “sumiço” do imigrante demonstra o poder exercido pelo proprietário junto às autoridades do município. Talvez quisesse aproveitar do

³⁹⁰ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Porciúncula, 2007.

fato ocorrido punindo o imigrante para servir de exemplo aos outros trabalhadores, demonstrando dominação e poder. A família Alves, como relatou o depoente, era influente politicamente na região. De fato, entre os anos de 1893 e 1896 fez parte do poder executivo do município de Itaperuna.³⁹¹

Assim, sem poder se manifestar e obviamente, tendo que sair da fazenda onde o conflito se deflagrou, a viúva foi chamada a fazer parte do grupo de trabalhadores da Fazenda do Céu, na condição de meeira. Desta forma, o casal da fazenda vizinha proporcionou à família condições para a sobrevivência.

Embora os conflitos entre imigrantes e proprietários não fosse característico da região, ressaltamos que entre o final do século XIX e início do XX, ocorreu, praticamente, em todas as áreas cafeeiras, um aumento de conflitos entre os italianos e os proprietários, decorrentes da desvalorização do café que ocasionava uma deterioração das condições de remuneração aos colonos.

Beiguelman³⁹² cita que o colono arrendio não se fixava a fazenda. As queixas dirigidas ao governo italiano, neste período, somado a outros fatores, culminou na proibição da imigração subsidiada para o Brasil em 1902.³⁹³

Deste modo, a situação vivida por Francesco corresponde ao modelo de relações estabelecidas entre cafeeiro e colono em outras regiões. Demonstra, também, que nem todos os fazendeiros estabeleciam uma relação cordial com o trabalhador, como ocorreu na Fazenda Bela Vista.

Lucien Febrve³⁹⁴, para quem o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o Homem”, fala da história de uma mulher que no final do século XIX, numa zona cafeeira, assumiu a condição de empreendedora dos seus próprios negócios, transformando-se em fazendeira, sem a solidariedade dos parentes consanguíneos, por estar em um país distante, com seis filhos, com idades entre 2 e 14 anos. A história de Veronica Castoni, reforça a idéia de uma mulher que buscou se posicionar como sujeito de sua história, diferenciando-se do modelo dominante, típico da sociedade patriarcal vigente.

³⁹¹ DINIZ, Dulce. O desenvolver de um município. Itaperuna. Do germinar à frutificação. Rio de Janeiro: Damadá artes gráficas e editora Ltda., 1985, p. 34.

³⁹² BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, p. 112.

³⁹³ TRENTO, 1989. Op. cit. p. 34.

³⁹⁴ FEBVRE, Lucien apud SOIHET, Raquel. História das Mulheres in CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 275.

Fig. 38



Veronica Castoni .

Fonte: Arquivo Privado. Fazenda do Céu.
Porciúncula.



Veronica com os filhos.

Em pé da esquerda para a direita: Iginio, Omero,
Modesto e Ernesto. Sentados: Adalgisa, Verônica
e Cesarina.

Fonte: Arquivo Privado. Fazenda do Céu.
Porciúncula. 1921

Na família italiana muitas vezes definida como “patriarcal”³⁹⁵, termo que subentende não só determinadas relações econômicas, mas, também, um conjunto cultural de valores e comportamentos, a mulher destacava-se pelas suas funções primárias de esposa e mãe. No caso da família imigrante acresce sua importância na economia doméstica e/ou como mão-de-obra para os trabalhos dos campos. Assim, a mulher tornou-se um elemento fundamental da imigração sem, porém, tornar-se protagonista da história familiar.

No caso específico deste estudo, Veronica Castoni tornou-se protagonista da história. Sem abandonar seu universo doméstico, trabalhou para formação de um patrimônio que pudesse dar estabilidade econômica a família. Portanto, a sua história pode ser analisada com fontes que vão além da memória dos descendentes.

³⁹⁵ Após a década de 1970, estudos demonstraram diversas formas de organização familiar. No século XIX, por exemplo, a família patriarcal não chegava a representar 26% dos domicílios; predominando nos demais outras formas de composição. Em muitos lugares, conforme o contexto social vivido, grande parte dos lares eram chefiados por mulheres. Para saber mais ler SOIHET, Raquel. História das Mulheres in CARDOSO. 2004. Op. cit., p. 275-296

Possuindo visibilidade no campo dos negócios seu nome está nos registros de terras como outorgante compradora, nas notas promissórias como credora, nos recibos de venda dos produtos da fazenda, sobretudo, o café e no registro contábil de sua grande fazenda.

Diversos estudos sobre as mulheres vêm sendo elaborados, sobretudo, nos terrenos da história, sociologia e antropologia. Nesta perspectiva destacam-se os estudos de Maria Odila³⁹⁶ que ressalta a luta das mulheres pela sobrevivência, em meio a redes de solidariedade e vizinhança que se improvisavam e se modificavam.

As novas pesquisas demonstram que a sujeição feminina dentro do patriarcalismo pode ser relativizada. As mulheres, muitas das vezes, assumiam o mando da casa, gerindo negócios e propriedade.³⁹⁷ Assim, estudos históricos têm cada vez mais abordado a questão do gênero feminino como importante viés historiográfico na busca pela reconstrução do passado, a partir da atuação de sujeitos anônimos e comuns.

Veronica Castoni comprou o primeiro sítio da família em 1904. Da chegada em 1898 até a compra do primeiro sítio, trabalhou como meeira por seis anos. O sítio Santa Martha³⁹⁸, comprado no distrito de Santa Clara, possuía 46 alqueires de terra, quinze casas para colonos, uma olaria e moinho de fubá. “Daqui eles mudaram para a divisa com Espírito Santo e compraram a propriedade Santa Marta, a primeira propriedade perto do rio Preto”. A localização citada está próxima à Fazenda do Céu considerando que a região faz divisa com o Espírito Santo.

Vemos, portanto, que a meação na produção cafeeira possibilitou a família acumular capital para compra do sítio. Considerando que as dimensões das propriedades adquiridas, inicialmente, pelos imigrantes da região variavam entre 6 e 20 alqueires, conseguiu esta família uma rápida ascensão social. A maior fonte de renda foi oriunda da produção cafeeira.

Sobre a possibilidade da transformação do colono imigrante em pequeno proprietário como forma de resolver os conflitos existentes nas fazendas paulistas, o Jornal Estado de São Paulo, em 1899, apontou a meação como forma de facilitar o acúmulo de pecúlios pelo trabalhador: “Hoje, o colono só quer que o fazendeiro faça novas plantações de café. “Nisso consiste a garantia da rápida formação do seu pecúlio através da meação”.³⁹⁹

³⁹⁶ DIAS, Maria Odila Leite de. Quotidiano e Poder no século XIX. Luta pela sobrevivência de mulheres que viviam de pequena venda ou como lavadeiras. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

³⁹⁷ SOIHET, Raquel. História das Mulheres in CARDOSO. 2004. Op. cit., p. 275-296.

³⁹⁸ Cartório do 2 Ofício. Inventário de Veronica Castoni. Itaperuna. 1932.

³⁹⁹ O Estado de São Paulo, 13 de janeiro de 1899 apud Beighelman, 1968. Op. cit., p. 114.

Veronica e os filhos, após 14 anos residindo neste sítio, criando animais, cultivando milho, feijão e, sobretudo, café, acumularam capital suficiente para comprar a Fazenda do Céu, conforme relatado o herdeiro:

Sr. João Vieira (proprietário da Fazenda do Céu) era muito amigo da família. Por motivos pessoais resolveu vender a fazenda para minha avó. Continuou com a fazenda Santa Marta (a avó) e depois com a Fazenda do Céu. Fixaram residência nesta fazenda. Depois foram comprando terra vizinhas.⁴⁰⁰

Observamos que a família não precisou vender nenhum lote para efetuar a compra de mais terra. Os alqueires se ampliavam e a família tornava-se uma grande proprietária na região. Veronica assinou uma Nota Promissória⁴⁰¹ no valor de quatro contos de reis pela compra de 40 alqueires da Fazenda do Céu, em fevereiro de 1918,⁴⁰² com vencimento em 16 de novembro de 1920. Desta forma, a nova proprietária das terras teve a concessão de quase dois anos para efetuar o pagamento, sem cobrança de juros. Enquanto que na localidade de Varre-Sai a solidariedade na aquisição dos bens era feita entre o grupo de italianos, neste caso, as relações envolveram o antigo proprietário, brasileiro.

Ainda que seu filho mais velho, a época com 32 anos, administrasse o primeiro sítio comprado, a matriarca continuava a administrar os negócios da família, a partir da sede, conforme os registros contábeis. Em 1919, um ano após a compra da fazenda, fez a entrega de duzentos e cinquenta sacas de café a um brasileiro, conforme Recibo⁴⁰³ assinado pelo comprador.

Estas terras somadas a propriedade de Santa Martha totalizavam 86 alqueires. Doze anos depois, ocorreu a compra de mais três propriedades passando, a família, a deter ter um patrimônio de 137 alqueires. Destacamos que todas as compras foram assinadas por Verônica.

Analisaremos os registros contábeis da fazenda que foi sede, principal, da propriedade da família Castoni.

⁴⁰⁰ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Porciúncula, 2007.

⁴⁰¹ Arquivo Privado. Nota Promissória. 1918

⁴⁰² Cartório do 2 Ofício. Inventário de Veronica Castoni. Itaperuna. 1932

⁴⁰³ Arquivo Privado. Declaração de Recibo. Santa Clara. 30 de outubro de 1919.

Fig. 39



Fazenda do Céu. Santa Clara. Porciúncula/RJ- 1927
 Na parte de cima estão os quartos e sala. No térreo estava localizado o armazém.
 Fonte: Arquivo Privado. Porciúncula.

Nesta fazenda, com muitos cômodos, restam, ainda, alguns móveis comprados por Veronica. Dentro de uma das gavetas, em um móvel do quarto, o herdeiro da propriedade, neto de Veronica, retirou vários livros empoeirados, mas, em bom estado de conservação e a maioria deles legível. São os registros contábeis referentes ao período de 1920 a 1950, aproximadamente. Nestes livros, consta o balanço da fazenda registrado diariamente pela família, sobretudo, por um dos filhos, Igino Lira⁴⁰⁴, que, aos 24 anos após fixar-se na fazenda, com sua mãe, passou a auxiliá-la na administração dos bens. Ernesto, o filho mais velho, permaneceu no sítio Santa Martha.

Os registros contábeis contêm no cabeçalho de cada folha: o nome do colono, ano e mês da movimentação, débito e crédito. Cada livro possui 300 páginas de registros. Através da documentação, procuramos compreender as relações estabelecidas com os colonos, a nacionalidade do trabalhador, bem como a produção da fazenda. Além disso, apreender o cotidiano vivido não só pela família proprietária, como também, pelas famílias colonas proporcionando um diálogo esclarecedor com os depoimentos orais.

⁴⁰⁴Igino Lira era o pai de Ítalo Lira, o atual herdeiro da Fazenda do Céu. Ítalo disponibilizou todos os documentos privados da movimentação da fazenda.

Por ser uma grande fazenda possuía muitas famílias colonas que residiam na propriedade: “Aqui tinha mais de 60 famílias colonas com casas de morada na fazenda”. De fato, em um dos livros de registros, encontramos 102 trabalhadores entre os anos de 1929 e 1930⁴⁰⁵. Localizamos famílias italianas, brasileiras e portuguesas como colonas residentes na fazenda. A maior parte das famílias estava na condição de meeiras; outras possuíam contratos assinados, recebendo salário mensal, para exercerem a profissão de servente e carpinteiro; localizamos, ainda, trabalhadores contratados para serviços temporários sob forma de empreitada, além de italianos não residentes na propriedade fazendo negócios com a proprietária e seus filhos.

O trabalho era a meação. Produzia muito feijão milho, café, mandioca. Estas não eram de subsistência vendiam mesmo. O proprietário dava a terra pronta e a semente, eles plantavam, dava a meia. Quando o colono prepara a terra e semeava por conta dele ele só dava a terça parte ao proprietário. O trabalho era de meeiro com a família, mas aqui eles falavam dos colonos da fazenda do céu.⁴⁰⁶

O depoente faz questão de ressaltar que, embora os próprios trabalhadores se intitulassem como colonos, a relação de trabalho estabelecida em nada se aproximava do regime de colonato⁴⁰⁷ instituído na maioria das grandes fazendas. “Aqui eles não recebiam dinheiro pelo trato do cafezal. O dinheiro eles viam só depois da colheita quando o café era dividido a meia”.⁴⁰⁸ De fato a meação foi um recurso adotado em todas as propriedades cafeicultoras dos italianos, inclusive entre os sitiantes.

Os dados apontam para uma fazenda com infra-estrutura para ser auto-suficiente, mesmo que não produzisse todos os produtos necessários ao consumo. Com trabalhadores sendo pagos mensalmente para serviços de carpintaria, fabricação de telhas, e serventes possuíam estes trabalhadores registros de contratos com todos os dados do especificados. Luiz Joaquim de Sá⁴⁰⁹ era um português que chegou ao Brasil em 1909 e exercia a profissão de carpinteiro na fazenda. Outro como, José Serri⁴¹⁰, recebia mensalmente para trabalhar como servente.

⁴⁰⁵ Arquivo Privado. Livro de Registro Contábil. Balanço da Fazenda do Céu. 1929-1930.

⁴⁰⁶ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Porciúncula, 2007.

⁴⁰⁷ Sobre o regime de colonato ver MARTINS, 1986. Op. cit. págs 9-93.

⁴⁰⁸ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Porciúncula, 2007.

⁴⁰⁹ Registro de Contrato de Trabalho. Fonte: Arquivo Privado. Fazenda do Céu. 1938.

⁴¹⁰ Registro de Contrato de Trabalho. Fonte: Arquivo Privado. Fazenda do Céu. 1938.

A história da família Lira/Castoni, nos permite, igualmente, colocar em evidência a manutenção da solidariedade e da reciprocidade entre os grupos de imigrantes. Desta forma, a movimentação feita entre italianos e proprietários permite colocar em evidência a manutenção da solidariedade entre os italianos. Os dados registrados diferenciam-se, discriminando os débitos e créditos por produtos vendidos ou comprados, enquanto que para a maioria dos trabalhadores prevalecia a indicação “*compra que fez*” no item débito.

Os lançamentos de crédito e débito evidenciam a expressão das transações comerciais entre os compatriotas. Na movimentação feita com os italianos e ou descendentes os dados registrados eram discriminados. Estes possuíam mais crédito que débito. Luiz Ridolfi, por exemplo, comprou da proprietária Veronica três cabeças de gado, em abril de 1930, com valores debitados no registro. Entre abril e janeiro de 1931, constava como crédito para o italiano: 5 sacos de milho; 1.220 telhas; 5 sacos de farinha; 2 sacos de sal; 1 saco de farinha de mandioca.⁴¹¹ Já para Jacomo Grillo, os registros apontam empréstimos em dinheiro feitos para um dos filhos da proprietária.⁴¹²

Como toda grande fazenda, principalmente, por estar situada em local de difícil acesso, como o caso da Fazenda do Céu, os produtos básicos para consumo são comprados na cidade mais próxima, pelo fazendeiro, e vendidos no armazém da propriedade. Sobre as dificuldades encontradas para a compra das mercadorias na cidade, afirmou o depoente:

O grande problema que não existia um comércio próximo. Isso encarecia então as próprias fazendas faziam o suprimento da colônia: sal, farinha, banha, uma compra para quase o ano inteiro. Papai ia a cavalo até Faria Lemos. Lá pegava o trem e ia fazer compra em Carangola/MG. De Faria Lemos voltava para a fazenda em tropa de burros. Em torno de 20 a 30 burros que puxavam também o café. Depois foi comprado um caminhãozinho. Era necessário esse fornecimento porque as pessoas não tinham como comprar, não tinha dinheiro vivo, só no final do ano na colheita do café.⁴¹³

As dificuldades apontadas pelo depoente deveu-se a localização geográfica da fazenda. A distância entre a propriedade e os centros comerciais mais desenvolvidos, como Itaperuna e Carangola, e a falta de estradas, possibilitava, apenas, o uso dos animais como meio de transporte das mercadorias e do café. Mesmo com a colaboração dos seus filhos, Veronica vencida as dificuldades, como afirma um de seus netos: “A sede da fazenda possuía 30 burros, um caminhãozinho, uma máquina de beneficiar café, uma oficina de ferreiro, uma olaria,

⁴¹¹ Arquivo Privado. Livro de Registro Contábil. Balanço da Fazenda do Céu. 1929-1930, p. 41.

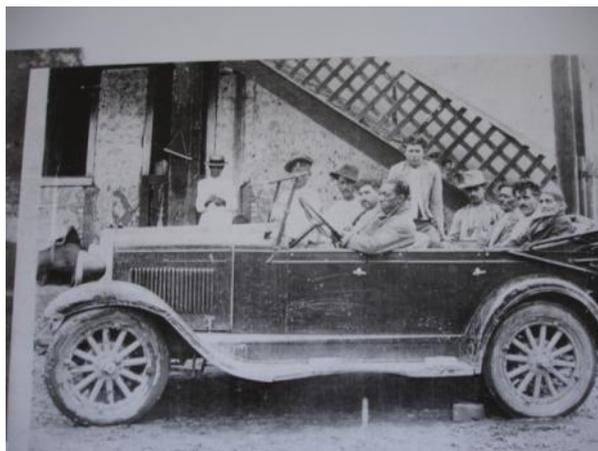
⁴¹² Arquivo Privado. Livro de Registro Contábil. Balanço da Fazenda do Céu. 1929-1930, p. 41.

⁴¹³ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Porciúncula, 2007.

criação de porcos dentre outros. “Construíram um patrimônio enorme, mas, trabalharam muito.”⁴¹⁴

Sobre os investimentos feitos na região para facilitar o acesso a fazenda, afirmou: “As estradas foram feitas pela minha família, Eles compraram carro e precisavam de estradas. Fizeram um mutirão e abriram estrada”.

Fig. 40



Carro adquirido por Verônica Castoni

A intensificação dos empreendimentos da família deu-se entre 1918 e 1932, período em que o café vivia sua expansão na região fluminense. As terras onde se situava a fazenda era de difícil acesso, com terrenos íngremes, mas, constituída por solos férteis. Todo território incluindo os distritos de Santa Clara, Porciúncula, Natividade, Varre-Sai e Rosal tiveram um papel primordial na ocupação vinculada a lavoura cafeeira.

Destacamos que entre os anos de 1931 e 1933, Itaperuna ocupava a posição de segundo município com maior contribuição do imposto territorial do estado do Rio de Janeiro. O distrito de Porciúncula, onde encontra-se a fazenda, era o terceiro distrito em arrecadação, com produção de 370.000 sacas de café.⁴¹⁵

Os dados são suficientes para confirmar a grande mobilidade social obtida por esta família que, sob a liderança de uma mulher, alcançou posição importante na estrutura daquela sociedade rural.

A partir da compra da “Fazenda do Céu” é que se consolidou o processo de ascensão econômica na medida em que ampliaram a compra de propriedades, ficando por conta de cada

⁴¹⁴ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Porciúncula, 2007.

⁴¹⁵ Biblioteca Municipal de Niterói. Prefeitura Municipal de Itaperuna. Relatório de Municípios apresentado ao Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro. 1933.

filho a administração de cada uma delas. Mesmo assim, com a colaboração dos filhos, Veronica mantinha o controle dos negócios, segundo depoimento do seu neto: “Meu pai foi o filho que mais ajudou minha avó. Viveu muitos anos em função dela. “Ela sabia de tudo o que se passava, tinha o controle de tudo nas mãos”⁴¹⁶.

Era comum entre os imigrantes italianos que conseguiam certa ascensão social, mesmo para que não eram alfabetizados, fazerem um esforço para ter um professor particular em casa, sobretudo para ensinar os filhos.

Sobre a escolaridade do pai emigrado de Proceno, o depoente afirmou:

Meu pai estudou na Itália era muito preocupado com a educação. Ele veio com 10 anos, pelo que ele me contou, o grau de instrução era referente ao segundo ano primário na Itália. Lia muito, comprava jornais, revistas, livros, romances. Assinava o jornal a Tribuna Italiana, demorava a chegar, mas vinha. Isto foi influencia da minha avó Veronica.⁴¹⁷

Assim, Veronica preocupava-se em investir na escolaridade dos filhos e dos seus colonos. Para tanto, construiu uma escola no terreiro da fazenda com a contratação de uma professora particular para ministrar aulas para os filhos dos compatriotas, assim como, para os filhos dos colonos e para os trabalhadores que eram analfabetos. “A professora da escola dormia na fazenda. Esta recebia um salário pago pelo Igino Lira, filho de Verônica e todo o material era bancado pela fazenda”.⁴¹⁸

Fig. 41



Escola construída na década de 30 pela família Lira/Castoni.



Interior da escola com carteiras e um quadro negro.

⁴¹⁶ Entrevista concedida por Igino Lira em 24/02/2007. Porciúncula

⁴¹⁷ Entrevista concedida por Italo Lira. Porciúncula. 2007

⁴¹⁸ Entrevista concedida por Italo Lira. Porciúncula. 2007

Sobre o início das aulas nesta escola afirmou o depoente:

Já no início tinha cinquenta alunos matriculados e a professora Ilka lecionava, sozinha, todas as matérias do curso primário e ainda fazia recreações com os alunos: peças de teatro, comemorações própria dos feriados etc. (...) Dos que fizeram o curso primário na antiga escola da fazenda do céu, temos: contadores, professores, fiscal de renda, pastor e médico-veterinário como o meu caso, me formei na UFF, em 1967. Fiz todo o curso primário nesta escola, morei aqui até meus nove anos de idade.⁴¹⁹

No caso em estudo, a família já tinha consolidado, sua condição de proprietário mas, era necessário que a produtividade da fazenda continuasse em expansão. Assim, era importante para o processo produtivo da fazenda que todos soubessem ler: servente, lavrador, carpinteiro, oleiro e, principalmente, os filhos dos italianos imigrados, netos de Veronica.

Para além dos interesses puramente econômicos, relacionados ao aumento da produtividade, existia nesta fazenda uma relação social e afetiva entre proprietários e trabalhadores que poderíamos denominar de fraternal.

A trajetória da matriarca que, nos momentos cruciais da sua vida, pode contar com a acolhida do casal vizinho, influenciou no tipo de relações que estabeleceu com os colonos, ultrapassando, os limites patrão/empregado. Entre eles existiam laços de vizinhança, de reciprocidade e de compadrio. Ao rememorar os tempos de escola na fazenda, o depoente se emocionou dizendo:

Muitos jovens estudavam aqui. O que me marcou muito era o convívio entre as pessoas. Não tinha distinção de classe social. Embora meus pais fossem proprietários existia um entrelaçamento de amizade muito grande. A convivência com os colonos, almoçava na casa deles eles na nossa. Isso me marcou muito.⁴²⁰

Nos diários escolares, localizados nos pertences da Fazenda do Céu, observamos que entre mulheres e homens encontravam-se brasileiros e italianos, casados e solteiros, filhos e netos de proprietários e colonos, enfim, crianças e adultos numa mesma classe. Uma turma mista, única e multiseriada, característico de locais da zona rural de difícil acesso.

A matrícula, para alguns, teve início em 1929, para outros, em 1932 e assim sucessivamente. O número mínimo de matriculados encontrados foram de 10 alunos e no máximo 27. Deste total, sete assinalaram no formulário de matrícula que não sabiam ler. Um número reduzido se relacionarmos com a escassa oferta de escolas estaduais na região, uma

⁴¹⁹ Entrevista concedida por Iginio Lira. Porciúncula. 2007.

⁴²⁰ Entrevista concedida por Iginio Lira. Porciúncula. 2007.

por distrito⁴²¹. Além disso, as escolas estavam situadas, normalmente, no centro do povoado, o que impossibilitava a frequência de um morador de uma zona distante e de difícil acesso.

Assim, os italianos que mobilizaram recursos para construção de escolas nas suas fazendas, contribuíram, significativamente, para diminuir o número de analfabetos na região.

Vemos, portanto, que os italianos fazendeiros ou sitiantes, sobretudo, os oriundos do Lazio, transmitiram, aos seus descendentes e a população local, seu capital cultural mobilizando, também, o poder executivo local, quando a partir da década de 1950 transferiu a escola para o âmbito municipal.

Destacamos que progressivamente a escola deixa de ser propriedade privada, servindo aos membros da família proprietária e aos trabalhadores da fazenda. Sendo iniciativa da família a construção da escola, inicialmente, era custeada desde o material para os alunos até o pagamento da professora, pelos proprietários. Após mais de 10 anos de funcionamento, aproximadamente, os registros apontam para uma parceria entre proprietário e município. A escola passa a ser mista⁴²², ou seja, o prédio pertencia ao proprietário e estava no quintal da sua fazenda, o material e a professora passaram a ser pagos pelo governo municipal.

Pelo Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 1971, a escola já pertencia ao Estado. No documento, no seu Art. 1 uma homenagem à proprietária da Fazenda do Céu. A denominação da escola deixa de ser “Escola Fazenda do Céu” para se chamar “Escola Veronica Lira”.⁴²³ Ressaltamos que além da mudança no nome da escola mudaram, também, o nome da proprietária homenageada. No lugar de Castoni, a ênfase foi dada ao sobrenome Lira. Ao relacionarem seu nome ao do marido, morto há mais de 73 anos, reconstruem a imagem do patriarca e apagam “aquilo que distingue um indivíduo do outro em todas as sociedades: o nome. As linhas que convergem para o nome e dele partem, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.”⁴²⁴

Assim, no imaginário popular perpetuado entre as gerações posteriores, que não conheceram a trajetória desta mulher, Veronica Castoni, caiu na invisibilidade. Mas, para quem for buscá-la nos registros oficiais e privados e nas fontes manuscritas encontrará seu “nome que é o fio condutor”⁴²⁵.

⁴²¹ Biblioteca Municipal de Niterói. Prefeitura Municipal de Itaperuna. Relatório de Municípios apresentado ao Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro. Estatística do movimento escolar. Anexo 16. 1934.

⁴²² Arquivo Privado. Diário de Classe. 1951 Fazenda do Céu. Porciúncula/RJ.

⁴²³ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Projeto n 302. Niterói, 22 de setembro de 1971. Seção II, p.4

⁴²⁴ GUIZNZBURG, Carlo. A Micro História e outros ensaios. O nome e o como. Memória e Sociedade. Editora Bertrand Brasil AS, 1989, p.174.

⁴²⁵ GUIZNZBURG, 1989, Op. cit. p. 175.

Como justificativa a mudança do nome da escola, o Diário exalta a figura da mulher, Veronica “Lira”, fazendo uma retrospectiva de parte da trajetória vivida pela fazendeira:

Veronica Lira nascida na Itália veio para o Brasil em fins do século passado, ou mais exatamente em 1898, em companhia do seu esposo e quatro filhos, o mais velho dos quais com 12 anos de idade. O quinto filho do casal já nasceu no Brasil. Dois anos após sua chegada ao Brasil faleceu seu esposo. Longe da pátria, da família, com cinco filhos menores soube com ânimo enfrentar as dificuldades da viuvez. Radicara-se na Fazenda do Céu, no atual distrito de Porciúncula, como parceira na cultura do café. Com energia e capacidade de trabalho foi adquirindo recursos, com os quais veio a adquirir a mesma fazenda onde havia iniciado a vida, no Brasil, como meeira. Ao falecer em 1932, ao lado do patrimônio moral de uma vida edificante, grande patrimônio material representado pelas propriedades agrícolas que adquirira, além da Fazenda do Céu. Trouxe ela para a Pátria de adoção, para a região onde se fixara, todas as virtudes cristãs das esposas e mães italianas. Inculcou na mente dos filhos, ao lado do sentimento de saudade da pátria distante, os sentimentos de amor e gratidão para com a terra que tão hospitaleiramente os recebera e tão dadivosamente retribuira os seus sacrifícios, o seu trabalho. Nesta homenagem, D. Verônica simboliza a mulher italiana a quem tanto deve nossa Pátria e, muito especialmente, o Distrito de Santa Clara, de cuja formação foram elas as dedicadas pioneiras. É de se ressaltar, também, que o filho da homenageada, Sr. Higinio Lira, atual proprietário da Fazenda do Céu, colocou à disposição do Governo do Estado o terreno necessário à construção, de outra escola, de vez que a casa por ele construída para este fim, não atende mais as exigências atuais. Sala das Sessões. 2 de setembro de 1971. Luiz Linhares. Projeto número 302 de 1971.⁴²⁶

Normalmente, as pessoas que nomeiam ruas, praças e logradouros participaram da construção e desenvolvimento do local. Conhecer a história de vida dessas pessoas, permite compreender através de suas trajetórias o momento histórico, cultural e político de uma época.

No caso de Veronica, mesmo sendo uma protagonista, a justificativa apresentada no Diário Oficial, ao fazer uma retrospectiva histórica da imigrante, reproduz no discurso, muito mais, uma visão de família “patriarcal”, exaltando suas virtudes cristãs de esposa e de mãe, estendendo a todas as mulheres italianas a imagem de mulher dedicada ao mundo da casa, da moralidade e afetividade nas relações sociais, ocultando seu dinamismo e força na liderança dos grupos familiares.

⁴²⁶ Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Projeto n 302. Niterói, 22 de setembro de 1971. Seção II.

6 A APREENSÃO SOCIAL DE UM REGISTRO CONTÁBIL

(...) Demétrio comprou um sítio que está com a família dele até hoje (...) (GORINI, 2001)

A depoente assinala para a aquisição de terras feita pela família Pellegrini, em Varre-Sai, bem como a permanência da propriedade nas mãos dos descendentes.

O sítio, que ainda, hoje, encontra-se com os herdeiros foi adquirido de um brasileiro em 17 de outubro 1921, por 12:000\$000 (doze contos de reis) contendo 20 alqueires de terra, localizado na Fazenda Santa Cruz/Vista Alegre/Varre-Sai. Este sítio continha 03 casas (duas de morada e uma com balcão para negócios), paiol, tulha, moinho, duas engenhocas de cana, cafezais, pastos cercados e mais benfeitorias.

Mas esta não foi a primeira e única compra realizada pela família. Percorrendo os Livro de Notas do Cartório de Varre-Sai no período localizamos o casal de imigrante que ora se colocava na condição de comprador, ora de vendedor, credor, bem como testemunha dos negócios feitos com outros italianos.

Deste modo, entre 1911 e 1915 adquiriram três propriedades agrícolas: 8 alqueires em 1911⁴²⁷; 06 em 1913⁴²⁸ e 9 em 1915⁴²⁹, perfazendo um total de 23 alqueires de terra.⁴³⁰ Quanto a forma de pagamento necessitou de um prazo de sete meses para a primeira compra. As outras duas aquisições foram feitas com pagamento à vista. Na última compra, além da terra adquiriu, também, uma casa na sede de Varre-Sai. Todos os lotes de terra tinham

⁴²⁷ Cartório de registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas N 11, 12 e 15 respectivamente.

⁴²⁸ Cartório de registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas. 1911.

⁴²⁹ Cartório de registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas. 1913.

⁴³⁰ Cartório de registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas. 1915.

cafezais, casa de morada e casa para colonos, essas sempre referidas como inferiores ou ordinárias, caracterizando a posição do colono⁴³¹ na propriedade.

Após a compra dos três lotes de terra, a família realizou outra transação imobiliária, desta vez, na condição de vendedor. O lote de terra e a casa comprada em maio de 1915 foram vendidos 6 meses depois à família Bendia. Em 1922 efetuou, também, a venda de outro lote de terra adquirido em 1911.

Talvez o desinteresse pela permanência na posse dessas terras se devesse ao fato de não serem contíguas. Eram lotes isolados, distantes um do outro, conforme a localização constante na documentação.

Assim, partimos do pressuposto que enquanto o casal não conseguia recursos para comprar um sítio que fosse suficiente à manutenção de todos os membros da família, os investimentos em pequenos lotes foram feitos a fim de acumular capital que permitisse a posse definitiva de maiores extensões de terras, com solos de melhor qualidade para a produção, principalmente, para a cafeicultura. Tal oportunidade ocorreu, em 1921, quando Demétrio Pellegrini adquiriu uma propriedade de 20 alqueires contínuos, com várias benfeitorias.⁴³²

A grosso modo para classificar um sítio ou uma fazenda é considerada a extensão das terras, seja em alqueires ou hectares. Assim, o sitiante é o que tem pouca terra. Opondo-se ao sitiante temos o fazendeiro com muita terra. Entretanto, esta classificação, conforme apontado por Margarida Moura, “não informam sobre o modo pelo qual se desempenha o trabalho na terra”⁴³³. Além do mais, não faz referência ao o tipo de solo, e, conseqüentemente à produtividade.

Portanto, o conceito de sitiante presente na vasta literatura brasileira como aquele que utiliza somente da unidade familiar de produção para o sustento da família, com o trabalho na roça e o cultivo da policultura para a subsistência, não pode ser generalizante.

Através de um registro contábil⁴³⁴ do sítio de Demétrio Pellegrini referente ao período de 1925 a 1942, extraímos dados reveladores de uma terra com alta produtividade e muitos trabalhadores que mais se assemelham as características de uma grande fazenda.

⁴³¹ O colono, aqui citado, refere-se aquele que trabalhava nas terras do italiano, sendo também chamado de meeiro.

⁴³² Cartório de Varre-Sai. Livro de Notas nº 15, pag 64, 1921.

O sítio possuía 03 casas, duas de morada e uma com balcão para negócios, paiol, tulha, moinho, 02 engenhocas de cana, cafezais e pastos cercados, situado na fazenda Vista Alegre/Santa Cruz no distrito de Varre-Sai.

⁴³³ MOURA, 1978, Op. cit. p. 16.

⁴³⁴ Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942.

Este registro de anotações de nascimento de animais⁴³⁵, apontamento de serviços, compra dos meiros no armazém e venda de café, título constante na capa do livro, é uma continuidade de outros livros que não conseguimos localizar. Constando de trezentas páginas, cada uma delas com as anotações diárias da movimentação em nome de um ou dois trabalhadores, os montantes registrados, no dever e o haver, eram transportados para as páginas seguintes. Ressaltamos que após quarenta e quatro anos de residência no Brasil o registro feito pelo próprio proprietário está escrito em italiano, raramente, algumas palavras são encontradas em português.

Dispomos, portanto, de uma fonte que nos revela as relações de trabalho; as remunerações, a nacionalidade e o tempo de permanência dos trabalhadores no sítio; a unidade familiar no trabalho agrícola; a produção; o consumo; o trabalho doméstico; os negócios feitos com parentes e a vizinhança.

Normalmente, a pequena propriedade era quase sempre relegada a áreas de menor fertilidade da terra, principalmente em regiões onde predominavam o latifúndio. No caso em estudo as terras estavam situadas numa região de solo fértil com uma boa colheita de café, contribuindo no somatório da produção total da região noroeste fluminense.

A produção de café anual, vendida entre 1925 e 1942, das terras da família Pellegrini pode ser representada:

TABELA 21 - Produção de café, em arrobas, distribuída anualmente entre 1925 e 1942

ANO	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933
PRODUÇÃO EM ARROBAS	914	700	675	300	484	504	798	587	629

ANO	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942
PRODUÇÃO EM ARROBAS	351	589	820	892	1046	482	746	641	568
								TOTAL	11.726

Fonte: Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942.

⁴³⁵ Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942.

Os dados representados na Tabela apontam que esta propriedade medindo 20 alqueires de terra apresentou uma produção média por alqueire que só poderia ser atingida se a totalidade das terras fosse ocupada com o cultivo do café. Nos anos de 1938 e 1939 a produtividade alcançou 22.920 quilos de café correspondendo, aproximadamente, a 23 toneladas. Ao compararmos com a safra de toda a região que atingiu nestes anos 16.000 toneladas⁴³⁶, o sítio da família Pellegrini contribuiu com 0,14% com o total da produção. Considerando que este era um sítio dentre as 4.873 propriedades rurais⁴³⁷, do município de Itaperuna, o percentual de participação no total da produção cafeeira torna-se relevante.

Podemos observar que dos dezessete anos de registro feitos neste livro contábil, a produtividade se mantém relativamente alta na maior parte dos anos, com um mínimo de 300 arrobas em 1929 e o máximo de 1046 em 1938.

No contexto nacional este foi um período em que o café passou por um processo cíclico de valorização e de desequilíbrio entre a oferta e a demanda. O país passava por uma séria crise econômica e política provocada pela queda dos preços do café no mercado internacional. Várias medidas de defesa da renda cafeeira foram tomadas de 1925 a 1937 na tentativa de manter um padrão satisfatório nas exportações. No ano de maior produtividade do imigrante proprietário o imposto sobre o café tinha sido reduzido como resultado de uma política de governo que visava proteger o setor agrícola, principalmente, o café.

Embora a cafeicultura das tradicionais regiões brasileiras passasse a ter uma nova configuração com a industrialização, o noroeste fluminense, principalmente, Varre-Sai, continuou com a cultura do café como principal fonte de renda. No triênio de 1936 a 1938 a região exportou pela estação ferroviária Leopoldina Railway 31. 279 toneladas⁴³⁸ de café.

Para alcançar a produção de café demonstrada na Tabela, o proprietário adotou o sistema de meação. Além dos meeiros, utilizava, também, da mão-de-obra dos filhos e de um cunhado, agregado que emigrou com a família, e, em épocas de colheita, o trabalho dos camaradas. Portanto, o sítio remonta as relações de trabalho de uma grande fazenda unindo meeiros, camaradas e algumas vezes relações típicas do regime de colonato, ao mesmo tempo em que apresenta as características de um sítio que conta com a unidade familiar de produção.

⁴³⁶ Prefeitura Municipal de Itaperuna. Estatística (Agência do IBGE). Dados e informações sobre Itaperuna. Estado do Rio. Distribuição por ocasião das festas comemorativas do cinquentenário da instalação do Município. 12 a 18 de agosto de 1939, p. 36.

⁴³⁷Ibidem, p. 34.

⁴³⁸ Ibidem, p. 40-41

Neste sentido, localizamos um total de 56 trabalhadores no registro contábil de Demétrio, dentre eles: brasileiros, italianos, turcos e portugueses. A maior parte permaneceu, entre seis e 12 anos, trabalhando como meeiros que recebiam 50% da produção pela qual eram responsáveis.

Como exemplo, citamos Francisco Salin, um dos meeiros que trabalhou no sítio por um período de oito anos: de 1934 a 1941. Quatro anos após trabalhar na propriedade, recebeu pela primeira remessa de café referente à sua parte: 643\$200(seiscentos e quarenta e três mil reis).⁴³⁹ Neste mesmo ano, o proprietário vendeu 7:290\$000 (sete contos duzentos e noventa mil reis) em café. Além de Francisco Salin, mais 6 trabalhadores receberam pela produção do café dentre eles, Teodorico Pellegrini, o filho mais velho do casal.

Francisco Salin, ao iniciar seus trabalhos na propriedade de Demétrio, em 1934, contrai a primeira dívida no valor de quinze mil réis com o proprietário.⁴⁴⁰ Esta dívida deveu-se ao pagamento de um carroto para sua mudança. Na medida em que Francisco Salin permanecia no sítio, passa a dever muito mais do que tem a haver até a colheita do café em 1935. Quando os valores aparecem no haver são relativos a serviços prestados sob forma de empreitada, na capina de lavouras novas do café, na colheita e na limpeza dos pastos. Observamos, assim, que o meeiro trabalhava, também, por empreitada.

Compunha o sítio, dentre outras benfeitorias, já citadas, um balcão para negócios. Este balcão servia de armazém onde eram vendidos para os trabalhadores produtos de consumo que variavam desde alimentos, vestuário a produtos diversos, totalizando uma variedade de 37 itens. A maior parte das dívidas era contraída com a compra de gêneros alimentícios e vestuário.

TABELA 22 - Produtos vendidos no sítio de Demétrio Pellegrini – 1926-1941

Produtos Alimentícios		Diversos	Vestuário/Calçados	Bebida
milho	farinha	fósforo	tecido:americano, riscado e	Aguardente
fubá	farofa	fumo	linho	
feijão	café	cachimbo	Par de meias	
canjica	açúcar	querosene	terno	
carne-seca	sal	sabão	botão e linha	
rapadura	banha	jornal	botina	
farinha de trigo	gordura	papel	chinelo	
	sopa	canivete	sapato	
	rosca	pente	tennis	
	galinha		cinto	

Fonte: Arquivo Privado. Livro Contábil do Sítio Vista Alegre/Varre-Sai. 1925-1942

⁴³⁹ Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942, p. 168.

⁴⁴⁰ Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942, p. 261.

Em agosto de 1934, Francisco Salin consumiu cento e dezenove e quinhentos mil reis de mantimentos⁴⁴¹. Os gêneros obtidos foram desde fumo, rapadura, toucinhos, arroz, fubá, farinha, sal e banha, até os tecidos e vestuário. Em 15 meses, de agosto de 1934 a novembro de 1935, o trabalhador acumulou uma dívida de um conto seiscentos e noventa mil reis e um haver de um conto duzentos e trinta mil reis, ficando, ainda, com uma dívida de quatrocentos e cinquenta e nove mil reis. Deste modo, vimos que o trabalhador não conseguia quitar sua dívida, na medida em que recebia, também, somas em dinheiro concedidas pelo proprietário, sob forma de empréstimo.

É comum, entre os grupos italianos, toda a família, trabalhar nas atividades agrícolas. O homem no trabalho da lavoura, passando pela autoridade do pai, considerado o chefe da família e da mãe enquanto organizadora da casa, cuidando da limpeza e das refeições diárias.

Na família que ora analisamos, encontramos registros referentes a pagamento por serviços prestados a cozinheira e lavadeira na residência do casal proprietário. Quem prestava os serviços era Porsina Salin, esposa de Francisco Salin. Cada mês de serviço prestado era computado no haver da contabilidade de Francisco. Neste caso, Porsina não recebia o dinheiro vivo, visto que o valor do seu trabalho era abatido nas dívidas de Salin.⁴⁴²

Mapeando a movimentação de um outro trabalhador do sítio⁴⁴³, desta vez, um agregado da família, cunhado do proprietário. Constatamos que o italiano trabalhou de 1925 a 1935 ininterruptamente, tendo sempre o dever maior que o haver. A maior parte da dívida era proveniente dos empréstimos em dinheiro que o proprietário concedia ao seu cunhado. As dívidas só foram quitadas quando o trabalhador recebeu, em 1935, uma quantia referente à herança resultante da venda de uma casa, em Proceno, pertencente a sua mãe. Com este dinheiro, pode se livrar da dívida ficando com um haver de cento e treze reis. Passados cinco anos da data da quitação novas dívidas foram contraídas. Como não foi possível acompanhar esta movimentação nos anos subseqüentes, pela inexistência de outros livros contábeis, não foi possível verificar se os débitos foram saldados.

Ressaltamos que estes exemplos citados não representam a totalidade dos trabalhadores do sítio. A maioria deles conseguia saldar suas dívidas com a colheita do café. Como é o caso Luigi Francesco Clementi que trabalhou três anos, como meeiro, e pagou tudo o que devia deixando o sítio com um haver no valor de quatrocentos e setenta mil reis.

⁴⁴¹ Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942, p. 168.

⁴⁴² Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942, p. 261.

⁴⁴³ Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942, p. 2-285.

Talvez a facilidade no pagamento, para alguns, esteja ligada a diversas fontes de renda que possuíam alguns trabalhadores. Antonio Serri, por exemplo, além de receber pela meação, obteve, também, o pagamento pelo trato do cafezal no valor de quarenta mil reis, por mil pés de café.

Além da meação e do pagamento pelo trato do cafezal, camaradas recebiam para realizarem a colheita do café, a maioria deles era brasileiro. Em 1931 pagou o proprietário trezentos e dezessete reis a sete camaradas, com o pagamento mínimo no valor de trinta reis e o máximo de setenta.⁴⁴⁴

Embora fosse a meação a maior fonte de renda, como vimos há, também, uma conjugação de relações de trabalho configuradas como colonato na medida em que alguns meeiros recebiam, também, pelos pés de café plantados. Com estes, não existia um contrato, mas sim um trato, conforme descrito no registro em 1927: “*Trattei com Antonio Serri di pagare caffè dopo ben formato na dirubata per quaranta mil reis per mille pe*”⁴⁴⁵. O mesmo trato foi feito com o filho pelo pagamento de cinquenta mil reis e com um parente por oitenta e cinco mil reis. Ambos os pagamentos referia-se a mil pés plantados.⁴⁴⁶

Além do café o milho e o feijão vinham em segundo lugar na produção. Com moinho de fubá no sítio, estes eram os produtos mais vendidos para meeiros e camaradas.

A compra de animais foi outro investimento feito pelo proprietário. As duas primeiras páginas do livro foram utilizadas para o registro de nascimento de animal. Todos os animais registrados eram bovinos. Chamou-nos a atenção a preocupação que tinha o italiano em registrar o nome do animal bem como sua filiação: “Violeta nasceu no mês de maio de 1933. Filha da Morena e do Touro do Martiniano”; “Zepelin nasceu no dia 23 de agosto de 1938. Filho da Violeta e do Touro do Guido Pulitini”. E assim o imigrante descrevia todos os nascimentos. O touro era sempre de um proprietário vizinho, também, italiano. Ao todo, nasceram dezesseis cabeças de gado entre 1929 e 1939.

Estes dados apontam que o Pellegrini possuía gado leiteiro. Pressupomos que a produção do leite do sitiante somava-se à produção total do município. Mesmo que a quantidade fosse reduzida, esta era mais uma fonte de renda da família. Com o leite faziam queijos e doces para consumo próprio e em menor proporção para a venda no mercado.

⁴⁴⁴ Arquivo Privado. Registro Contábil do Sítio Vista Alegre/ Varre-Sai. 1925-1942, p. 129.

⁴⁴⁵ Arquivo Privado. Livro Contábil do Sítio Vista Alegre/Varre-Sai. 1925-1942, p. 01.

“Tratei com Antonio Serri de pagar em café, depois de bem formado e derrubado, quarenta mil reis por mil pés de café”.

⁴⁴⁶ Arquivo Privado. Livro Contábil do Sítio Vista Alegre/Varre-Sai. 1925-1942, p. 01.

Vimos, portanto, que além da agricultura, o setor pecuário era a segunda maior fonte de renda da região. Em 1938 o número estimado de bovinos para toda a região era de cinquenta mil⁴⁴⁷.

Embora o sítio em sua extensão caracterizasse uma pequena propriedade, estamos diante de uma documentação que nos apresenta o modelo de uma fazenda com alta produtividade.

Candido⁴⁴⁸ aponta que, técnica e economicamente, muitas fazendas não passam de sítios em pontos maiores deixando sem exploração partes consideráveis, obtendo rendimento medíocre e, sobretudo, sendo exploradas indiretamente sob forma de arrendamento e parceria. Acrescentamos que, em alguns casos, os sítios podem ser considerados fazendas sob o ponto de vista da exploração plena da área, das relações de trabalho estabelecidas com o proprietário e pela produtividade, como o caso do sítio analisado.

Concluimos que o imigrante reproduziu e utilizou um conjunto de práticas oriundas de uma experiência vivida, seja enquanto proprietário na Itália ou colono no Brasil. Tais práticas Bourdieu⁴⁴⁹ chamou de capital social, “condição e efeito de uma gestão bem sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstica”. Desta forma, a família Pellegrini representada pelo patriarca, mesmo vivendo em uma situação tão diversa do seu país de origem, manteve no local de inserção a posição de “sujeito” principal das estratégias de reprodução.

6.1 A LIDERANÇA NA COLÔNIA.

Além do capital material, a família Pellegrini, transportou, também, para o país imigratório, o capital simbólico, o nome,⁴⁵⁰ herdado do patriarca, Giuseppe Pellegrini, enquanto líder político da comunidade procenesa, por mais de vinte anos, entre final do século XIX e as duas primeiras décadas do XX como apresentado no Capítulo 02.

Segundo Bourdieu⁴⁵¹ a família em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal que implica um privilégio simbólico: o de ser como se deve, dentro da

⁴⁴⁷ Prefeitura Municipal de Itaperuna. Estatística (Agência do IBGE). Dados e informações sobre Itaperuna. Estado do Rio. Distribuição por ocasião das festas comemorativas do cinquentenário da instalação do Município. 12 a 18 de agosto de 1939, p. 37.\

⁴⁴⁸ CANDIDO, 1971. Op. cit. p. 107

⁴⁴⁹ BOURDIEU, 2007. Op. cit. p. 133

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 133

⁴⁵¹ BOURDIEU, 2007. Op. cit., p. 131

norma, portanto apta para obter um lucro simbólico da normalidade. Assim, o autor considera a família como um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão.

A família Pellegrini possuía os pré-requisitos necessários de uma família adequada à obtenção de privilégio para exercer a representatividade na colônia, conforme lembrado por uma das filhas de Demétrio: “Nasci em Varre-Sai, na roça no sítio do meu pai (Demétrio Pellegrini e Anna Bianconi). Eles eram muito bons, um pai exemplar e trabalhador. Todos gostavam muito dele aqui. Ele era muito respeitado pelos moradores.”⁴⁵²

A visibilidade na região de acolhida pode ser encontrada na documentação cartorária onde o imigrante, por um longo período, assina como testemunha nas Escrituras de compra e venda de terras de outros italianos, assim como nas Escrituras Públicas de Cessão de Direitos Hereditários e de Doação de Bens.

Outras fontes reveladoras do papel do italiano como líder dos seus compatriotas foram localizadas nas cartas⁴⁵³ escritas ao Cônsul italiano no Rio de Janeiro. Demétrio era o correspondente oficial do Cônsul na colônia italiana de Varre-Sai.

Com a institucionalização dos serviços de imigração e “defesa” dos imigrantes promovidas pelo governo italiano, a partir de 1902⁴⁵⁴ e, principalmente, com a Lei de Regulamentação e Normas Complementares sobre emigração, publicada em 1910⁴⁵⁵, na Itália, o papel exercido por estes representantes, na prática, serviu, muito mais, como ponto de apoio aos imigrados do que garantia de melhorias das condições de trabalho impostas pelos fazendeiros nas grandes propriedades cafeicultoras, conforme afirmado por Trento: “Tratar-se-á sempre de medidas meramente restritivas e não de intervenções orgânicas destinadas a garantir um mínimo de proteção para quem vivia e trabalhava no país latino-americano”.⁴⁵⁶

Para outros, as medidas foram eficazes para amenizar as situações conflituosas vividas pelos imigrantes, sobretudo no oeste paulista, como aponta a historiadora Maria Thereza Petrone: “Ao que parece, com essa institucionalização dos serviços de imigração e de defesa

⁴⁵² Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula. 2005

⁴⁵³ Arquivo Privado. Correspondências enviadas por Demétrio Pellegrini ao Cônsul no Rio de Janeiro. 1937-1938

⁴⁵⁴ TRENTO, 1989. Op. cit., p. 34

⁴⁵⁵ Centro Studi e Documentazione dei padri Scalabriniani. Lei, Regolamenti e Norme Complementari della legge sull'Emigrazione. Roma. Cooperativa Tipografica Manuzio. Via di Porta Slaria, 23 A, 1910.

⁴⁵⁶ TRENTO, 1989, Op. cit., p. 34

dos imigrantes, as queixas diminuíram e as relações de trabalho se tornaram menos conflituosa”.⁴⁵⁷

A presença dos correspondentes consulares nas colônias italianas poderia ser encontrada na maior parte das regiões do Brasil, sobretudo, nas áreas rurais. Para as regiões que não existia o predomínio das grandes propriedades, os conflitos eram raríssimos. Nos nossos estudos, em um número aproximado de quarenta famílias, encontramos apenas um caso de conflito, que resultou em morte, apresentado no capítulo precedente, ressaltando que aquele imigrante não trabalhou na mesma fazenda para onde foi encaminhada a maior parte dos imigrados.

Mesmo numa localidade sem aparentes conflitos o papel do correspondente do Cônsul servia para amenizar os sentimentos de incertezas, simbolizando o elo que parecia estreitar os laços entre dois mundos distantes, estando entre a colônia e o representante do governo italiano.

Se o representante era um membro escolhido entre os imigrados, este passava a ser visto como “baluarte da colônia”, o portador das vozes do grupo imigrado ao governo italiano. Assim, uma depoente fez referência ao representante oficial da colônia descrevendo-o como um “salvador” que era cultuado pelos seus compatriotas:

Aqui tinha o culto ao Sr. Demétrio Pelegrini. Ele era o correspondente do Cônsul. Então se alguém quisesse fazer uma queixa do patrão fazia com Sr. Demétrio. Quando eles tinham que dar uma ordem coletiva dava ao Sr. Demétrio. Então eles se deram muito bem.⁴⁵⁸

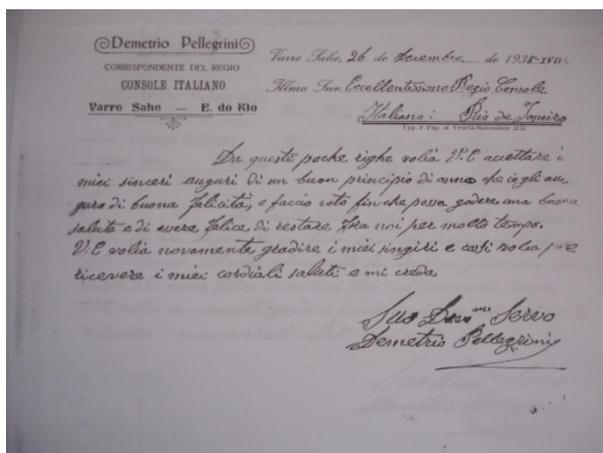
Quando a entrevistada disse “eles se deram muito bem” quis dizer que os grupos familiares imigrados em Varre-Sai estavam bem representados. Continuou afirmando: “Demétrio era o homem de confiança de todos aqui”.⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ PETRONE, Maria Theresa Shorer. O Imigrante italiano na fazenda de café de São Paulo in BONI, Luis A. De (org). A presença Italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987, p. 110.

⁴⁵⁸ Entrevista concedida por Elza Gorini. Varre-Sai. 2001

⁴⁵⁹ Entrevista concedida por Elza Gorini. Varre-Sai. 2001

Fig. 42



Correspondência feita ao Cônsul no Rio de Janeiro-1938
 Fonte: Arquivo Privado. Sítio Vista Alegre. Varre-Sai.

Fig. 43



Registro de Estrangeiro de Demétrio Pellegrini-1942
 Fonte: Arquivo Privado. Sítio Vista Alegre. Varre-Sai.

As correspondências feitas ao Cônsul, eram sempre curtas, com um texto de saudações e agradecimentos. Nesta carta, datada de 26 de dezembro de 1938, escreveu o correspondente:

Nestas poucas linhas queira Vossa Excelência aceitar os meus sinceros votos de um bom princípio de ano, muitas felicidades e faço votos que possa gozar de uma boa saúde para continuar entre nós por muito tempo. V. Ex. quero novamente agradecer enviar minhas cordiais saudações.⁴⁶⁰

Observamos que o conteúdo das cartas destinava-se mais a manutenção de uma relação cordial com o Cônsul, bem como, o dever em cumprir com as competências de um correspondente que deveria, eventualmente, enviar notícias da colônia. Como as relações na colônia, assim como as condições dos imigrados não apresentavam irregularidades o texto escrito era sempre em poucas linhas.

Em outra carta⁴⁶¹ Demétrio pede desculpas por não ter feito a viagem justificando que estava doente. Aproveitou para dizer que as relações na colônia estavam bem. Supomos que Demétrio foi convocado a comparecer no consulado, por isso, justificou sua ausência por não poder ter realizado a viagem, um percurso de 400 km, distância entre Varre-Sai e o Rio de Janeiro.

⁴⁶⁰ Arquivo Privado. Correspondência feita por Demétrio Pellegrini ao Cônsul no Rio de Janeiro em 1938.

⁴⁶¹ Arquivo Privado. Correspondência feita por Demétrio Pellegrini ao Cônsul no Rio de Janeiro em 1937.

A visibilidade de Demétrio na localidade de Varre-Sai foi lembrada por um descendente :

Eu tirava férias e ficava lá no sítio. Ele passava as revistas que lia pra mim. Ele me mostrava as fotografias da Itália. Ele tinha uma história sagrada no idioma italiano. Aprendi muito com ele sobre religião. As pessoas iam lá na casa do meu avô para conversar...ele era como um conselheiro um juiz de paz em Varre-Sai. Ele era do Cônsul.⁴⁶²

As relações sociais estabelecidas entre o proprietário correspondente do Cônsul e as famílias italianas ali fixadas tornaram-se o foco de mecanismo de proteção, em torno do qual a comunidade tinha se organizado. A figura do líder compatriota, que representava a união entre o Brasil e a Itália, funcionava como elemento que promovia a ordem, o equilíbrio interno e a unidade entre os imigrantes, além de afirmação dos sentimentos de identidade.

Para Demétrio, mesmo em se tratando de um contexto diverso do vivido na comunidade de origem, onde seu pai teve um papel central na história política de Proceno, e onde ele próprio participou das deliberações comunitárias, como conselheiro atuante no município, o capital simbólico transportado permitiu a manutenção no país imigrado do prestígio e da liderança exercidos pela família. Ao ocupar um posto institucional na representação da diplomacia italiana em Varre-Sai, o Pellegrini reafirmou sua liderança e seu prestígio individual junto às autoridades consulares, bem como ao grupo de imigrantes.

Para as famílias imigrantes de Proceno a proximidade com o “Sr. Demétrio” existia desde os tempos em que eram vizinhos neste município. Para as de Graffignano supomos que o nome da família já lhes era familiar, visto a visibilidade que obtiveram não só na localidade natal, como, também, em toda a extensão dos pequenos municípios com proximidade espacial da Província de Viterbo.

Outro fator que contribuiu significativamente para o prestígio do correspondente entre as famílias italianas em Varre-Sai foi a religiosidade, sobretudo, se considerarmos que a família recebeu, na Itália, a herança material e imaterial⁴⁶³ de um bispo, tio de Demétrio.

A religiosidade, sobretudo, de que foram herdeiros do Estado Pontifício se manifestava com veemência. A igreja de propriedade da família, em Proceno, ponto de encontro dos parentes e vizinhos mais próximos foi perpetuada em Varre-Sai quando Demétrio construiu no seu sítio, com o auxílio dos imigrantes, uma capela. Desta forma, possibilitou uma continuidade dos costumes predominantes deixados na pátria reforçando os elementos de

⁴⁶² Entrevista concedida por José Demétrio. 2007.

⁴⁶³ LEVI, Op. cit., 2000.

afirmação da unidade no seio da colônia, conforme observou Possamai⁴⁶⁴ “o catolicismo foi um dos componentes da identidade coletiva entre os imigrantes italianos”.

Assim, a convergência do grupo para a igreja, a reunião e a prática em comum sob a égide do líder, permitiram o estreitamento, cada vez, maior dos laços sociais e a visibilidade do imigrante enquanto líder se perpetuou na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais.⁴⁶⁵

Destacamos que o imigrante fez uma viagem à Itália. Deste modo, além de ter sido o intermediário entre as famílias imigradas e o Cônsul foi, também, um elemento que ligou os proceneses de Varre-sai aos seus familiares residentes no município natal, sendo portador de notícias dos parentes das outras famílias emigradas.

Esta fotografia, encontrada no arquivo dos descendentes de Demétrio Pellegrini, foi feita no período em que o imigrante esteve em Proceno. Nesta imagem, Demétrio aparece ao lado dos seus pais Giuseppe Pellegrini e Anunziata Alberti e as irmãs Severina e Luisa, seus cunhados e sobrinhos.

Fig. 44



Fonte: Arquivo Privado. Varre-Sai. Demétrio Pellegrini e família. Itália
Da direita para a esquerda, o terceiro é Demétrio, ao lado seu pai, tendo à frente sua mãe.

Através desta imagem a posição social ocupada por esta família, já descrita na documentação, naquela localidade pôde ser demonstrada. Apesar de ter toda uma produção que a envolve, podemos perceber nos trajes, tanto das mulheres como dos homens, que estes, de fato, faziam parte da pequena burguesia procenesa.

⁴⁶⁴ POSSAMAI. 2005, Op. cit., p. 107.

⁴⁶⁵ BOURDIEU, 2007, Op. cit. p. 131.

7 A MANUTENÇÃO DOS LAÇOS ECONÔMICOS ENTRE A ITÁLIA E O BRASIL: AS REMESSAS E A HERANÇA DA TERRA

A questão das remessas vem sendo alvo de discussão entre os historiadores do processo migratório. Mesmo assim, existem poucos estudos sobre o assunto, e os encontrados referem-se às remessas enviadas do Brasil ao país de origem do imigrante. O itinerário inverso das referidas remessas quase nunca são abordados permanecendo como uma lacuna na historiografia sobre imigração. Neste sentido, o presente capítulo objetiva fazer um estudo na contramão ao focalizar as remessas que chegaram das regiões de origem para os italianos de Varre Sai.⁴⁶⁶

Localizamos no arquivo cartorário de Varre-Sai procurações onde o outorgante italiano no Brasil, autorizava ao outorgado na Itália, a movimentar os bens deixados na época em que migraram, assim como que receberam posteriormente por força de herança. As pistas encontradas acabaram por adicionar novas perguntas à documentação, incorporando-se imediatamente à problemática da pesquisa delineada inicialmente. Somente o exame nos arquivos italianos foi capaz de levantar registros que permitissem cruzar os dados obtidos no Brasil e religar as duas pontas da história, de forma a garantir sua inteligibilidade.

Com estes dados, objetivamos mapear a trajetória da movimentação financeira, dessas famílias, feita entre a Itália e o Brasil, procurando demonstrar que os laços econômicos se mantiveram por mais de trinta anos após a emigração, e, sobretudo, contribuíram para a ampliação do patrimônio adquirido no país de acolhimento.

Se por um lado dispomos de documentos que apontam para a transação econômica feita dos dois lados do Atlântico, por outro não possuímos registros documentais capazes de

⁴⁶⁶ Analisaremos a questões das remessas mais adiante.

demonstrar as formas de envio dessas remessas. Neste sentido A solução para tal problema foi realizar um estudo sobre as “remessas invisíveis”, através da quais as somas de dinheiro eram enviadas por correspondências, como apontado nas cartas que cruzaram os continentes.

7.1 AS REMESSAS

Ao consultar o Livro de Notas do Cartório de Varre-Sai, no noroeste fluminense/RJ, para levantar a movimentação de compra e venda de imóveis realizadas pelos imigrantes, nesta localidade, chamaram-nos a atenção as procurações dos imigrantes outorgando um italiano, na Itália, a movimentar os bens deixados naquele país e, ou, que receberam, posteriormente, por força de herança. Os imóveis vendidos constavam de casa com mobília, terrenos, bosques e cantinas. Todas as procurações tinham como outorgado um único indivíduo: Francesco Marchetini, “parente” de uma das famílias emigradas.

Um dos entrevistados e herdeiro da “Fazenda do Céu” aponta para o envolvimento de Marchetini nos negócios da família “Meu pai me dizia que em Proceno tinha um parente chamado Lino Marchetini, pai de Francesco Marchetini, que ficou tomando conta dos negócios lá. Minha avó, Veronica Castoni fazia correspondência com eles”.⁴⁶⁷

Nas procurações, os outorgantes, (no caso um casal), autorizavam o outorgado a arrendar, receber, pagar, fazer divisão de móveis e imóveis e tudo o que possuíam na Itália.⁴⁶⁸

A partir desta descoberta, novas inquietações surgiram e inevitavelmente, outras questões foram formuladas. Deparamos-nos com uma documentação que sugeriu novas questões que possibilitaria a aquisição de novos conhecimentos sobre o movimento imigrantista.

Marrou assim definiu a construção desse processo na pesquisa:

O progresso do conhecimento realiza-se por meio desse movimento dialético, circular – ou melhor, helicoidal -, no qual o espírito do historiador passa sucessivamente do objeto de sua pesquisa ao documento que constituiu o seu instrumento e vice-versa; a questão que desencadeou o movimento não permanece idêntica a si mesma; em contato com os dados do documento, ela não para de se transformar.⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Fazenda do Céu. Santa Clara/Porciúncula. 2007.

⁴⁶⁸ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai – Livro de Notas . Procurações.1915-1950

⁴⁶⁹ MARROU, 1978. Op. cit., p. 99.

Desvendar o que as fontes indicavam passou a ser uma das nossas importantes questões. Para tanto, necessitávamos formulá-las: Qual o significado desses bens no contexto econômico da época? Representavam pecúlios ou uma importância em dinheiro significativa se comparada com a moeda brasileira? A posse dos bens, mesmo que pequenos, reforçava a hipótese contra a miserabilidade original? A venda destes bens teria contribuído para a mobilidade social do imigrante no Brasil?

As lacunas nas fontes, uma das dificuldades na pesquisa histórica, nos impulsionou a procurar mais pistas que pudessem fornecer um número maior de informações sobre a negociação dos bens no país de origem.

Deste modo, encontramos as correspondências⁴⁷⁰, localizadas nos arquivos privados dos descendentes residentes no noroeste fluminense. Através delas pudemos constatar que os laços econômicos com os parentes do outro lado do Atlântico mantiveram-se fortes passados até mais vinte de anos ou mais de emigrados⁴⁷¹.

Fazendo as conexões entre um documento e outro, “familiarizando-se com eles, examinando-os sem descontinuidade, penetrando-os pouco a pouco, que se chega a conhecer o passado humano cujos vestígios eles conservam e a cerca do qual testificam.”⁴⁷²

A carta, como fonte histórica, foi denominada por Franzina⁴⁷³ como fonte alternativa capaz de lançar luzes sobre problemas efetivos e reais das classes subalternas, como os lavradores do norte da Itália, denominados por ele de “gente sem história”. O autor, que utilizou-se das cartas dos *contadini* do Vêneto e Friule imigrados na América Latina, afirma que estas podem ser consideradas como documentos de primeira mão originárias do interior da própria classe e servem como importantes testemunhos.

Em um contexto oposto aos estudos de Franzina, considerando que os *contadini* do Lazio ocupavam uma posição de maior visibilidade, sobretudo se comparados aos do Vêneto, as correspondências recebidas pelos imigrados no noroeste fluminense também foram utilizadas, transformando-se em fontes indispensáveis. Isto, porque, ao testemunhar as situações vivenciadas pelo imigrante, no mundo dos negócios permitiram estabelecer a lógica operada entre as famílias imigradas, o que dificilmente poderia ser encontrado em outro tipo de fonte.

⁴⁷⁰ Arquivo Privado. Cartas enviadas de Proceno, datadas de 1916, 1924, 1925, 1926, 1931, 1938, 1950, às famílias Pellegrini, Castoni/Lira, Bianchi/Tramontana e de Graffignano para a família Ridolfi.

⁴⁷¹ É através destas correspondências que os cortes, que uma separação produz, tornavam-se menos absolutos.

⁴⁷² MARROU, 1978. Op. cit., p. 100.

⁴⁷³ FRANZINA. Emílio. Merica! Merica!2000. Op. cit., p. 22.

Nas cartas, como já foi dito, o nome do “parente” Francesco Marchettini, o “procurador” é uma constante, sendo revelador de que os negócios, as procurações, os débitos eram muito mais relevantes do que a manifestação dos laços afetivos entre os dois mundos. A linguagem econômica se sobrepunha, portanto, à linguagem de afetividade. Esta era demonstrada formalmente, ao final com saudações de despedida. Este foi o caso, por exemplo, dos registros encontrados na documentação da família Pellegrini.

Além das cartas, o livro de registro contábil da família pode ser analisado, quando deparamo-nos com o mesmo personagem presente nas procurações e nas correspondências.

Na primeira página do livro, no ano de 1928, o proprietário faz referência ao outorgado residente na Itália: “Conta apresentada por Marchetini Francesco, na Itália, até o dia 15 de agosto de 1928 a meu favor no valor de 1.559,50 Liras.”⁴⁷⁴ Neste caso, Francesco possuía uma dívida com o proprietário que foi transportada para a página 96 do registro, em 1930, assim descrita: “Itália, Proceno, Provincia de Viterbo. Conta apresentada até esta data por Marchettini restando ao meu favor, com carta escrita em 27 de março de 1930, o valor de 1.531 Liras”. Logo abaixo, nesta mesma página do registro, datado em 1932, o outorgado quita parte da dívida com Demétrio Pellegrini, restando no dever 747 Liras.⁴⁷⁵

Na movimentação feita pelo italiano, outro personagem, residente na Itália, é citado como devedor no livro de registro contábil de Demétrio. Desta vez, as dívidas eram entre parentes. Francesco Caldara casado com Luisa Pellegrini, irmã de Demétrio, devia ao cunhado dez mil liras pagando um juro de 5% ao ano.⁴⁷⁶

De fato esta dívida foi motivo principal para o envio de uma correspondência datada em 24 de outubro de 1924, a Demétrio Pellegrini, por seu referido cunhado. Nesta carta, percebemos certa animosidade nas relações familiares quando, em uma das frases escritas, Caldara, reclamava a falta de confiança de Demétrio com relação a sua pessoa. Vejamos:

Proceno, 24 de outubro de 1924. Caro cunhado. Recebo hoje a sua carta e me apresso em responder-lhe. Espero que tenha recebido uma carta que lhe envie na metade do mês passado na qual te pedia para fazer a procuração em meu nome a fim de que pudesse vender conforme te recomendei por uma soma inferior a dez mil liras. Recebi esta (carta) esperando que você confiasse em mim como eu tinha confiança em você em mandar-lhe a soma de dez mil liras sem alguma garantia. Da tua carta, porém, entendo que não tem confiança em mim e prefere mandar a procuração a outro fazendo com que outras pessoas interfiram nos meus negócios. Se for assim como eu penso faça-me saber rápido que te expedirei a soma de dez mil liras e depois que receber esta quantia fará a procuração em meu nome no valor de

⁴⁷⁴ Arquivo Privado. Livro Contábil do Sítio Vista Alegre/Varre-Sai. 1925, p. 01.

⁴⁷⁵ Arquivo Privado. Livro Contábil do Sítio Vista Alegre/Varre-Sai. 1930-32, p. 96

⁴⁷⁶ Arquivo Privado. Livro Contábil do Sítio Vista Alegre/Varre-Sai. 1925, p. 01

cinquenta mil liras. Está bem assim!...A razão porque quero a procuração em meu nome faço em nome da sua irmã e da minha filha. Porém, se você fizer a procuração a outro com obrigação de vender a mim, esta será nula assim mesmo. Saudações afetuosas a toda a família e um abraço do seu cunhado Francesco Caldara.⁴⁷⁷

Vimos que vinte e quatro anos após emigrar de Proceno, quando a questão referia-se a negócios as relações familiares eram tensas com manifestação de desentendimento e conflito. A dívida contraída junto ao proprietário, no Brasil, relacionava-se a movimentação da venda de bens transmitidos à família Pellegrini pelo patriarca Giuseppe Pellegrini. A imposição do cunhado, num tom de ameaça, para que a procuração fosse feita em seu nome, demonstra que o negócio com a venda dos bens poderia ser lucrativo para quem fosse o outorgado. Quatro meses depois, em outra carta⁴⁷⁸ enviada a Demétrio Pellegrini no Brasil, Caldara continuou a mencionar a procuração, mas, desta vez num tom mais ameno.

Caro cunhado, recebi a sua última carta no dia dezesseis de janeiro. Há três dias que fiz os cálculos das despesas das declarações e os valores de outras despesas que te devo e enviarei quando puder. Não sei se você ponderou bem a questão do câmbio. Se te envio agora você poderá perder três quartos da soma total. Caso queira esperar uma época melhor para eu lhe enviar o dinheiro não perderá tanto com o câmbio. Enquanto não envio posso pagar-lhe cinco por cento ao ano, ou seja, quinhentos lira a cada ano sobre a soma total de dez mil liras que lhe devo. Este, porém é um projeto que faço com exclusiva vantagem para você, que não sei se pensou bem sobre a queda do cambio, pois para mim não faz diferença. Enquanto espero que você refaça a procuração traduzida receberá esta minha carta e peço que responda subitamente que te expedirei o quanto você preferir.⁴⁷⁹

Nesta correspondência, o cunhado confirma a dívida que tem para com Demétrio, conforme consta no seu registro contábil. Em oposição à carta enviada anteriormente, pondera seu discurso, tornando-o amigável, ressaltando as vantagens que poderia proporcionar ao imigrante ao chamar-lhe a atenção para o prejuízo que poderia ter com a taxa do cambio naquele período. Propõe-se a pagar um juro de 5% ao ano, até que a troca da moeda fosse mais vantajosa para o proprietário imigrante, ao final, se reporta a tal procuração mencionando que espera recebê-la.

⁴⁷⁷ Registro Privado. Correspondência enviada por Francesco Caldara a Demétrio Pellegrini, seu cunhado em 24/10/1924, encontrada no baú da família Pellegrini, em Varre Sai R/J.

⁴⁷⁸ Registro Privado. Correspondência enviada por Francesco Caldara a Demétrio Pellegrini, seu cunhado em 24/10/1924. Varre Sai R/J.

⁴⁷⁸ Registro Privado. Correspondência enviada por Francesco Caldara a Demétrio Pellegrini, seu cunhado em 25/02/1925, encontrada no baú da família Pellegrini, em Varre Sai R/J.

⁴⁷⁹ Registro Privado. Correspondência enviada por Francesco Caldara a Demétrio Pellegrini, seu cunhado, em 24/10/1924, encontrada no baú da família Pellegrini, em Varre Sai R/J.

Diante da proposta poderia Caldara estar bem intencionado protegendo o cunhado ou requeria apenas mais um prazo para enviar o dinheiro. De qualquer forma, há uma manifestação de um relacionamento menos conflituoso.

Certamente, o procurador escolhido para realizar o negócio foi Marchetini, pois, como vimos seu nome foi localizado no Cartório, no depoimento oral, no livro contábil do italiano proprietário, bem como, nas correspondências recebidas de Proceno pelos imigrados.

Não encontramos fontes que nos permitissem analisar os motivos que levaram as famílias imigradas a confiar em um único indivíduo, a movimentação cartorária na Itália.

Fig. 45



Residência da família Marchetini.
Via Santa Agnese. Proceno. Itália.
Fotos: Rosane A. Bartholazzi. 2007

O que constatamos foi que Francesco Marchetini era um contadino proprietário, dono de um pequeno lote de terra, aproximadamente 3 ha⁴⁸⁰ e, como os outros emigrados, foi membro do Conselho Comunal entre 1920 e 1926⁴⁸¹

Era para este endereço, acima referido, que as famílias de Varre-Sai encaminhavam as procurações e as correspondências. Como intermediário nos negócios das famílias, Francesco era o responsável por gerenciar a vendas dos imóveis, bem como, testemunhar a partilha dos bens feita entre as gerações ou quando da morte de um dos ascendentes dos imigrados.

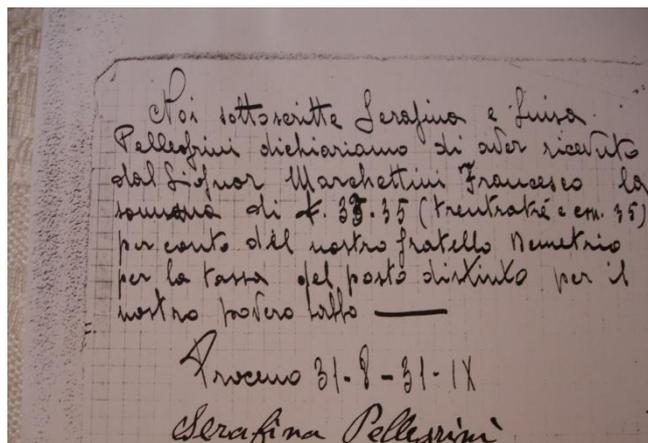
O papel do outorgado, Francesco Marchetini, nas relações com os imigrados, não servia apenas para movimentar os bens deixados pelos imigrantes na época em que

⁴⁸⁰ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Terra. 1870-1920

⁴⁸¹ NUTARELLI. 1932. Op. cit., p. 220-221

deixaram sua pátria. O intermediário era um elemento de confiança das famílias para tratar de quaisquer assuntos que envolvesse a dinheiro entre os parentes dos dois mundos. Serafina e Luisa, irmãs de Demétrio Pellegrini assinaram um recibo para Marchetini declarando ter recebido trinta e cinco mil liras, enviado pelo irmão, do Brasil, pelo pagamento de taxas em virtude da morte do pai em 1930.

Fig. 46



Recibo de dinheiro feito pelas irmãs de Demétrio a Francesco Machetini. 1931
Fonte: Arquivo Privado. Varre-Sai.

De posse destas fontes notariais e das fontes privadas localizadas em Varre-Sai/RJ, as possibilidades de encontrar nos arquivos italianos a movimentação financeira reveladas pelas fontes brasileiras apontada acima, ampliaram-se.

Ao mapearmos a trajetória dos emigrantes proprietários, no cadastro de terras e fabricados dos municípios da Província de Viterbo, observamos a indicação dos Atos Notariais com números de registros, datas e dados indicados no campo observação.

Antes mesmo de consultarmos os Atos, estes apontamentos feitos no Cadastro permitiu-nos cruzar com a primeira procuração encontrada em Varre-Sai confirmando a outorga sobre a venda de uma casa, em Proceno, feita por Marchettini a pedido de Anna Bianconi, esposa de Demétrio Pellegrini.

Nos Atos, localizadas no Arquivo Notarial da Província, denominados Ruspantini, Cordeschi e Sensi (sobrenome dos notários que assinaram os Atos), estavam registradas a partilha e a venda dos bens encontrados nas procurações.

Os atos referentes às famílias cruzados com a documentação brasileira deu-se através de um encaixe como se fora um quebra-cabeças, o cruzamento dos Atos com a documentação

brasileira confirmou que as remessas de dinheiro enviadas ao Brasil fizeram parte do conjunto de estratégias utilizadas por algumas famílias para a ascensão social na região imigrada. Estes documentos possibilitaram precisar os valores e as características dos bens, bem como a forma de sucessão dos negócios entre os herdeiros residentes na Itália e no Brasil.

Nos estudos das remessas enviadas para a Itália partindo das sociedades receptoras de imigrantes, podemos citar alguns estudiosos que se dedicaram ao tema, no recorte entre o final do século XIX e a primeira década do XX, dentre eles: Gino Massullo⁴⁸², Warren Dean⁴⁸³, Luigi Mittone⁴⁸⁴, José Luis Moreno,⁴⁸⁵ Ercole Sori.⁴⁸⁶ Entretanto, não localizamos nenhuma pesquisa que trate das remessas no sentido inverso, ou seja, do país de origem para o país do imigrado. Talvez, o que explique o pequeno número de estudo sobre o tema, seja a impossibilidade de localizar fontes oficiais quanto a forma de transmissão destas remessas. Tais dificuldades podem ser apontadas para as remessas nos dois sentidos, seja na saída do montante em dinheiro do país emigratório seja na entrada.

Luigi Mittone⁴⁸⁷ ao analisar a função que as remessas tiveram no contexto nacional ou regional italiano afirma que o modo de transmitir o dinheiro acumulado no exterior e enviado as respectivas famílias residentes na Itália podem ter ocorrido de duas formas: as remessas visíveis e as invisíveis.

Para o autor, numa primeira aproximação é possível operar com uma distinção entre os dois tipos de remessas. A primeira categoria é referente às remessas efetuadas utilizando os circuitos internacionais de transferência de valores: o Banco de Nápolis e pelo sistema de correios através dos depósitos feitos nas caixas de reserva postal e pelos vales internacionais postais.

A utilização destes sistemas permitiu ao pesquisador obter o fornecimento de dados anuais, seja ao nível nacional ou regional, que revelassem os montantes mais precisos das remessas que entravam no país.⁴⁸⁸

⁴⁸² MASSULLO, Gino. Economia delle rimesse in BELIVACQUA, Piero; CLEMENTI Andreina De; FRANZINA, Emilio. Storia dell'Emigrazione Italiana. Partenze. Roma: Donzelli editore. 2001.

⁴⁸³ DEAN, Warren. Remessas de dinheiro dos imigrantes italianos do Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos da América (1884-1914) in Anais de História. Publicação do Departamento de História de Filosofia, Ciências e Letras de Assis. Assis/SP. 1974.

⁴⁸⁴ MITTONE, Luigi. Le rimesse degli emigrati sino al 1914 in Affari Sociali/Internazionali. Anno XII, n. 4, 1984.

⁴⁸⁵ MORENO. Luis José. Lê donne in banca: rimesse e famiglie do emigranti meridionali in Argentina prima del 1930. Il caso di Molfeta in Studi Emigrazione. Centro Studi Emigrazione. Roma. Anno XXXII. Giugno.1995. Número 118.

⁴⁸⁶ SORI, Ercoli. L'emigrazione italiana dall'unità allá seconda Guerra Mondiale. Il Mulino, 1975.

⁴⁸⁷ MITTONE, 1984. Op. cit., p. 128

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 128-129

Na segunda, as remessas invisíveis, as somas de dinheiros dos emigrantes eram transportadas aos familiares junto às correspondências ou quando alguns dos imigrados voltavam ao país para visitarem os parentes.

Assim, devido à impossibilidade de recorrer às fontes oficiais, investigaremos as possibilidades das remessas invisíveis, considerando que os conteúdos das correspondências, os depoimentos orais e os registros constantes no livro contábil da família Pellegrini apontam para o recebimento do dinheiro através de cartas ou de portadores.

José Luis Moreno que realizou um estudo sobre as remessas enviadas da Argentina a Molfeta, Província de Bari, na região da *Puglia*, afirma que “é muito difícil remontar a trajetória completa das remessas”⁴⁸⁹, principalmente, se enviadas através de cartas. Calcular montantes em valores torna-se, ainda, mais difícil, visto a prática utilizada no envio do dinheiro.

No nosso caso, podemos identificar no cadastro de terra e no documento de partilha o valor atribuído aos bens, mas precisar o que chegou dentro dos envelopes das cartas torna-se impossível.

Sobre os montantes das remessas com seus respectivos valores Luigi Mittone⁴⁹⁰ afirma que computar as “remessas visíveis” torna-se viável na medida em que dispomos de fontes rigorosas, mas é praticamente impossível, nas remessas “invisíveis” recorrer a fontes oficiais. Para tanto, o autor sugere recorrer a fontes alternativas, dentre estas, a mais válida, são os estudos dos autores contemporâneos⁴⁹¹ que tratam do tema das remessas, no período estudado.

Embora estejamos tratando das remessas como manutenção dos laços econômicos entre o Brasil e Itália, no sentido inverso ao que propõe os estudos dos autores desta temática, recorreremos as suas análises para tentarmos compreender a movimentação financeira feita os grupos familiares de Proceno e, em menor medida, de Graffignano.

O envio de remessa tem sido uma das questões destacadas no que diz respeito às repercussões econômico-financeiras da emigração no país de origem contribuindo, sobremaneira, para o seu desenvolvimento econômico.

Franzina ao analisar a emigração e o desenvolvimento capitalista na Itália aponta como um dos motivos para a saída de milhões de pessoas deste país a questão das remessas:

⁴⁸⁹ MORENO, 1995, Op. cit., p. 290.

⁴⁹⁰ MITTONE, 1984, Op. cit., p. 129

⁴⁹¹ Luigi Mittone cita como autores contemporâneos para os estudos das remessas Luigi Rossi, senatore Eugenio Faina, Stringher, Coletti. Para o autor os que mais contribuíram para o problema foram os dois últimos autores citados.

Trata-se da constatação do fato, sobre o qual vale a pena insistir, de que a emigração, de forma ligeiramente modificada, durou até poucas décadas atrás, conduzindo para fora da Itália milhões de trabalhadores, não só impossibilitados de encontrar emprego na própria terra, mas também investidos, às vezes, da tarefa de sustentar, através do mecanismo das remessas, o equilíbrio frequentemente precário da economia nacional.⁴⁹²

Considerando o dado apontado pelo autor, assim como, as análises feitas por Mittonne⁴⁹³ sobre as conseqüências diretas e indiretas das remessas na economia nacional italiana, o que se pode concluir é que, talvez, este seja um dos motivos que levaram as classes dirigentes nacionais italianas a adotarem posturas que, muitas vezes, funcionavam mais como incentivo a emigração que a sua coibição, tendo em vista o mercado lucrativo dos montantes em dinheiro oriundos dos países imigratórios como Argentina, Brasil e, principalmente, Estados Unidos.

Para Trento⁴⁹⁴, as remessas maiores dos Estados Unidos, em parte, podem ser explicadas pelo fato de tratar-se de uma emigração individual, enquanto para o Brasil vieram núcleos familiares, decididos a construir o próprio futuro no país de adoção e que, em todo o caso, não tinham deixado (ou tinham em grau bem menor) parentes próximos a quem enviar dinheiro.

De fato, o destino d que emigraram para o Brasil, e outros países da América Latina, é geralmente considerado do ponto de vista da prosperidade material e de sua mobilidade social. Sua presença nos negócios, assim como propriedade de terras e outros bens são usados como medidas de sucesso ou fracasso⁴⁹⁵. O retorno ao país de origem ou mudança para outros países era comumente apontado como uma indicação negativa.

Assim, mesmo que remessas fossem enviadas do Brasil para o país natal, estas eram em totais baixíssimos se comparados com outros países, conforme apontado por Warren Dean.⁴⁹⁶ Para este autor, a anormalidade das baixas remessas de São Paulo e do Rio de Janeiro sugere uma outra explicação geral que subverte a comparação com os Estados Unidos. Deste modo, Dean chegou a seguinte conclusão:

Pode ser que os italianos na América Latina fossem prósperos o suficiente para enviarem remessas tão grandes ou mesmo maiores do que as enviadas dos EUA,

⁴⁹² FRANZINA, 2006, Op. cit., p. 34

⁴⁹³ MITTONE, 1984. Op. cit., p.147-151

⁴⁹⁴ TRENTO, 1989. Op. cit., p. 73

⁴⁹⁵ DEAN, 1974. Op. cit., p. 231

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 231

mas preferiram, ao invés, investir suas poupanças localmente, porque as oportunidades pareciam mais rentáveis, ou porque sua aceitação era maior.⁴⁹⁷

O envio ou não de remessas, a quantidade e a região de recebimento, segundo os estudiosos, está associado ao tipo de emigração, permanente ou temporária, bem como o perfil socioeconômico dos emigrados. Neste viés de análise Ercole Sori⁴⁹⁸, um estudioso que analisou os efeitos macro e micro econômico das remessas na Itália, afirma que o nível alcançado por estas remessas, oriundas do exterior, foi antes de tudo ligada à natureza da emigração: proletária, com pouca participação dos grupos familiares, essencialmente não definitiva, frequentemente ligada a uma empresa agrícola, na Itália, não auto-suficiente, pela qual a economia externa do emigrante constituía, possivelmente, uma ocasião de emancipação do estado de precariedade em que viviam.

As explicações apresentadas pelos autores para as poucas remessas enviadas do Brasil para a Itália tendo em conta as características d que emigravam para a América Latina, parece-nos constituir uma referência fundamental para a compreensão da inserção local e da mobilidade do imigrante.

De fato, como reafirmou Paola Corti⁴⁹⁹ são profundas as diferenças que marcaram a emigração transoceânica entre os que tiveram como destino o norte da América e os que foram para o sul.

No Brasil os italianos imigrados com toda a família tinham como projeto construir um patrimônio. Assim, ao invés de enviar dinheiro para ampliar os investimentos no município natal, as famílias emigradas do Lazio preferiram vender os bens que tinham deixado na época em que emigraram e ou que o receberam, posteriormente, como herança.

O Lazio, segundo Gino Massulo⁵⁰⁰, entre os anos de 1914 e 1918 ficou em último lugar na distribuição geográfica das remessas visíveis recebidas. No quantitativo destas remessas efetuadas através do Banco de Nápolis ou por meio de vales postais internacionais, as regiões que mais receberam dinheiro dos emigrados foram as do meridional (61%), em primeiro lugar, seguida do norte da Itália, com um resultado de 46%.

Na Calábria, por exemplo, cada *contadino* que enviava dinheiro às famílias tinha como preocupação a construção de uma casa de dois andares, arejada e confortável. Esta era a primeira grande conquista, considerando que viviam em casas muito precárias. Onde, sob o

⁴⁹⁷ Ibidem, p. 234

⁴⁹⁸ SORI, 1975, Op. cit., p. 119.

⁴⁹⁹ CORTI, Paola. Storia delle migrazione internazionali. Roma: Editori Laterza. 2007, p. 27

⁵⁰⁰ MASSULLO, Gino. 2001. Op. cit., p. 165.

mesmo teto era normal residirem doze pessoas.⁵⁰¹ Ao contrário da região do Lazio em que as famílias, antes de emigrarem, já residiam em casas geralmente mais amplas e confortáveis.

Quando se tratava do dinheiro enviado da Itália para o imigrado, muitas vezes quando a venda do bem era realizada, o imigrante já possuía aqui casa e terra. Deste modo, este capital contribuía para a ampliação dos negócios, como é o caso da família Pellegrini.

Teodorico, filho do casal Pellegrini, transferiu a sua mãe Anna Bianconi, em 1915, por intermédio de Escritura Pública⁵⁰², a cessão de direitos hereditários, de uma doação concedida por seu avô Giuseppe Pellegrini, residente na Itália. A doação era referente à venda de terras, casa, mobílias e mais benfeitorias localizadas na Província de Roma.

Através dos números referentes aos Atos de Sucessão encontradas no Cadastro de Terras e Fabricados do Arquivo de Estado, foi possível localizar no Arquivo Notarial de Viterbo a transmissão dos bens de várias família emigradas.

Ainda no caso dos Pellegrini, verificamos que a doação ao neto, foi feita pelo procenese Giuseppe, em 1897, três meses antes da emigração para o Brasil do casal Demétrio Pellegrini e Anna Bianconi, com o filho Teodorico. Tratava-se de doações feitas não só ao neto, como também, aos filhos. Vejamos o processo divisório dos bens desta família.

Por intermédio do Ato Ruspantini⁵⁰³, Giuseppe Pellegrini fez a doação dos bens, trinta e três anos antes de sua morte⁵⁰⁴, entre os filhos Demétrio, Luisa, Serafina, incluindo o neto Teodorico.

A fonte nos possibilita dimensionar os bens recebidos pelos emigrantes, com suas características e respectivos valores. Com o título “Doações feitas pelo pai aos filhos dos bens moveis e imóveis no valor de 5.725 liras” o notário, Ruspantini, apresenta a doação feita por Giuseppe:

Giuseppe Pellegrini declara sua determinação em assegurar e doar, hoje, aos seus filhos a porção dos bens que lhes pertenceriam após a sua morte, mas, preferiu antecipar, assim, aos seus consangüíneos sua herança. Ao mesmo tempo, sem prejuízo da porção legítima fazer, também, a doação em favor do seu próprio neto Teodorico, filho de Demétrio.⁵⁰⁵

Neste caso a sucessão dos bens foi feita com os ascendentes ainda vivos contrapondo o sentido legal adotado pelas leis civis, tanto na sua versão romana como inglesa, que

⁵⁰¹ Ibidem, p. 175-176.

⁵⁰² Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai – Livro de Notas – 1915, p.143.

⁵⁰³ Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Ruspantini. Repertório Notarial N. 3045. 1897.

Os Atos, normalmente, recebiam o nome dos tabeliães. Neste caso, Ruspantini era o sobrenome do tabelião que fez o registro da sucessão dos bens da família Pellegrini.

⁵⁰⁴ Comune di Proceno. Província di Viterbo. Registro de óbito. Giuseppe Pellegrini. 1930.

⁵⁰⁵ Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Ruspantini. Doações de bens, folha 01, 1897.

necessariamente deveria estar relacionada à morte do dono. Sobre a herança, Shanin⁵⁰⁶ apontou para a complexidade existente na transmissão do processo sucessório, o seu sentido seria amplo dependendo da região e da classe estudada.

Para o autor, o acesso à propriedade por parte de um indivíduo, nem sempre se dá pela morte de seus ascendentes, mas em razão de outros fatos sociais.

No Ato de Doação ora analisado, todos os filhos encontravam-se casados: Demétrio casou-se em 1893, Luisa e Serafina em 1896 e 1897⁵⁰⁷ respectivamente. Talvez fosse esse um dos motivos que tivesse levado a passagem da propriedade *inter vivos*, o que na legislação brasileira é considerado como “adiantamento de legítima”⁵⁰⁸.

Sobre a transmissão da propriedade e as suas regras, Barbagli⁵⁰⁹ aponta os diversos modelos italianos de transmissão da herança, conforme o período estudado. Por muitos anos, prevaleceu o regime patrilinial. Nele, o patriarca privilegiava os filhos no recebimento da herança. Deste modo, as normas sucessórias estabeleciam que todos os filhos tivessem o mesmo direito de participar da herança paterna, enquanto as filhas, excluídas de tais heranças, eram mantidas pelos pais até receberem um dote quando casavam. Este modelo de transmissão da herança foi chamado de “patrilinial divisível”, ou seja, se todos os filhos do sexo masculino tinham o direito na herança paterna. Qualquer um deles podia, com a morte do pai, pegar a parte que lhe cabia, casar-se e morar em casa separada formando uma família do tipo nuclear.

Outra forma de sucessão adotada na Itália dos oitocentos foi aquela em que todo o patrimônio era destinado a um único filho, no caso o primogênito. Para este modelo, o mesmo autor⁵¹⁰ chamou de *patrilinial indivisível*.

Neste tipo de sucessão, aquele que recebia o patrimônio deveria conservá-lo íntegro e transmitir aos seus descendentes segundo a ordem de sucessão, escolhido não por ele, mas, estabelecido por todos que faziam parte do processo de herança. Desta forma, o único que se casava era o primogênito que continuava residindo na mesma casa com o pai e os irmãos, formando uma família múltipla vertical.

⁵⁰⁶ SHANIN, Teodor. *The awkward class: political sociology of peasantry in a developing societ, Rússia 1910-1925*, Oxford: at the Claredon Press, 1972 apud MOURA, 1978, Op. cit., p. 3

⁵⁰⁷ Arquivo de Estado de Viterbo. Ata de Matrimônio. 1893, 1896, 1897.

⁵⁰⁸ DI GIANNI, Tércio Pereira. *Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior*. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S?A, 1997, p. 143.

⁵⁰⁹ BARBAGLI, 1984, p. cit., p. 178-179.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 182-183.

Como vimos a complexidade no processo sucessório fez-se presente nos diferentes períodos da história da Península Itálica. Deste modo, na divisão dos bens feita entre os filhos, a lógica da partilha em partes iguais a todos os herdeiros, homens, ou as regras que consistiam na transmissão da propriedade rural aos filhos varões, predominantes por muitos séculos na Itália, e que excluía as mulheres da propriedade imobiliária, não foram encontradas na situação que estamos examinando.

Nenhuma regra de herança, ou dos procedimentos comumente encontrados, “ao arrepio da lei”⁵¹¹, se relacionam com as divisões constantes nos Atos de Partilha das famílias procenesas e graffignanesas, localizando-se para um mesmo período e em uma mesma localidade, formas diferenciadas de transmissão de herança.

Nas fontes, todas manuscritas e assinadas pelo notário e testemunhas, encontramos títulos diferenciados, tais como: doação, divisão, sucessão por herança paterna, divisão de fabricados com horto e testamento público;

No exemplo da família Pellegrini, possuidora de um relevante patrimônio na cidade de Proceno, ao contrário de todas as regras estabelecidas, a preferência foi dada às mulheres. Por ser Demétrio o único filho homem e o mais velho, deveria, minimamente, receber os bens equivalentes aos de suas irmãs que estranhamente não ocorreu uma vez que, as filhas receberam muito mais lotes e casas que o irmão. Coube a este apenas um terreno com plantação de uvas medindo, aproximadamente, 2 ha de terra, com um valor total de 700 Liras.

Já Serafina, uma das irmãs, recebeu de herança quatro terrenos com o cultivo de uva e grãos, um bosque, além de uma casa na “Via Del Fiore”, via principal da cidade, totalizando em dinheiro 1.975 Liras. A outra irmã, Luisa, recebeu a mesma quantidade de lotes de terra e uma casa, também situada na Via Del Fiore, com um estábulo e uma pequena despensa⁵¹². O neto Teodorico, apesar de ter herdado mais quantidade de bens que as tias: quatro terrenos seminativos (com o cultivo de grãos); um horto; um bosque e uma casa com estábulo, despensa e cantina, na soma total o valor foi correspondente ao que recebeu Luisa, 1.475 Liras⁵¹³. Mesmo assim, ficou com uma parte bem maior que seu próprio pai.

Assim, na partilha dos bens o neto, menor de idade, recebeu mais que seu pai. Esta desigualdade na passagem da transmissão da herança, certamente, possui uma justificativa que não conseguimos extrair da documentação. Partimos do pressuposto de um possível conflito existente entre pai e filho.

⁵¹¹ BACCELAR, Carlos. Os Senhores da Terra. CMU/Campinas. 1997 apud Motta, 2001, Op. cit., p. 13.

⁵¹² Um compartimento da casa onde se guarda mantimentos.

⁵¹³ Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Ruspantini. Repertório Notarial N. 3045, folha 03,1897.

Muitas vezes, é na divisão da propriedade que os conflitos vinham à tona e os rancores se consolidavam. Na decisão sobre a quem caberiam as parcelas dos bens móveis e imóveis, o patriarca, Giuseppe, demonstrou suas preferências. Talvez este tenha sido o momento revelador de conflitos anteriormente existentes. Os estudos de Motta e Pineiro, embora num contexto diferenciado, retratam bem a questão da revelação de disputas e conflitos no momento da partilha:

A decisão sobre a quem caberia a parcela de terra mais desejada ou o sítio mais cobiçado, fazia com que as partes envolvidas buscassem defender aquilo que julgavam lhes pertencer. Poderes diversos impunham esforços de reconstituir a família em torno de um herdeiro.⁵¹⁴

No caso desta família, o patriarca privilegiou alguns herdeiros em detrimento do filho mais velho, Demétrio. Mesmo que a partilha privilegiasse o neto, filho de Demétrio, os bens só poderiam ser movimentados quando o Teodorico alcançasse maior idade. Deste modo, os motivos que levaram a quase exclusão do filho no processo da divisão do patrimônio dos Pellegrini, em Proceno, parece indicar um desacordo intra-familiar que culminou na emigração para o Brasil, de Demétrio, esposa e filho, três meses após a consolidação do Ato de Partilha, datado de 4 de outubro de 1897.

Após estabelecerem-se no Brasil, Teodorico, residente em Varre-Sai/RJ, ao completar 18 anos, cedeu a sua mãe Anna Bianconi, através de registro em cartório, como já apontado, os bens recebidos de herança pelo seu avô.⁵¹⁵ Tal ato revela as relações de solidariedade entre os membros da família no esforço de ampliar o seu patrimônio, mas, também, a autoridade dos pais.

A matriarca de posse dos bens, resolveu outorgar Francesco Marchetini, através de procuração⁵¹⁶, a vender as propriedades herdadas do sogro, acrescentando no documento de outorga o patrimônio que lhe cabia como herança do seu pai Antonio Bianconi.

É necessário ressaltar que esta herança, constituída de uma casa, com dois andares, cinco quartos no primeiro e três no segundo, e um horto, foi transmitida a filha e ao seu esposo, quando estes, ainda, residiam em Proceno, em 1896⁵¹⁷, dois anos antes da decisão de

⁵¹⁴ MOTTA, Márcia ; PINEIRO, Theo Lobarinhas. Voluntariado e Universo Rural. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 14.

⁵¹⁵ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai – Livro de Notas Escritura pública de cessão de direitos hereditários. 1915.

⁵¹⁶ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai – Livro de Notas –Procuração n 09. 1919.

⁵¹⁷ Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Cordeschi. Repertório Notarial, N. 3704, folha 02,1896.

emigrar. Neste caso, apesar de não ter sido uma partilha dos bens entre todos os filhos, foi uma herança passada de pai para filho quando este, ainda, era vivo.

O recebimento destes bens foi uma promessa feita pelo pai de Anna antes do casamento, conforme apontado no documento:

Antonio Bianconi em atendimento a promessa verbalmente feita a sua filha Anna e ao seu genro Demétrio Pellegrini, por ocasião do matrimônio, vem pelo presente Ato consignar pelo direito de sucessão transferindo a herança ao casal.⁵¹⁸

Ao emigrar, ao contrário do que a maior parte da historiografia brasileira apresenta, nem todos vendiam seus bens. O “dilema do emigrante” que se proletarizava transformando-se em *braccianti* ao perder a pequena propriedade para o grande capitalista, ou mesmo colocando à venda a preços baixíssimos, conforme assinalado por Martins⁵¹⁹, não deve ser generalizado. Este perfil de emigrante pode ser atribuído aqueles que viviam no setentrional ou no meridional.

No caso em estudo, as famílias partiam deixando seus bens, para posteriormente vendê-los, quando fosse necessário ou quando as condições permitissem. Deste modo, o casal Pellegrini, assim como a maior parte das famílias, não vendeu seus bens quando decidiram emigrar. Só o fizeram após dez anos de fixados no Brasil. Isto demonstra que não necessitaram do dinheiro da venda destes bens para adquirirem os primeiros alqueires de terra. O capital recebido, posteriormente, permitiu a ampliação de sua propriedade.

Este, talvez, tenha sido o principal efeito das remessas provenientes da venda de uma casa ou de lotes de terra, em Proceno. Mesmo que o montante não fosse suficiente para a compra de uma grande propriedade, contribuiu, sobremaneira, no somatório da renda das famílias para aumentar o patrimônio. No caso de Demétrio Pellegrini a herança contribuiu para viabilizar a compra do seu maior e último sítio.

Outra imigrante a fazer parte das redes de negócios estabelecidas com a Itália foi Veronica Castoni. Proprietária da Fazenda do Céu, no noroeste fluminense. Mesmo quando já tinha comprado em 1904, uma propriedade de 46 alqueires, não perdeu a oportunidade de receber o que tinha de direito como herança pela morte de sua mãe em 1911, em Proceno.

Neste caso, o processo sucessório deu-se de forma diferenciada da família anteriormente apresentada. A sucessão ocorreu após a morte de um dos pais e de forma

⁵¹⁸ Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Cordeschi. Repertório Notarial, N. 3704. folha 02,1896.

⁵¹⁹ MARTINS, José de Souza. A Imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 74.

equânime, ou seja, os bens foram divididos em partes iguais entre homens e mulheres, sem privilégio de alguns em detrimentos de outro.

A transmissão da herança, *post mortem* via de regra está associada à morte do proprietário como apontado por Shanin⁵²⁰, de geração em geração: é a cessão de bens de um indivíduo, em função de sua morte, a seus herdeiros legítimos e testamentários.⁵²¹

Assim, após a morte da matriarca da família Castoni, Cesarina Luisa, Angelo, viúvo e pai de quatro filhos: Giovanni, Chiara, Pietro e Veronica (emigrada com esposo e filhos para o Brasil) fez a partilha dos bens. Através do Ato Cordeschi⁵²², de 1912, intitulado “Divisão de um fabricado com horto”, foi feita divisão de uma casa com três andares e um horto entre seus filhos. A partilha desses lotes só foi realizada após a morte do pai.

A procuração feita por Veronica, a única emigrada da família, é assim descrita no documento do arquivo notarial:

Marchetini Francesco di Nicola declara ser o interveniente ao presente Ato na qualidade de Procurador Geral de Castoni Veronica, hoje, residente no distrito de Santa Clara, Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro como consta na Procuração feita em dezenove de agosto de 1911.⁵²³

Na divisão coube a filha emigrada a parte térrea da casa com uma cantina, um quarto e uma despensa, além de um horto próximo a casa.

Pietro, seu irmão, recebeu o estábulo, no plano térreo da casa; a Giovanni coube o primeiro andar com três quartos e cozinha; a Chiara o segundo andar contendo três quartos. Embora possa parecer que Verônica tenha obtido mais vantagens na partilha, as dependências correspondentes a cada um tinham os valores aproximados em liras.

No entanto, a herdeira Verônica Castoni, não vendeu a parte que lhe coube na partilha. Talvez o desinteresse pela venda, naquele momento, devesse ao fato de já obter, no Brasil, capital suficiente para gerir seus negócios. Deste modo, preferiu deixar o que lhe pertencia como herança, na Itália, para seus filhos.

De fato, após sua morte, em 1932, localizamos no cadastro de terras de Proceno, a seguinte indicação: sucessão de dois lotes de terras com o cultivo de grãos de Verônica Castoni, morta 20/05/1932. Possuidores: Lira Ernesto, Iginio, Modesto, e Cezarina⁵²⁴.

⁵²⁰ SHANIN, 1972, apud MOURA, 1978, Op. cit., p. 3.

⁵²¹ MOURA, 1978, Op. cit., p. 53.

⁵²² Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Cordeschi. Repertório Notarial. N. 3326, folha 01, 1912.

⁵²³ Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Cordeschi. Repertório Notarial. N. 3326, folha 02, 1912.

⁵²⁴ Arquivo de Viterbo. Cadastro de Terra. 1933

Observamos que neste registro há a indicação dos lotes de terra como herança, não apontados no ato de partilha de 1911, em nome de Verônica. Estes só entraram no processo de sucessão após a morte do seu pai. Deste modo, além de partes da casa e do horto recebidos em 1911, conforme o Ato Cordeschi, os filhos de Verônica receberam partes de dois terrenos com o cultivo de grãos, o horto, e a parte térrea da casa contendo uma cantina, um quarto e uma despensa.

A sucessão dos bens pertencentes à Verônica, em Proceno, foi passada aos seus três filhos, Ernesto, Iginio e Cesarina, em virtude da morte dos outros três (Omero, Adalgisa e Modesto).

Para realizar a movimentação desta sucessão, Iginio, um dos irmãos, residente na “Fazenda do Céu”, ficou à frente dos negócios e retomou o contato com o outorgado da família, Francesco Marchetini. Passados vinte e um anos que Francesco havia participado como representante na partilha dos bens da família Castoni, volta a ser o protagonista na movimentação da sucessão dos bens, desta vez, para os filhos de Verônica.

Em resposta a uma das cartas enviadas por Iginio, respondeu Marchetini:

Proceno, 11 de janeiro de 1932. Caríssimo primo. Neste mês recebi a sua carta que chegou a tempo para fazer a sucessão do seu pobre irmão, mas faltou o nome e o sobrenome da sua cunhada que, me parece, já te havia pedido. Por isto não pude fazer nada porque poderia arriscar a receber uma grande multa.⁵²⁵

Neste trecho da carta, o outorgado faz referência ao processo de recebimento da parte concernente à cunhada de Iginio, esposa de Modesto, morto pouco tempo antes da sucessão. A dificuldade apresentada em dar continuidade na movimentação da transmissão da herança deveu-se ao fato de não constar os dados completos da cunhada, como nome e sobrenome, na carta enviada, por Iginio, anteriormente.

Neste ínterim, com o tempo que levava uma carta para chegar à Itália, aproximadamente dois meses, o prazo para dar entrada ao processo seria expirado. Esta era uma das dificuldades apresentadas. Marchetini aponta outra, referentes a questões legais, no recebimento da herança para a referida viúva:

Estou bem informado que é necessário esperar a prescrição porque, segundo a lei italiana, a viúva espera o quarto do quanto o marido possuía e, por isto, que não se pode mover nada porque no dia oito de fevereiro vence o prazo e o retorno da tua

⁵²⁵Arquivo Privado. Parte da correspondência enviada por Francesco Marchetini, da Itália a Iginio Lira, no Brasil, em 11/01/1933.

carta não chegará a tempo. Agora lhe digo que será melhor porque, também, podemos incluir no processo a pobre Adalgisa. Assim faremos os dois juntos.⁵²⁶

Neste outro trecho, Marchetini faz referência aos direitos existentes, na legislação italiana, sobre a viúva, esposa do falecido Modesto. Como os bens não pertenciam somente ao seu marido, mas, também aos cunhados, o processo de sucessão para a viúva era diferenciado.

Primeiro a transmissão era feita aos três irmãos, ficando a viúva com a quarta parte, conforme citado pelo outorgado. Deste modo, mesmo que Marchetini possuísse os dados da viúva não poderia prosseguir com o processo.

A mesma situação de pendências de documentação referiu-se o outorgado a “pobre” - expressão usada para demonstrar seus sentimentos pela morte - de Adalgisa. Neste caso, necessitaria anexar ao processo o atestado de óbito de Adalgisa, a filha mais nova de Verônica, assim como, de Modesto, o esposo da viúva.

Marchetini ao demonstrar a confiança que os funcionários dos cartórios tinham na sua pessoa, fez questão de dizer que: O mais necessário era aquele⁵²⁷ da sua pobre mãe, este foi feito, então, não precisam alarmar-se. Consegui fazer sem o Ato de Morte. Quem recebeu tem confiança em mim, mas não são todos assim, e, sempre trocam um⁵²⁸

O outorgado pede aos outorgantes que sejam mais ágeis no envio da documentação, pois, nem sempre os receptores de tais documentos eram acessíveis, como o que aceitou fazer a sucessão de Verônica, sem o atestado de óbito.

Ainda, na mesma carta, Marchetini chama a atenção dos outorgantes para as despesas decorrentes da necessidade de se anexar Atestados de Óbitos no processo:

Quando chegarem as documentações veremos como podemos fazer porque constando “Ato de Morte” as despesas aumentam porque devemos ir ao Ministro do Exterior e depois fazer a tradução para a língua italiana. Mas como digo quando chegar à hora veremos em quanto ficará todas estas despesas.⁵²⁹

Em 1933, a família Lira/Castoni, com a morte da matriarca, além de receber a herança dos ascendentes italianos, fez a partilha das propriedades adquiridas no Brasil, como veremos adiante.

⁵²⁶ Arquivo Privado. Parte da correspondência enviada por Francesco Marchetini, da Itália a Iginio Lira, no Brasil, em 11/01/1933

⁵²⁷ O outorgado quando disse aquele referia-se ao atestado de óbito da matriarca Veronica Castoni.

⁵²⁸ Arquivo Privado. Parte da correspondência enviada por Francesco Marchetini, da Itália a Iginio Lira, no Brasil, em 11/01/1933.

⁵²⁹ Arquivo Privado. Parte da correspondência enviada por Francesco Marchetini, da Itália a Iginio Lira, no Brasil, em 11/01/1933.

Deste modo, a outorga feita a Marchetini para cuidar da sucessão e venda dos pecúlios pertencentes à Veronica, talvez representasse em dinheiro uma quantia mínima se comparada com o patrimônio adquirido, pela família, no Brasil, que representava mais de seiscentos hectares de terra, enquanto o valor da casa correspondia a 3:75 libras e o horto 7:12 libras, totalizando 10: 87 libras⁵³⁰.

Quanto aos terrenos *seminativos*, não conseguimos extrair da fonte o seu preço. Mesmo sem a possibilidade de identificar a representatividade deste montante, quando convertido em conto de reis, moeda brasileira na época, partimos do pressuposto que essas remessas contribuíram no somatório do capital acumulado pela família.

Para tanto, destacamos que nem todas as famílias conquistaram a posição de fazendeira. A maioria delas ascendeu socialmente como sitiante ou comerciante na sede do distrito. Para estas, o dinheiro proveniente da Itália pode ter sido significativo para moverem-se socialmente.

No município de Graffignano, por exemplo, em 12 de janeiro de 1903, Germano Gorini, pai de Ludovico Gorini, imigrado com os outros grupos familiares graffignaneses, torna público seu testamento⁵³¹, ao registrar no arquivo notarial, a divisão dos bens entre seus filhos: Filippo Gorini e Ludovico Gorini, este residente em Varre-Sai desde 1897, ano em que chegou no Brasil.

Como vimos, no segundo capítulo, a família Gorini era uma pequena proprietária em Graffignano, com dois hectares de terras, divididos em quatro lotes, com cultivo de oliveiras, e alguns imóveis nas vias principais da cidade, como: três cantinas e uma casa de dois andares⁵³², onde residiam. Um pequeno patrimônio que talvez possibilitasse à família a obtenção de certa visibilidade econômica, no contexto daquela sociedade. Sem falar da visibilidade política dos ascendentes de Ludovico Gorini que por vários anos, antes da unificação do Lazio, ocuparam os postos de “prefeito” do município indicados pela Delegação Apostólica de Roma, e, depois da unificação, mantiveram-se na política como conselheiros comunais⁵³³.

O patriarca da família resolve deixar público seu testamento declarando:

Antes de tudo anulo o testamento feito por mim antes do presente. (...) Depois da minha morte confio completamente na bondade e piedade dos meus filhos. Peço que

⁵³⁰ Arquivo Notarial de Viterbo. Ato Cordeschi. Repertório Notarial. N. 3326, folha 03, 1912.

⁵³¹ Arquivo Notarial de Viterbo. Testamento Público de Gorini Germano filho de Bernardino, folha 01, 1903.

⁵³² Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de terra e fabricados. 1886-1915

⁵³³ Arquivo do município de Graffignano. Atas de Deliberação Comunal. 1868-1880

no ato da minha morte façam um decente funeral. Declaro a honra que tive em contrair matrimônio com Morucci Margherita e de ter tido dois filhos com o nome de Ludovico e Fillipo.⁵³⁴

Dentre as divisões, sucessões, doações aqui analisados, o testamento foi o que chamou-nos a atenção. Detalhes pessoais são demonstrados nesta fonte pelo testador começando pelo título “*Repertorio Atti di ultima volontà n.199*” – Repertório Ato de última vontade. Antes de fazer a partilha dos bens a mulher e aos filhos, demonstra confiança nos filhos, manifesta desejos de um funeral decente, assim como, confirma a satisfação com o seu matrimônio, destacando o nome da esposa, e os dois filhos que tiveram.

Sobre os testamentos, Sheila de Castro Faria afirma:

Extremamente ricos esta fonte permite o conhecimento da origem dos pais, número de casamentos, número de filhos (muitas vezes enumerando-se os filhos falecidos) e uma infinidade de detalhes individuais sobre sentimentos e relações familiares.⁵³⁵

Como vimos, trata-se de uma fonte que se difere das anteriores, visto que, os dados contidos, vão além das questões puramente econômicas, tais como: as características dos imóveis, sua localização e seus respectivos valores a cada herdeiro, “servia mais que tudo, como um meio de tornar conhecida a vontade do testador”⁵³⁶.

Na divisão dos bens, Gorini deixa para sua esposa, como usufruto, uma casa e uma cantina com todo o mobiliário, situado na Via Pisciarello; aos filhos Fillipo e Ludovico uma casa na Via de Dentro, uma cantina e os pequenos lotes de terra com o cultivo de oliveira.

Após a morte de Margherita os bens foram divididos igualmente entre os filhos, conforme descrito no testamento por Gorini: “De todos os meus bens, móveis e imóveis dos quais dispus e as ações de redes de créditos em qualquer lugar existente declaro que serão divididas, em partes iguais, aos meus filhos Filippo e Ludovico.”⁵³⁷

No intuito de demonstrar qual seria seu desejo após a morte, Gorini continuou: “Esta é a minha última vontade e quero que seja seguida pontualmente depois da minha morte”⁵³⁸. Com a saúde debilitada, declara estar sem condição de assinar o presente testamento, que é publicado com as assinaturas do notário e testemunhas.

⁵³⁴ Arquivo Notarial de Viterbo. Testamento Público de Gorini Germano filho de Bernadino, folha 02, 1903.

⁵³⁵ FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998, p. 226

⁵³⁶ Ibidem, p. 226

⁵³⁷ Arquivo Notarial de Viterbo. Testamento Público de Gorini Germano filho de Bernadino, folha 03, 1903.

⁵³⁸ Arquivo Notarial de Viterbo. Testamento Público de Gorini Germano filho de Bernadino, folha 03, 1903.

Como parte dos bens, além da casa, cantina e terreno, o testador cita as ações de créditos. Sobre essas ações não localizamos fontes que nos possibilitassem constatar o tipo de ação, seus valores e em que locais se encontravam. É possível que o italiano proprietário fosse acionista em Bancas Agrícolas de Crédito, como a Banca Cooperativa Popular de Viterbo, na qual pequenos e grandes proprietários se associavam na tentativa de salvaguardarem seus patrimônios da avalanche financeira que dominava o país. Era comum a participação dos agricultores nestas bancas, como o caso de Pellegrini analisado no capítulo 2.

Gorini morreu, em janeiro de 1904⁵³⁹, um ano após efetuar em testamento público a partilha dos bens. Assim, foi realizada a sucessão dos bens aos filhos, com usufruto da mãe.

Neste período, Ludovico, que emigrou em 1897, já residia por mais de sete anos, em Varre-Sai/RJ. Portanto, não participou diretamente da partilha e nem outorgou alguém a representá-lo. Mas, como vimos, mesmo com o filho ausente, Gorini fez questão de exigir que cumprissem sua determinação dividindo em partes iguais os bens entre os irmãos. No entanto, a divisão integral de todo o patrimônio só se efetivaria após a morte da sua mulher.

Enquanto a transmissão da herança não se efetivou integralmente, o que coube a Ludovico na parte descrita no testamento foi uma casa na Via de Dentro e uma cantina que dividia com irmão. A outra parte do patrimônio, como vimos, era para usufruto da mãe Margherita.

De fato, Ludovico, mesmo não tendo participado da movimentação de sucessão de bens, alugou a casa recebida do seu pai, em Graffignano.

Sobre a forma de contato feita com os parentes na Itália não encontramos fontes suficientes que nos fornecessem pistas. Provavelmente, as conversas eram por correspondências, único meio acessível e utilizado na época.

Nem sempre o historiador tem acesso a toda documentação privada. Este tipo de fonte pode ou não ser cedida pela família ao pesquisador. Muitas vezes, a própria família não dispõe destes documentos que, em grande parte, vão se perdendo ao longo dos anos. Desta forma, não foi possível cruzar os dados dos arquivos italianos com as cartas de famílias, a fim de demonstrarmos a manutenção dos laços econômicos entre os familiares do Brasil e da Itália, como fizemos nas análises apresentadas anteriormente.

De qualquer forma, outras pistas nos levaram a constatar a existência das relações financeiras dos dois lados do Atlântico. Conforme escreveu Febvre sobre a construção da

⁵³⁹ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Fabricados. 30/01/1904.

Este documento indica a morte de Germano Gorini e a sucessão feita aos filhos Filippo de Ludovico

história com documentos: “A história, não há dúvida, faz-se com documentos escritos – quando existem. Mas ela pode fazer-se, deve fazer-se com tudo aquilo que o engenho do historiador coloca ao seu alcance. Com palavras, portanto.”⁵⁴⁰

Assim, a referência ao imigrado foi apontada por uma descendente, brasileira, neta de Ludovico, relatando o retorno do seu avô à Itália, em 1910: ‘Eles tinham uma casinha que era alugada, então ela disse: Não precisa pedir o rapaz pra sair porque eu não vou ficar’.⁵⁴¹

Esta casa situada na Via de Dentro, no centro da localidade, é a mesma do testamento feito por Germano Gorini. Deste modo, partimos do pressuposto que o dinheiro deste aluguel fosse enviado ao casal, no Brasil.

Vimos que no retorno a Graffignano, ao contrário de Demétrio Pellegrini que foi apenas visitar os parentes, em Proceno, parece ter existido a intenção de uma volta definitiva ao país natal. Supomos que o motivo desse retorno fosse financeiro, principalmente, se considerarmos que, até 1914, a família não aparece como compradora de imóvel nos registros cartorários de Varre-Sai.

Talvez, esta família, estivesse, ainda, na condição de colona da Fazenda Bela Vista, conforme relato da neta do imigrante: “Ficaram lá um ano, trabalharam, pegaram o dinheiro da passagem e voltaram para o mesmo lugar, na Bela Vista, em 1911. Em 1914 meu avô comprou um imóvel aqui em Varre-Sai que funcionava um hotel.”⁵⁴²

Se as condições no Brasil pareciam não ser favoráveis para os Gorini, na Itália a situação, talvez fosse pior.

Nas cartas enviadas de Proceno, Graffignano aos parentes em Varre-Sai, a maioria para tratar de negócios, os italianos sempre dedicavam uma pequena parte para relatarem a situação econômica e as medidas adotadas pelo governo no país.

Vocês não devem se lamentar, pois não imaginam como está a vida aqui. O governo estuda já um projeto para fazer novamente o pão escuro como no bruto período da guerra. O grão já subiu a 140 liras o quintal. Queremos que tudo de certo, mas só Deus sabe...⁵⁴³

No nosso país já existia muito rigor, mas, agora, está ainda pior porque mudaram o imposto sobre a mercadoria que entra e sai no município. Dizem que é para dar proteção sobre a área do município porque todos os dias têm contravenção. Crêem que vai durar muito, é uma bruta vida. Depois tem, ainda, uma outra coisa pior para nós. Devemos pagar as taxas que surgiram através da criação de um consórcio, em

⁵⁴⁰ FEBVRE, Lucien. *Combats pour l’histoire*, p. 428 apud MARROU, 1978, Op. cit., p. 63.

⁵⁴¹ Entrevista concedida por Elza Gorini em 30/10/2000.

⁵⁴² Entrevista concedida por Elza Gorini em 30/10/2000.

⁵⁴³ Correspondência enviada por Francesco Caldara a Demétrio Pellegrini. Proceno. 1924

Acquapendente, para todas as estradas próximas, como modo de oferecer trabalho aos desempregados, porém, para sustentar esta situação o governo paga uma parte e o resto nós é quem temos que pagar, só estão excluídos os fabricados (construções de casas etc). É certo que se continuarmos andando neste passo será muito difícil e triste para todos nós.⁵⁴⁴

Outra carta datada de 1948, enviada a um parente no Brasil, demonstra que os tempos difíceis na Itália parecem não passar, ao contrário, estão bem piores do que na época da emigração, no final do XIX.

A nossa pátria dessagrada (sic) e devastada, oferece a nós moços, poucas possibilidades para o nosso futuro e muitos de nós olham para os grandes países americanos com uma certa esperança. Talvez voltarão para nós italianos, os longínquos tempos da emigração (refiro-me justamente aos tempos em que você deixou a Itália). Mas por quanto seja forte nos moços a esperança no futuro, eu sinto que seremos certamente menos aventureiros que vocês, que deixaram a Itália em condições e tempos melhores.⁵⁴⁵

Ainda, nesta época (1946), a propaganda positiva do Brasil continuava a ser veiculada na Itália: a imagem de um Brasil próspero com oferta de terra e trabalho para todos. Assim continuou o emitente: “Justamente hoje, lia em um dos nossos jornais a vastidão e fertilidade das vossas terras de São Paulo e Goiana, que poderão dar trabalho, assim diz este jornal, a milhões de homens”⁵⁴⁶

Ainda que os trechos das cartas acima transcritos pareçam fugir da nossa proposta de estudo, servem, porém, para explicar e compreender, o cotidiano vivido por que não emigraram.

Deste modo, a tentativa frustrada do retorno do casal a Graffignano; o interesse e a certeza do imigrante em realizar todos os seus investimentos no Brasil, extraindo tudo o que lhes cabia, como direito na transmissão da herança no país natal, talvez desse a possibilidade de alcançarem a mobilidade social no Brasil

Certamente, na medida em que recebiam notícias do seu país, mais estavam convictos de que era no Brasil que teriam que permanecer. Neste sentido, raro foi imigrante italiano que não obteve a ascensão social, mesmo que esta representasse ter um pequeno sítio com cafezais e ou uma casa de comércio, como demonstrado por nós nos capítulos precedentes.

⁵⁴⁴ Correspondência enviada por Francesco Marchetini a Igino Lira. Proceno . 1933

⁵⁴⁵ Trechos da correspondência enviada por Marino Donnini a um membro da família Aniceti de Graffignano. Roma.1948.

⁵⁴⁶ Trechos da correspondência enviada por Marino Donnini a um membro da família Aniceti de Graffignano. Roma.1948.

Desta forma, sem perspectivas de voltarem a viver na Itália, Ludovico e esposa, retornam ao Brasil, onde conseguiram, num espaço de tempo mais longo, quando comparadas às outras famílias aqui analisadas, uma situação mais estável e ascensão social.

Podemos inferir que esta mobilidade só ocorreu quando Ludovico vendeu o que lhe pertencia como herança na Itália. Mesmo que o montante não desse para cobrir todas as despesas para a aquisição do hotel, visto se tratar de uma casa, uma cantina e parte nos pequenos lotes de terra, contribuiu no somatório do capital acumulado dos anos trabalhados como colono na grande fazenda, após o retorno da Itália.

Assim, de volta para o Brasil, em 1911 até a compra do hotel, em 1919, conforme registro cartorário⁵⁴⁷, (equivocadamente a entrevistada referiu-se a 1914), trabalharam mais oito anos como meeiros.

Enquanto algumas famílias despendiam dinheiro no pagamento de um outorgado para acompanharem a movimentação de sucessão dos bens, na Itália, outras pareciam não ter interesse no recebimento da herança, por desconhecerem ou por considerarem insignificante a parcela a receber.

Ao cruzarmos todas as cartas, aqui citadas, constatamos que a manutenção dos laços econômicos e sociais não durou somente enquanto o casal original imigrado estava vivo, mas, permaneceu entre as gerações posteriores, como é o caso dos grupos familiares, imigrados no noroeste fluminense, no presente estudo.

Este quadro de manutenção das relações entre os parentes para tratarem das questões financeiras, herança e ou assuntos relacionados às condições de vida de ambos os grupos familiares, podem ser analisados como comportamentos e estratégias que faziam com que cada grupo se mantivesse vinculado pelos laços de parentela, tendo como motivo para contato os bens que envolviam os herdeiros.

Muitas vezes, estas correspondências foram feitas entre parentes que não se conheciam a não ser, por ouvir contar, através de muitas histórias que, rememoradas pelos imigrados, chegavam aos descendentes. Supomos que o mesmo ocorria entre os familiares que continuaram residindo na Itália.

Pessoas de destaque no grupo, nos dois lados do oceano, eram intermediárias na localização dos parentes.

A carta enviada, de Roma, à família Bianchi/Tramontana, iniciou-se da seguinte forma: “Caríssimo primo e família, da parte do senhor Iginio Lira, no final de 1948, consegui o

⁵⁴⁷ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai – Livro de Notas – 1919, p.57.

endereço de todos os três irmãos Bianchi, aos quais escrevi, mas, até agora, não obtive resposta.”⁵⁴⁸

Assim, sem que a família desse o retorno do recebimento da primeira correspondência emitida em 1950, a reenviou, sem mudar nenhum parágrafo, em 1959. Portanto, esperaram nove anos para tentar outro contato. Como os textos das duas correspondências são idênticos, concluímos que, desde 1950, esperavam pela resposta de cartas enviadas desde 1948, logo que conseguiram o endereço da família.

Vimos, portanto, que passados mais de cinquenta anos da emigração do casal, e de mais onze anos do envio da primeira carta, os primos italianos não desistiram de procurar os parentes longínquos, imigrados no Brasil, para informarem sobre a herança e, ao mesmo tempo exigirem uma decisão da família sobre o destino dos bens.

Acreditamos que tais interesses iam além de uma relação puramente de parentesco. Talvez a preocupação maior estivesse em saber que decisões tomariam os familiares brasileiros com respeito à herança. Caso desistissem teriam que fazê-lo por escrito, o que geraria um novo processo de partilha, beneficiando aqueles envolvidos na sucessão.

Esta manifestação dos interesses da família italiana em fazer contato com os primos no Brasil os levou a buscar, através de terceiros, a localização de residência dos Bianchi/Tramontana. Método não muito fácil naquela época, principalmente, considerando a localização em que se encontravam e o tempo entre o envio e a resposta de uma carta.

De forma que, a correspondência que utilizaremos no decorrer deste texto possui o mesmo conteúdo, com datas de 1950 e 1959. Em um dos parágrafos, o remetente, na tentativa de uma resposta procurou se identificar, nomeando seus ascendentes, para que a família, no Brasil, pudesse estabelecer uma conexão com um passado, não esquecido, mas, talvez obscuro pelos anos decorridos desde que a primeira geração chegou ao Brasil: Quem escreve, aqui é o primo de vocês, Vittorio Gobbi, filho da pobre⁵⁴⁹ Gina Tramontana, irmã da vossa pobre mãe Esterina”. Ao utilizar os nomes das irmãs, matriarcas da família, Vitório buscou, avivar a memória familiar.

Para compreendermos a busca pelo entrelaçamento familiar entre os primos italianos e os brasileiros, bem como o vínculo que envolvia o estabelecimento da rede de comunicação,

⁵⁴⁸ Trecho da correspondência enviada por Vittorio Gobbi aos primos da família Bianchi/Tramontana. Roma 1950-59.

Ester, imigrada no Brasil, era, também chamada de Esterina.

⁵⁴⁹ O termo “povera” ou pobre utilizado fazia referências as pessoas que já tinham falecido.

através da correspondência, e o patrimônio herdado apontado pelo remetente, faz-se necessário recuarmos na história para tornar mais evidente a trajetória desta família imigrada.

O casal Luigi Bianchi e Ester Tramontana, oriundo de Proceno, chegou ao Brasil, em 1898, trazendo uma filha recém-nascida, de nome Giacinta. Instalados na região de Varre-Sai, tiveram mais três filhos: Odovardo Bianchi, José Bianchi e Guilherme Bianchi, todos nascidos em 1901, 1905 e 1908, respectivamente.⁵⁵⁰

Na Itália, faziam parte da classe dos *contadini*, donos de pequenos lotes de terra, casas de morada e depósitos de feno. Tanto pelos ascendentes de Luigi como de Ester, encontramos um pequeno patrimônio no cadastro de terras e fabricados de Viterbo.

Cesare Bianchi, avô de Luigi, possuía quatro pequenos lotes de terra, distantes uns dos outros, com o cultivo de grãos, totalizando, aproximadamente, na medida de superfície utilizada na Itália *nove tavole e cinquenta e quattro centesimi*, equivalente a 1 hectare⁵⁵¹. Possuía, também, uma casa, na Via Del Fiore, com três andares e seis quartos,⁵⁵² localizados em Proceno.

Os bens da família de Domenico Tramontana e Maria Tiberini, pais de Ester, constituíam-se de duas casas com quatro andares e nove quartos: uma situada em Poggio Massimo e a outra na Porta Fiorentina, ambas em Proceno. Os dois depósitos de feno localizavam-se no plano térreo e no segundo andar de uma imóvel, na Via Del Bottino.

Para esta família, a fonte aponta para uma situação econômica bem melhor se comparada à da família anterior. Além de possuírem duas casas, com muitos quartos, tinham também, terra, um total de 4,5 hectares⁵⁵³ e dois depósitos de feno o que sinalizava para a criação de animais. Não foi possível identificar quantos e que tipo de animal possuía a família. Podemos supor, baseado na documentação dos municípios pesquisados,⁵⁵⁴ que se tratavam de bois, cavalos e porcos.

A considerar que nos lotes da família era cultivado o grão, é possível que utilizassem das terras comunais (pastos) para criarem seus animais, uma vez que a abolição do uso cívico das terras foi feita, em Proceno, na prática, em 1893⁵⁵⁵.

⁵⁵⁰ Arquivo Privado. Família Bianchi. Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

⁵⁵¹ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Terras, 1878.

⁵⁵² Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Fabricados. 1878.

⁵⁵³ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Terras. 1893.

⁵⁵⁴ Arquivo municipais de Proceno e Graffignano. Relação e quantidade de animais. 1870

⁵⁵⁵ Arquivo da Comuna de Proceno. Atto de Deliberazione Comunale. Atto per estinzione di canoni: servitù di pascolo, 1893.

Se por um lado o casal possuía o status de um pequeno proprietário empreendedor, conforme a classificação de Serpiere⁵⁵⁶, por outro, é possível que a produtividade da família não fosse suficiente para todos os filhos, considerando que Domenico e Maria tiveram doze filhos⁵⁵⁷. Dos doze, identificamos apenas Ester como emigrada.

Deste modo, com uma família extensa, a parte que cabia a cada um na herança era reduzida. A medida em que morria um membro, uma nova sucessão era feita. Assim, através do cadastro de terras, localizamos entre 1920 e 1929 quatro novas sucessões,⁵⁵⁸ em virtude da morte de quatro filhos do casal.

As transmissões aos filhos ocorreram após a morte de Domenico, com usufruto de sua mulher Maria. Na última sucessão feita, em 1929, coube a Ester dois terrenos *seminativos* e um bosque, totalizando menos de 1 hectare.⁵⁵⁹ Não foi possível constatar se Ester, que nesta época residia no Brasil, outorgou um italiano a acompanhar a partilha dos bens. Talvez não tivesse tomado conhecimento desse processo ou preferiu deixar para posterior transmissão aos seus filhos, no Brasil.

Somente após a morte de Maria Tramontana, mãe de Ester, em 1930, que a herança foi dividida entre todos os membros, incluindo Vittorio Gobbi, sobrinho de Maria.

Desta forma, como os ítalo-brasileiros não se manifestaram, Vittorio buscou informar a família, no Brasil, sobre o direito hereditário dos bens deixados pela mãe de Ester. De modo que, o conteúdo da carta foi essencialmente para tratar da herança. Disse ele:

Estou certo que a pobre tia falou com vocês da propriedade que a nossa avó tinha em Proceno. Vovó Maria morreu em 1930 e a propriedade que pertence a vocês ficou abandonada. Se vocês têm a intenção deveriam me informar o que desejam fazer.⁵⁶⁰

E demonstrando já ter feito vários contatos sem, no entanto, obter respostas, se despede afirmando:

Para o momento não me permito prolongar. Temo que seja, ainda, tempo perdido. Caso tenha o prazer de receber um sinal de resposta da parte de vocês, escreverei

⁵⁵⁶ SERPIERE, 1947, Op. cit., p.10.

⁵⁵⁷ Dados extraídos da Igreja de SS Salvatore, em Proceno, por descendentes da família, residentes naquele município e cedidos a nós por um membro da família.

⁵⁵⁸ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Terras. 1920-1929.

Os filhos mortos foram: Tito (1920); Gina (1921); Amilcare (1926); Egisto (1929).

⁵⁵⁹ Arquivo de Estado de Viterbo. Cadastro de Terras. 1929.

⁵⁶⁰ Trecho da correspondência enviada por Vittorio Gobbi aos primos da família Bianchi/Tramontana. Roma 1950-59.

uma carta mais longa e poderei explicar-los melhor. Outra coisa pelo momento não direi. Recebem tantas saudações e coisas belas do seu primo Vittorio Gobbi.⁵⁶¹

É de se estranhar que a família no Brasil não manifestasse qualquer interesse com relação ao recebimento desta herança, pois, qualquer que seja o patrimônio a receber, as partes interessadas, geralmente, nunca deixam escapar o que lhes pertencem.

No caso ora analisado, os bens foram divididos quando um dos cônjuges era vivo com usufruto de um deles até a sua morte. A divisão foi feita igualmente entre os onze herdeiros quando morreu a matriarca da família, Maria Tramontana. Tal divisão foi feita sem a presença de todos os filhos, visto que uma das filhas, Ester, residia no Brasil e, não autorizou um outorgado, residente na Itália, como fizeram as outras famílias imigradas, para acompanhar o processo de sucessão.

Na medida em que diminuía os herdeiros, em função de morte ou por “abandono”, conforme mencionado pelo remetente, uma nova sucessão poderia ser feita. Neste caso, os herdeiros que não manifestaram interesse nos bens, como desta família ora analisada, deveria abrir mão da herança passando o direito de sucessão. Parece-nos que a insistência do primo, residente na Itália, em obter uma resposta da família estivesse pautada no interesse de realizar uma nova sucessão incluindo os bens não apropriados pelos ítalo-brasileiros.

Sem conseguir respostas, as relações que Gobbi tentou estabelecer com a família para tratar de herança, se romperam. Este foi o único modelo, dentre as famílias analisadas, que não conseguiu, por razões que não pudemos identificar, consolidar os laços econômicos e realizar a movimentação dos bens no país de origem, no período estudado.

Entretanto, em 1979⁵⁶², os descendentes, no Brasil, na sua terceira geração, resolveu fazer contato com a família procurando pela herança da bisavó Ester, deixada em Proceno. Não temos a correspondência enviada do Brasil, mas pela resposta podemos inferir o que continha na carta.

Roma, 22 de outubro de 1979. Caríssimos todos. Quem lhes escreve é Gina Gobbi, a filha mais velha do primo Vittorio. Recebemos a grande carta enviada por vocês. Só recebemos porque a família que mora no endereço para o qual vocês enviaram nos comunicou por telefone. Nós não moramos mais naquela via, desde 1961. E agora venho a responder o que vocês querem saber, isto é, sobre a herança que deixou a mãe do tio Guilherme, Esterina. Se meu pai não tivesse morrido no dia oito de

⁵⁶¹ Trecho da correspondência enviada por Vittorio Gobbi aos primos da família Bianchi/Tramontana. Roma 1950-59.

⁵⁶² Extrapolamos o recorte temporal do nosso estudo para demonstramos o desfecho da história de herança e a tentativa de manutenção dos laços econômicos desta família, passados mais de oitenta anos de imigração da família original.

fevereiro do mês passado, poderia lhes dizer, talvez, tudo, seria outra coisa. Mas, nós, infelizmente não podemos responder o que nos pede. Nós podemos somente dar o endereço de uma pessoa de Proceno que é funcionária na Prefeitura. Ele, talvez, possa saber se existe algum bem que lhes pertencem. Se decidirem que devem vir, quando e quem verá pessoalmente esta herança que disseram para vocês ser de muito valor me façam saber. Assim, teremos a ocasião e o prazer de conhecermos. Isto é tudo e na espera de um sinal da parte de vocês, minha mãe e eu vos saudamos afetuosamente.⁵⁶³

Entre a carta escrita em 1950, por Vittorio, e aquela redigida pelos representantes da terceira geração, em 1979, vinte e nove anos transcorreram para que a família, no Brasil, resolvesse se posicionar quanto à herança. Talvez, tarde demais, pois, a filha mais velha de Vittorio não sabia ou não queria saber nem mesmo de que herança os “parentes” se referiam, nem a localização e a extensão das terras.

No caso, específico desta família para que ocorresse o estabelecimento dos vínculos com os parentes foram necessários décadas para que a terceira geração se interessasse pelo patrimônio dos ascendentes deixados naquele país. De qualquer forma, mesmo que não conseguissem reaver os bens, os laços interfamiliares com os parentes distantes na hierarquia geracional foram estabelecidos.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades apresentadas para a manutenção das relações familiares entre os emigrados proceneses e graffignaneses com seus parentes que ficaram nestes municípios, a experiência da emigração não significou o rompimento com as relações familiares, ao menos quando o assunto era a herança e a venda dos bens que lhes cabiam como direito no processo sucessório.

7.2 A HERANÇA DA TERRA NO BRASIL

Os municípios de Porciúncula, Natividade e, sobretudo Varre-Sai, que na época estudada eram distritos de Itaperuna, caracterizam-se na atualidade, como municípios onde a maior parte das terras está com os herdeiros dos italianos. Destes, a pequena Varre-Sai é a principal produtora de café, com destaque para as propriedades dos descendentes dos imigrantes.

Ressaltamos que os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, áreas circunvizinhas a Varre-Sai, por onde o café seguiu sua marcha, também, foram locais de interesse de algumas famílias italianas que ali realizaram a compra da terra.

⁵⁶³ Correspondência escrita por Gina Gobbi à família Bianchi Tramontana, no Brasil. 1979.

A família Bianchi/Tramontana, por exemplo, emigrada de Proceno, com os outros grupos familiares, investiu em uma localidade do Espírito Santo, distante 13 km de Varre-Sai.

Maria Yedda Linhares, sobre a pesquisa em história da agricultura, aponta para a importância dos estudos locais como inovação dos estudos históricos brasileiros nesta área.

As sondagens realizadas no nível municipal revelaram-se estimulantes. Elege-se a região como locus privilegiado de observação, problematização e análise, não como um recorte geográfico determinado por características físicas, mas pelo passado vivido que se prolonga no presente, deixando suas marcas.⁵⁶⁴

De fato, por intermédio dos registros do arquivo municipal de Varre-Sai levantamos uma rica documentação que nos possibilitou compreender a inserção do imigrante na região, assim como, apreender as relações sociais estabelecidas entre os atores sociais.

Desses registros pode-se recolher informações como, profissão, estado civil; do Registro de Imóveis: compra e venda de terras, hipotecas, procurações, escrituras de doação, cessão de direitos hereditários etc. Tais registros representam um verdadeiro “guardião da memória”⁵⁶⁵ da colonização européia do final do século XIX. (veja se alterou o sentido)

Sobre o uso destes registros, Maria Yedda Linhares revelou:

É impossível fazer a história social, rural ou urbana, no caso brasileiro, sem uma ampla e profunda análise da documentação cartorária, dependendo do enfoque e da inventividade do historiador, cujos interesses podem ser abertos em leque, desde a reconstituição da vida cotidiana (processos criminais e queixas) até o estudo de mentalidades (testamentos), composição de fortunas (inventários), estruturas sociais, estrutura fundiária e sua evolução.⁵⁶⁶

Assim, para analisarmos a transmissão da herança fazia-se necessário localizar os inventários *post mortem*. Para quem comprou terras nos distritos de Varre-Sai, Porciúncula e Natividade, os inventários eram autuados na comarca de Itaperuna, na época, sede do município. Já as famílias que compraram terras no Espírito Santo e Minas Gerais, os municípios de autuação dos inventários eram Siqueira Campos, Guaçuí ou Alegre/ES e Carangola/MG.

Nossas análises recaem, especialmente, na transmissão feita nos distritos do município de Itaperuna, sobretudo Varre-Sai, mas, incorporaremos, também, o inventário da família

⁵⁶⁴ LINHARES. 1995, Op. cit. p. 81

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 84.

⁵⁶⁶ SILVA; LINHARES. 1982. Op. cit., p. 97.

Bianchi/Tramontana, que depois de tornar-se proprietária de terra na região de Varre-Sai investiu na compra de um sítio no Espírito Santo.

Analisaremos as Cartas de Partilha, testamento e um Inventário, além de “Escritura de Doações *inter vivos* com o adiantamento de legítima” e “Sucessão de Direitos Hereditários”

A complexidade existente na transmissão da herança está presente em diversas partes, seja na Itália, no Brasil ou em outros países. Entre as famílias imigradas no noroeste fluminense, as forma adotada na sucessão do patrimônio vão desde a divisão pela morte de um dos cônjuges às doações e sucessões realizadas *inter vivos*. Esta última, aparece com maior regularidade entre os grupos familiares como forma de proporcionar maior proteção e segurança aos filhos, principalmente, os casados.

Para tanto, voltemos às análises de Shanin⁵⁶⁷. O autor propôs compreender a herança no seu sentido amplo: da geração ascendente à descendente – de pais a filhos (transações verticais) - o que é geralmente denominada herança; como também regras que norteiam transações (compra e venda monetizada e outras formas) de terra entre colaterais – de irmão a irmão (transações horizontais) e que estão em estrita continuidade lógica face às primeiras.

Iniciaremos com a análise da herança da geração ascendente para a descendente, entre pais e filhos constantes no inventário *post mortem* da família Bianchi, emigrada de Proceno.

No ano de 1940 Guilherme Bianchi, filho de Luigi Bianchi e Ester Tramontana deu início ao inventário da família, na Comarca de Siqueira Campos/Espírito Santo.⁵⁶⁸ Os irmãos Bianchi, Guilherme, Odovardo e José, residiam, os dois primeiros em Monte Verde, distrito de Siqueira Campos, hoje Guaçuí, e o outro irmão em Alegre/ES.

Um descendente da família apontou para a possibilidade do primeiro investimento, a compra de um pequeno sítio, ter sido feita, primeiramente, em Santa Clara, distrito de Itaperuna⁵⁶⁹. Sobre esta aquisição, não localizamos o registro de imóveis, portanto, não foi possível constatar a veracidade da informação.

De qualquer forma, é possível que Luigi Bianchi tivesse feito como outro imigrado, Carlo Ridolfi, que após prosperado no noroeste fluminense, resolvesse migrar para o Espírito Santo. Assim, como o noroeste, especialmente, Varre-Sai, “o Espírito Santo, na região do Vale do Itabapoana, era uma frente em expansão agrícola, com o cultivo do café”⁵⁷⁰, e

⁵⁶⁷ SHANIN, 1972, apud MOURA, 1978, Op. cit., p. 3

⁵⁶⁸ Inventário *post mortem*. Comarca de Siqueira Campos/ES. 1940.

⁵⁶⁹ Informação concedida por um descendente da família Bianchi. Rio de Janeiro.2009.

⁵⁷⁰ SALETTO, Nara. Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930). Vitória: Edufes, 1996, p. 39.

consequentemente, de crescimento demográfico. Dentre as famílias que fazem parte dos nossos estudos apenas essas duas não permaneceram na região noroeste fluminense.

No Espírito Santo, Luigi Bianchi comprou, em 1923, um sítio de nove alqueires de terra. Posteriormente, foram anexados, através da compra, mais cinco alqueires, constando no inventário quatorze alqueires de terra com todas as benfeitorias.

Os inventários, para Sheila de Casto Faria, eram feitos para os que tiveram algo a deixar, e abertos, trinta dias após o falecimento do titular, pela família ou, na falta desta, pelo juiz de órfãos, quando havia filhos menores⁵⁷¹. De fato, só abria um inventário quem tivesse um patrimônio, mesmo que este não representasse necessariamente fortuna.

Embora nem sempre esta regra fosse seguida, no registro analisado, o inventariante deu entrada dentro do prazo. Luigi faleceu em primeiro de outubro, no dia trinta e um, do mesmo mês, foi dado início ao inventário.

Este Inventário traz em anexo as seguintes partes: Autuação; carta do advogado, escolhido pelo herdeiros, ao Juiz de Direito da Comarca; o Traslado de Procuração que fazem os herdeiros; Edital de Citação de Herdeiro Ausente; Termo de Inventariante; Mandado (documento em que o Juiz autoriza e indica um Avaliador dos bens); Laudo de Avaliação; Termo de Declarações Finais.

Destas partes, a que mais nos oferece dados é o Termo do Inventariante. A partir das declarações feitas pelo responsável do inventário, podemos extrair informações importantes, desde os dados pessoais dos herdeiros, às características e valores dos bens, bem como, de que maneira ocorreu a sucessão.

Deste modo o inventariante faz as suas declarações, colocando-as em ordem: *primeiro*: cita os dados do inventariado; *segundo*: dados dos herdeiros: nomes, estado civil, profissão e residência; *terceiro*: cita a idade dos inventariantes; quarto: não há herdeiros obrigados à colação; *quinto*: cita os bens a serem inventariados com os respectivos valores. O item quarto, quando se refere a não obrigação dos herdeiros a colação dos bens, possibilita a distribuição não igualitária do patrimônio. Considera-se, como apontado por Di Gianni⁵⁷², que o instituto jurídico luso-brasileiro denominado colação dos bens funciona como elemento redistributivo e igualitário entre os herdeiros, confirmando a tendência de se repartir igualmente a herança. Este item, constante nos autos do inventário, não correspondeu ao ato da partilha.

⁵⁷¹ FARIA, 1998, Op. cit., p. 225.

⁵⁷² DI GIANNI, 1997, Op. cit. p. 145.

De maneira geral, na herança da terra feita entre as famílias imigradas, pesquisadas por nós, a colação consagrou a equidade na distribuição da herança, não ocorrendo o tradicional privilégio dado aos homens, ou ao primogênito, encontrada entre os italianos que se fixaram em outras regiões do Brasil⁵⁷³. Mesmo que posteriormente utilizassem de estratégias para a reprodução social da condição de agricultor, sobretudo, no caso dos pequenos sítiantes.

Como os imigrantes que se fixaram em Varre-Sai, Luigi era um pequeno sítiante que se destacava na produção cafeeira. Os bens deste sítio foram avaliados em 18:650\$000 (dezoito contos, seiscentos e cinquenta mil reis).

TABELA 23 - Distribuição dos bens com sua avaliação

BENS	AVALIAÇÃO
Sítio (9 alqueires) + (4 alqueires) anexo	8:400\$000
Cafeeiros	6:000\$000
Duas casas de morada	800\$000
Duas casas para colono	300\$000
Moinho de fubá	400\$000
Engenho para cana	400\$00
Pasto	1:000\$000
Bois	700\$000
Tacha de cobre	200\$000
Total	18:650\$000

Fonte: Inventário *post mortem*. Comarca de Siqueira Campos/ES. 1940.

Do total do imóvel avaliado, aproximadamente, 33% era equivalente às lavouras de cafés plantados, considerado a maior fonte de renda do sítio. Provavelmente, com duas casas para colonos, utilizasse da meação, como a maior parte dos sítiantes daquela região. Além do café, plantava o milho, a cana e possuíam quatro bois para o custeio do sítio.

O advogado outorgado, fez uma carta ao juiz, após o termo de declarações finais, cumprimentando-o pela justa avaliação feita nos cafezais.

M.M.Juíz. Estamos de pleno acordo com suas avaliações. A prova da sua idoneidade está constatada na avaliação feita nos pés de café, condição essa legal, por quanto efetivamente, a lei determina que o café quando formado seja avaliado a razão de

⁵⁷³ Podemos citar alguns autores que fazem referência a este tipo de transmissão de herança, como: DI GIANNI, 1997. Op. cit.; BLOEMER, 2000, Op. cit.; BARBAGLI, 1984, Op. cit.

600 reis o pé, e não cem reis como querem muitos em detrimento dos esforços de fatigantes serviços prestados pelo braço alheio.⁵⁷⁴

Este patrimônio foi dividido igualmente entre os quatro filhos casados, três irmãos, brasileiros e uma irmã, nascida na Itália, também casada, citada nos autos do inventário pelo avaliador dos imóveis como, “ausente em lugar incerto e não sabido, há mais de dezessete anos”.⁵⁷⁵ Para este caso foi feito um edital denominado: “Edital de Citação de Herdeiro Ausente”, a ser publicado em Diário Oficial.

Após a publicação, os interessados, deveriam comparecer ao cartório, no prazo de trinta dias, representado por quem de direito a fim de acompanhar o inventário.⁵⁷⁶

Mesmo com a ausência da irmã, a divisão dos bens foi feita entre os quatro herdeiros. O total dos bens avaliados quando divididos coube a cada um a quantia de: 4:662\$500 (quatro contos, seiscentos e sessenta e dois mil e quinhentos reis).

Desta forma, o sítio transformava-se em um minifúndio com 3 ½ alqueires. Na divisão, dos nove mil e quinhentos pés de café restaram 2.375 (dois mil e trezentos e setenta e cinco) para cada irmão. Os outros imóveis como casas, engenho e moinho cada herdeiro passou a ter a sua parte.

Os herdeiros com idades de 33, 35, 39 e 43 anos, profissão lavradores, estavam diante de uma terra fragmentada, sem possibilidades de sustento para suas famílias, considerando que todos eram casados e possuíam filhos. Nas palavras de Moura⁵⁷⁷ “ficava-se assim diante de uma situação ‘limite’”.

No caso em estudo dos irmãos Bianchi/Tramontana, por mais que tivessem a independência nas tarefas econômicas, passaram a ter uma dependência quanto ao território, que uma vez dividido, tornou-se insuficiente para a manutenção das famílias.

Deste modo, a estratégia utilizada entre os irmãos que faziam parte das regras de herança ocorreu quando um deles, o inventariante, resolveu comprar a parte dos outros. Neste caso, fizeram numa transação horizontal através da compra monetizada entre os irmãos.

Moura⁵⁷⁸ afirma que entre as famílias camponesas, muitas vezes, eram utilizadas normas legais para efetuar o inventário. Posteriormente, procuravam adequar-se a

⁵⁷⁴ Inventário *post mortem*. Comarca de Siqueira Campos/ES. 1940.

⁵⁷⁵ Inventário *post mortem*. Comarca de Siqueira Campos/ES. 1940.

⁵⁷⁶ Inventário *post mortem*. Comarca de Siqueira Campos/ES. 1940

⁵⁷⁷ MOURA, 1978, Op. cit. p.

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p 4

determinadas situações, contornando ou adaptando as prescrições do código civil no sentido de assegurar a que a terra não fosse fragmentada.

A complexidade na transmissão da herança está relacionada à ascensão social da família. Neste sentido, os grupos familiares italianos alcançaram diferentes posições entre a classe proprietária rural.

As estratégias utilizadas pelo pequeno sitiante na manutenção da reprodução social do pequeno agricultor não podem ser atribuídas a todas as famílias. Situação inversa viveu a família Castoni após a morte do casal original.

Casei com 18 anos, meu marido era bem mais velho que eu, ele veio da Itália pequeno. Seu nome era Iginio Lira. Ele veio com a mãe e o pai da Itália. A mãe Verônica Castoni ficou viúva e depois de muita economia foram comprando pedaços de terra, aí compraram em Santa Clara a Fazenda do Céu. Hoje a terra foi repartida e é do meu filho.⁵⁷⁹

Em poucas palavras, a informante, Inês Pellegrini, apresenta a trajetória da sua sogra Veronica Castoni, quando citou: sua viuvez, a aquisição das terras e a herança deixada para seu esposo, Iginio Lira. As palavras da entrevistada apontam para a ascensão social e econômica da família, analisada no capítulo 5.

Para a compreensão do processo sucessório, *post mortem* de Veronica Castoni utilizamos a Carta Formal de Partilha. Este documento, contendo vinte e quatro páginas, traz na folha inicial os seguintes dados:

Juízo de Direito da Comarca de Itaperuna. Carta Formal de Partilha. Extraída dos autos findos do inventário dos bens deixados pela finada Veronica Castoni e passada em favor e requerimento do herdeiro inventariante – Ernesto Lyra e demais herdeiros.⁵⁸⁰

Verônica a proprietária da Fazenda do Céu, ao morrer, deixou para seus três herdeiros (outros três já haviam falecido) cinco propriedades, assim distribuídas: Fazenda do Céu (40alqueires); Bom Sucesso (18 alqueires); Santa Martha (46 alqueires); Floresta (12 alqueires); Vargem Alegre (31 alqueires), totalizando 711,48 alqueires/147 alqueires. O valor total de todos os imóveis foi estimado em 198: 804\$800 (cento e noventa e oito contos,

⁵⁷⁹ Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula. 14/11/2005

⁵⁸⁰ Arquivo Privado. Carta Formal de Partilha. 1932.

oitocentos e quatro mil e oitocentos réis) divididos igualmente pelos quatro irmãos, cabendo a cada um o valor de 49:701\$200 (quarenta e nove contos setecentos e um mil e duzentos réis).

A partilha foi feita de forma que cada um herdou os bens móveis e imóveis equivalente ao valor total de direito. Assim, Ernesto o filho mais velho ficou com 33 alqueires da propriedade de Santa Marta e 23 alqueires do sítio Vargem Alegre, totalizando 56 alqueires ou 271 hectares, e contendo: 29 mil pés de café, 10 casas para colonos, tulha, varanda, paiol, metade do carro de boi e dinheiro a receber, com o irmão Igino, no valor de 723\$500 (setecentos e vinte e três mil e quinhentos réis).

A outra herdeira, Cesarina representada pelo seu marido Ovídio, coube: 12 alqueires da Fazenda Floresta, dez alqueires do sítio Santa Marta e 7 alqueires do sítio de Vargem Alegre, totalizando 30 alqueires ou 140 hectares. Estas propriedades possuíam 5.500 (cinco mil e quinhentos) cafeeiros, duas casas para colonos, casa sede, uma tulha e dinheiro a receber do herdeiro, Igino Lira, a importância de 324\$100 (trezentos e vinte e quatro mil e cem réis).

Por último, Igino, o herdeiro que tomou a frente dos negócios da mãe, na Fazenda do Céu, sede do patrimônio da família, herdou esta fazenda, com 40 alqueires/193 hectares mais 18 alqueires/87hectares, em Bom Sucesso, totalizando 58 alqueires/280 hectares e todas as benfeitorias, incluindo um automóvel, um caminhão, moinho para fubá, usina elétrica, casa sobrado (sede), casa de máquina, tulha, garagem para automóvel, três casa para colonos, casa com cômodos para negócios, casa com quintal cercado e água encanada, quatro juntas de boi, cinco casas de pau a pique além de 58 mil cafeeiros.

Embora os bens, para cada um dos herdeiros, tenham sido avaliados igualmente, conforme o referido Formal de Partilha, na denominada “partilha aritmética que consiste em avaliar todos os bens do morto por via de quantias que deverão caber aos seus herdeiros”⁵⁸¹, a situação apresentada nos remete a questionar a equanimidade entre os herdeiros.

Entre Igino e Modesto, a quantidade de bens pode ser considerado equivalente. Já entre os dois irmãos e a irmã há uma diferença substancial. Cesarina, de direito, recebeu 49:701\$200 em bens, igualmente aos seus irmãos, mas, de fato, parece ter recebido bem menos. A diferença de pés de café entre ela e os irmãos são exorbitantes e, a maior parte do seu cafezal era velho e ou decadente.

Moura explica, em seus estudos, que situação da mulher no sistema de herança sempre foi de exclusão.

⁵⁸¹ MOURA, 1978, Op. cit. p. 55

As mulheres são excluídas da propriedade independente da terra, seja no sentido econômico de que a posse e o empreendimento econômico não lhe competem, seja no sentido jurídico que o Código Civil Brasileiro assegura. A mulher poderá aparecer efemeramente como proprietária jurídica independente da terra logo a seguir a uma partilha de terras paternas, isto é, como herdeira. E será inapelavelmente meeira do patrimônio conjugal. (...) Mesmo neste caso é proprietária jurídica junto com um homem, mas não é reconhecida no bairro como proprietária, já que a terra onde um casal cultiva e reside é sempre terra do seu “fulano” (do homem).⁵⁸²

Nos nossos estudos não encontramos nenhum caso de exclusão da mulher do sistema de herança. Na partilha ora analisada, a mulher, tendo como cabeça seu marido, embora não fosse excluída do processo sucessório, na prática, não obteve a equivalência no recebimento dos espólios.

Assim, as possibilidades e uma rápida ascensão para os herdeiros que recebiam uma quantidade maior de alqueires, com alta produtividade do café e infra-estrutura para manter a estabilidade nos negócios, permitiam as novas famílias nucleares, não apenas se manterem, como, também, multiplicarem os bens herdados: “Quando meu marido morreu eu parti as terras com os meninos, “ficou um sítio para cada filho”.⁵⁸³

De fato, Igino herdou de sua mãe um total de 58 alqueires, 40 na fazenda do céu e 18 na fazenda Bom Sucesso, em terras contíguas a primeira fazenda. Em pouco tempo ampliou a extensão da fazenda, conforme citado pelo depoente: “Meu pai teve quase 200 alqueires de terra.”⁵⁸⁴

Deste modo, a segunda geração de filhos dos imigrados conseguiu triplicar a extensão das terras. O mesmo não ocorreu com os membros da terceira geração. Estes mantiveram a mesma superfície territorial da época do recebimento da herança, sem, no com uma significativa produção, principalmente do café.

Outra forma encontrada na transmissão da herança entre os grupos familiares imigrados foi a passagem dos bens *inter vivos*, quando da morte de um dos cônjuges ou com ambos ainda vivos, consideradas nas ilações de Shanin⁵⁸⁵, como a passagem da propriedade feita dentro de mesma geração. Tais transmissões foram encontradas nas cartas formais de partilha, localizadas nos arquivos privados das famílias, e nos Livro de Notas do Cartório de Varre-Sai sob forma de doação feita pelos pais aos filhos.

⁵⁸² Ibidem, 1978, p. 57

⁵⁸³ Entrevista concedida por Inês Pellegrini. Porciúncula. 14/11/2005.

⁵⁸⁴ Entrevista concedida por Ítalo Lira. Porciúncula. 24/02/2007.

⁵⁸⁵ SHANIN, 1972, apud MOURA, 1978, Op. cit., p. 4.

A Carta de Partilha, mesmo não constando todos os dados de um inventário, é um registro que nos permite extrair os principais dados necessários para a análise da transmissão da herança. Extraída dos autos do inventário, as Cartas datadas de 1930 e 1940, possuíam maior riqueza de detalhes, constando de todas as características do imóvel. Caso fosse mais de um imóvel, a mesma escrita era feita a todos os bens arrolados considerando os pormenores. Já os da década de 1970 e 1980, não possuem a mesma clareza de dados, citando apenas a extensão da terra e a casa de morada e outras benfeitorias, sem caracterizá-las.

A doação em vida, como adiantamento de legítima⁵⁸⁶ pode ser encontrada entre uma descendente da família Ridolfi, emigrada de Graffignano. Esta doação feita por Filomena Ridolfi, viúva de José Paolante aos três filhos, constituía-se de uma pequena propriedade, de 17 hectares, localizada em “Santa Cruz”, Varre-Sai.

Sobre a aquisição desta propriedade rememorou Filomena, nossa entrevistada:

Meu marido era Paolante. Casei e fui morar longe daqui. A mãe do meu marido tinha terra , fui morar na terra da minha sogra. Quando a mãe dela morreu, ela herdou um terreno em Santa Cruz, aqui perto, pra cima de Varre-Sai. Então ela colocou nós lá pra tomar conta. Plantava de tudo cana, mandioca, milho, café. Aí quando minha sogra morreu a terra ficou para nós, mas era pouca terras dava muito, mas, dava muito café. Tive seis filhos, três estão vivos e três mortos. Miguel, Sebastião e Ana Maria estão vivos. Miguel mora aqui.⁵⁸⁷

Por intermédio do discurso da entrevistada percebemos, claramente, a reprodução da condição de sitiante no processo sucessório. A propriedade doada aos filhos era uma herança recebida, *post mortem* da sogra de Filomena, Ermelinda Cagnace.

Neste caso, a unidade familiar do casal original, era estruturada pela cooperação econômica dos filhos casados que permaneceram morando com seus pais. Para Durhan, “este tipo de organização favorecia uma grande solidariedade do grupo de irmãos que é capaz de funcionar como unidade coesa mesmo após a morte do pai.”⁵⁸⁸ Quando a sogra conseguiu um terreno, também herdado de sua mãe, transmitiu ao filho casado concedendo-lhe autonomia.

Neste pequeno sítio, Filomena e o marido criaram os três filhos que sobreviveram dentre os seis que nasceram. Após a morte do marido, deu entrada ao processo de inventário para a partilha dos bens . Cada um deles, 1/3 do imóvel rural, em regime condominial, contendo: uma casa; um moinho de fubá; uma tulha; uma charrete com cavalo; quatro bois de

⁵⁸⁶ Arquivo Privado. Carta Formal de Partilha. Comarca de Natividade. Cartório França – 1 Ofício. 1980

⁵⁸⁷ Entrevista concedida por Filomena Ridolfi Paolante. Varre-Sai. 03/09/2005.

⁵⁸⁸ DURHAN, 1966, Op. cit., p. 30.

carro; um depósito na Agência do Banco do Brasil no valor de CR\$ 43,36 (quarenta e três mil cruzeiros e trinta e sei centavos).⁵⁸⁹

Como pequena sitiante, a família conseguiu depositar, provavelmente em poupança algum capital extra. O espírito de poupança do imigrante, herança imaterial transmitida aos filhos, foi apontado por Thales de Azevedo⁵⁹⁰ com um fator determinante do seu “ethos” cultural.

A parcimônia do imigrante somada à intensificação do trabalho dos membros da família possibilitou a manutenção e transmissão da posse da terra às futuras gerações, conforme relato feito por um dos herdeiros da sucessão analisada.

Eu aprendi várias profissões na minha vida. Com 16 anos eu fiz um moinho de moer fubá. Fiz no terreiro do sítio que meu pai herdou da minha avó. Ele voltou do Rio depois que recebeu essa herança (o pai foi para o Rio porque a situação em Varre-Sai tava difícil). Fomos ajeitando o sítio plantando café, plantando bananeira. Trabalhei, também, muitos anos de pedreiro e carpinteiro. No sítio do meu pai tinha gado, café e muita fruta. Quando meu pai morreu a terra foi repartida igualmente entre os três irmãos e nós continuamos o trabalho.⁵⁹¹

O informante relatou as múltiplas atividades que exerceu no sítio, desde lavrador, pedreiro e carpinteiro. Demonstrou a identificação com os trabalhos manuais, mas, ao mesmo tempo, o cuidado com a produção agrícola. Mesmo em se tratando de pouca terra, os irmãos asseguraram a reprodução de “proprietário sitiante, cafeicultor”.

Estas expressões, muito utilizadas quando se referiam aos proprietários italianos ou descendentes, deixam claro que ser cafeicultor numa área recortada por pequenas propriedades marcava a presença do italiano, que ocupou o espaço local como proprietário.

Sobre a valorização do trabalho, o descendente, deixa escapar o estereótipo de um imigrante disciplinado e laborioso “diferente” dos brasileiros:

Italiano não tinha o hábito de olhar relógio para trabalhar. O brasileiro vive olhando o relógio, olha muito a hora para ir embora pra suas casas. Italiano nunca visou isso, por isso, todos eles são bem de vida, não preocupam com hora preocupam com o que estão fazendo. Todos os meus avós e avós maternos, paternos, *maternita* foram assim, desse tipo. Enquanto o dia estava claro eles estavam trabalhando e ao amanhecer do dia eles não iam para o lugar, eles já estavam lá trabalhando.⁵⁹²

⁵⁸⁹ Arquivo Privado. Carta Formal de Partilha. Comarca de Natividade. Cartório França – 1 Ofício. 1980.

⁵⁹⁰ AZEVEDO, Thales de. Gaúchos. Fisionomia Social do Rio Grande do Sul. Salvador: Livraria Progresso, 1958 apud DURHAN, 1966, p. cit. p. 33.

⁵⁹¹ Entrevista concedida por Miguel Polante. Varre-Sai. 25/01/2006

⁵⁹² Entrevista concedida por Miguel Polante. Varre-Sai. 25/01/2006

O entrevistado atribuiu à mobilidade social, “todos eles são bem de vida”, ao trabalho excessivo, reproduzindo a visão positiva do imigrante construída pelos interessados que promoviam a imigração.

Sem dúvida, o trabalho possibilitou a ascensão social, mas não foi única razão. Vários fatores, já apontados neste estudo, contribuíram para que o imigrante pudesse adquirir sua autonomia, mesmo que fosse a de um pequeno agricultor, e perpetuasse a condição de proprietário através da transmissão da herança.

Se por intermédio do inventário extraímos a herança *post mortem*, e das Cartas Formais de partilhas, a transmissão *inter vivos*, após a morte de um dos cônjuges, no livro de notas do cartório de Varre-Sai, localizamos a transmissão da herança, *inter vivos*, com ambos os cônjuges vivos.

A doação em vida foi a forma mais utilizada na realização da transmissão da herança entre as famílias imigradas, elevando, sobremaneira, a movimentação dos italianos no registro cartorário. Sobre essa forma de sucessão encontramos:

A tendência dos próprios doadores em resolver a sucessão – geralmente reservando para si o usufruto vitalício ou onerando os principais beneficiados com seu sustento – foi a alternativa encontrada para fugir às regras de herança consagradas na legislação civil brasileira. A busca desse caminho reforça a idéia básica de que houve, e ainda há traços culturais próprios dos quais a etnia italiana não concebe abrir mão.⁵⁹³

Em 1948 e 1950, Godofredo Fabbri, casado e pai de oito filhos, comprou duas propriedades para doar aos seus filhos. Três eram maiores, e destes um era solteiro. Dos outros cinco, três eram menores púberes e dois impúberes. O primeiro bem contava 154 (cento e cinqüenta e quatro) hectares, e incluía casa, pastos, capoeiras e um rancho; o segundo, com uma extensão de 150 (cento e cinqüenta) hectares de terra, com pastos cercados, um capoeirão, uma casa sede, duas casas de colonos e moinho de fubá, ambos situados em Varre-Sai, pagos à vista pelo comprador que tinha como profissão comerciante/capitalista.

Nas análises sobre a inserção do italiano na sede do distrito, no capítulo 4, a família Fabbri, dentre outras, investiu no comércio pela compra de uma padaria, feita pelo pai de

⁵⁹³ DI GIANNI, 1997, Op. cit., p. 146.

Godofredo. Por isto, antes de adquirirem a posse da terra, tinham como ramo de profissão, o comércio.

A compra feita pelo casal totalizava 304 (trezentos e quatro) hectares, equivalente a 63 (sessenta) alqueires de terra, reservando ao casal comprador o usufruto vitalício dos bens adquiridos, enquanto vivessem.⁵⁹⁴

Ressaltamos que em (setembro/1948) data em que o proprietário, Godofredo, comprou o primeiro sítio a ser doado aos seus filhos, ele e seus irmãos, venderam entre si, às partes que lhes cabiam como herança deixada pelo patriarca da família, Jacomo Fabbri, em dezembro do mesmo ano, após sua morte.

O espólio constante na partilha dos bens, conforme apontado no livro de notas, era: 27 (vinte e sete) hectares de terra, com lavouras velhas, pastos e duas casas de taboinhas e uma casa situada na rua principal do distrito. Ambos equivaliam a CR\$ 17.000 (dezesete mil cruzeiros) e CR\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) respectivamente.

As partes do sítio referentes aos quatro irmãos, incluindo Godofredo, foram vendidas a uma única irmã. Assim como a casa, com várias dependências, incluindo a padaria, foi vendida ao herdeiro, Torino Fabbri, conhecido, em Varre-Sai, como Nego da Padaria. Vale ressaltar que a padaria permaneceu como propriedade do herdeiro, aproximadamente, até o início do século XXI.

Deste modo, quando os irmãos Fabbri realizaram a movimentação dos imóveis, concentrando os bens em um único herdeiro, os membros da família, todos casados, já tinham adquirido sua independência financeira, como o exemplo de Godofredo, que antes mesmo de vender a sua parte na herança já havia comprado um sítio de razoável extensão para os filhos.

Assim, a herança deixada pelo pai, partilhada igualmente entre os filhos, possibilitou a continuidade do processo de ascensão social da família até que estes tornassem suficientemente autônomos para prover de terras às novas famílias constituídas. Neste momento, poderiam vender às partes fragmentadas do patrimônio recebido como herança, possibilitando a um único herdeiro a obtenção da posse da terra ou da casa integralmente.

Outro exemplo de doação *inter vivos* como adiantamento de legítima, foi feita pelo imigrante, oriundo de Proceno, Biaggio Grillo e sua esposa para os filhos e noras.

Esta doação, localizada no livro de Notas do Cartório de Varre-Sai⁵⁹⁵, contém onze páginas constando dos dados pessoais dos outorgantes e outorgados, bem como, as

⁵⁹⁴ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas, nº 32, p. 17, 1950.

⁵⁹⁵ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 30, p. 3-11, 1946

características dos imóveis com todas as benfeitorias relacionadas e respectivos valores, cláusulas para a doação, a partilha com a respectiva localização e extensão do imóvel, e outros dados referentes à quitação dos bens e os impostos pagos.

Com cinco filhos, quatro casados, nascidos na Itália e um solteiro, brasileiro, Biaggio Grillo recebeu na sua residência na propriedade “Boa Vista”, no distrito de Varre-Sai, o escrivão de Paz do cartório do mesmo distrito para realizar, diante de testemunhas, dos filhos e noras, a escritura de doação e partilha.

Ressaltamos que dos cinco filhos do imigrante, um residia em São Paulo. Os outros quatro faziam parte da unidade familiar de produção nas terras do patriarca. Das cinco propriedades, quatro localizavam-se na região de Varre-Sai e apenas uma em Espera Feliz/Minas Gerais. Os hectares variavam entre 72 o mínimo e 281 o máximo. Todas as propriedades com cafezais, como por exemplo, a de Espera Feliz, possuía 160 hectares, com 25 mil pés de café. Estes dados confirmam a ascensão social do imigrante como proprietário cafeicultor do noroeste fluminense.

Com esta doação, talvez, o casal proprietário, desejasse manter os sítios em produção, e garantir sua manutenção em quanto fossem vivos, conforme expressado pelo doador na escritura:

Sendo seu desejo de dividir entre os descendentes os ditos bens, resolvem, de acordo com os mesmos, fazer-lhes a presente doação *inter vivos*, que além das rendas constantes na presente escritura reservam para si e para atenderem a sua manutenção, como preceitua o artigo 1.175 (mil cento e setenta e cinco), do código civil, o gado existente nas propriedades ora doadas no valor aproximado de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).⁵⁹⁶

Assim, podemos inferir que esta era uma estratégia utilizada pelo casal como forma de assegurar sua estabilidade financeira, ter alguma garantia de proteção, exigindo a companhia dos filhos, e ao mesmo tempo preservar o patrimônio.

Para tanto o doador, fez algumas imposições aos donatários: “os outorgantes doadores vem pela presente escritura e na melhor forma de direito, “sem opressão”, fazer a doação”⁵⁹⁷. Ao fazerem à doação estabeleceram as seguintes obrigações para os donatários: cada um deles, ao receber a terra, tinha a obrigação de pagar aos doadores 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros), ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de cada ano; aceitar em sua

⁵⁹⁶ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 30, p. 3-11, 1946

⁵⁹⁷ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 30, p. 3-11, 1946

companhia temporária ou permanentemente os outorgantes doadores; a inadimplência de qualquer cláusula da escritura implicaria na revogação da doação.⁵⁹⁸

Neste caso não foi estabelecido usufruto dos pais, como normalmente é feito em partilhas *inter vivos*. Em compensação teriam os filhos que pagar anualmente uma quantia fixa ao casal no total de 6.000,00 (seis mil reais), uma doação que mais se aproxima a um arrendamento das terras. Enquanto os pais fossem vivos nenhum filho poderia realizar qualquer movimentação financeira sem a autorização dos pais, e, a inadimplência incorreria na deserção do filho, até que este pagasse seu débito.

A doação foi feita com igualdade entre quatro filhos, atendendo ao valor dos bens doados e melhor localização para os outorgados. Assim, cada um dos quatro filhos recebeu uma propriedade com valor equivalente a CR\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), com exceção de Jacomo Grillo, que residia em São Paulo. Este recebeu a doação em dinheiro no mesmo valor das terras doadas aos irmãos.

A sucessão para o filho solteiro, também se diferenciou das demais, na medida em que recebeu um sítio com maior extensão de terra, 281 hectares, no valor de CR\$ 85.000.000 (oitenta e cinco mil cruzeiros), CR\$ 10.000,000 a mais que os irmãos.

A partilha entre os demais herdeiros ficou estabelecida da seguinte forma: José Grillo que já residia em Espera Feliz/MG, continuou a administrar os 160 hectares de terras do seu pai, permanecendo neste sítio, agora, na condição de donatário.

João e Sebastião Grillo tiveram como doação as propriedades da Jacutinga (103 hectares), e Purilândia (154 hectares), respectivamente. As duas primeiras situadas em Varre-Sai e a última no distrito vizinho.⁵⁹⁹

Certamente, o filho solteiro recebeu uma herança superior a dos irmãos, como forma de recompensa, considerando que por residir com seus pais, deveria se dedicar a acompanhá-los na medida em que se encontravam idosos e impossibilitados de exercerem qualquer atividade. No entanto, isto não o deixava isento do pagamento anual estabelecido pelos doadores. Sua compensação estava nos hectares recebidos. Neste caso, houve um acordo entre os filhos que assinaram na escritura sem nada a opor quanto à divisão do patrimônio.

Os exemplos de transmissão de herança acima analisadas com a utilização das fontes cartorárias, tais como: inventário *post mortem*, *cartas formais de partilha* e escritura de

⁵⁹⁸ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 30, p. 3-11, 1946

⁵⁹⁹ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas nº 30, p. 3-11, 1946

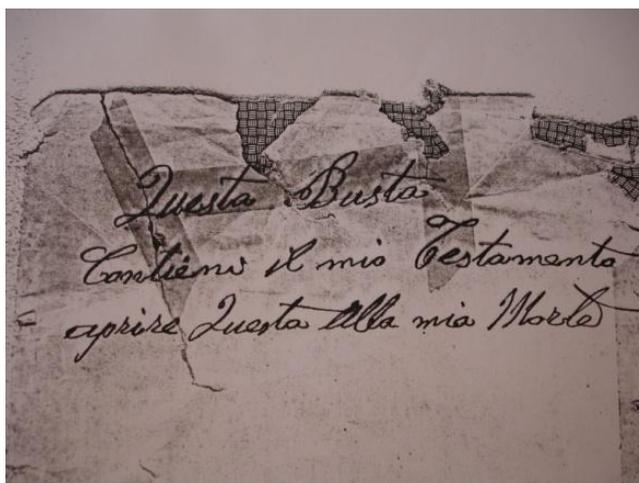
doações *inter-vivos*, possibilitou-nos elucidar as diferentes formas de transmissão da herança adotadas pelas famílias imigradas.

Além disto, permitiram-nos compreender a dinâmica social dos grupos envolvidos no processo hereditário, bem como, as diferentes hierarquias sociais existentes entre as famílias, a partir da mobilidade social que foi se engenhando entre as gerações.

Em virtude dos vastos registros localizados nos arquivos privados dos herdeiros poderemos verificar, também, a herança de Demétrio Pellegrini, deixada sob forma de Testamento, pouco antes da sua morte.

A figura representada é referente a um envelope contendo o testamento deixado pelo imigrado com a recomendação: “Este envelope contém o meu testamento abrir após a minha morte”⁶⁰⁰.

Fig 47



Fonte: Arquivo Privado.– Varre-Sai - 1945

Para Hobsbawm⁶⁰¹ as fontes mais atraentes são aquelas que simplesmente registram ações que *devem implicar* certas opiniões. Quase sempre resultam da busca de alguma maneira – qualquer maneira- de formular uma pergunta já delineada na cabeça do historiador.

Assim, pergunta-se: o que poderia conter no testamento indicado no envelope? Esse testamento foi feito por um indivíduo que teve nos capítulos precedentes sua trajetória revelada, sendo entendido, portanto, como parte de um microcosmo, um extrato social mais

⁶⁰⁰ Arquivo Privado. Envelope onde foi colocado o testamento de Demétrio. 1945.

⁶⁰¹ HOBBSAWM, 205, Op. cit., p. 223.

amplo, num determinado local e período histórico”.⁶⁰² Trata-se do tantas vezes citado Demétrio Pellegrini.

O testamento foi escrito manualmente por Pellegrini, em 27 de julho de 1945, aos 79 anos de idade e 47 de residente em Varre-Sai/RJ, mais tempo vivido no Brasil do que na Itália. Apesar disso, todos os seus registros eram escritos em italiano, assim como este testamento, numa demonstração de afirmação de sua identidade étnica.

Cabe ressaltar que dentre todos os imigrados, este foi que mais manteve os laços com os parentes proceneses, sobretudo econômicos. Além disso, era o elemento de ligação entre o Brasil à Itália, representando a colônia no consulado, o que favorecia estar sempre em contato com a língua pátria.

Pellegrini, ao expressar o desejo de que estas relações continuassem sendo reproduzidas, pediu a esposa e aos filhos que: “Se eu morrer escreva sempre aos nossos parentes na Itália”.⁶⁰³

O testamento pode ser dividido em três partes: na primeira fala da herança como usufruto da mulher; na segunda parte, expressa seus desejos, deixa recomendações e fala de obediência; por último, as palavras chaves foram: arrependimento, amor, tristeza e Deus. Deter-nos-emos na primeira parte por mencionar a transmissão do patrimônio feito à família.

O imigrante iniciou seu registro pedindo aos filhos que respeitem o conteúdo do documento deixado por ele. Em seguida citou os bens que foram transmitidos à sua esposa e filhos, após sua morte.

Ano do Nosso Senhor Jesus Cristo - 27 de julho de 1945. República dos Estados Unidos do Brasil da América. Com o presente ato, com valor de “Público Instrumento” e encontrando-me em perfeito juízo faço conhecida e manifesta a minha vontade e peço ao meu filho e filha e meu genro que respeitem aquilo que digo neste documento. Acredito que sempre me respeitaram e continuarão a respeitar depois de morto. Desejo que Deus e a Maria Santíssima os ajudem em todas as suas necessidades. Porém, digo que se venho a morrer antes da minha esposa Annita Bianconi in Pellegrini, deixo para a mesma todo o gado que se encontra no pasto, ou seja, vacas, bezerros e bezerras, além de animais de montaria. Enfim toda a criação que se encontrar no pasto no momento da minha morte. Ela poderá fazer o que bem quiser com esta criação, como: permutar, vender ou qualquer outra coisa que ela quiser. O mesmo se aplica a mobília que se encontrar na casa no momento da minha morte. Deixo também a minha mulher Annita o usufruto dos terrenos que lhes servirá para viver e pagar os impostos do Governo. Os meus filhos e genro poderão saber através do inventário quanto terreno cada um herdou.

⁶⁰² GUINZBURG, Carlos. O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 25.

⁶⁰³ Arquivo Privado. Testamento feito por Demétrio Pellegrini. 23 de julho de 1945.

Porém, como já disse, o direito do usufruto de tudo isso será sempre para minha esposa.⁶⁰⁴

Como um pequeno proprietário, Demétrio não tinha fortunas, possuía, apenas, um sítio com 20 alqueires de terra, localizado em “Santa Cruz/Vista Alegre”, Varre-Sai. Enquanto estava em atividade, este sítio produziu café substancialmente, conforme a análise do registro contábil deste sítio feita no capítulo 6. Este registro foi finalizado em 1942, portanto, três anos antes da redação deste testamento. Concluímos, portanto, que o italiano, com 76 anos, estava em plena atividade administrando e registrando a movimentação das suas terras.

Os bens deixados como usufruto à esposa, os animais, as mobílias da casa, e os terrenos, não representava o total dos imóveis adquiridos. Além do descrito no testamento, a família possuía outras benfeitorias no sítio:

Para os seis filhos (Teodorico, Teobaldo, Teorino, Giuseppe Antonio, Maria Anunziata e Inês), genros e noras, o testador não evidenciou de forma clara o que lhes cabiam como herança, referiu-se apenas que só iriam saber o que lhes pertenceriam com o inventário. Desta forma, não sabemos se fez a partilha de forma equânime entre os filhos e o que deixou para cada um.

Mesmo que o total de terras a ser dividido fosse somente de 20 alqueires, o número de cafeeiros, como vimos, era representativo.

Se analisarmos a situação da herança somente através do testamento, e cogitarmos na transmissão equânime entre os filhos, poderíamos partir do pressuposto que com a terra fragmentada, a unidade familiar de produção seria desarticulada resultando no empobrecimento dos herdeiros.

Portanto, os registros cartorários, de compra e venda de propriedades, confirmam uma situação inversa. Dois anos após o testamento, encontramos três filhos do imigrante, Teodorico, Teobaldo e Teorino, todos casados, o primeiro italiano e os outros dois brasileiros vendendo seus bens, em 1946, no distrito de Varre-Sai. Estes registros apontam que os filhos eram independentes economicamente quando pai deixou o testamento.

O primeiro vendeu uma casa no “Beco da Pendência”, na sede do distrito⁶⁰⁵; o segundo, um sítio com 6 (seis) alqueires de terra, duas casas com cafezais⁶⁰⁶; o último filho, Teorino, comprou, em 1947, 48 (quarenta e oito) alqueires de terra, localizado na “Fazenda do

⁶⁰⁴ Arquivo Privado. Testamento feito por Demétrio Pellegrini. 23 de julho de 1945.

⁶⁰⁵ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas, n 30, p. 97, 1946.

⁶⁰⁶ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas, n 30, p. 117, 1946.

Candongá”, em Varre-Sai, com lavouras de café, matas e casa de colono, pelo valor de CR\$ 65.000,000 (sessenta e cinco mil cruzeiros), e com pagamento à vista.⁶⁰⁷

Diante destes registros podemos constatar que com a produtividade do sítio, os filhos casados realizaram investimentos, possivelmente, com o capital extraído da venda do café, uma vez que trabalhavam na propriedade do pai.

Certamente, até o testamento e ou a morte do patriarca todos os filhos tenham permanecido no sítio, como apontamento feito pelo proprietário na última folha do registro, indicando o transporte dos dados para um livro seguinte.

A experiência imigratória desta família revela que a ascensão social e econômica do casal de imigrante, de primeira geração, e dos seus herdeiros deu-se de forma dinâmica e contínua.

A compra feita por Teorino, é um exemplo de como a estrutura social rural daquela localidade, iniciada pela inserção do imigrante italiano, continuou sendo reproduzida através da compra e ou herança de sítios entre os herdeiros.

Através dos exemplos analisados foi possível constatar que a transmissão da herança para as gerações posteriores, ou mesmo dentro da própria geração, foi efetuada através de uma partilha entre os herdeiros que se apresentou equânime.

As regras tradicionais de herança que privilegiavam o primogênito ou excluía as mulheres não ocorreram no grupo estudado, com exceção, do caso de uma herdeira que pareceu-nos ter recebido uma parte menor.

Neste sentido, os grupos familiares italianos que se consolidaram no espaço urbano e/ou rural da região de Varre-Sai⁶⁰⁸, através da mobilidade social, transmitiram às gerações subseqüentes as estratégias utilizadas na reprodução da manutenção da posse da terra.

⁶⁰⁷ Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas , n 31, p. 29, 1947.

⁶⁰⁸ Utilizamos o termo região de Varre-Sai no sentido de extrapolar os limites geográficos e territoriais concebendo, como recorte, o distrito de Varre-sai e seu entorno. Este entorno abrange desde os municípios dos Estados do Espírito Santo e Minas gerais que fazem fronteira com o noroeste fluminense, como os distritos que se limitam com Varre-sai.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as inesgotáveis possibilidades de pesquisa sobre as fontes apresentadas, faremos apenas algumas ponderações a cerca da experiência encetada neste estudo, e os resultados apresentados.

Partindo das fontes encontradas no município de Varre-Sai, no noroeste fluminense, formulamos os seguintes objetivos:

- acompanhar a trajetória das famílias que saíram de uma mesma região na Itália, o Lazio, e imigraram para o interior fluminense, buscando apreender o contexto sócio-econômico e político, vivido no país de origem;
- apreender as estratégias utilizadas no país acolhedor para conquistarem a mobilidade social, através das relações de solidariedade e sociabilidade estabelecidas entre os grupos familiares focalizados;
- analisar a manutenção dos laços econômicos entre a Itália e o Brasil, bem como as remessas oriundas daquele país, por intermédio da movimentação financeira realizada nos dois lados do Atlântico;
- explicar a transmissão do patrimônio feita aos emigrados no país de origem e no Brasil.

Importa ressaltar que não foi nossa proposta aprofundar os estudos sobre a crise econômica vivida na Itália, no período da emigração dos nossos atores. Objetivamos, apenas, situar o lugar ocupado pelos emigrantes nos seus municípios de origem, Proceno e Graffignano, e tentar demonstrar até que ponto foram afetados pelas mudanças econômicas ocorridas na região.

A pesquisa da bibliografia e das fontes italianas que verticaliza a pesquisa sobre estes municípios, nos permitiu concluir que:

As transformações econômicas e sociais, sobretudo no mundo agrário ocorridas no Lazio, em decorrência da sua inserção no mercado capitalista de produção, no período pós-unificação ao Reino da Itália, em grande parte, foram resultantes da impossibilidade de um restrito mercado agrícola competir com um amplo mercado nacional, afetando, sobremaneira, os proprietários de terras.

A desestruturação fundiária que ocorreu em virtude das medidas adotadas pelo governo para ampliar a extensão de terras cultiváveis: a derrubada dos bosques, que, em grande parte, faziam parte do patrimônio da igreja, e a abolição do uso comunal das terras.

Tais medidas afetaram diretamente o camponês, pois muitos hectares foram colocados à venda, prejudicando, os *contadini* que dependiam destas para sobreviverem, inclusive os pequenos proprietários que criavam seus animais, muitas vezes, utilizando os pastos pertencentes ao governo. Tal conjuntura gerou uma situação favorável à emigração.

As famílias de emigrantes procenesas e graffignanesas, ao contrário daquelas emigradas do norte ou do sul da Itália, não faziam parte do mundo dos *contadini* sem terra. Nenhuma delas poderia ser considerada *bracciante*, o trabalhador temporário, considerado o extrato mais baixo da população.

Integravam o grupo de imigrantes proprietários de diferentes classes de imóveis (casas, cantina, estábulos e depósito de feno) além de terras.

Registrou-se a participação política de grande parte dos imigrantes, nos dois municípios, ocupando o cargo de Conselheiro Comunal.

A miserabilidade do *contadini* sustentado pelo estereótipo do imigrante despossuído e analfabeto não se aplica aos italianos deste estudo.

As estratégias, visando a mobilidade social, utilizadas no país de acolhimento, foram determinantes para:

De um lado pela especificidade da região, o noroeste fluminense, que se caracterizava por ser uma área de expansão da cafeicultura, no período republicano, marcada pela pequena e média propriedade. De outro, os laços de solidariedade na aquisição dos bens, as redes de sociabilidades nos denominados “bairros” rurais, e o estreitamento das relações familiares.

O conjunto das estratégias aliadas à poupança e a intensificação do trabalho permitiram o acesso a propriedade aos imigrantes em geral, e não apenas aos oriundos de Proceno e Graffignano.

Ressalta-se ainda que estudos comprovam a permeabilidade do todo social para a conquista da riqueza e de destaque por parte dos imigrantes, inclusive quando a mulher chefiava o núcleo familiar, como o caso de uma meeira que tornou-se fazendeira importante.

Da mesma forma, a história do imigrante que exercia as funções de representação consular, demonstra a reprodução social e o capital simbólico transportados do país de origem para a sociedade de acolhimento, garantindo a autoridade dentro do grupo e prestígio na comunidade local.

Os imigrantes proprietários transmitiram aos seus filhos o seu patrimônio sob regras de herança como transmissão *post mortem* ou doações *inter vivos*.

Evidenciou-se, também, a manutenção dos laços econômicos entre a Itália e o Brasil, uma vez que os bens deixados pelos italianos na época em que emigraram, ou que receberam posteriormente por força de herança, permitiram ampliar o patrimônio.

A transmissão da herança feita pelos italianos no noroeste fluminense foi perpetuada pela maioria dos descendentes que mantêm, ainda hoje, a produção cafeeira nas mesmas terras compradas pelo casal original.

Portanto, depreende-se deste estudo que a atuação desse grupo específico de imigrantes italianos, distinguiu-se da performance alcançada por outros contingentes de italianos fixados em outros pontos do Brasil, inclusive dentro do próprio Estado do Rio de Janeiro, sobretudo no que se refere as estratégias para conquistar a condição de proprietários.

Assim, é preciso destacar a particularidade de cada região receptora de imigrantes no Brasil. Por um lado, verificar as possibilidades oferecidas aos estrangeiros para sua fixação e mobilidade, por outro, as condições que cada grupo trouxe em sua bagagem ao imigrar. Da interação entre essas possibilidades desenvolveu-se um modelo próprio de ocupação do solo e de ascensão social do imigrante. Esta foi a realidade que o estudo sobre os italianos de Varre-Sai apontou.

Finalmente, pelo esforço de pesquisa empreendido, e pelas análises encetadas, acredito ter demonstrado as hipóteses traçadas inicialmente. Deste modo, espero ter contribuído no preenchimento da lacuna historiográfica sobre a presença dos italianos no Estado do Rio de Janeiro.

9 BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Vereni, Ouvir e Contar. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria Suely Kofes de et al. *Colcha de Retalhos*: Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANSELMINI, Sergio. *Mezzadri e Mezzadrie nell' Italia Centrale*. In: BEVILACQUA, Piero (A cura di) STORIA dell' Agricoltura Italiana in età contemporânea. *Il Uomini e Classi*. Venezia: Marsilio Editori, 1990.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *Compadrio no Brasil rural*: análise estrutural de uma instituição rural. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1970.

AUTUNNO, Pasquale. Antigo Cadastro da Delegação de Viterbo. In: ARQUIVO DE ESTADO DE VITERBO. *Guia a pesquisa arquivística*. Viterbo, 1993.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos*: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

_____. *Gaúchos*: Fisionomia Social do Rio Grande do Sul. Salvador: Livraria Progresso, 1958.

BACELLAR, Carlos. *Os Senhores da Terra*. Campinas: CMU, 1997.

BALHANA, Altiva Pillati. *Un Mazzolino de Fiori*. WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino superior, 2003.

BALLINI.P.L. LE Elezione nella storia d'Italia apud MELIS, Guido. *Storia dell'amministrazione italiana*. 1861-1993, p. 116.

BARBAGLI, Marzio. *Sotto lo stesso tetto. Mutamenti della famiglia in Italia dal XV al XX secolo*. Bologna: Società editrice il Mulino. 2000.

BAROZI, Leoni. *Storia del Lazio Rurale '900*. (A cura di). Roma: Agenzia Regionale per lo Sviluppo e l'Inovazione dell'Agricoltura del Lazio, [S.d.].

BARROS, José D'Assunção. *Análise Documental e Síntese Histórica*. Rio de Janeiro, 1995.

BARTOLOZZI, Pio; MIGLIORI, Saverio. (A cura di). *I Comuni. Tuscia Viterbese*. Vol. II. Roma: Editoriale D.E.A. 1968.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

_____. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENEDITTIS, Adriana De. *I lavori delle donne nella storia del '900 italiano*. [S.l.], Aprile 2001.

BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BEVILACQUA, Piero di. *Società rurale e emigrazione*. In: _____ et al (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana*. Partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001.

BEVILACQUA, Piero (A cura di). *Storia dell'agricoltura italiana in età contemporânea: il uomini e classi*. Venezia: Marsilio Editore, 1990.

BIAGIOLI, Giuliana. La diffusione della mezzadria nell'Italia centrale: un modello de sviluppo demografico ed economico. *Bolletino di demografia storica*. [S.l.], 1986.

BILAC, Elisabete Dória. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São paulo: Símbolo, 1978.

_____. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.

BLOCH, March. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava Gente Brasileira. Migrantes italianos e caboclos de Lages*. Florianópolis. Cidade Futura, 2000.

BOSERUP, Ester. *A Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. Ed. Hucitec. São Paulo: Polis, 1987.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Tradução de Mário Guerreiro, revisão técnica de Alba Zalur Guimarães, prefácio de Max Gluckman. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

BOUCHARD, Gérard – *La reproduction familiale dans la difference: comment définir et mesurer l' exclusion? Réflexion à partir de donnés du Sauguenay (Quebec)*. Table Ronde: La transmission de la terra em Europe et em Amérique (XVIIeXxe siècle) effets sociaux d'um processus économique. XIIe Congrès de l'Association International d'Historie Économique . Seville, agosto de 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Um art moyen. Essai sur tes usarges sociaux la photographie*. Paris: Minuit, 1965.

BRAUDEL, F. *Os homens e a herança no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatórios de Províncias*. Rio de Janeiro, 1896 – 1920. Disponível em: www.crl.uchicago.edu/info/brazil. Rede Mundial de omputadores site: Grupo Quarta Colônia Italiana. Acesso em 22/07/2001.

BRIOSCHI, Lucila Reis. *Família e genealogia: quadro geral de uma grande família do sudoeste brasileiro (1758-1850)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1984.

BRIZZI, Mario. *Castrium Proconi. Paese di frontiera*. Viterbo: Edizione Biemme, 2006.

BRUIT, Héctor H. et al. *História Regional: Uma Discussão*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1987.

BRUYN, Riccardo de; FERRI, Giovanni. *Le ragione delle banche popolari: motivi teorici ed evidenze empiriche*. Università di Genova. DISEFIN - Dipartimento di Scienze Economiche e Finanziarie. Working Paper, n. 1/2005, Gennaio.

BUESCU, Mircea. *Evolução Econômica do Brasil*. Ed. Rio de Janeiro: APEC, 1977.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CAPPELIN, Paola. Giuliani, Gian Mario. *Imagens Culturais italianas nos estilos empresariais brasileiros*. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v.14. n°2 jul/dez/2008.

CARACCILO, Alberto. *Il movimento contadino nel Lazio (1870-1922)*. L'Agricoltura e i contadini del Lazio nella nuova vita unitária. Roma: Edizione Rinascita, 1952.

_____. (a cura di). *Storia D'Italia. Dall'Unità a Oggi*. Il Lazio. Giulio Einaudi Editore, 1991.0

_____. *Il movimento mutualistico e gli inizi del movimento sindacale*. 1952.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Ed Vozes, 1979.

_____. *Escravidão e Abolição no Brasil Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda, 1998. 2ª ed trilingüe. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, 1972.

CARELLI, Mário. *Carcamano e Comendadores. Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930)*. São Paulo: Ática, 1985.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CERVO, A.L. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora da UnB, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

COLUCCI, Michele; SANFILIPPO, Matteo. L'emigrazione dal Lazio: il dibattito storiografico. *Revista Archivio storico dell'emigrazione itali*. Viterbo: Editor SETTE CITTÀ, 2006.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianos da Esquina. Imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

CORTI, Paola. *Storia delle migrazione internazionali*. Roma: Editori Laterza, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. São Paulo: EdUNESP, 1998.

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

DE BENEDICTIS, Michele; CONSENTINO, Vincenzo. *Economia dell'azienda agrária: Teoria e metodi*. Il Mulino, 1979.

DEAN, Warren. Remessas de dinheiro dos imigrantes italianos do Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos (1884-1914). *Anais de História*. Publicação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Assis. Assis, SP. Ano VI, n. 6, p. 1-320, 1974.

_____. *Rio Claro: Um Sistema de Grande Lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DE BONI, Luis Alberto (Org.) *Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

DE BONI, Luis Alabero (Org). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli.

DEVOTO, Fernando J. Liguri nell'America australe: reti sociali, immagini, identità. In:

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder no século XIX*. Luta pela sobrevivência de mulheres que viviam de pequena venda ou como lavadeiras. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DEVOTO, Fernando. *Estudios sobre la emigración a la Argentina en la segunda mitad del siglo XIX*. Collana: Pubblicazioni del Seminario di Studi Latinoamericani dell'Università di Sassari, Serie Studi – I. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 1991.

_____. Qualcosa di più sulle catene migratorie degli italiani in Argentina. *Revista Società e Storia*. Anno XVI – n 52- aprile-giugno, 1991.

DI GIANNI, Tércio Pereira. *Italianos em Franca: Imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior*. Franca: UNESP– FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

DINIZ, Dulce. *O Desenvolver de Um Município Itaperuna: do germinar à frutificação*. Rio de Janeiro: Damadá, 1985.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *Mobilidade e assimilação: a história do imigrante italiano num município paulista*. São Paulo: Institutos de Estudos Brasileiros, 1966.

EINAUDI, Enciclopédia. Vol. 08. Ed. Nacional. Casa da Moeda.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Patriarcalismo e a Questão de Legitimidade na Historiografia Brasileira*. In: IX ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1994, Porto Alegre. *Anais do IX Encontro de Estudos populacionais*. Porto Alegre: 1994. 1v.

FAUSTO, Bóris (Direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1975.

_____. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Historiografia da migração para São Paulo*. Sumaré/FAPESP, 1991.

FELISINI, Daniela. *L'Eredità Dell Ottocento*. In: BAROZI, Leone. (A cura di). *Storia Del Lazio Rurale '900*. Roma: ARSIAL, 2002.

FLAMARION, Ciro Cardoso; MAUAD, Ana Maria. *História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema* in FLAMARION, Ciro Cardoso ; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997

FORMICA, Marina. Il Lazio rurale nel novecento: integrazione di territori e culture di una regione giovane. In. BAROZZI, Leone (A cura di). *Storia del Lazio Rurale*. ARSIAL, 2002.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1650-1920*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1983. mimeo.

_____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANÇA, Balbino Bastos. *Livro A última colheita*. Rio de Janeiro: Quickgrafic Editora, 2003

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in América Latina 1876-1902*. Verona: Cierre Edizione, 2000.

_____. *A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2006.

FUMAGALLI, Alberto. *Architettura Contadina nella Bergamasca*. Milano: Silvana Editoriale, 1979.

GARDELIN, Mário. *A blasfêmia na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: O Correio do Povo, 1957.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força*. História da miséria e da caridade na Europa. Trad. Maria da Assunção Santos (a partir das versões francesas e italianas). Lisboa: Terramar, 1986.

GIBELI, Antonio; RUGAFIORI, Paride. *Storia d'Italia*. Le Regione dall unità a oggi. La Liguria. Torino. Giulio Einaudi editore, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *História de família. Entre a Itália e o Brasil: depoimentos*. Niterói/ RJ: Muiraquitã, 1999.

_____(org). *História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GOODE, William J. *A Família*. Tradução de Augusto Arantes Neto. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GUIMARÃES, Ary Machado. *Continuem Bem-vindos: A valiosa contribuição do italiano para o desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Gavião, 1967.

GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989.

GURRERI, Fabrizia. *Immagini statiche del Lazio dall'unificazione nazionale ai nostri giorni*. In: CARACCILO, Alberto (a cura di). *Dall Unità a Oggi. Il Lazio*. Turim. Giulio Einaudi Editore, 1991.

GURVITCH, George. Les variations des perceptions collectives des étendues. *Cahier Internationaux de Sociologie*, v. XXXVII, Paris, 1963-1964.

HECKER, Frederico Alexandre de M. *Um socialismo possível*. A atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

HENRIQUES, Porphírio. *A Terra da Promissão*. Itaperuna, 1950.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. Organização e tradução de Andréia Guerini. Florianópolis: NUT/NEIITA/FSC, 2002.

HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886 – 1934*. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Estudos Brasileiros).

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. *Revista do IEB*, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-USP, v.27, p.59-73, 1987.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz: Os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1972.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

JUNIOR, Dr.Leopoldo Muylaert (Org.) *Álbum do Município*. Itaperuna, 1910.

KLEIN, Herbert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo: ABEP, v.6, n°2, p.17-37, jul./dez., 1989.

La Loggetta. Piansano. MATTEI, Antonio. Editor. Periódico bimestrale dell'Associazione Culturale di Piansano. p. 2-75, 2005.

LAMEGO, Alberto. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. *Os Sertões do Leste. Estudos de uma região: A Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973

LE GOFF, Jacques et al. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003. 460p.

LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP. 2001.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Sobre a micro-história*. In BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1992.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 8, n° 15, p.17-26, 1995.

_____. *Um programa de Pesquisa em História da Agricultura Brasileira no Rio de Janeiro*. Fontes e Tendências. In: SILVA, Francisco Carlos T. *História da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café: A crise da cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense, 1860/1888*. Niterói: Cromos, 1993.
- MARROU, Henri. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARTINS, Ismênia de Lima (org). *História: Estratégias de pesquisa*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed, 1973.
- _____. *Conde Matarazzo: O empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- MASSULLO, Gino. Economia delle rimesse. In: BELIVACQUA, Piero et al. *Storia dell'Emigrazione Italiana*. Partenze. Roma: Donzelli editore. 2001.
- MATTEI, Antonio. *A Pátria errante: diáspora di uma comunità contadina dell'Altolazio nel Novecento*. Piansano: Edizione "La Loggetta", 2005.
- MELIS, Guido. *Storia dell'amministrazione italiana. 1861-1993*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2004.
- MITTONE Luigi. Le rimesse degli emigrati sino al 1914. In: *Revista Affari Sociali Internazionali*. Milano. Anno XII, n° 4, 1984.
- MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus.1989.

MORENO, José Luis. Rimesse e famiglie di emigrati meridionali in Argentina prima del 1930. In: Studi Emigrazione. *Revista trimestrale del Centro Studi Emigrazione*. Roma: Anno XXXII, n 18, giugno, 1995.

MOTTA, Márcia; PINEIRO, T. L. (Orgs.). *Voluntariado e universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

_____. História Social da Agricultura revisitada: um diálogo com Maria Yedda Leite Linhares. In: SILVA, Francisco C. T.; MATTOS, Hebe M.; FRAGOSO, João (Orgs.). *Escritos sobre História e Educação*. Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad Ed, 2001. v.1, p. 351-370.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

NADALIN, Sérgio Odilon. *A imigração no Brasil: dois problemas*. COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, III., 1980, Porto Alegre. *Anais do III Colóquio de Estudos teuto-brasileiros*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980. p. 297-303.

NENCI, Giacomina. Realtà contadine, movimenti contadini. In: CARACCIOLO, Alberto. (A cura di). *Dall Unità a Oggi. Il Lazio*. Torino. Giulio Einaudi Editore, 1991.

NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

NOVAES, Fernando (Org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

NORA, Pierre. Mémoire collective. In: LE GOFF, Jacques et al (Orgs.) *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.

NUTARELLI. Cesare. Proceno (Porsena): Memorie Storiche. Aquapendente: Stab. Tip. "Fabrizio", 1932

OILIAM, José. *Visconde do Rio branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

ORLANDO, Giuseppe. *Le campagne: agro e latifondo, montagna e palude*. In: CARACCILO, Alberto (a cura di). *Dall'Unità a Oggi. Il Lazio*. Torino. Giulio Einaudi Editore, 1991

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v2, n. 3, 1989.

PEPPONI, Gianfranco. *Um Trentenio de Storia Econômica Viterbese (1860-1890)*. (Tesi di Lâurea) - Facoltâ di Scienze Politiche, Univeritâ degli Studi di Roma, Roma. Anno accademico: 1973-1974. Mimeo.

PESAVENTO, Sandra Jarahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETRONE, Maria Theresa Shorer. O Imigrante italiano na fazenda de café de São Paulo. In: BONI, Luis A. de (Org). *A presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

PULLAN, B; WOOLF, S.J. Plebi urbane e plebi rurali. Da poveri a proletari. In: "STORIA d'Italia Einaudi" – Annali I, Torino, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo. 1973.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero et al (a cura di) *Storia dell'emigrazione italiana*. Partenze Roma: Donzelli Editore, 2001.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção*. Rio de Janeiro, FAPERJ/ Relume Dumará, 2002.

ROMANATO, Gianpaolo. *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul*. Osservazioni e Note Bibliografiche, In: SARTOR, Mario e SERAFIN, Silvana (a cura di). *Studi Latino Americani. Emigrazioni/Immigrazioni*. Dipartimento di Storia e Tutela dei Beni Culturali. Università degli Studi di Udine. Udine: Fórum, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 1975.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A história da família no Brasil*. São Paulo: Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.9, n°17, p.7-35, set.88/fev.89.

SANFILLIPO, Mateo; COLUCCI, Michele. *L'emigrazione dal Lazio: il dibattito storiografici*. In Archivio Storico dell'emigrazione italiana. *Modelli di Emigrazione Regionale dall'Italia Centro-Settentrionale*. Viterbo: Editore Sette Città, anno 2, n° 1, 2006.

SANTOS, Regina Bega. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1994.

SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela. *Sociologia della famiglia. Manuali*. [S.I] Il Mulino, 2007.

SCARAFFIA, Lucetta. BAIRATI, P.[et al.] *La famiglia italiana dall' 800 ad oggi*; In: MELOGRANI, Piero (a cura di) *Storia e società*. Roma: Laterza, 1988.

SCARANO, Julita M. L. *A família e a mulher na imigração italiana em São Paulo*. In: Emigrações Europe e popolo brasileiro. Roma: Centro Studi Emigrações, 1987. p. 377-403.

SERENI, Emilio. *Il capitalismo nelle campagne, (1860-1900)*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977.

SERPIERI, Arrigo. *La Struttura Sociale dell'Agricoltura Italiana*. Istituto Nazionale di Economia Agrária. Roma: Edizione Italiana, 1947.

SHANIN, Teodor. *The awkward class: political sociology of peasantry in a developing societ, Rússia 1910-1925*. Oxford: at the Claredon Press, 1972.

SILVA, Francisco Carlos T.; LINHARES. Maria Yedda L. *Região e História Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil*. São Paulo:Alfa-Ômega, 1976.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

SOLINAS, P. *A família*. In: BRAUDEL, F. *Os homens e a herança no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SORI, Ercoli. *Lémigrazione italiana dall'unità allá seconda Guerra Mondiale*. [SIC] Editora: Il Mulino, 1975.

SOUZA, M. Gomes; RIZZINI, Irene (Coord). *Desenhos de Família: criando os filhos. A família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro de café*. Trad. Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

TANNEAU, Yves; CAMPOS, Dario (Org). *Cartas de Alexandre Brethel*. Juiz de Fora, 1972.

TANZELLA, Ângelo; BERNADINI, Tommaso. *Il Feudo di Graffignano: sintesi storica*. Volume Primo, Firenze: Grafica Vinci 1991.

TAUNAY, Affonso d'e. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de emigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura*. Instituto Italiano de Cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

_____. Terras e fronteiras no Brasil: culturas, etnias e sociedade. *Revista de História Unisinos*, São Leopoldo: v. 4, nº 2, 2000.

_____. Gênero e estratégias migratórias: mulheres italianas imigrantes no Estado do Espírito Santo. Brasil. 1894-1895. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade do Vale do Rio Sinos*. São Leopoldo: Unisinos, número temático: Gênero, v. 40, nº 165, 2004.

VANNI, Julio Cezar. *Italianos no Rio de Janeiro: a história do desenvolvimento do Brasil partindo da influência dos italianos na capital do Império*. Niterói, RJ: Comunidade, 2000.

VISMARA, Enrico. *Proceno: nella storia, nell'arte, nel costume*. Edito a cura della Pro-Loce, 1983.

WEYRAUCH, Schiavo Cléia et al (Orgs.). *Travessias Brasil-Italia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ZONABEND, Françoise. *Da família*. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, André et al (Dir.). *História da Família*. Mundos Longínquos. Lisboa: Terramar, 1998. v.1.

10 FONTES

10.1 ARQUIVOS ITALIANOS

10.1.1 Arquivo de Estado de Viterbo/Lazio/Italia

- Cadastro de terra e fabricados 1870-1950.
- Estatuto da Banca Cooperativa Popolare di Viterbo. Aprovato dall'Assembléia Generali Degli Azionisti. Viterbo: Tipografia Agnesotti, 1883.
- Manifesto da Banca Cooperativa Popular di Viterbo. Il Comitato Promotore. Presidente della Società Operaia: CONTUCCI Cav. AVV. Giuseppe. Viterbo, 8 febbraio, 1883.
- Mapa Gregoriano dos Municípios de Proceno e Graffignano.
- Ministero degli Affari Esteri – Bollettino Consolare, vol XVI, faz. IV, abr., 1880.
- Protocolo XXXIV, 1883. Ato constitutivo da Banca Cooperativa Popular de Viterbo, 1 de abril de 1883.
- Registro de Terras e Fabricados. Governo Pontifício. Presidenza Generale del Censo. Provincia di Viterbo. Comuna di Proceno, 1888.
- Registro delle Pubblicazioni di Matrimonio. Comune di Proceno e Graffignano. Provincia di Roma, Anno 1893.
- Registro delle Pubblicazioni di Nascita. Comune di Proceno e Graffignano. Provincia di Roma, Ano 1896/1897.
- Registro delle Pubblicazioni di Obito. Comune di Proceno e Graffignano. Provincia di Roma, Ano 1896/1897.

10.1.2 Arquivo Histórico Comunal de Proceno e Graffignano, Província de Viterbo/Região do Lazio

- Ata de Deliberação do Conselho Comunal e da Junta Comunal de Proceno- 1876-1894.
- Ata de Deliberação do Conselho Comunal e da Junta Comunal de Graffignano- 1876-1894.

10.1.3 Arquivo Notarial de Viterbo

- Atos de Partilha de Bens:
 - - Ato Cordeschi – 05/02/1892.
 - - Ato Cordeschi – 19/11/1896.
 - - Ato Cordeschi – 04/10/1912.
 - - Ato Cordeschi – 06/03/1895.
 - - Ato Sensi - 12/01/1903.

10.1.4 Centro Studi e Documentazione dei padri Scalabriniani, Roma

- Lei, Regolamenti e Norme Complementari della legge sull'Emigrazione. Roma: Cooperativa Tipográfica Manuzio, Via di Porta Slaria, 23 A, 1910.

10.2 ARQUIVOS BRASILEIROS

10.2.1 Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro Civil de Varre-Sai

- Registros de Compra e Venda de Imóveis, Hipotecas, Procurações - 1897-1950.
- Escritura de Doação *inter vivos* - 1920 - 1950.
- Registro de nascimento, casamento e óbito - 1897- 1950.

10.2.2 Casa da Cultura de Varre-Sai

- Histórico e legislação referente à criação do Município de Varre-Sai.
- Pastas com documentações dos imigrantes.

10.2.3 Documentos de Fazendas e Arquivos Pessoais

- Livro de Registro Contábil - .(Balanço da Fazenda Bela Vista – Varre-Sai) – 1899.
- Livro de Registro Contábil – (Fazenda Demétrio Pelegrini – Varre-Sai) – 1925 a 1942).
- Livro de Registro Contábil (Fazenda do Céu – Santa Clara/Porciúncula) – 1929-1934
- Carta Formal de Partilha: Famílias: Lira/Castoni, Bianchi/Tramontana, Paolante, Cagnaci.
- Ata da Banda de Música “Lira Santa Cecília” – 1954
- Correspondências:
 - Serafina Pellegrini e Luísa Pellegrini – 1931
 - Demétrio Pellegrini – 1923, 1931, 1937, 1938
 - Ulisses Morucci – 1916
 - Francesco Marchetini e 1933
 - Francesco Caldara – 1924, 1925
 - Vittorio Gobbi – 1950, 1929
 - Ermelinda Gobbi – 1979
 - Mario Donini - 1946
- Testamento – Demétrio Pellegrini – 1945.

10.2.5 Arquivo Nacional

- Levantamento histórico dos órgãos de imigração e colonização.
- Lista de navios – Porto do Rio de Janeiro – 1897 e 1898.

10.2.6 Biblioteca Nacional

- Almanak Laemert- 1897-1950.
- BRASIL. Ministério de Agricultura Indústria e Comércio. Serviço de Informações. *Salário de Trabalhadores Rurais no Brasil*. In: Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. *Aspectos de Economia Rural Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. *Questionário sobre as condições de Agricultura dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Inspeccionados de 25 de Junho de 1910 a 29 de abril de 1913*. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatísticas, 1913.

10.2.7 Biblioteca do IBGE

- Série: Estatísticas Retrospectiva / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos.*, 1892, 1900 e 1920.

10.2.8 Biblioteca Pública de Niterói

- Diretoria de Agricultura. Serviço de Estatística. *Propriedades Agrícolas*. Volume I – Rio de Janeiro, 1927.
- IBGE. Estatística. *Dados e informações sobre Itaperuna*. Estado do Rio de Janeiro. 12 a 18 de agosto de 1939.
- IBGE. *Sinopse Estatística do Município de Itaperuna*. Rio de Janeiro, 1948.

10.2.9 Depoimento Oral

- FRANÇA, Francelino. *Natividade/RJ – 2001/2005*.
- GORINI, E. *Varre- Sai/RJ*. 2000.

- LIRA, Ítalo Balbo. Porciúncula -2007.
- PAULANTE, Miguel. Varre-Sai/RJ- 2006.
- PELLEGRINI, Demétrio. Itaperuna/RJ-2007.
- PELLEGRINI, Inês. Porciúncula/RJ-.2007.
- RIDOLFI, Assunta. Varre-Sai/RJ – 2005.
- RIDOLFI, Filomena. Varre-Sai – 2005.
- RIDOLFI, Geraldina. Varre-Sai/2007.
- BOCCHINI, Daniel – Proceno- 2007

10.2.10 Outras Fontes

DAVATS, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil: 1850*/ Thomas Davatz; tradução, prefácio e notas Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo,1990.